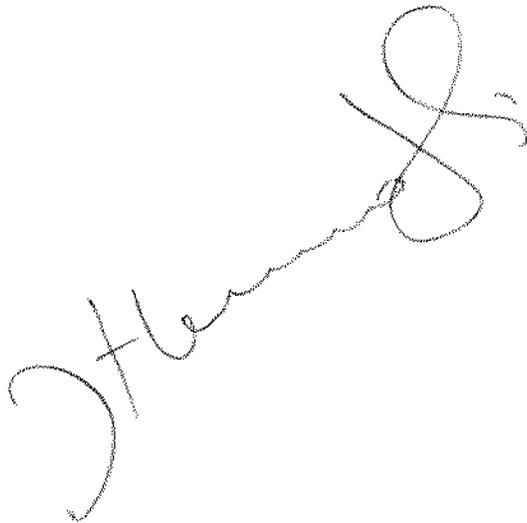


Este exemplar
corresponde ao original
da tese defendida por
José Roberto Pereira Novaes
em 25.06.93 e orientada pelo
Prof. Dr. José S. Graziano da Silva.

Universidade Estadual de Campinas

Modernização, Relações de Trabalho e Poder.
Um estudo das transformações recentes na agroindústria
canavieira do Nordeste



José Roberto Pereira Novaes

Campinas
1993

Universidade Estadual de Campinas

Modernização, Relações de Trabalho e Poder.
Um estudo das Transformações recentes na agroindústria canavieira
do Nordeste

José Roberto Pereira Novaes

Tese apresentada ao Instituto
de Economia da UNICAMP para
obtenção do Título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. José Graziano da Silva

Campinas 1993

ÍNDICE

Agradecimentos

Introdução	1
CAPÍTULO I - A agroindústria do açúcar e do álcool do Nordeste e o contexto nacional.....	12
1) Uma trajetória de concessões e privilégios.....	12
2) Anos 70: Transformações estruturais na produção açucareira e alcooleira do Brasil....	32
3) Repercussões do PROALCOOL: subsídios e produtividade do setor.....	46
CAPÍTULO II - Os usineiros nordestinos: interesses econômicos e desempenho político.....	58
1) Usineiros do Nordeste: demandas e argumentações.....	58
2) A dívida e a equalização de custos: a permanência dos interesses regionais.....	77
3) Atores e forças sociais em questão.....	84
CAPÍTULO III - Nordeste: Transformações econômicas na produção da cana-de-açúcar.....	87
1) O impacto da modernização na produção canavieira: a natureza condicionando a produção.....	93
2) Transformações nos canaviais nordestinos (1970/83): expansão em busca da produtividade... ..	98
3) Retração e expansão qualificada: diferenciação nos sistemas produtivos.....	117
CAPÍTULO IV - Mudanças nos canaviais: alterações nas relações sociais de produção.....	138
1) Trabalho e tecnologia: diferenças no tempo e no espaço.....	145

2) As novas regras da organização do trabalho: em busca da eficiência.....	149
3) Trabalho Temporário: da clandestinidade à sazonalidade oficializada.....	170
4) Peculiaridades da consolidação de um mercado de trabalho agrícola.....	185
CAPITULO V - Os canavieiros do Nordeste: Assalariados e ação sindical.....	190
1) O movimento sindical e Campanhas Salariais: principais antecedentes.....	191
2) As campanhas salariais no Nordeste: a implantação de um modelo.....	196
3) A readequação do Modelo de Campanha Salarial: apostas e riscos.....	216
4) As novas práticas sindicais frente às transformações recentes na agroindústria canavieira.....	225
Considerações Finais: Perspectivas da agroindústria sucro - alcooleira nordestina.....	238
1) O Mapa Atual da Agricultura Nordestina.....	239
2) Situação e perspectivas da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste.....	257
Bibliografia	266
Anexos.....	278

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a síntese de experiências acumuladas e compartilhadas com muitas pessoas que, por afinidades acadêmicas ou políticas, contribuíram para a construção da presente reflexão.

Meus agradecimentos aos colegas de trabalho do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande e da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo apoio fraterno e estímulo intelectual muito importantes para a realização deste trabalho.

Agradeço à CAPES e ao CNPq pelo apoio para a realização do Curso de Doutorado e pelo auxílio à pesquisa. O CNPq concedeu também uma bolsa de aperfeiçoamento a Luciano Nunes Padrão que, além de prestar efetivo auxílio no levantamento de dados secundários e na realização de entrevistas, foi interlocutor valioso em todas as etapas de elaboração desta tese.

Gostaria de agradecer também ao economista Francisco Medeiros que, com todo seu conhecimento sobre a agroindústria sucroalcooleira do país, generosamente se dispôs a indicar fontes preciosas de dados e a discutir cuidadosamente os primeiros capítulos. E, à Maria Emília Lisboa Pacheco pela leitura atenta e pela contribuição dada na fase final desse trabalho.

O Grupo de Assessoria ao Movimento Sindical, formado no âmbito da UFPB (Mestrados de Sociologia e Economia de Campina Grande), está na raiz deste trabalho. Foi por intermédio dele que comecei a conhecer o Nordeste. Posteriormente, com as equipes de trabalho de outras entidades de assessoria e apoio às organizações de trabalhadores no campo pude apreender melhor a dinâmica das transformações econômicas da agroindústria canavieira e seu impacto no mundo do trabalho.

Devo dizer também que, desde 1984, colaboro com o Programa Movimento Camponês do Centro Ecumênico de Documentação e Informação

(CEDI). No âmbito desta colaboração, foi possível organizar encontros, seminários, pesquisas e publicações, que contribuíram para a circulação e sistematização de informações úteis às Campanhas Salariais dos canavieiros. No CEDI, também fiz amigos Aurélio Vianna, Cecília Yório, Mariana Pantoja, Luciano Padrão, Neide Esterci - presenças fundamentais na minha trajetória profissional.

A convivência com os trabalhadores e dirigentes sindicais rurais da zona canavieira nordestina, com os quais tenho compartilhado dúvidas, derrotas e conquistas constituiu a maior fonte de aprendizado deste processo. A eles, que têm enfrentado os velhos problemas da violência patronal e da omissão governamental e os novos desafios advindos das transformações econômicas, meu agradecimento.

A José Graziano da Silva, orientador e amigo, agradeço pelas críticas às primeiras versões do Projeto de investigação e a este trabalho. Questionando formulações, demandando argumentos e comprovações, seu rigor acadêmico tornou-se um fator estimulante para o desenvolvimento e finalização deste trabalho. Assim, cabe frisar que as falhas que aqui persistem são de minha inteira responsabilidade.

Quero agradecer a João Otávio, Rita, Chico, Paola, Mário, René, Leonilde, Gisélia, Rosilene e Sérgio pelas discussões, pelos incentivos e solidariedade; a Luciano Padrão, Katia Simões e Marcos N. da Gama, pela imensa colaboração no momento de finalização deste trabalho; a Bluma W. Vilar de Queiroz, pela revisão.

Agradeço a Regina, Mariana, Fernanda e André pela oportunidade que me oferecem no dia a dia de refazer verdades, de questionar valores, de realimentar velhas utopias; a minha mãe, Guiomar, pelo carinho; a meu pai, Zarzur, pelo exemplo de solidariedade que permeou sua vida.

INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira, nos diferentes períodos históricos, se caracterizou pela concentração da renda, da terra, da tecnologia e da propriedade promovida por uma classe dominante subordinada aos interesses de grande grupos econômicos internacionais. (cf. Caio Prado, 1968)

As relações internacionais que condicionaram a expansão da economia brasileira, tardiamente industrializada (Cardoso de Mello, 1982), determinaram o padrão de desenvolvimento da agricultura. Furtado (1971) reconstituiu o processo de integração de nossa economia à economia internacional, no que se refere às relações comerciais e à organização da produção do açúcar, couro, minerais e café, em épocas e regiões diferentes.

Desenvolvida sob a égide do capital mercantil, a acumulação capitalista na agricultura brasileira, incorporou, prioritariamente, inovações tecnológicas na esfera da comercialização. Na esfera da produção propriamente dita, as transformações foram mais lentas. Dessa forma, o aumento da produção agrícola era alcançado através da expansão da área plantada. O diferencial de produtividade era determinado pela natural qualidade do solo. Sob a égide do capital mercantil, um grande contingente de trabalhadores vivia no interior das propriedades, onde relações de trabalho e de dominação personalizadas se reproduziam de forma diferenciada, conforme as características das regiões e dos produtos. São exemplos disso os "parceiros do algodão", os "moradores da cana", os "colonos do café", os arrendatários e meeiros de diferentes produtos agrícolas.

Nessas circunstâncias, a apropriação do excedente se dava na esfera da circulação, tanto pela via comercial quanto pela usurária, enquanto expressões do capital mercantil se manifestavam por meio do expediente de "comprar barato e vender caro". Os

comerciantes locais, na grande maioria donos das terras, compravam a produção dos pequenos produtores familiares a um preço baixo para revendê-la a um preço elevado. E, ao mesmo tempo, o capital na sua forma usurária era parte constitutiva deste sistema. Os empréstimos e adiantamentos concedidos pelos comerciantes/donos de terra aos pequenos produtores sempre implicavam um acerto de "contas", na época da colheita, que os tornava "devedores" e obrigados a reproduzir as mesmas relações de subordinação.

A abundância da terra e a inexpressividade da indústria no Brasil são elementos recorrentes na literatura para justificar a "atrasada" estrutura de produção no campo.

Não é possível, no âmbito deste trabalho, detalhar o processo através do qual o país foi perdendo suas característica de economia agro-exportadora e, no bojo da industrialização, redefinindo o papel da agricultura no processo de acumulação de capital. Uma nova conjuntura internacional se delineou com o término da Segunda Guerra Mundial, e nela se redefiniram os parâmetros para a industrialização da economia brasileira (1).

Para nossos objetivos, por ora, basta chamar a atenção para a década de 60, momento crucial de transição no desenvolvimento da agricultura brasileira. A partir desta época, delinearão-se os principais elementos que alterariam a dinâmica da acumulação no campo: a modernização da base técnica e a consolidação do complexo agroindustrial; a intensa urbanização articulada à pressão sobre a oferta agrícola e à diversificação das exportações; a política de crédito rural que atendeu interesses de segmentos dominantes rurais e urbanos (ver Delgado, 1985:17/18).

1 O papel que a agricultura deveria desempenhar naquele novo contexto desenvolvimentista, que se estendeu pela década de 50, foi objeto de intensa controvérsia. O debate travado entre Simonsen e Godin, em 1945, reflete as preocupações sobre as formas de expansão da agricultura, para que esta não significasse um entrave para o crescimento de toda a economia no pós-guerra.

No curso desse processo, como assinala Graziano da Silva (1981:22/25), o obstáculo ao desenvolvimento capitalista representado pela propriedade da terra, vai perdendo sua importância e a intensificação da produção agrícola deixa de seguir apenas pelas condições naturais que afetam a produtividade do trabalho. A produtividade passa a ser "artificialmente" aumentada pela incorporação do progresso técnico, o que permite fortalecer a dominação do capital sobre o trabalho.

Os principais elementos que motivaram grupos econômicos nacionais e internacionais a investirem na agricultura na década de 70 foram: os subsídios, os incentivos fiscais, os créditos; a intervenção direta do Estado na ocupação da fronteira e na construção de infra-estrutura de comercialização; as perspectivas de ampliação das exportações de produtos agrícolas; a desmobilização dos trabalhadores em virtude da repressão policial e patronal.

Comerciantes, banqueiros, industriais e grandes produtores rurais se beneficiaram de recursos públicos, em condições favoráveis. Utilizaram grande parte deles para a especulação financeira, para outras atividades ou mesmo para a compra de novas áreas de terra. Nesse processo, a terra valorizada deixou de ser apenas um meio de produção, transformou-se também em ativo financeiro, em meio de acesso à política subsidiada, aos incentivos fiscais e aos recursos naturais (minerais e florestais), abrindo novas perspectivas de ganhos.

A conivência ou inoperância, inerentes a várias instâncias governamentais, na fiscalização da aplicação dos recursos públicos na agricultura, permitiram a conciliação de interesses de diferentes segmentos da classe dominante. Também asseguraram interesses diversos de um mesmo grupo reconhecido como "moderno" com relação a certos produtos ou em certa região e "atrasado" com relação a outros produtos ou em outras regiões onde seus

investimentos estão voltados apenas para operações especulativas ou de exploração de recursos naturais (2).

O capital mercantil foi perdendo sua hegemonia, mas, sem ser eliminado completamente, reproduziu-se em outras áreas ou regiões, por meio de outros produtos. Ao mesmo tempo em outras atividades agrícolas ou regiões, as transformações na base técnica de produção ocorreram mesmo em circunstâncias em que o capital mercantil continuou predominando. Nesses casos, as transformações ocorridas nas relações tradicionais passaram também pelas políticas governamentais, mediadas pelas oligarquias regionais, pelo poder local e adaptadas aos seus interesses.

Como afirma Kageyama (1986:55): " Vale enfatizar que o domínio do capital mercantil não se dá apenas no âmbito econômico, mas sobretudo no plano político, conduzindo quase sempre a que ações "modernizantes" desencadeadas pelo Estado venham beneficiar prioritariamente os representantes do capital mercantil, como grandes proprietários rurais, "usineiros", "maquinistas" etc."

É importante destacar também o caminho inverso: existem grupos econômicos que acumularam riquezas em atividades ligadas ao setor industrial, bancário e de serviços e, posteriormente, foram atraídos para a agricultura. Em certas circunstâncias, submeteram-se à lógica do capital mercantil, em outras, provocaram a ruptura de relações tradicionais, impondo outra lógica de produção.

Isto é, na década de 80, o chamado setor moderno, mesmo diante dos frequentes ajustes conjunturais, despregou-se de sua base regional e se estendeu para outras regiões. A soja ocupou os cerrados, a agroindústria se estendeu a outros produtos e outras regiões do país, tais como a fruticultura no Nordeste, a cana-de-

2 O controle sobre grandes extensões de terra permitiram a esses grupos econômicos ocupar uma parte insignificante de suas terras com pecuária, como "vitrine" para justificar, perante as autoridades, a aplicação dos recursos solicitados. Sobre a transformação da terra em ativo financeiro ver Delgado (1985)..

açúcar em Goiás e Mato Grosso, o reflorestamento com seringa, eucalipto, no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, etc..

A diversificação dos negócios - entre ramos da produção, setor serviços, mercado financeiro - tem sido um expediente de grupos econômicos, que não se circunscrevem a limites regionais e setoriais. Hoje a separação analítica entre capital agrário e industrial pouco contribui para esclarecer os processos sociais em curso. As novas relações e a consolidação do mercado de trabalho trazem a marca das combinações geradas pela "modernização conservadora"(Graziano da Silva,1982).

Enfim, formas diferenciadas de investimento na agricultura, realizadas por vários ou pelo mesmo grupo econômico, fazem com que as relações capitalistas no campo se reproduzam, simultaneamente, de forma moderna, atrasada e especulativa.

Por outro lado, é preciso salientar que este processo acentuou a diferenciação entre os trabalhadores na agricultura. Entre os pequenos produtores estão os posseiros, os proprietários das parcelas de terras que cultivam e os que exploram terras de terceiros. Mas em cada uma dessas possibilidades de acesso a terra para o cultivo se apresentam outros níveis de diferenciação interna que refletem o grau de incorporação do progresso técnico, acesso à política agrícola oficial, contratos de integração na produção e/ou comercialização, combinações entre produção agrícola e extrativismo (3).

Entre os assalariados, são distintos os critérios que regem as formas de recrutamento, os locais de aliciamento da mão-de-obra, assim como se diferenciam os contratos de trabalho no decorrer do ciclo produtivo a partir de critérios relacionados ao sexo, idade,

3 Uma variável a mais na diferenciação interna dos pequenos produtores reside no poder de barganha que certas categorias demonstraram possuir nas suas negociações com o Estado, bancos e agroindústrias. São exemplos de tais categorias os funicultores e os avicultores no sul do país.

grau de especialização, etc.. No que tange à cana-de-açúcar, a diferenciação entre os trabalhadores assalariados também deve ser relacionada com o planejamento e intervenção estatal regionalmente diferenciados. Finalmente, os limites e o alcance da ação sindical não são sem conseqüências para as novas formas de organização e controle do trabalho assalariado.

Em resumo, como vários estudos da questão agrária já apontaram, há um tripé no qual se respaldou o processo de modernização da agricultura no Brasil: a articulação com o complexo agro-industrial internacional; a adesão simultânea das chamadas oligarquias rurais e dos setores mais modernos do capital urbano; a intervenção do Estado como agente regulador e financiador do mesmo projeto.

As transformações na base técnica da produção, com a incorporação de novas tecnologias, não se processaram de forma generalizada na agricultura, ficando circunscritas a certos produtores, produtos e regiões.

A modernização se dá em ritmos e formas diferentes nas várias regiões do país. O reconhecimento da diversidade entre as regiões tem dificultado análises apressadas e tem exigido esforços analíticos para a caracterização do padrão de desenvolvimento agrícola brasileiro. No entanto, é bem mais difícil encontrar estudos que busquem apreender os ritmos e as formas desiguais no interior das próprias regiões geográficas, assim como é difícil encontrar estudos que busquem apreender repercussões desse tipo de modernização sobre relações sociais (econômicas e políticas) pré-existentes.

No caso do Nordeste, o diagnóstico mais comum é o do "atraso econômico". Esse diagnóstico é corroborado pelo secular lamento de setores da classe dominante que, enfatizando os problemas regionais, buscam manter privilégios e subsídios das políticas do Estado encobrando as transformações recentes da região. No entanto,

os padrões nacionais de desenvolvimento da agricultura incluem o Nordeste e têm efeito sobre ele. Nesse sentido, o estudo particular da agroindústria do açúcar e do álcool pode ser ilustrativo.

Este trabalho tem como objetivo apresentar a estrutura e apreender a dinâmica da produção do açúcar e do álcool no Nordeste, analisando o processo de modernização sob três perspectivas: a do Estado, a do Capital e a do Trabalho. As contradições entre o capital e o trabalho, as divergências entre segmentos da classe dominante e em suas relações com o Estado são condicionantes fundamentais que, inter-relacionados, determinam um padrão de acumulação setorial caracterizado pelas transformações parciais na base técnica e nas relações sociais da produção agrícola da agroindústria do açúcar e do álcool.

A caracterização destas transformações, particularmente no que diz respeito às mudanças nas relações de trabalho e de poder no espaço da lavoura canavieira, constitui nosso objeto de investigação. Para delimitá-lo teoricamente, recorreremos a abordagens que articulam variáveis econômicas e políticas. Ou seja, a possível originalidade do presente trabalho não consistiria apenas no recorte empírico que questiona o senso comum "savant", mestre em reafirmar, com maior ou menor sofisticação, o óbvio "atraso da cana no "Nordeste", em contraposição à evidente modernização no sul. A originalidade residiria em articular condicionantes de diversas ordens, para evidenciar:

a) a intervenção de um Estado multifacetário (planejador, legislador, financiador, mediador entre interesses diversos) que torna as instâncias governamentais cenário de disputas econômicas e políticas. Essa formulação não é nova, contudo, a presente investigação busca demonstrar seu alcance explicativo para a análise dos efeitos da ação estatal, quando se trata de uma realidade regional e de um setor empresarial com perfil heterogêneo.

b) as estratégias patronais que produziram tanto determinadas políticas estatais para o setor quanto a modernização diferenciada e descontínua na produção canavieira que vem permitindo a convivência dos chamados sistemas "racionalis, mistos e atrasados" na produção açucareira atual da região.

c) a segmentação dos trabalhadores da cana-de-açúcar por meio da diversificação das formas de arremontação, controle e uso da mão-de-obra e as estratégias dos sindicatos de trabalhadores rurais para tornar eficaz sua ação perante tais transformações.

Enfim, o foco analítico deste trabalho não está propriamente na problemática da modernização da agroindústria sucroalcooleira do Nordeste. As repercussões do processo de modernização em curso impõem o estudo das transformações das relações de trabalho e poder na região.

Acredito que o presente trabalho vem se juntar ao esforço feito por um grupo de professores ligados a várias Universidades do Nordeste que, ao realizar a pesquisa "Relações de Trabalho e Relações de Poder" (cf. Siqueira et alli, 1988), assim definiram seu primeiro eixo temático: "estes estudos vão buscar entender o âmbito do econômico, enquanto socialmente construído. Para tanto, é insuficiente identificar os elementos desta construção apenas no próprio mundo do trabalho, seja imediatamente, no processo de trabalho, seja imediatamente, na expressão sindical das contradições construídas nas relações de trabalho. Embora aí residam determinantes fundamentais, há que ultrapassá-los de modo a incorporar, tanto aqueles que advêm do âmbito político institucional (o caráter do Estado e das políticas públicas, como a política sindical, salarial...) como os que se situam fora dele, como o mundo das relações familiares, dos determinantes culturais(...). enfim de todos os condicionantes das formas de sociabilidade e expressão que especificam e vivificam a maneira pela qual se organizam as formas de sujeição dominantes no mundo do trabalho".

Com esta perspectiva, buscando interrelacionar condicionantes econômicas e políticas, realizei uma pesquisa na região coletando informações nos escritórios do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool); procedendo levantamento em jornais de circulação nacional e regional; coletando dados nos institutos nacionais de estatísticas como FIBEGE e INCRA; visitando engenhos, usinas e destilarias nos quatro principais estados açucareiros da região (Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte), onde foram feitas entrevistas com empresários, técnicos e trabalhadores e, finalmente, acompanhando as Campanhas Salariais dos canavieiros, coordenadas pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

Os resultados da pesquisa serão apresentados em quatro capítulos. A ordem de exposição não corresponde à ordem de investigação. Procurei construir cada capítulo interrelacionando sempre as três dimensões do processo (Estado, Capital e Trabalho), partindo do passado e chegando até o presente.

No primeiro capítulo, intitulado **Cana-de-açúcar e o Estado protecionista: uma trajetória de concessões e privilégios**, procurei reconstituir as relações históricas entre a fração açucareira da classe dominante com o Estado, para além das diferenças regionais. Ao tratar a questão em sua amplitude nacional inserimos os usineiros nordestinos no jogo de posições e disputas que resultou na criação de legislação protecionista para o Nordeste, definindo os patamares de transformação da agroindústria canavieira.

Em seguida, no capítulo II, **Os Usineiros do Nordeste: Interesses Econômicos e Desempenho Político** procurou-se evidenciar as principais reivindicações dos usineiros nordestinos no interior do aparelho do Estado, nas diferentes conjunturas. O capítulo foi construído mediante o mapeamento dos argumentos econômicos apresentados por diferentes atores e forças sociais em aliança ou contra posição. As lutas reivindicatórias dos usineiros nordestinos ora expressavam-se de forma articulada aos usineiros de outras

regiões para reivindicar, junto ao Estado. Medidas e políticas de interesse comum (preços dos produtos, dívidas, etc.) e expedientes para a preservação da política protecionista de cunho regional (subsídios de equalização de custos) aproximam e afastam alternadamente o conjunto dos usineiros do país e do Nordeste.

No capítulo III, Nordeste: Transformações Econômicas na Produção da Cana-de-açúcar, procurei tratar mais aprofundadamente da expansão da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste. Marcamos aí dois momentos. Um primeiro em que o aumento da produção agrícola se deu predominantemente pelo aumento da área plantada, quando a modernização tecnológica ficou circunscrita à parte industrial. E um segundo em que se evidencia, ainda que de forma não generalizada, a incorporação de progresso técnico na agricultura fundamentalmente através da mecanização agrícola e introdução de novas variedades que implicaram o aumento do rendimento e da produtividade do setor. Nesse capítulo, mapearam-se as transformações na base técnica da produção, demarcando mudanças e continuidades na geografia econômica dos canaviais nordestinos. Mudanças e continuidades no desempenho político dos usineiros nordestinos para garantir o protecionismo estatal.

Já em Mudanças nos Canaviais: Alterações nas Relações Sociais de Produção, capítulo IV, caracterizaram-se as diferentes maneiras e os graus de incorporação de progresso técnico que tornam heterogêneas as unidades de produção de cana-de-açúcar no Nordeste. Os efeitos sociais deste processo foram tratados do ponto de vista da força de trabalho que, ao se adequar às novas exigências do Capital, vê redefinidas as formas de contratação, gerenciamento, local de moradia, complementariedade de atividades, adequação ao calendário agrícola de diferentes regiões, enfim as relações de sujeição e dominação.

Finalmente, em Os Canavieiros do Nordeste: Ação Sindical e Assalariamento, capítulo V, tornou-se necessário rastrear o processo de organização dos trabalhadores da cana-de-açúcar no qual

se articulam, nas diferentes conjunturas, fatores econômicos (as chamadas condições objetivas) e fatores político-sindicais (que vão das condições ideológicas à predisposição subjetiva...). Também neste capítulo discute-se a necessidade de encontrar meios para tornar eficaz a ação sindical, implementando novas práticas que dêem conta das transformações econômicas pelas quais passam a produção de cana-de-açúcar no Nordeste.

A guisa de conclusão, procurei explicitar as virtualidades da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste, enquanto parte integrante de um modelo de desenvolvimento que se realizou nacionalmente, integrando cidade e campo. Assim, nas considerações finais, apontamos para o cenário geral das transformações sócio econômicas da agricultura regional, de que a lavoura canavieira é parte constitutiva.

As perspectivas futuras, de acordo com a concepção que norteia esta tese, passam pelas possíveis configurações de um jogo de complexas relações entre o Estado (governos, regimes políticos e políticas setoriais) os empresários do setor (com seus diferenciados interesses econômicos e gestões políticas) e os trabalhadores (desigualmente inseridos no mercado de trabalho e agentes da ação sindical).

Capítulo I

A Agroindústria do Açúcar e do Alcool do Nordeste e o Contexto Nacional.

1) Uma trajetória de Concessões e privilégios.

No início, a organização da produção açucareira no Nordeste fez-se principalmente através da concentração das unidades de processamento, da terra e da mão-de-obra escrava nas mãos dos senhores de engenho. Produtores de cana que não tinham condições para implantar engenhos tornaram-se donos de terras, de escravos e negociavam sua produção com senhores de engenhos - eram os lavradores. Outros que não tinham terra produziam cana nas terras de senhores de engenhos e, por isso, eram obrigados a moer sua cana nos engenhos onde plantavam e recebiam, em média, 30% da produção em açúcar, de onde os senhores de engenho retiravam outra parte como forma de pagamento pelo uso da terra - eram os foreiros.

Nos primórdios da produção açucareira nordestina, os engenhos operavam com tecnologia precária. Nos engenhos pernambucanos, utilizava-se energia hidráulica ou animal para acionar rústicas moendas de madeira, responsáveis pela extração do caldo da cana. O transporte da cana e do açúcar fazia-se nos lombos dos animais ou mesmo em carroças de tração animal. A qualidade do produto era ruim, quando comparada com a de outros países que concorriam com a produção brasileira no mercado mundial. Mesmo empregando tecnologia obsoleta para a produção de açúcar, a produção nordestina cresceu em consequência da ampliação do número de engenhos. No litoral pernambucano, haviam 66 engenhos em funcionamento em 1584, e, no início da segunda metade do século XIX já existiam em operação 3.000 engenhos (cf. Andrade, 1988).

Esse perfil da produção açucareira no Nordeste sofreu reflexos da primeira revolução industrial que provocou alterações nas relações comerciais entre as nações. A máquina a vapor revolucionou o sistema de transporte marítimo e o sistema de transporte em terra com a implantação das ferrovias, encurtando as distâncias entre os canaviais e a unidade de fabricação do açúcar e entre estas e o porto de embarque, aumentando assim a velocidade de circulação das mercadorias. Essas inovações não ficaram circunscritas à esfera da circulação, também atingiram a produção à medida que as máquinas a vapor foram substituindo antigas técnicas de produção.

Esse processo provocou transformações substanciais na estrutura produtiva da região com a substituição dos engenhos pelas usinas açucareiras(4) e foi responsável pelas divergências e conflitos entre os usineiros e senhores de engenhos como registrou Cabral (1983): " O processo de substituição dos engenhos pelas usinas foi lento e penoso. Teria de vencer a resistência dos senhores de engenho que, controlando diretamente o processo de produção agrícola e industrial, teriam de perder o controle da etapa industrial à medida que as usinas, como veremos, produzindo em muito maior escala que os engenhos, exigiriam que ocorresse grande centralização de capitais no ramo".

Senhores de engenhos desde 1850 já apontavam para a necessidade de mudanças nas suas técnicas de produção para a ampliação da escala de produção: os engenhos centrais surgiam como alternativa fabril. O governo imperial passou a estimular suas construções, significando a tentativa de adaptação para o Brasil do modelo de produção de açúcar das Antilhas, caracterizado pela separação das atividades industriais das agrícolas. A política direcionada para a implantação desse modelo de produção ampliou as divergências entre os produtores e os representantes do capital

4 Sobre a questão das transformações tecnológicas das unidades de produção açucareira em Pernambuco ver: Pereira da Costa (1940), Eisenberg (1977), Perucci (1978), Wanderley (1979), Andrade (1989).

comercial e bancário, grandes beneficiários dessa política, em detrimento dos grupos agrários que controlavam as terras, os escravos e a produção de cana (cf. Wanderley, 1979: 40/47).

Os senhores de engenhos com maiores capacidades financeiras, diante dos estímulos dados pelo governo para a implantação de engenhos centrais, impulsionaram a criação de associações através das quais estimulariam a modernização de suas unidades de produção com recursos próprios ou mesmo credenciando-se a disputar recursos junto ao governo. Esse credenciamento tornou-se efetivo no momento em que os representantes do capital agrário passaram a controlar os governos locais e regionais, ampliando seu poder de representação e reivindicação na esfera nacional (cf. Andrade, 1989: 30).

Wanderley (1979: 47) sublinhou a dimensão política e a econômica, ao afirmar que a maior capacidade de barganha dos senhores de engenhos, que começaram a receber recursos para modernização de suas unidades de processamento, relaciona-se com o momento em que passaram a controlar as administrações estaduais, no início do período republicano. Evidenciava-se, assim, sua hegemonia no complexo jogo de relações políticas, quando se tratava de definir as políticas de expansão do setor.

Os reflexos desse processo foram imediatos. A implantação dos engenhos centrais, enquanto modelo organizativo da produção, fracassou. As usinas, integrando a parte industrial e agrícola, consolidaram-se, então, enquanto unidade de produção básica e se expandiram pela zona da mata nordestina(5).

A produção canavieira cresceu no Nordeste, porém os rendimentos industrial e agrícola continuavam baixos, quando comparados com outros países produtores. Apesar das transformações

5 Cabral (1983) afirmou que os primeiros engenhos centrais viriam a funcionar no início da década de 1880 e as primeiras usinas, em 1898. Dai por diante, o processo de concentração e centralização toma impulso. Até 1900, são fundadas 49 usinas em Pernambuco. Apesar da resistência dos bangüês, já em 1925, cerca de 2/3 da produção canavieira do Estado concentraram-se nas usinas.

tecnológicas em alguns setores nas usinas, o parque açucareiro nordestino, no seu conjunto, continuava obsoleto e apresentava desequilíbrios tecnológicos entre as atividades industriais e agrícolas do setor.

Por outro lado, as condições desfavoráveis do mercado internacional provocavam frequentes crises no setor, dificultando a situação dos usineiros, que, já naquela oportunidade, acumularam dívidas, em decorrência de empréstimos tomados junto ao governo, bancos e comissários do açúcar, para implantação de usinas, aquisição de terra, formação de canavial e construção de ferrovias (6).

A exportação de açúcar do Brasil, que tinha correspondido, em 1901, a 60% da produção nacional caiu para 4% em 1904. Posteriormente, no cenário da Primeira Guerra Mundial, as políticas governamentais para o setor voltaram-se prioritariamente para o mercado interno, mesmo diante da recuperação dos preços do açúcar no mercado internacional, pois havia ameaça de desabastecimento interno (7).

Na década de 20, mesmo operando com baixo padrão tecnológico, a agroindústria açucareira do Brasil continuou ampliando sua produção: em São Paulo, a produção de açúcar passou de 115.384 sacos de açúcar, em 1925, para 1.113.417 sacos de açúcar, em 1929. No Rio de Janeiro, a produção elevou-se de 861.070 para 2.102.019 sacos de açúcar. Em Pernambuco, os números indicavam

6 Os comissários do açúcar levantavam, junto às agências bancárias, recursos a juros baixos, que eram repassados aos usineiros, a juros elevados. Esses comissários eram os virtuais compradores de açúcar dos usineiros, os emprestadores de recursos para implantação das safras e reparos das máquinas e os responsáveis pelo abastecimento das famílias dos usineiros. Muitos deles passaram a receber terras e usinas como forma de pagamento das dívidas. (cf. Andrade, 1989:47)

7 Política contrária foi implementada por outros países, como Cuba e Java, que aproveitaram essa conjuntura favorável de preços no mercado externo para ampliação e modernização das suas unidades de produção.

2.569.285, na safra de 1925, e, 4.603.127 sacos de açúcar, na safra de 1929. (cf. Wanderley, 1978:53/54)

A expansão da produção, associada aos baixos preços do açúcar no mercado externo, agravou a crise do setor, fazendo com que os usineiros, em diversas oportunidades, exigissem maior intervenção governamental, conforme evidenciam as resoluções dos Congressos dos usineiros, realizados em Campos (1911) e no Recife (1928). Nessas oportunidades, pleitearam, junto ao governo, maior intervenção para regulação da oferta, através da compra da produção, controle dos estoques e da comercialização do açúcar no mercado nacional e internacional. Na realidade, os usineiros procuravam transferir para o Estado os prejuízos da exportação do açúcar e sugeriam que, por meio de mecanismos adequados, esses prejuízos fossem repassados aos consumidores e a toda a sociedade.

Assim, a intervenção estatal voltou-se para a formação de estoques reguladores e para a regulação no suprimento dos mercados regionais e internacional(8). A exportação do açúcar, mesmo ocorrendo em situação desfavorável, não foi interrompida, pois funcionava como regulação do mercado interno.

Por outro lado, os usineiros procuraram transferir o ônus das suas perdas para outros segmentos. Reduziram os preços da tonelada de cana adquirida dos fornecedores, instituíram uma multa de 10% aos fornecedores que entregassem matéria prima de baixa qualidade, eliminaram os comissários que controlavam a comercialização do açúcar (9). Mas as divergências apareciam também

8 O decreto lei 19.717 de 20/2/31, antes mesmo da criação do CEAM, obrigava a misturar à gasolina importada 5% de álcool, obrigava a misturar 10% de álcool à gasolina dos veículos da frota governamental, isentava de impostos e taxas de importação, até 31/3/32, o material necessário à montagem de usinas para a fabricação e destilação de álcool anidro. Adotou-se uma política de formação de estoques reguladores (decreto 20.401 de 15/9/31). Criou-se o Conselho Nacional de Defesa da Produção de Açúcar-CDPA (decreto 20.761 de 7/12/31), para estudar mercados, aprimorar o processo de controle da produção e da comercialização (apud. Szarecsányi, 1979 : 171/188).

9 De Carli (1936:52) afirma que, na crise de 29, os usineiros procuraram, através da redução dos preços, transferir seus prejuízos para os fornecedores, que reagiram violentamente, ameaçando os usineiros de incendiar os canaviais, destruir as linhas férreas ou mesmo de colocar explosivos para dinamitar as caldeiras das usinas. A intensidade desse conflito impôs uma imediata intervenção governamental. Esta mediação do governo permitiu que as partes se

entre os próprios usineiros e, nessas circunstâncias, apareciam como questões regionais (NE/SUL), principalmente quando estava em jogo sua liderança no cenário nacional, fator determinante para o controle das cotas de exportação (cf: Andrade, 1989: 63/65). As divergências entre eles eram minimizadas, quando se tratava de realizar pressões para a obtenção de proteção governamental, aí as partes se uniam "para o bem de todos".

O decreto lei 20.401, de 15/8/31, por meio do recolhimento de um percentual da produção de açúcar, voltava-se para a formação de estoques, conciliou interesses dos produtores do Nordeste e do Sul¹⁰). Isso porque estimulou a produção de açúcar no sul do país, onde a produção era insuficiente para o abastecimento do mercado regional e subsidiou a exportação dos usineiros nordestinos, onde a produção era superior à demanda do mercado regional.

Essa medida protecionista, porém, não foi suficiente para debelar os efeitos da crise. No início dos anos 30, o agravamento da situação internacional impôs a necessidade de uma intervenção direta do Estado na regulação da produção. O decreto lei 22.152, de 28/11/32, determinou o limite máximo da produção para cada usina, engenho, bangüê, e adotou como referência para a distribuição de quotas a média da produção de cada unidade nos últimos 5 anos.

As políticas protecionistas também se estenderam para a área comercial, inibindo os mecanismos especulativos dos preços do açúcar, colocado em prática pelos intermediários no mercado. Para Truda (1971: 151/154), a intervenção estatal protegeu os

conflito chegassem a um acordo. Foi elaborada uma tabela regulamentando os preços da cana e as condições do fornecimento, conforme determinação expressa no decreto lei nº 111, emitido em 23 de janeiro de 1932. Essa regulamentação eliminou as tensões mas não eliminou as divergências.

¹⁰ Este decreto liberou, nos estados onde o consumo era superior à produção, o recolhimento do açúcar destinado à formação dos estoques reguladores, que eram de 10% da produção, mediante uma taxa de cinco mil reis por saco liberado. No decreto, esses recursos seriam transferidos aos produtores dos estados, onde a produção era superior ao consumo e onde ocorriam grandes perdas na comercialização do excedente no mercado externo, em decorrência de situações desfavoráveis de preços.

produtores, mas contrariou interesses de comerciantes de açúcar, ao diminuir a margem de especulação dos intermediários, que manipulavam os preços do açúcar nos mercados, após adquirirem a produção em condições favoráveis. O autor registra que a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar, em maio de 1833, reprimiu uma ação especulativa de preços, incitada pelos intermediários. Essa intervenção provocou a estabilização dos preços do açúcar no mercado, desarticulou a rede de intermediação e tornou o usineiro liberto do jogo especulativo e das manipulações impostas pelos intermediários. O protecionismo aos usineiros evidenciava-se pela liberação de recursos pelo governo para o financiamento do período de entressafra, até então financiado basicamente pelos intermediários. A intervenção do governo, entretanto, manifestou-se sobretudo na ampliação dos recursos do crédito agrícola. Esta ação representa a capacidade de articulação política dos usineiros e demais produtores de cana, no interior do aparelho de Estado, como afirma Truda (1978:17): " O Plano de Defesa da Produção Açucareira foi imposto pela exigência da ordem econômica e pelo imperativo clamor dos produtores ameaçados de ruína total e incapacitados não só de reerguer-se pelos seus próprios esforços, como até mesmo de conjugar e coordenar tais esforços. Parte dos recursos destinados a esses programas protecionistas era proveniente do recolhimento de uma taxa de três mil reis por saca de açúcar, cobrada dos produtores para cobrir os custos da defesa da produção e para comprar o excedente de produção".

Essa taxação desorganizou o esquema de intermediação da produção. Os produtores deixaram de recorrer a empréstimos dos intermediários e passaram a comercializar livremente sua produção. Após a introdução dessa sistemática, o preço recebido pelos produtores sempre esteve acima do preço médio do mercado(11).

11 Na safra de 31/32, a Comissão de Defesa da Produção adquiriu 68.157 sacas de açúcar demerara, ao preço de 27\$000, e 27.668 sacas, 25\$500, enquanto o preço médio era de 24\$600. Foram adquiridas 468.280 sacas de açúcar cristal a 30\$000, sendo 27\$000 o preço médio de mercado. Na safra de 32/33, a CDP adquiriu 300.000 sacas a 25\$500 e 295.525 a 27\$400, o preço médio de mercado sendo de 27\$600. Na safra de 33/34, a CDP adquiriu 71.282 sacas a 27\$400 e 485.736 a 32\$700, enquanto o preço médio era de 33\$515. Na safra 34/35, a CDP adquiriu 351.242 sacas a 32\$700 e 461.720 a 35\$100 enquanto o preço médio era de 35\$500. Nessa mesma safra foram adquiridas 185.722 sacas de açúcar cristal a

A partir dessa experiência, o Estado aprimorou suas formas de intervenção no setor, instaurando condições para fomentar, dirigir e controlar a produção do açúcar e do álcool em todo país com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, conforme determinação do decreto 22.789, de 1/6/33 (12). O controle do IAA sobre o setor tornou-se absoluto: no nível do planejamento e da regulação da produção, como no da comercialização do açúcar no mercado internacional.

O Instituto do Açúcar e do Alcool nasceu controlado politicamente pelos usineiros do Nordeste. Tal supremacia se revelou desde o início através das divergências com usineiros de outras regiões, senhores de engenhos e fornecedores, principalmente quando se definiam os critérios que norteariam o planejamento das atividades do setor como, por exemplo, distribuição de cotas de produção, fixação dos preços da cana, do açúcar e do álcool, definição de políticas de subsídios e outras.

Os privilégios dos usineiros ficam patentes nas resoluções e nas diretrizes do IAA, ali se concretizavam seus privilégios, em detrimento de outros produtores. De Carli (1940:72) identifica esses privilégios em resolução do IAA, emitida em 20/3/1934. Afirma que esta resolução impôs como critério para limitação da safra a média quinquenal da produção, a capacidade dos maquinismos e permitiu o rateio dos excessos de produção dentro dos limites de produção dos Estados. Esses critérios não contemplavam os engenhos/bangüês, que produziam 40% do açúcar consumido no país. Foram incluídos no planejamento, depois de muita pressão sobre as autoridades, pelo decreto 24.749 de 14/7/1934.

33\$000, enquanto o preço médio era de 41\$050. Na safra de 35/36, a CDP adquiriu 313.837 sacas a 32\$700, 500.000 sacas a 29\$700 e 913.666 sacas a 24\$000, enquanto o preço médio era de 29\$250. Na safra de 36/37, a CDP adquiriu 313.837 sacas a 40\$750, 500.000 sacas a 37\$243 e 913.666 a 37\$851 (cf: Truda, 1971).

12 Sobre esta questão ver Szarecsányi (1979).

Os decretos oferecem um mapa do processo de concentração da produção no setor, pois a definição dos critérios para a distribuição das cotas de produção, a partir da capacidade do maquinismo e da média quinquenal, privilegiava a expansão dos grupos mais consolidados: os usineiros. Com os critérios estabelecidos para a distribuição das quotas de produção, os bangüês e os engenhos que produziam 40% do açúcar foram entrando em acelerado processo de exclusão da produção açucareira. Os remanescentes hoje produzem apenas aguardente e rapadura.

Em resumo, a intervenção do IAA, nos anos 30, protegeu os usineiros da crise, assegurou as condições para a expansão de suas atividades, para o aprimoramento das condições de produção. A expansão e a concentração da parte industrial - ora pela substituição dos equipamentos obsoletos, ora pela implantação de novas usinas - aumentou consideravelmente a capacidade de processamento, enquanto a parte agrícola ampliou a produção pela incorporação de novas áreas. A disputa pela terra e pelo controle da matéria prima entre usineiros e fornecedores exigiu também as mediações do Estado.

Andrade (1989:74) afirma que, no Nordeste, havia um esgotamento dos espaços para a implantação da lavoura canavieira e se fossem mantidas as mesmas condições tecnológicas de produção, haveria um estrangulamento real da expansão das usinas. Usineiros e senhores de engenho concorriam entre si, procurando salvaguardar seus territórios, condição necessária para manter suas unidades de produção em funcionamento. As usinas, por possuírem equipamentos industriais mais modernos, necessitavam de maior volume de matéria-prima, que poderia advir do aprimoramento da produção agrícola ou do maior controle sobre as áreas plantadas. A dificuldade para obtenção de ganhos de produtividade mediante introdução de novas tecnologias, fez com que o aumento da produção fosse decorrência da expansão e do controle sobre áreas anteriormente ocupadas por antigos lavradores, senhores de engenhos e fornecedores.

Os usineiros, para ampliar o controle sobre a terra e conseqüentemente sobre a matéria-prima, necessitavam adquirir novas áreas ou rescindir os contratos de arrendamento com os fornecedores que produziam cana em terras das usinas. Tal objetivo ameaçava todos os fornecedores, tanto aqueles que produziam cana em suas próprias terras, quanto aqueles que as produziam em terras de terceiros, nas formas de arrendamento.

Wanderley (1978:77) afirma que: "...em diferentes proporções, a maior parte das usinas de Pernambuco dispensa progressivamente a contribuição de seus fornecedores, quer pela redução de seu número, quer pela diminuição do volume de cana, deles adquirido. Exemplo evidente dessa nova orientação é o da Usina Catende, que, entre 1932/33 e 1935/36, diminuiu o número de seus fornecedores de 95 para 46 e reduziu sua participação de 58% para 22%. Da mesma maneira, a Usina Piragi elimina, durante este mesmo período, vinte proprietários de seu quadro de fornecedores, cuja contribuição passa de 78% para 22% do total de matéria-prima utilizada pela fábrica. Um terceiro exemplo é a Usina Aliança, que, em 1932, recebia a totalidade de suas canas de plantadores vizinhos e passava a produzir 43% da matéria-prima de que tinha necessidade".

Essas tensões se agravaram após 1933, quando os usineiros procuraram ampliar seu controle sobre a produção agrícola, por entenderem que os fornecedores não tinham condições para implementar mudanças tecnológicas no campo, capazes de reduzir os desníveis entre a produtividade industrial e a agrícola do setor. As preocupações com o planejamento da produção trouxeram também novas questões, agora relacionadas com os cálculos do custo de produção e da produtividade do setor.

Nesse contexto, tornou-se necessária nova mediação do governo, no sentido de encontrar normas que pudessem regulamentar tais relações e amainar os conflitos. A lei 178 (9/1/1936) foi uma tentativa nessa direção. Tornava obrigatório às usinas processarem canas de fornecedores, em quantidades estabelecidas pelas cotas

individuais, determinadas pela média de produção do quinquênio anterior e transferia para o governo o poder de fixação e controle dos preços da tonelada de cana.

Em 1939, outros decretos leis foram emitidos pelo governo visando à regulamentação das relações entre usineiros e fornecedores(13). Essas medidas conduziram à promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira (decreto lei 3855 de 21/04/1941) que disciplinou as relações comerciais entre usineiros e fornecedores, ao determinar que no mínimo 40% da cana processada nas usinas fosse adquirida junto aos fornecedores; que as quotas dos fornecedores fossem determinadas em função das cotas de açúcar de cada usina; que o preço da cana estivesse vinculado ao preço do açúcar ou do álcool, ao rendimento industrial da usina, ao teor de sacarose e ao rendimento da matéria-prima.

A regulamentação das relações entre os diferentes segmentos de produtores, tanto no nível da produção quanto no da comercialização (impulsionadas pelo Estatuto da Lavoura Canavieira), permitiu a rearticulação de alianças entre certos tipos de fornecedores e os usineiros. Ou seja, as usinas passaram a reconhecer como seus fornecedores apenas os proprietários de terra e, dentre estes, os grandes e médios, em detrimento dos pequenos. Os pequenos proprietários e rendeiros, quando mantidos pela usina, oficialmente, não tiveram suas quotas reconhecidas demonstrando que

13 Szreccsányi(1979: 197/200) apresenta e analisa decretos leis emitidos em 1939, dos quais retiramos alguns aspectos relacionados aos fornecedores e que listamos a seguir. O decreto-lei 1130 de 2/3/1939 aprovou as quotas de produção para as fábricas de açúcar, regulamentando o Plano Safra. O Decreto-lei 1546 de 29/8/1939 autorizou o funcionamento de novas fábricas de açúcar, ampliando as quotas de produção nos Estados. As usinas organizadas na forma de cooperativas ou abastecidas por 90% de matéria prima procedente de fornecedores independentes receberiam as quotas de expansão. O decreto-lei 1669 de 11/10/1939 estabeleceu critérios de distribuição das quotas ampliadas: as usinas menores receberiam 50% da quota dos Estados, as médias ficariam com 30% e as grandes com 20%. Nos Estados de menor produção, a repartição era proporcional à quota de cada usina desde que 70% fossem destinados aos fornecedores, lavradores e colonos e apenas 30% à produção da própria usina. O decreto-lei 1831 de 4/12/1939 proibiu as instalações de novas fábricas de açúcar, regulamentou a transformação de engenhos em usinas e o cancelamento de quotas por falta de atividade industrial durante 2 anos consecutivos e conferiu o monopólio nacional das exportações de açúcar.

a organização da produção no campo tendia a se implantar em grandes unidades de produção (cf. Wanderley, 1978:81).

No entanto, a dinâmica da agroindústria do açúcar e do álcool no Brasil sofreu forte impacto conjuntural na década de 40. No cenário da Segunda Guerra Mundial delinearam-se novas crises de realização da produção. A intervenção governamental (14), ao minimizar o impacto da crise do mercado internacional sobre a produção de açúcar do Nordeste, estimulou o crescimento da produção açucareira na região Centro-Sul, principalmente no estado de São Paulo, em virtude da existência de um grande mercado consumidor e de uma cafeicultura em crise, cujos produtores estavam ávidos por novas alternativas de investimentos (15). A expansão da agroindústria do açúcar e do álcool em São Paulo foi consequência das pressões políticas desencadeadas pelos usineiros paulistas, junto ao IAA, fazendo com que o planejamento das atividades do setor não ficasse exclusivamente voltado para as questões do Nordeste, sem considerar a expansão dos mercados no Sul/Sudeste e a iniciativa dos grupos privados, interessados em investirem no setor. O maior poder de influência dos usineiros paulistas nas instâncias de elaboração das políticas de planejamento do setor foi evidenciado na aprovação do decreto-lei 9827, de 10/9/46, estabelecendo novos critérios para a distribuição das cotas de produção, tais como: índices de consumo/expansão da produção de açúcar em cada unidade federativa e o déficit entre produção e consumo de cada Estado importador. Estes novos critérios

14 Uma medida protecionista, para estimular a produção do álcool, elaborada pela comissão executiva do IAA em 21/2/1941, elevou em 20% o teor de álcool na gasolina; o financiamento para implantar destilarias e para importações de equipamentos; transformar parte do excedente de açúcar em Alcool; garantia de preço mínimo. Resolução 105/45 de 4/4/1945 condicionou a concessão de quotas para a implantação de novas usinas à implantação de destilarias anexas. Quanto ao açúcar, o Estado elevou em 10% a cota das usinas do Centro-Sul (resoluções 26/42, 18/42, 30/42), liberou para estas usinas o regime de quotas e moagem (resoluções 60/43 de 26/6/43), transferiu para a região parcelas da produção anteriormente fornecidas pelos produtores do Nordeste (cf. Szarecsányi, 1979:209).

15 Na segunda metade da década de 40, com o término da guerra, foram restabelecidas as relações comerciais do Brasil com o mercado internacional, já no contexto da política de substituição de importação. A reserva monetária acumulada no Brasil durante a guerra ampliou a capacidade de importação de máquinas e equipamentos industriais, intensificando a industrialização e conseqüentemente o mercado interno.

estimularam, de imediato, a expansão da produção paulista que passou de 4.4 para 8.1 milhões de sacas entre 46/47 e 51/52 (cf. Szmeccsanyi, 1979).

A expansão açucareira para a região Centro/Sul ampliou as divergências entre os diferentes segmentos de produtores, já não mais circunscritas aos confrontos entre fornecedores e usineiros do Nordeste. As divergências entre os usineiros do Nordeste e do Sul se expressaram através de discursos e recortes regionais, nos momentos em que estava em jogo a definição da política de desenvolvimento do setor.

De fato, a expansão da produção açucareira em São Paulo num contexto histórico distinto daquele existente na região Nordeste, fez aumentar as diferenças entre os índices de produtividade inter-regionais, ameaçando os usineiros nordestinos pela perda do poder de concorrência no mercado. Porém, tais ameaças não chegaram a inviabilizar ou mesmo estagnar a produção açucareira no Nordeste, nem sequer chegaram a provocar reduções substanciais nos lucros das empresas. Em parte, porque a representatividade política das oligarquias regionais no interior do aparelho do Estado assegurou, por meio de medidas protecionistas, as condições necessárias para minimizar a sua já tão decantada inferioridade econômica. Nesse processo, o governo, além de amortecer os impactos das crises de produção e mercado, continuou mediando relações conflitivas entre segmentos dos produtores de açúcar.

O Fundo de Compensação de Preços do Açúcar - resolução 154, de 15/8/48 - constitui um exemplo desse protecionismo: foi criado para manter, mesmo que de forma deficitária, cotas das usinas e dos fornecedores. O governo recolhia uma sobretaxa cobrada sobre cada saca de açúcar produzido, compondo um fundo de recursos que eram destinados aos próprios produtores para cobrir o diferencial entre o preço de produção e o preço do mercado, como também para financiar a exportação de álcool.

Mas, quando as medidas protecionistas contrariavam interesses das partes envolvidas, elas geravam protestos e reações articuladas que, em certas conjunturas, chegaram a resultar na revogação de decretos governamentais. Este foi o caso da resolução 618, de 29/12/51, que assegurava o poder de competitividade dos produtores nordestinos, mediante a implantação de uma política de preços diferenciados. Com essa resolução, os preços da produção passaram a ser determinados a partir de dois componentes: a) um preço fixo de compra, igual para todo o país e tendo como base de fixação os custos de produção da região Nordeste; b) um preço variável, formado de acordo com a distância das zonas de produção aos principais mercados consumidores do Centro-Sul. (cf. Szmrecsányi, 1979:241).

As oligarquias nordestinas desta feita não conseguiram manter essa resolução, dadas as pressões desencadeadas pelos usineiros da região sudeste, particularmente de São Paulo, cujos interesses não estavam contemplados. Os usineiros paulistas acionaram a justiça, por discordarem do princípio do sobrepreço, e, depois de uma intensa batalha judicial, conseguiram a revogação desta resolução na justiça (Szmrecsányi, 1979:241)

Nesse complexo jogo de relações políticas e econômicas, no qual disputavam grupos que queriam preservar e ampliar seus interesses, é que foram sendo socialmente construídos os parâmetros definidores da expansão da agroindústria açucareira no Brasil. Tais parâmetros nem sempre estiveram de acordo com a lógica dos empresários que de fato investiam na modernização da produção, pois, ao mesmo tempo, muitos produtores continuavam operando com suas unidades de produção obsoletas, graças à preservação das políticas protecionistas do governo. Tal dinâmica econômica, monitorada por uma política protecionista, não só permitiu a convivência e a reprodução de unidades de produção tecnologicamente "modernas/atrasadas", como foi responsável pela elevação dos desníveis de produtividade regional, entre as usinas de São Paulo e do Nordeste.

O Relatório do Conselho Internacional do Açúcar, elaborado no final da década de 50, considerava que a produção açucareira no Brasil apresentava ainda um baixo perfil tecnológico: " das 303 usinas operando no Brasil, 218 (71.9%) tinham uma capacidade de moagem de até 1000 toneladas de cana por 24 horas, enquanto apenas 25 usinas (8.3%) do total operavam com uma capacidade de esmagamento diário superior a 2000 toneladas de cana demonstrando o baixo rendimento deste setor".

Mesmo comprovada a obsolescência da agroindústria açucareira no Brasil, a produção das usinas paulistas continuavam em processo de expansão. Na década de 50, a produção de açúcar em São Paulo passou de 24.8 milhões de sacas, na safra de 50/51, para 35,4 milhões de sacas, na safra de 54/55. Na safra de 58/59, tal produção atingiu a cifra de 53,7 milhões de sacas (cf. Szmeccsanyi, 1979).

A supremacia econômica, por sua vez, foi ampliando o poder de representação política dos usineiros do Sul, particularmente de São Paulo, como demonstra a resolução 1284/57, de 20/12/57, modificando os critérios de distribuição das quotas de produção. Tal resolução adotou como referência para a ampliação das quotas de produção das usinas os seus níveis de produção entre as safras de 51/52 a 56/57. Este critério permitiu a concentração e ampliação das quotas de produção de açúcar na região Centro/Sul, onde já se localizavam as maiores e mais modernas usinas do país, favorecendo o deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Centro/Sul. Este deslocamento ganhou mais força com o cancelamento das cotas de produção das usinas que, por várias razões, deixaram de moer e com o cancelamento das cotas dos engenhos que não produziram nas safras de 55/56 e 56/57. Tais medidas fecharam várias usinas e desativaram engenhos no Nordeste.

Ainda assim, essas resoluções não foram suficientes, nem para inviabilizar a produção açucareira do Nordeste nem para

alterar estruturalmente a dinâmica econômica do setor. O setor açucareiro continuou se reproduzindo com características regionais diferenciadas em relação ao perfil tecnológico (ou seja: Nordeste "atrasado"; Sudeste, particularmente São Paulo, "moderno"). Alterações nessa dinâmica não dependiam exclusivamente de determinantes econômicas, mas estavam condicionadas ao reordenamento das relações políticas entre os segmentos da classe dominante e destes com o Estado.

Numberg (1985:213) discutindo esta questão afirma que: "...o esforço para modernizar o setor açucareiro requeria mais do que simples racionalização técnica de produção: exigia rupturas dos laços clientelistas tradicionais entre o Estado e as oligarquias tradicionais do Nordeste. Era preciso também dismantelar a estrutura institucional paternalista, criada nos anos 30 por Getúlio Vargas para, ao mesmo tempo, regulamentar a indústria e mobilizar o apoio político a seu regime". Ou seja, sem o deslocamento dos grupos oligárquicos das instâncias de decisões do aparelho do Estado, os programas de aumento de produtividade ficavam circunscritos a algumas regiões e à iniciativa de alguns usineiros, sem perspectiva de se alastrar pelo conjunto do setor, pois, como já vimos, as oligarquias nordestinas, e mesmo outros empresários, compensavam sua baixa produtividade com os incentivos e protecionismo governamental.

Fatores externos, entretanto, interferiram nessa dinâmica. As transformações tecnológicas na produção açucareira foram estimuladas no início dos anos 60, com o embargo comercial imposto pelos Estados Unidos a Cuba, em virtude da revolução de 1959. Tal bloqueio econômico afetou diretamente a exportação de açúcar cubano para o mercado americano, permitindo a distribuição das cotas de importação de açúcar do mercado preferencial americano para outros países. O açúcar brasileiro foi contemplado com estas medidas. Em 1960, foram comercializados, naquele mercado, apenas 12 mil toneladas métricas de açúcar das 717 mil importadas pelos Estados Unidos. Em 1963, o Brasil enviou para o mercado preferencial norte

americano 417 mil toneladas métricas de açúcar das 527 mil importadas pelos Estados Unidos que se tornou o maior mercado importador do açúcar brasileiro (cf. Nuremberg, 1985:219).

A elevação dos preços do açúcar no mercado internacional abriu perspectivas de modernização da produção açucareira para aumentar seu poder de competitividade no mercado. A ação governamental se concentrou na administração dos recursos advindos da exportação do açúcar, para tal foi criado o Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira, decreto-lei 51.104, de 1/8/1961 (16).

O Plano de Expansão da Agroindústria Canavieira se fez mediante a ampliação das cotas das usinas e a implantação de novas unidades de produção. A regulamentação dessa expansão teve como referência dois decretos: a) O decreto-lei 1761, de 12/12/63, regulamentou a ampliação das cotas de produção das usinas adotando como critério as características das unidades de produção e sua localização geográfica, tendo como referência os Estados; b) O decreto-lei 1762, de 12/12/63, estabeleceu critérios para a implantação de 50 novas usinas açucareiras, que foram, em maior número, localizadas no Paraná e em São Paulo, tornando-se alternativa real de investimentos à política de erradicação dos cafezais, elaborada pelo Instituto Brasileiro do Café (cf: Revista Brasil Açucareiro, 1964: 35/45). Com esse decreto os usineiros asseguraram para si parte substancial das cotas de expansão: 60% de seu total foram destinados a usinas já instaladas e 40% destinados a novas usinas.

16 Ver decreto-lei 51.104, de 1/8/1961, que criou o Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira. O decreto-lei 136, de 17/11/61, regulamentou suas operações. Os recursos ali acumulados seriam procedentes de saldos financeiros da exportação do açúcar para o mercado preferencial norte-americano e para o mercado livre, de taxas de recolhimento de Cr\$ 50,00 por saca de açúcar, de outras fontes como transferências, dotações e doações privadas ou oficiais. Esses recursos seriam destinados a financiar a exportação de açúcar, cobrindo eventuais diferenças de preços, programas de consolidação e fomentos da agroindústria canavieira, comercialização da produção e formação de técnicos, a custear programas de assistência social aos trabalhadores, a promover programas de pesquisas econômicas, agrícolas e industriais. Os recursos acumulados no Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira foram emprestados aos usineiros em condições excepcionais, quando comparados com as taxas normais de mercado (juros de 6% aa, carência de 2 anos, prazo de 15 anos para pagamento, etc.).

Contudo, este não foi um passo unívoco e irreversível em direção à modernização. Para tornar mais eficiente a administração dos recursos acumulados no setor, foi criado o Fundo Especial de Exportação (decreto-lei 4870 de 1/12/65), cujos regulamentos para destinação dos recursos se tornariam verdadeiros obstáculos à modernização da produção açucareira. Os regulamentos determinavam que os recursos acumulados podiam ser destinados unicamente às seguintes atividades: a) 60% para subsidiar a comercialização do açúcar no mercado interno; b) 40% para cobrir o diferencial do preço do açúcar no mercado externo, quando esse preço fosse inferior ao preço pago pelo IAA aos usineiros.

Ora, para a utilização desses recursos na modernização da produção do açúcar, seria necessário modificar os regulamentos do Fundo Especial de Exportação, fato que, naquele contexto, contrariava os interesses dos usineiros nordestinos, pois a modernização da produção poderia propiciar alterações na política de subsídios. Assim, ao não permitirem alterações nos regulamentos do Fundo Especial de Exportação, mantiveram os recursos ali acumulados como reserva financeira para ser utilizada nas conjunturas desfavoráveis do mercado internacional.

Mas, na realidade, a resistência de certos usineiros em modernizar sua produção açucareira tornava-se cada vez mais difícil, dadas as transformações pelas quais passava a economia brasileira, em decorrência da industrialização e da inevitável integração inter-setorial. Os empresários da indústria, particularmente os da indústria de base e daquelas voltadas para a agricultura, entraram no cenário da agroindústria açucareira, pois a modernização da produção açucareira, articulada ao processo de industrialização da agricultura de uma forma geral, ampliava a demanda por máquinas, equipamentos e insumos agrícolas. Nesse contexto, as propostas de modernização da agroindústria do açúcar e

do álcool se diferenciavam das tentativas anteriores, particularmente daquelas elaboradas para o Nordeste (17).

Na segunda metade da década de 60, no entanto, o agravamento da crise do setor evidenciava-se em alguns fatores, tais como: a queda do preço do açúcar no mercado internacional, o esgotamento dos recursos do Fundo Especial de Exportação, os problemas estruturais da produção, os elevados estoques de açúcar, a necessidade de mais recursos subsidiados, para manter em operação as usinas, o agravamento da crise financeira do Estado. Nessas circunstâncias, o papel, até então desempenhado pelo governo, de amortecedor e gerenciador das crises parecia insuficiente para enfrentar essa nova realidade. Impunham-se transformações estruturais na produção açucareira, em direção à concentração e a modernização da produção.

A modernização da agroindústria do açúcar e do álcool se intensificou no início dos anos 70, tendo como pressupostos a necessidade de eliminação das empresas "arcaicas", de baixo padrão tecnológico, que eram encontradas nas mais diferentes regiões do Brasil, nas se concentravam basicamente no Nordeste, em razão de condicionantes históricas já apontadas.

Esse processo de concentração e centralização da produção do açúcar e do álcool no Brasil teve como suporte os Programas de Racionalização e Apoio da Agroindústria Açucareira (1971/72), do

17 O GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), de onde se originou a SUDENE, já evidenciava a necessidade de aumentar a produtividade da lavoura canavieira pela introdução da mecanização e da irrigação. Esta proposta objetivava também implementar alterações na estrutura fundiária da região. Propunha-se que os usineiros efetuassem os pagamentos dos empréstimos tomados para modernização de suas empresas, não em dinheiro, mas em terras, que ficariam então liberadas para a realização de assentamentos de trabalhadores. Na lógica dos planejadores, essas terras, inadequadas para o plantio da cana, constituiriam locus de Reforma Agrária. Tal proposta encontrou forte resistência por parte dos usineiros, que eram contra a Reforma Agrária, contra a desconcentração da propriedade da terra. Posteriormente, já no regime militar, criou-se outro órgão específico de desenvolvimento para o setor, o GERAN (Grupo Executivo de Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste, decreto-lei 59.833, de 8/8/1966. Wanderley (1979: 105) analisando a proposta do GERAN, afirma que: "este programa objetivava a reestruturação da agroindústria canavieira, visando à diversificação da economia da região e à melhoria do bem-estar social dos habitantes da zona canavieira".

PLANALSUCAR e do Programa Nacional do Alcool-PROALCOOL-(1975), determinando os eixos básicos que nortearam a expansão do setor nas décadas 70/80.

A dinâmica econômica da agroindústria do açúcar e do álcool no Brasil, após a implantação dos programas de modernização e expansão no início da década de 70, apresentou duas características distintas: A primeira, predominantemente realizada na década de 70 e nos primeiros anos da década de 80, se define pelos grandes investimentos feitos na produção industrial do setor, aumentando sua capacidade de processamento mediante a modernização e a expansão do parque industrial açucareiro e alcooleiro. A modernização da parte agrícola dessa agroindústria não se fez com a mesma velocidade que a da parte industrial, o aumento da produção da matéria-prima ocorreu, fundamentalmente, em decorrência da expansão da área plantada de cana e em detrimento do aumento da produtividade. Esse desequilíbrio tecnológico entre as partes agrícola e industrial refletiu nos índices de produtividade do setor: não houve respostas significativas às transformações processadas na parte industrial.

A segunda etapa da modernização da agroindústria do açúcar e do álcool se procedeu na década de 80 e apresentou como característica básica a modernização parcial da agricultura, a melhoria da qualidade da matéria-prima, a ampliação do seu rendimento industrial e, conseqüentemente, o aumento da produtividade de todo o setor. As inovações tecnológicas na parte agrícola alteraram a dinâmica do setor, ao viabilizar a implantação de empresas modernas, em uma região reconhecidamente atrasada, impondo o uso de novos elementos para caracterizar as dinâmicas regionais, que passaram parcialmente por um processo de modernização.

2) Anos 70: Transformações estruturais na produção açucareira e alcooleira do Brasil.

Os programas governamentais voltados para a ampliação da capacidade produtiva da agroindústria açucareira no Brasil tinham como pressupostos: a concentração das atividades do setor, a eliminação das empresas "arcaicas" pela difusão tecnológica entre as unidades de produção e pela eliminação do protecionismo governamental.

Os primeiros sinais das transformações estruturais da produção açucareira foram evidenciados nos programas governamentais lançados no início da década de 70. O decreto-lei nº 5654, de 14/5/71, propunha uma "seleção natural" das empresas pelos seguintes mecanismos: paralisação total das atividades das usinas que ficaram desativadas por três safras consecutivas, a partir da safra de 1968/69, revisão sistemática das cotas de produção das usinas, adoção de novos critérios para distribuição das cotas de produção, tendo como referência duas grandes regiões, o Norte/Nordeste e o Centro/Sul. Por outro lado, o decreto-lei nº 1186, de 27/8/71, ao estimular fusões, realocações e incorporações das empresas certamente impulsionaria a concentração e a modernização da produção da agroindústria açucareira e alcooleira do Brasil (18).

Esses programas substituíram um outro programa de modernização da produção da agroindústria canavieira nordestina que estimulava a desconcentração da terra. Mas a resistência dos usineiros inviabilizou essa proposta e provocou reformulação na política do GERAN. A resolução 71, de 21/12/70, deixou de se referir as questões relacionadas à desconcentração das propriedades, se limitava a financiar o conjunto do complexo agroindustrial, visando a aumentar sua produtividade e a

18 Sobre a legislação que nortearam a expansão da agroindústria do açúcar e do álcool ver Szarecsányi (1979).

racionalizar suas atividades agrícolas, industriais, de transporte e formação de recursos humanos.

Na realidade, as novas medidas modernizantes provocaram impacto na estrutura produtiva: foram desativadas 43 usinas, das quais 36 estavam na região Norte/Nordeste e 7 na região Centro/Sul, que não produziam e não apresentavam condições de voltar a produzir. Seus proprietários as mantinham, para ter acesso as cotas de produção, que eram freqüentemente negociadas com outros usineiros (cf. Carmo, 1972). Por outro lado, essas medidas modernizadoras permitiam a negociação das cotas de produção nos limites das duas grandes regiões, Norte/Nordeste e Centro/Sul, substituindo as antigas normas, que apenas consentiam em tais negociações entre empresas localizadas no mesmo Estado. Tal medida estimulou o traslado de usinas para fora dos estados de origem, as fusões, as incorporações, as realocações e a modernização de grupos empresariais, conforme registra o Relatório Anual do Instituto do Açúcar e do Alcool, de 1972, ao se referir à região nordestina:

"A introdução destas novas diretrizes alterou significativamente a estrutura de produção da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste, à medida que estimulou o desaparecimento de usinas de baixa produtividade e sem capacidade de recuperação; provocou o redimensionamento das cotas de produção compatível com a capacidade agrícola da região; incentivou o deslocamento das usinas das áreas impróprias para a exploração canavieira para o aproveitamento de áreas novas e de grande potencial agrícola; privilegiava o fortalecimento de empresas progressistas instaladas em áreas favoráveis para o desenvolvimento da lavoura canavieira"(cf. Relatório Anual do IAA, 1972).

Os recursos para viabilizar a implantação desses programas modernizantes foram obtidos no mercado internacional, graças à elevação do preço do açúcar, a partir de 1972.

A perspectiva de estabilização do preço do açúcar no mercado internacional em patamares elevados, as pressões dos empresários da indústria de base para substituição dos equipamentos obsoletos das usinas ou mesmo para a implantação de novas usinas, o interesse dos usineiros em ter acesso aos recursos governamentais, emprestados em condições excepcionais (19), demonstravam que a política de modernização atendia plenamente as expectativas e os interesses de diferentes grupos empresariais.

Contudo, um outro obstáculo devia ser superado. O regulamento do Fundo Especial de Exportação não permitia, conforme analisamos anteriormente, a aplicação dos recursos na modernização da produção açucareira: os recursos podiam ser utilizados somente para subsidiar o preço do açúcar no mercado interno e/ou para subsidiar os prejuízos da exportação, quando os preços pago aos produtores eram superiores aos preços do mercado internacional.

Mas, diante de uma nova realidade, os usineiros nordestinos tiveram um comportamento distinto daquele de 1965: não colocaram obstáculos à alteração do regulamento do Fundo Especial de Exportação, contribuíram para a aprovação do decreto lei 1.266, de 26/3/73, que autorizava a aplicação de parte daqueles recursos na modernização da agroindústria sucroalcooleira, atendendo interesses diversificados de grupos econômicos em questão.

Com essas mudanças muitos usineiros se credenciaram para ter acesso aos recursos, que chegavam a Cr\$ 15 bilhões, em 1972. Os usineiros foram com sede ao pote. Em 21/12/1975, o Fundo Especial de Exportação já não possuía mais reservas disponíveis: Cr\$ 8 bilhões foram aplicados na modernização e ampliação do parque industrial, Cr\$ 2 bilhões na construção de terminais marítimos e

19 O Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira contava com 11 linhas de crédito, cujas taxas de juros variavam de 8 a 12% aa, a carência estendia-se por 3 anos, o resgate da dívida atingia até 15 anos. Os juros baixos, a ausência de correção monetária, o longo período de carência e resgate foram fatores de atração e estímulo para os usineiros alterarem sua base técnica de produção.

Cr\$ 5 bilhões para subsidiar o preço do açúcar no mercado interno (cf. Jornal O Globo, 27/06/76).

Esses investimentos contribuíram para alterar o perfil da produção da agroindústria açucareira, intensificando o processo de concentração da produção: "No período de 1972/78, as usinas pequenas (com capacidade de produção até 18.000 toneladas de açúcar) tiveram sua importância reduzida de 59,4% para 17,9%, ou seja, das 148 pequenas usinas existentes em 1972, ficaram apenas 37, em 1978. Por outro lado, as grandes usinas (com capacidade de produção superior a 60.000 toneladas de açúcar) passaram de 7, em 1972, para 36, em 1978" (cf. Pamplona, 1984).

Moreira (1989:52) apresenta outros dados que comprovam estas transformações: " O número de usinas foi reduzido de 17% na safra de 74/75, enquanto a produção cresceu na ordem de 31%, evidenciando também mudanças tecnológicas na estrutura de produção do setor. Os 31 projetos encaminhados para fusão e incorporação de usinas evidenciavam as transformações provocadas na estrutura produtiva do parque industrial sucroalcooleiro".

O processo de modernização da produção desta agroindústria revelou algumas particularidades, dentre as quais, destacamos: o desequilíbrio tecnológico entre as partes industrial e agrícola do setor; a incapacidade da política modernizante em reduzir o protecionismo estatal, em alterar as relações entre as oligarquias e o Estado. Uma análise mais detalhada das aplicações desses recursos evidenciou que a modernização não conseguiu se difundir pelo conjunto das unidades de produção e, ao menos inicialmente, não conseguiu romper com as dinâmicas regionais que caracterizavam essa agroindústria. Senão vejamos:

Aplicação dos Recursos do Fundo Especial de Exportação Aplicação por Atividade até 31/12/77

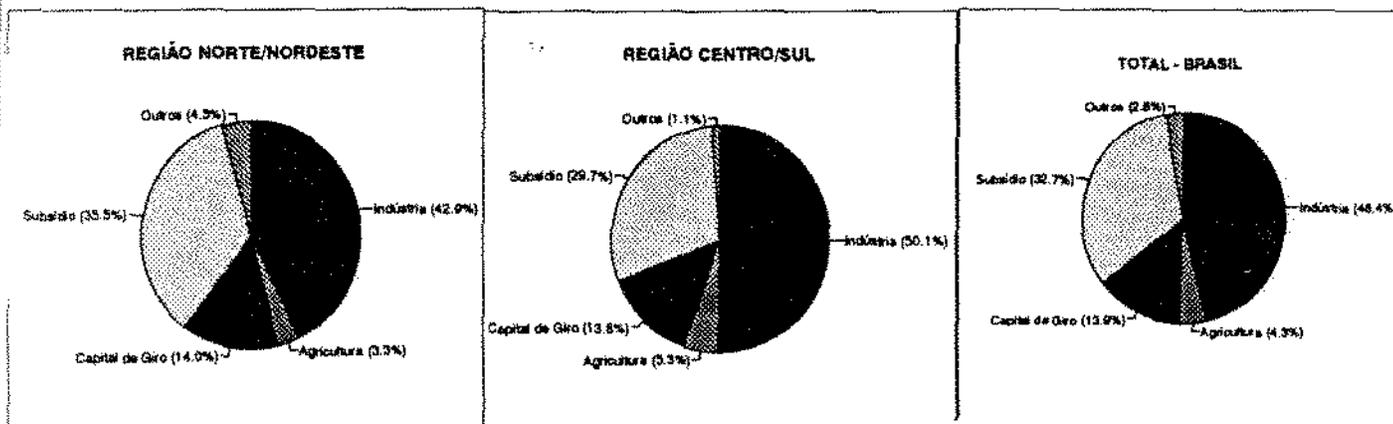
36

Unidade: milhões de Cruzeiros

Atividades	N/NE	C/S	Total
Indústria	4811	5286	10097
Agricultura	372	561	933
Capital de Giro	1571	1456	3027
Subsídio	3983	3132	7115
Outros	484	119	603
Total	11221	10554	21775

Fonte: Relatório Anual IAA/NEC, 1977

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS:



No plano nacional, a desigual distribuição dos recursos entre as diferentes atividades nos chama atenção, na medida em que parece contrariar as intenções de modernização, favorecendo a preservação dos subsídios e o desequilíbrio entre a agricultura e indústria, com sérias conseqüências para a elevação dos índices de produtividade do setor.

É marcante, em nível nacional, o desequilíbrio dos recursos destinados para a modernização da parte industrial (46,4%) quando comparado com os poucos recursos destinados à agricultura (4,3%). A preservação deste desnível, mesmo levando em consideração a existência de outras fontes de recursos para a produção de matéria-prima, comprometeu a sua qualidade e, conseqüentemente, o rendimento industrial do setor. Não adiantava renovar o equipamento industrial para aumentar a produtividade do setor, se a qualidade da matéria-prima permanecia precária. Por outro lado, a manutenção de elevados recursos para subsidiar a produção dessa agroindústria (32,7%) pode indicar uma modernização localizada do setor, sem

alterar substancialmente as dinâmicas regionais como evidenciam a distribuição desigual dos recursos no interior das regiões.

Diante dessas constatações, entendemos ser necessário explorar mais detalhadamente as indicações fornecidas pela tabela anterior. Vejamos inicialmente a relação entre os recursos destinados às atividades industriais e às agrícolas no interior de cada região.

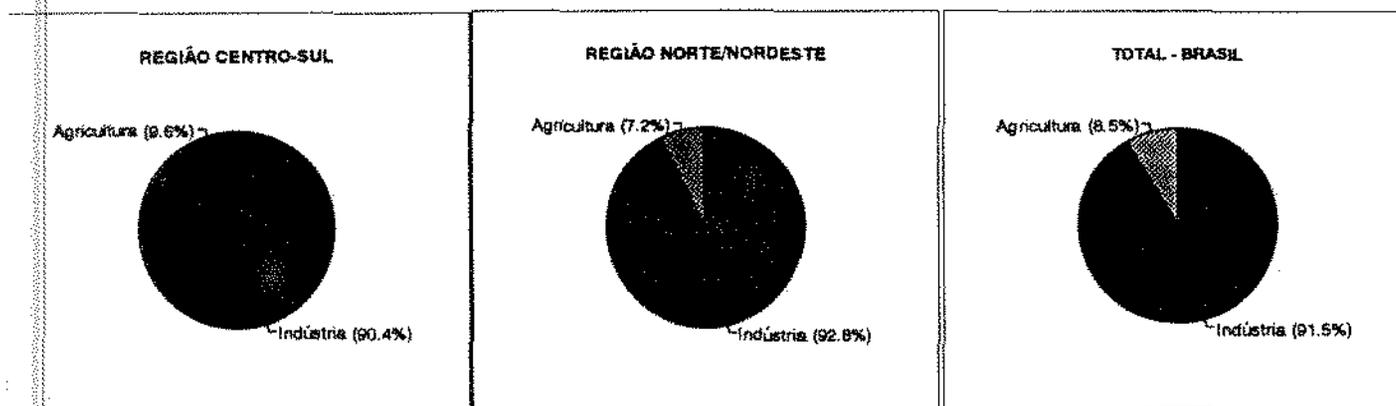
Investimentos Indústria / Agricultura

Unidade: Cr\$ milhões

Atividades	N/NE	C/S	Total
Indústria	4811	5286	10097
Agricultura	372	561	933
Total	5183	5847	11030

Fonte: Relatório Anual IAA/MIC, 1977

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS



No confronto entre os recursos aplicados na agricultura e na indústria, a tabela acima reafirma a concentração das aplicações nas atividades industriais, em detrimento da parte agrícola. Em nível nacional, 91,5% dos recursos aplicados nas duas atividades foram para a indústria, apenas 8,5% se destinaram às atividades agrícolas. Quando analisamos a distribuição dos recursos entre essas atividades em nível regional, não se registram grandes alterações. Na região N/NE, 92,8% foram aplicados na indústria e

7,2%, na agricultura. Na região C/S, a proporção foi de 90,4% para 9,6%, respectivamente.

Ainda assim, tal desequilíbrio não significou, necessariamente, que a agricultura estivesse estacionada por falta de recursos, estes chegaram de outras fontes, da política agrícola e dos programas especiais. Mas os recursos aplicados na agricultura, provenientes de outras fontes, não conseguiriam transformá-la na mesma velocidade com que se transformou a parte industrial. O processo de modernização da agricultura foi mais lento e mais complexo. Na lavoura canavieira, ele esteve condicionado às descobertas de novas variedades de cana-de-açúcar, dotadas de maior concentração de sacarose e adaptadas às condições ambientais locais, fatores fundamentais para assegurar maiores rendimentos no setor.

Assim, como já se afirmou anteriormente, o aumento da capacidade de processamento dessa agroindústria, graças à incorporação de modernos equipamentos na parte industrial, foi compensada na agricultura pela expansão da área plantada de cana.

Evolução da Área de Cana-de-Açúcar

Unidade: mil ha

Safras/Regiões	1972/73	1975/76	1980/81	1983/84
Centro/Sul	937.90	1121.90	1711.60	2533.30
Norte/Nordeste	603.10	810.60	964.00	1187.00
Brasil	1541.00	1932.50	2675.60	3720.30

Fonte: Relatório de Produção, MIC/IAA

É interessante observar a evolução da área ocupada pela lavoura canavieira entre as safras 1972/73 e 1975/76, período que se caracteriza pela ampliação da produção de açúcar, em decorrência da elevação do seu preço no mercado internacional. Na região Centro/Sul, o aumento de área plantada foi de aproximadamente 20%, ao passo que, para a região Norte/Nordeste, foi de 34,4%. Em nível nacional, tal elevação foi de 25,6%. A expansão da lavoura canavieira nas safras posteriores, em conjunturas de preços desfavoráveis para o açúcar no mercado internacional, foi conseqüência da política de diversificação da produção do setor,

com o programa do álcool- o PROALCOOL-, assunto ao qual voltaremos ainda neste capítulo.

No entanto, em certas regiões ou em certas empresas, o rendimento agrícola cresceu, graças a investimentos realizados na lavoura canavieira, como a mecanização, emprego de adubos e defensivos químicos, ou mesmo em decorrência da maior fertilidade dos solos. É óbvio, quanto à parte agrícola do setor, o pioneirismo dos produtores paulistas no que diz respeito à incorporação do progresso técnico, quando comparado com produtores de outros estados, particularmente com os usineiros nordestinos. Esse pioneirismo confere aos usineiros paulistas os maiores índices de produtividade agrícola e, conseqüentemente, industrial.

A lavoura canavieira nordestina não apresentou o mesmo dinamismo da paulista. O aumento da produção de matéria-prima no Nordeste se deveu à ocupação de novas áreas, das áreas férteis localizadas nas encostas das montanhas e nas várzeas, ambas apresentando dificuldades à mecanização, à incorporação do progresso técnico. Nessas condições, os índices médios de produtividade das lavouras continuavam muito aquém dos auferidos em outras regiões do país (20).

Analisando os dados relacionados à distribuição dos recursos no interior da atividade industrial, nas duas grandes regiões Norte/Nordeste e Centro/Sul, podemos identificar as semelhanças e diferenças das dinâmicas regionais:

20 Ao mesmo tempo, a modernização da parte industrial de certas usinas no Nordeste impõe a necessidade de uma agricultura mais moderna, mais produtiva, este assunto será objeto do capítulo III deste trabalho.

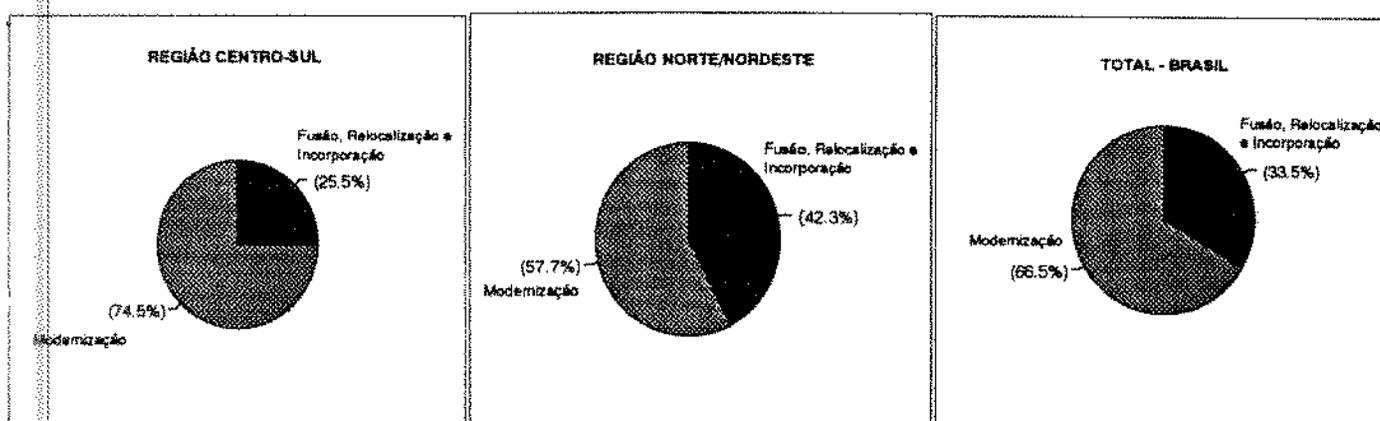
Distribuição dos Recursos nas Atividades Industriais

Unidade: Cr\$ milhões

Atividades/Regiões	N/NE	C/S	Total
Fusão, Relocalização e Incorporação	2037	1346	3383
Modernização	2774	3940	6714
Total/Indústria	4811	5286	10097

Fonte: Relatório Anual, IAA/MC, 1977

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS



Esta tabela evidencia a aplicação, em nível nacional, de grande parcela dos recursos na modernização das usinas (66,5%), cabendo um percentual de 33,5% para a fusão, relocalização e incorporações de patrimônios. Os dados evidenciam uma discrepância na aplicação dos recursos aos níveis regionais.

Na região Centro/Sul parcela expressiva dos recursos foram aplicados na modernização das usinas (74,5%), cabendo apenas (25,5%) para a fusão, relocalização e incorporação de empresas, evidenciando o aprimoramento tecnológico da produção paulista na própria região canavieira. Na região Nordeste, os investimentos seguiram caminhos diferentes. Uma substancial parcela dos recursos foi também destinada para a modernização das usinas (57,7%), ainda que em proporções menores, quando comparada com a região Centro/Sul. Porém, um elevado percentual dos recursos (42,3%) foi destinado a fusões, relocalizações e incorporações de empresas, evidenciando uma tendência de mudança da geografia da produção,

reforçando o deslocamento das usinas para as áreas de tabuleiros, onde existe potencial de mecanização.

Outro elemento de destaque na tabela de distribuição dos recursos do Fundo Especial de Exportação diz respeito aos subsídios que, sem dúvida, inibem iniciativas de incorporação de novas tecnologias nas usinas, por neutralizar os ganhos diferenciais, advindos da concorrência inter-empresarial.

As diferentes formas de aplicações dos subsídios nas regiões evidenciam dinâmicas diferenciadas em nível regional.

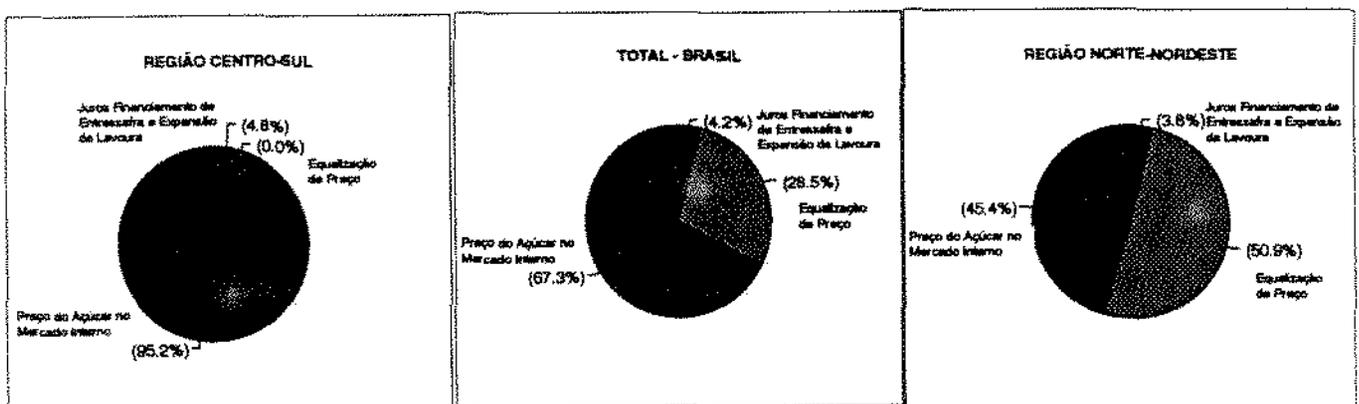
Distribuição dos Recursos Subsidiados

Fonte: Cr\$ milhões

Atividades/Regiões	N/NE	C/S	Brasil
Juros Financiamentos de Entressafrã e Expansão da Lavoura	150	150	300
Equalização de Preço	2026	0	2026
Preço do Açúcar no Mercado Interno	1807	2982	4789
Total	3983	3132	7115

Fonte: Relatório Anual IAA/MIC, 1977

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS



Os dados acima indicam que a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Exportação, para subsidiar atividades do setor, não foi especificamente direcionada para uma determinada região. Os valores acima indicam pequenas diferenças no montante de subsídios

entre as duas grandes regiões geográficas que delimitam a dinâmica da agroindústria do açúcar e do Alcool I (N/NE e C/S).

Evidencia-se também, em nível nacional, que a maior parte dos recursos foi aplicada para subsidiar o preço do açúcar no mercado interno (67,3%), que, no ano de 1975, correspondia a um montante da ordem de 50% do preço do açúcar. No nível das regiões, nota-se uma diferença na aplicação dos recursos, fato que pode ser explicado pelo maior peso econômico da região C/S, em relação à região N/NE.

Os dados disponíveis não permitem relacionar o volume de subsídios com a produção regional. No entanto, tal comparação também não é tão fundamental para elucidar as questões levantadas no âmbito deste trabalho. O fundamental para nossa reflexão é destacar o elevado volume de recursos destinados para os subsídios, na forma de equalização de preços, que correspondeu a (28,5%) dos recursos aplicados nessa atividade. Este valor ganha maior importância, por implicar uma seleção dos beneficiários, a partir do recorte regional: privilegiou todos os produtores da região N/NE, atendendo fundamentalmente reivindicações expressas pelas oligarquias tradicionais, que justificavam a permanência do subsídio, em função dos baixos níveis da produtividade regional.

Tal justificativa baseava-se em indicadores médios de produtividade da região, não levando em consideração pequenas, mas reais diferenciações entre os índices de produtividade das unidades de produção no interior das regiões. Os incentivos para fusões, realocações, incorporações e modernização de empresas no Nordeste estimularam deslocamentos de grupos empresariais para áreas dotadas de melhores condições para racionalização do sistema produtivo. Esses deslocamentos possibilitaram ganhos de produtividade na agricultura, graças à exploração de terras férteis, associadas à incorporação de tecnologias pelas empresas.

Essas diferenças de produtividade entre as usinas no Nordeste sempre foram escamoteadas pelos usineiros, para não ameaçar a continuidade da política de subsídios regionais. Artifícios contábeis foram freqüentemente utilizados pelos usineiros, para mascarar dados reais de produtividade (21). Na realidade, a elevação do rendimento agrícola em certas áreas de produção da região Nordeste não chegou a ameaçar a política de subsídios e incentivos do governo, nem pôs fim ao paternalismo estatal.

Mas de qualquer forma, é preciso salientar que as disparidades e peculiaridades regionais (entre São Paulo e o Nordeste) tornaram ainda mais complexas as atividades de planejamento e gerenciamento do setor sucro-alcooleiro pelas políticas governamentais. Ao preservar privilégios para segmentos da classe dominante, que se reproduziam em condições cada vez mais diferenciadas, suscitava-se disputas e explicitações de divergências acerca das diretrizes de desenvolvimento do setor. Isso acontecia, principalmente quando estava em jogo a determinação dos critérios técnicos prioritários para alocação de recursos subsidiados.

No entanto, é conveniente relembrar, essas transformações, realizadas na produção da agroindústria açucareira nos primeiros anos da década de 70, foram estimuladas pelos recursos advindos da elevação dos preços do açúcar no mercado internacional. Assim, a linearidade do processo foi bruscamente interrompida com a queda dos preços do açúcar no mercado internacional, a partir de 1974, contrariando as previsões otimistas, adotadas como referência para

21 Gomes, em reportagem sobre usinas de Pernambuco, enfatizou que: " No Nordeste(período 72/77), mesmo com a modernização do setor industrial, os índices de conversão de cana para açúcar caíram de 90kg/ton para 75,2 kg/ton. Em Pernambuco, usinas do mesmo padrão tecnológico, adquirindo e processando matéria-prima de uma mesma região, apresentaram índices de produtividade discrepantes. A usina Olho D' Água apresentou na safra de 1977 uma conversão da ordem de 98,3kg. de Açúcar por tonelada de cana, enquanto a conversão da usina São José de Igarassu foi de 53,3kg/ton..Esta mesma discrepância foi observada em Alagoas, entre a usina Porto Rico de Campo Alegre e a usina Rogadinho, que operaram na safra de 1977 com índices de conversão de 84,6 kg./ton. e de 54,3 kg/ton. respectivamente" (cf. Gomes, Jornal do Brasil, 15/1/80).

a expansão e modernização da produção do setor. Na realidade, a brusca queda do preço do açúcar no mercado internacional e a perspectiva de sua estabilização em torno de US\$ 300 anunciavam uma nova conjuntura de crise.

Essa nova crise que se anunciava encontrou os usineiros do Nordeste e do Centro/Sul mais endividados. Eles argumentavam que os recursos do Fundo Especial de Exportação foram insuficientes para completar o processo de modernização, por causa da elevação da taxa inflacionária e, particularmente, dos preços dos equipamentos e máquinas, adquiridos para reaparelhamento das usinas. Alegavam que 50% dos recursos do Fundo Especial de Exportação foram transferidos para os empresários das indústrias de máquinas, em decorrência do aumento da taxa inflacionária que elevou-se de 13% aa, em 1973, para 40% aa, em 1974, atingindo 180% aa, no período 75/78.

Na verdade, o encarecimento dos equipamentos de processamento, a especulação financeira realizada com recursos destinados à modernização das atividades produtivas, a conjuntura desfavorável do mercado internacional e a permanência dos baixos índices de produtividade do setor agravaram a crise e a situação financeira das usinas, porém não necessariamente a dos usineiros.

O agravamento da situação financeira das unidades de produção foi um dos principais argumentos entre aqueles utilizados por todos os usineiros junto às autoridades governamentais, para justificar a impossibilidade de arcar com seus compromissos financeiros junto ao Estado e as agências financeiras internacionais. Diante dessa situação e das pressões dos usineiros sobre o governo, novas medidas protecionistas foram postas em prática, como salvaguarda de seus interesses econômicos. Vejamos algumas:

- alteração nos regulamentos do Fundo Especial de Exportação, propondo a extinção gradativa dos subsídios dos preços do açúcar no mercado interno e transferência destes recursos para a

produção. Os subsídios seriam retirados gradativamente, passando de 50%, em 1975, para 33%, em 1976, até sua eliminação total do preço do açúcar comercializado no mercado interno, a partir de 2/5/76. A partir desta data, esses recursos seriam incorporados ao preço da cana e do açúcar pago pelo governo aos produtores;

- suspensão das cobranças dos juros dos empréstimos de longo prazo tomados pelos usineiros, para a safra 75/76 e expansão do volume de crédito agrícola em 40%, para a safra de 76/77. (cf: Jornal do Brasil 19/).

- os pagamentos das dívidas dos usineiros foram reescalados e os pagamentos dos juros foram suspensos temporariamente. O reescalonamento previa que 20% da dívida fossem pagos até fevereiro de 1978; 40% no prazo de 1 ano; 20% refinanciados, mediante garantias reais das empresas e de diretores;

- Novos recursos foram liberados pelo Conselho Monetário Nacional para os usineiros. Para aplicação na agroindústria do açúcar e do álcool foram liberados Cr\$ 3 a 4 bilhões e mais Cr\$ 1 a 2 bilhões para compensar o diferencial de preço do açúcar, ocorrido com as exportações gravosas de fevereiro de 1977. (cf: Jornal Estado de São Paulo:22/2/77);

- Foram aprovadas novas concessões para novos financiamentos ou suplementação de recursos para os usineiros, como forma de compensar o aumento dos preços dos equipamentos industriais;

- O Instituto do Açúcar e do Alcool e o Banco do Brasil levantaram empréstimos junto às agências internacionais no valor de US\$ 100 milhões para aplicação no setor, o Ministério de Indústria e Comércio concedeu autorização para os usineiros obterem empréstimos diretamente no exterior, avalizados pelo governo. Vale salientar que, nesse contexto, concretizou-se um amparo financeiro aos produtores de Pernambuco e Alagoas, levando o IAA a contrair

empréstimos no exterior da ordem de US\$ 30 milhões, para serem empregados como capital de giro nas empresas, a juros subsidiados de no máximo 24% aa (cf, Relatório Anual, IAA, 1976).

- Os usineiros nordestinos pressionavam para que se mantivesse a política de subsídios, principalmente a de equalização de preços, concedida em função das diferenças nos índices de produtividade inter-regionais. Essa reivindicação foi atendida pelo Conselho Monetário Nacional, que autorizou adiantamento de recursos do Banco do Brasil para o IAA para que fossem repassados aos produtores do Norte/Nordeste, para pagamento dos subsídios relacionados a equalização de preços no valor de Cr\$ 360.800.000,00. (cf. Relatório Anual do IAA, 1977).

3) Repercussões do PRÓ-ALCOOL: subsídios e produtividade do setor.

As medidas acima elencadas evidenciam que o processo de modernização da agroindústria do açúcar e do álcool não transformou radicalmente as relações dos usineiros com o Estado. A socialização dos prejuízos dos usineiros, mediante tais concessões, representou medidas paliativas, que não abriram perspectivas para o crescimento da produção, em uma conjuntura de crise, caracterizada pela retração do mercado externo, pelo elevado estoque de açúcar, pela iminência da colheita de uma nova safra de cana e pelo agravamento da situação financeira das usinas. Na perspectiva de superação dessa situação, agravada pela crise internacional do petróleo, foi criado o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), em 1975.

O lançamento deste programa, de imediato, cumpriu seus objetivos, injetou recursos em condições favoráveis (22) para

22 Estes recursos foram emprestados em condições excepcionais: para a implantação de destilarias, os financiamentos foram da ordem de 80 a 90% do seu valor total dentro das seguintes condições: juros de 2 a 6% aa, carência de 3 anos, prazo de até 12 anos para o pagamento, correção monetária incidindo somente sobre 40% do empréstimo. Os juros

expandir a produção e minimizar os efeitos da crise. Os recursos aplicados com o PROALCOOL passaram de US\$ 58 milhões, em 1975, para US\$ 1,4 bilhões, em 1981 (cf. Pamplona, 1984: 26).

A implantação do PROALCOOL apresentou duas etapas distintas. Na primeira (75/80), o eixo de expansão esteve direcionado para a implantação de novas destilarias e modernização das existentes, para aumentar a produção de álcool anidro, cuja mistura na gasolina seria aumentada. A segunda fase do PROALCOOL, iniciou-se nos primeiros anos da década de 80 e os investimentos foram destinados para a implantação de destilarias autônomas, independentes das usinas existentes, visando à ampliação da produção de álcool hidratado, para utilização em motores de explosão. A ampliação da produção alcooleira por tipo de álcool (anidro/hidratado) apresentou a seguinte evolução:

Variação da Produção de Álcool Anidro e Hidratado

Anos	Produção (bilhões m3)	Anidro (%)	Hidratado (%)
73/74	0.66	46	54
74/75	0.62	45	65
75/76	0.55	42	58
76/77	0.66	45	55
77/78	1.47	80	20
78/79	2.49	84	16
79/80	3.39	80	20
80/81	3.71	57	43
81/82	4.24	44	66
82/83	5.82	62	38
83/84	7.86	31	69
84/85	9.21	23	77
85/86	11.82	27	73
86/87	10.53	21	79
87/88	11.45	17	83
88/89	11.72	15	85
89/90	11.96	12	88

Fonte: Relatório Anual (AA/MIC, 1973-83; Boletins (AA/DES, 1984-90

diferenciavam-se de acordo com as regiões: juros de 4% aa. para a região Nordeste e 6% aa. para a região Sudeste. O crédito de custeio agrícola para a lavoura canavieira era financiado em 100% do valor, a juros de 10 a 15% aa (cf. PROALCOOL, 1975).

Nos primeiros anos do PROALCOOL, havia muitas incertezas por parte dos usineiros quanto à sua consolidação. Temia-se pelo seu fracasso, quando ocorresse a recuperação do preço do açúcar no mercado internacional e mesmo pelas resistências encontradas na indústria automobilística.

Mas, mesmo partilhando destas incertezas, os usineiros investiram na produção de álcool, motivados pela disponibilidade de recursos subsidiados, oferecidos pelo Estado em um momento de crise da produção açucareira. A diversificação da produção era a solução encontrada para a superação da crise do açúcar no mercado internacional (23). A recuperação dos preços do açúcar naqueles mercados, nos anos 79/80, foi suficiente para provocar instabilidade no programa do álcool, para aneçar sua continuidade(24). O grande número de destilarias já implantadas inviabilizava tal retrocesso. Em 1980, existiam 208 destilarias no país, das quais, 158 anexas e 50 autônomas.(cf:Relatório Anual IAA/MIC, 1980).

A produção alcooleira se expandiu, graças à manutenção de uma política protecionista, evidenciando que a expansão e modernização do setor não alteravam as relações dos usineiros com o Estado, porque não se redefinia o papel do próprio governo. Mello (1982), em artigo publicado na Folha de São Paulo, em 21/3/82,

23 A diversificação da produção posteriormente se estendeu ao aproveitamento do bagaço da cana, para a produção de energia elétrica. Muitas usinas já produziam energia para o seu consumo interno, com o bagaço da cana, e, com a crise, abriu-se a perspectiva de ampliação da produção de energia para tornar o usineiro um produtor e fornecedor de energia para o Estado e outras empresas. Na verdade, a modernização dos canaviais também liberou terras, anteriormente utilizadas pela lavoura canavieira, para novas atividades, tais como reflorestamento, pecuária, fruticultura, criação de cavalos etc.. Esta diversificação altera o perfil do usineiro, como veremos no caso do Nordeste, no capítulo III deste trabalho.

24 Esse tempo de incerteza teve curta duração: os preços do açúcar voltaram a cair, e, em 1982, o mercado internacional ficou mais restrito, com o estabelecimento de quotas de importação pelos Estados Unidos, provocando a redução de 60% da exportação do açúcar brasileiro. Naquele ano, os prejuízos com a exportação foram de Cr\$ 45 bilhões: o governo pagou aos usineiros Cr\$ 1.747,00 por saca de açúcar que, adicionando os custos de comercialização, atingiu a Cr\$ 2.078,00 e recebeu pelo produto exportado Cr\$ 1.573,00 por saca, implicando num subsídio de Cr\$ 505,00 a saca.

revela o volume de recursos destinados à produção alcooleira, na forma de subsídios. Segundo cálculos realizados, o custo médio de produção do barril de álcool, nas destilarias da região sudeste, era de US\$ 80, e na região nordeste, atingia US\$ 100. Com esses custos de produção, o preço do álcool nos postos de abastecimento deveria ser de Cr\$ 67,00 o litro, mas estava sendo vendidos a Cr\$ 64,00, o que tornava necessário um subsídio da ordem de Cr\$ 3,00 por litro.

A exportação do álcool, mesmo com grandes prejuízos para a sociedade, foi realizada em 1983, dada a crise de superprodução de 1982. O descompasso entre a produção e o mercado gerou um excedente de 500 milhões de litros, dos quais 250 milhões de litros de álcool foram exportados, gerando um prejuízo de Cr\$ 7,8 bilhões. O álcool foi adquirido junto aos produtores, ao preço de Cr\$ 90,00/litro e exportado a Cr\$ 60,00/ litro.

A solução desse problema veio com a ampliação do mercado interno, para onde convergiam interesses de distintos grupos empresariais ligados à agroindústria alcooleira, à indústria de base, à indústria automobilística e a indústria de máquinas, equipamentos e outros insumos agrícolas, ou seja, a consolidação do programa nacional do álcool passou a envolver múltiplos interesses para os quais ela era fundamental.

A ampliação do mercado interno se fez pelo estímulo às vendas dos veículos a álcool, mediante a redução do Imposto de Produtos Industrializados para caminhões movidos a álcool, redução da Taxa Rodoviária Única para veículos a álcool, redução dos juros de financiamentos para carro a álcool, aumento do diferencial de preço do álcool para gasolina, etc..(cf. Jornal Folha de São Paulo, 23/3/81). Os reflexos dessas medidas foram imediatos.

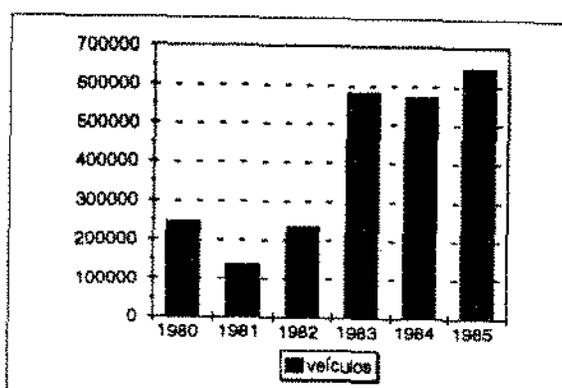
Evolução da Produção de Veículos a Álcool

50

Unidade: mil veículos

Anos/Produção	veículos
1980	247700
1981	137300
1982	233800
1983	582600
1984	572100
1985	648200

Fonte: Anfevea



A decisão da indústria automobilística de produzir veículos a álcool ampliou as perspectivas de investimentos na produção alcooleira, atraiu investimentos de grandes empresários de outros setores, na implantação de destilarias autônomas, para a produção de álcool hidratado. Com o impacto do PROALCOOL na estrutura produtiva do setor, a produção alcooleira não ficou circunscrita às tradicionais regiões produtoras de açúcar, estendeu-se a outras regiões do país.

Mas um evento marcante abriria perspectivas de mudanças na dinâmica econômica do setor, na medida em que os empresários procuravam superar a modernização parcial dessa agroindústria, principalmente no que diz respeito aos desequilíbrios tecnológicos entre as partes industrial e agrícola do setor.

As pesquisas sobre variedades de cana, realizadas pelo PLANALSUCAR e outros Institutos, começaram a ter seus resultados divulgados. A descoberta de novas variedades de cana, mais produtivas e adaptadas às condições de clima e solo das regiões produtoras, representava a superação de um dos principais obstáculos para aumentar o rendimento da parte agrícola, um dos fatores responsáveis pelos baixos índices de produtividade de todo o setor.

A possibilidade real de aumentar o rendimento agrícola com a introdução de variedades mais produtivas, ou seja, de minimizar os efeitos da modernização parcial do setor, na parte industrial e agrícola, abriu novas perspectivas de expansão. A melhoria na qualidade da matéria-prima se refletiu diretamente no aumento do

rendimento industrial e na produtividade da empresa, possibilitou a implantação de empresas mais produtivas em várias regiões produtoras do país, alterando substancialmente sua dinâmica. A multiplicação dessas empresas pelas diferentes regiões do Brasil ocorreu fundamentalmente na década de 80, configurando a segunda etapa de modernização da estrutura produtiva do setor.

O relatório anual do IAA de 1980 já sinalizava o aumento do rendimento agrícola: " Na safra de 79/80, foram colhidas 117 milhões de toneladas de cana em área plantada de 2,4 milhões de hectares. Na safra 80/81, foram colhidas 132 milhões de toneladas de cana, numa área plantada de 2,5 milhões de hectares. Comparando estes dados, podemos concluir que houve uma evolução da área plantada de uma safra para outra, da ordem de 4,16%, enquanto o aumento da cana colhida foi de 8,33%, significando incremento da produtividade agrícola do setor".

A introdução dessas novas variedades implicou mudanças no sistema de cultivo do canavial. O PLANALSUCAR estimulou o plantio de novas variedades e, segundo relatório interno, com o projeto de mudas sadias, orientou os produtores na introdução de novas práticas agrícolas. Pesquisas são divulgadas e os experimentos são citados para comprovar seus resultados, como, por exemplo, o consorciamento da cana com outras lavouras, o plantio de leguminosas nas renovações dos talhões de cana, etc. A introdução destas novas práticas possibilitou a utilização mais produtiva do solo, o aumento da receita líquida dos produtores, o aumento da oferta de gêneros alimentícios, ao compatibilizar as metas do aumento da produção de açúcar e álcool com o aumento da produção de alimentos. Outro exemplo, a plantação de amendoim, intercalada com a de cana no Nordeste, possibilitou, em 1982, um incremento na renda dos fornecedores, da ordem de até 30% e um incremento na oferta de alimentos e na geração de trabalho, no período de entressafra da cana (cf: Relatório Anual do IAA, 1980).

A possibilidade de substituição das variedades de cana, após a descoberta de variedades mais produtivas, nos campos de experimentação do PLANALSUCAR, Instituto Agronômico de Campinas, COOPERSUCAR e outros Institutos, constituiu um dos eventos de maior importância para a agroindústria do açúcar e do álcool, na medida em que possibilitou o aumento do rendimento de todo o setor, pois ampliou os rendimentos agrícola e industrial da matéria-prima, alterou a dinâmica da parte agrícola do setor, estimulando transformações na base técnica da lavoura canavieira em diferentes regiões do Brasil, permitiu o deslocamento dessa agroindústria para novas regiões e a introdução de unidades de produção de alta produtividade nas regiões mais atrasadas tecnologicamente.

Variedades de Cana-de-Açúcar Cultivadas no Brasil - 1985

Variedades	% de Area
NA 56-79	27.72
CB 45-3	21.43
SP 70-1143	8.87
CO 331	5.16
CP 51-22	4.74
IAC 52-150	3.29
CB 41-76	2.79
CO-997	2.02
CB 47-355	1.79

Fonte: Indicadores Saíra 85/86, IAA/MIC

A incorporação das novas variedades exigiu não só a introdução de novas tecnologias na agricultura, mas também novas formas de gerenciamento e controle da produção. Assim, novos critérios foram introduzidos, a partir de 1983, em todo o território nacional, para a determinação do preço da cana. O critério de pagamento da cana por tonelada foi substituído pelo de rendimento industrial da matéria-prima, ou seja, pelo teor de sacarose da cana, estimulando os produtores a alterarem o sistema de produção.

Essas transformações na lavoura canavieira ocorreram no momento da consolidação do programa nacional do álcool, contribuindo para a modificação da dinâmica econômica do setor e para a alteração geográfica da produção alcooleira.

Evolução da Produção de Alcool Hidratado: Principais Estados

53

Unidade: 10 milhões de litros

Estados	74/75	79/80	83/84	88/89
SP	454.70	2472.20	5397.90	7727.40
RJ	59.40	139.50	203.40	277.60
PE	76.60	235.90	265.50	527.80
AL	22.50	226.00	550.30	686.10
MG	20.80	75.70	270.10	454.90
RN	0.00	25.20	67.50	120.20
PB	2.20	67.00	167.70	276.20
PR	20.60	91.90	491.50	649.30
GO	0.00	7.40	154.00	316.50
MS	0.00	13.70	111.40	283.00
MT	0.00	9.50	22.90	154.60

Fonte: Convênio IAA/FGV/DES, 1991

Observando esta tabela, podemos dizer que seus números indicam que o volume de álcool produzido na primeira fase do programa (1975/83) foi decorrência da expansão da produção nas zonas já tradicionalmente produtoras de açúcar (São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais), expansão possibilitada basicamente pela incorporação de novas áreas no interior das próprias regiões produtoras.

Mas na safra de 1983/84, constata-se uma alteração geográfica na produção alcooleira, indicando expansão das destilarias e da lavoura canavieira para outras regiões do país, muitas delas sem nenhuma tradição nessa atividade (Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), outras já dotadas de uma agroindústria açucareira (Paraná, Paraíba, Rio Grande do Norte e Minas Gerais). E, finalmente, os dados da safra de 88/89 registram a consolidação da produção nas regiões tradicionais e a ocupação de novos espaços geográficos pela produção alcooleira.

Os investimentos realizados pelos mais diversos grupos empresariais se pautaram pela incorporação de uma alta tecnologia já disponível para as partes industrial, agrícola e mesmo de gerenciamento empresarial, com a introdução da informática em algumas unidades de produção. Esta modernização do setor não ficou circunscrita a uma determinada região ou estado, mas se espraiou por toda a zona canavieira do país, porém com ritmo diferenciado.

Vejamos o impacto desta expansão na evolução das áreas cultivadas com cana-de-açúcar nas diferentes regiões

Evolução da Produção de Cana por Região

Unidade: mil ton

Regiões/Safras	1974/75	1979/80	1983/84	1987/88
Centro/Sul	46432	79217	142501	157315
Centro/Oeste	274	621	4054	9526
Norte	103	591	945	3263
Nordeste	27698	37566	51771	53630
Brasil	74507	117995	199271	223734

Fonte: Banco de dados IAA/FGV

Estes dados demonstram um certo deslocamento da produção canavieira para a região Centro/Oeste e uma expansão da produção canavieira na região Centro/Sul e uma diminuição relativa na participação da região Nordeste. Na safra de 1974/75, a produção de cana da região Centro/Oeste correspondeu a 0,003% da produção nacional, na safra de 1987/88, atingiu 4,25% da produção nacional. A participação da região Centro/Sul na produção de cana evoluiu de 62,3% para 70,3%, entre as safras de 1974/75 e 1987/88, enquanto na região Nordeste, neste mesmo período houve um decréscimo na participação de 37,1% para 23,9%.

O reordenamento da produção da agroindústria do açúcar e do álcool, intensificada nos primeiros anos da década de 80, após a implantação de novas variedades de cana, não se deu de forma generalizada, mas foi implementado por um grande número de empresas, que incorporaram progresso técnico de formas diferentes e em ritmos diversos, nas várias regiões do país, inclusive no Nordeste onde essa agroindústria secularmente se reconhece em "crise".

As mudanças tecnológicas na produção alcooleira alteraram a dinâmica econômica dessa agroindústria, até então marcada pelas questões regionais. Disparidades tecnológicas entre unidades de produção localizadas no interior de uma mesma região, em tese, põem em cheque a preservação das políticas protecionistas de cunho regionalista.

No entanto, as relações entre Estado e usineiros não se explicam apenas pela lógica inerente ao desempenho econômico. Questões como o pagamento das dívidas, os cortes de subsídios, a privatização da comercialização do açúcar, a política de fixação dos preços da cana, do açúcar e do álcool ocuparam espaço significativo nas propostas para o planejamento econômico. Mas a maneira como foram conduzidas as discussões e encaminhadas as soluções revelaram o peso dos arranjos e compromissos políticos na dinâmica do setor.

Para concluir este capítulo, é preciso destacar alguns pontos:

1) Historicamente, a dinâmica da agroindústria do açúcar e do álcool no Brasil sempre esteve relacionada às mudanças conjunturais do mercado internacional do açúcar. As flutuações dos preços do açúcar, em razão dos desequilíbrios entre oferta e demanda do produto ou mesmo da ação especulativa das empresas internacionais que controlam esse mercado, determinam os limites e o alcance da ação dos empresários brasileiros. As regras e o jogo de relações inter-empresariais, em nível nacional, configuram a dinâmica da produção e distribuição dos produtos da cana-de-açúcar.

Assim sendo, a intervenção do Estado na agroindústria do açúcar e do álcool tem historicamente absorvido e minimizado os impactos provocados pelas mudanças conjunturais do mercado sobre a produção. Tem subsidiado a exportação em conjunturas de baixos preços do açúcar no mercado internacional, planejando as atividades mediante o controle da produção, da comercialização e da elaboração

dos programas de modernização, para aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a competitividade. A regulação das atividades do setor pelo Estado subordina-se também a um complexo jogo de relações políticas e contradições existentes intra e inter classes.

2) O Estado protecionista deve ser pensado a partir de correlações de forças políticas, em que segmentos sociais que se fazem representar no seu interior exercem pressão e influência sobre as concepções e práticas de políticas públicas. No que tange à agroindústria sucroalcooleira, a incorporação do progresso técnico às atividades produtivas do setor, por meio dos programas governamentais - tais como o Programa de Racionalização e Apoio à Modernização da Produção Açucareira, do PLANALSUCAR e do Programa Nacional do Alcool, implantados na década de 70- intensificaram as transformações na base técnica da produção do setor e a concentração das atividades produtivas. Nesse contexto, diversificou-se a produção. O álcool, em 1975, e a possibilidade da produção e venda de energia elétrica, utilizando-se do bagaço da cana, na década de 80, revitalizaram o setor, aumentando seu potencial econômico.

3) Estas transformações se processaram em ritmos variados e de formas diferenciadas. Não foi um processo abrangente, ficou circunscrito a determinados produtores e se submeteu às particularidades regionais. A modernização, mesmo que parcial, da produção açucareira ampliou a capacidade de produção desta agroindústria e complexificou a ação reguladora e planejadora do Estado, pois as transformações econômicas do setor não alteraram substancialmente nas relações políticas. O que obriga os organismos e poderes do Estado a atuar simultânea ou alternadamente, por meio de critérios técnicos, para impulsionar a modernização (produtividade e competitividade) e por meio de critérios políticos que obedecem a alianças ou confrontos, não só entre os diferentes estratos dos empresários do setor, mas ainda entre regiões.

Em muitas circunstâncias, nas instâncias de formulação das políticas para o setor, as divergências entre os usineiros emergem enquanto questão regional, unindo politicamente aqueles que a modernização diferenciou economicamente. No capítulo seguinte abordaremos a ação integrada dos usineiros nordestinos no interior do aparelho do Estado, em defesa de seus interesses econômicos.

Capítulo II

Os Usineiros Nordestinos: interesses econômicos e desempenho político.

Como já foi dito, a modernização da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste se processou no bojo de uma estreita relação entre a classe dominante e o Estado. A atuação política dos usineiros nordestinos constituiu fator decisivo para moldar um padrão de desenvolvimento setorial, sustentado pela política protecionista mantida pelos incentivos, subsídios e pelo controle estatal sobre os preços e sobre a comercialização dos produtos no mercado.

Contudo, essa relação não tem apenas uma face. Nas conjunturas favoráveis aos preços do açúcar no mercado internacional, os mesmos usineiros procuravam se libertar do controle estatal. Alegavam, por exemplo, que o governo auferia enormes ganhos, ao pagar baixos preços pelo açúcar que, posteriormente, seria exportado a preços elevados. Tal situação de fato chegou a ocorrer, em raras ocasiões, entretanto. E, segundo documentos oficiais, os recursos acumulados sempre foram integralmente repassados para os usineiros e fornecedores.

Protecionismo e liberalismo aparecem, então, como duas virtualidades, ora difundidas, ora rejeitadas, pelos segmentos empresariais do setor.

Mesmo sem resgatar todo o debate acerca do caráter e das funções do Estado, procuramos evitar tanto a idéia do Estado como um "deus ex-machina" que pode intervir nas contradições do capitalismo, agir sobre elas, corrigí-las, quanto a idéia de um Estado como simples instrumento de grupos ou frações de classe que

estão no poder. A idéia de Poulantzas que vê o Estado contemporâneo como condensação material da correlação de forças entre classes pode se somar com às contribuições daqueles que se reconhecem na "teoria da derivação", buscando não pensar o Estado apenas por dedução. Atentando para sua dupla função de acumulação e legitimação (cf. Mathias e Salamar, 1983), podemos analisar as situações nas quais os usineiros nordestinos agem, para manter o atendimento de seus interesses, por meio de argumentos que tornam socialmente legítimas suas demandas, apoiando-se nos critérios técnicos disponíveis ou contrapondo-se a eles.

1) Usineiros do Nordeste: demandas, argumentações e contra argumentações.

Desde os anos 20, a ação política dos usineiros nordestinos teve como argumento central a questão regional. Em diferentes conjunturas econômicas, puderam assegurar a preservação das políticas protecionistas, pela ação de "lobbies" formados no interior do aparelho do Estado, tanto na esfera do executivo quanto na do legislativo.

A intervenção política dos usineiros nordestinos, no interior do aparelho de Estado, foi determinante na configuração da dinâmica econômica da agroindústria, particularmente no contexto de modernização das usinas açucareiras e de implantação do programa nacional do álcool.

Os usineiros nordestinos, logo após a elaboração dos Programas de Racionalização da Agroindústria Canavieira, foram responsáveis pela manutenção de medidas protecionistas de cunho regional. A concessão de subsídios de equalização de custos para o Nordeste, no bojo dos programas de modernização do setor, demonstra o poder de pressão e de resistência dos usineiros nordestinos no interior da máquina estatal. Tais subsídios estavam programados

para vigorar por curto prazo, devendo ser gradualmente extintos. Mas, com a pressão política exercida pelos seus "lobbies", os usineiros nordestinos conseguiram retirar o caráter de provisoriedade dessa medida, cujo término estava previsto para maio de 1977, com a perspectiva de conclusão do processo de modernização das unidades de produção do Nordeste.

A preservação dos subsídios de equalização de custo foi um dos fatores responsáveis pelo delineamento do perfil de crescimento do setor pois os usineiros conseguiram prorrogar o prazo de sua eliminação até os dias atuais.

Nos primeiros anos da década de 70, foram os usineiros nordestinos que estimularam as alterações das normas de aplicação dos recursos disponíveis no Fundo Especial de Exportação (Decreto Lei nº 1.266, de 26/3/73), para que parcelas dos recursos ali acumulados pudessem ser aplicadas na modernização da produção. Todos apoiaram as mudanças, porém nem todos expandiram e modernizaram suas usinas, muitos especularam com recursos públicos. A grande maioria dos usineiros contraiu enormes dívidas junto ao Estado e a outras entidades, mas tornaram-se contestadores da justeza de suas dívidas.

Na segunda metade da década de 70, os usineiros nordestinos tiveram como uma das principais reivindicações, mudanças nos critérios técnicos de formação dos preços da cana, açúcar e álcool. Para eles, os preços defasados inviabilizavam o cumprimento de seus compromissos financeiros junto às agências internacionais e ao governo e eram responsáveis pelo grande número de insolvências das usinas.

Utilizando-se dos dados de custo de produção, da pesquisa realizada, sob encomenda, no âmbito do convênio IAA/Fundação Getúlio Vargas, os usineiros questionavam a metodologia e os resultados dos levantamentos de custos de produção realizados pelos técnicos do Ministério da Fazenda, adotados como referência para a

fixação dos preços dos produtos dessa agroindústria. Tais estudos tornaram-se foco de divergências entre técnicos do governo e usineiros (25), como evidenciou João Eudes, secretário geral da Federação dos Plantadores de Cana de Alagoas :

" Os resultados dos estudos da Fundação Getúlio Vargas é segredo de Estado. Mas vamos dizer, algum inconfidente dentro da própria Fundação soltou um número no ar que infelizmente ninguém pode dizer se é verdadeiro... Já pedimos o estudo, mas foi negado pelo presidente do IAA...Segredo de Estado... Aquilo ali já estava no Ministério mas não podia...No próprio Senado vozes de senadores se levantaram e inclusive solicitaram do Ministério da Indústria e Comércio o documento para tomarem conhecimento ,mas também não o receberam. O próprio IAA então solicita do Ministério da Indústria e Comércio a alocação do preço de 21,6 %. E o governo, naturalmente com base no estudo do próprio Ministério, ainda conseguiu rebaixar isto a 17,86 % . Colegas muitas vezes chegam e dizem: e agora, o que é que se vai fazer ? Ai eu digo: colher porque tem um prejuízo menor"(cf: Jornal O Globo, pg.28, 27/6/76, Rio de Janeiro).

Mas, as pressões dos usineiros nordestinos para justificar a crise e as insolvências das usinas não ficaram circunscritas ao questionamento dos parâmetros estritamente técnicos. Frequentemente utilizavam outros argumentos relacionados às condições adversas da natureza (chuvas/sêcas prolongadas, ataques de pragas, etc.), e até mesmo ameaças de paralisação da produção, que provocaria desemprego em massa dos trabalhadores, principalmente durante as Campanhas Salariais dos canavieiros, onde geralmente os usineiros conseguiam repassar para os preços os aumentos salariais concedidos para a categoria.(26)

25 Nesse contexto, contrapõe-se os critérios dos "técnicos" do Estado e dos "técnicos" contratados pelos usineiros.

26 Trataremos especificamente dessa questão no capítulo V deste trabalho.

Os usineiros nordestinos estavam na realidade defendendo a manutenção e ampliação do protecionismo governamental, para isso combinavam velhas e novas reivindicações de acordo com as mudanças conjunturais.

Os usineiros, diante da queda do preço do açúcar no mercado internacional em 1974 e da escassez de recursos no Fundo Especial de Exportação, conseguiram do governo a aprovação para a eliminação dos subsídios do preço do açúcar ao consumidor do mercado interno e o repasse de recursos para a modernização das usinas, como demonstra Cid Sampaio, ele mesmo um dos mais expressivos representantes dos usineiros pernambucanos.

"Na safra de 75/76, com o subsídio ao consumo são destruídas as poupanças equivalentes a Cr\$ 2.903.775.660,00. A eliminação do subsídio com sua transferência para o consumidor, corrigindo um erro inexplicável, significaria hoje elevar o preço do quilo de açúcar de Cr\$ 0,50. Em uma safra o subsídio ao consumo custa ao país Cr\$ 2.903.775.660,00. Se esse valor fosse por exemplo investido para a construção de destilarias anexas de álcool, seria suficiente para instalar 145 destilarias com capacidade de produzir 2,610 bilhões de litros, que, vendido mesmo aos baixos preços oficiais de hoje, corresponderia a uma elevação do produto interno na ordem de Cr\$ 5.742.000.000,00.." (Cf. Jornal do Brasil, 27/01/76).

Nesse ponto, os usineiros conseguiram uma nova vitória: o governo, através do Ministro da Fazenda fez aprovar em reunião do Conselho Monetário Nacional, de 26/4/76, "ad referendum", medidas que eliminariam os subsídios dos preços do açúcar no nível do consumidor, a partir de 3/5/76, passando seu valor a ser incorporado aos preços da cana e do açúcar. (cf. Relatório Anual IAA, 1976). Na realidade, esta resolução significava a transferência de enormes somas de recursos para os usineiros, mesmo às custas do encarecimento do produto no mercado interno e da

conseqüente restrição do consumo para as camadas mais pobres da sociedade.

Mas as suas reivindicações não paravam aí. Os usineiros nordestinos, ainda no bojo da conjuntura internacional desfavorável da segunda metade da década de 70, pleitearam que uma substancial parcela dos recursos do Fundo Especial de Exportação (40%) fosse destinada ao pagamento de suas dívidas, conforme registrou Gileno de Carli, presidente da Federação da Agricultura de Pernambuco:

"Eu sugeriria que 30 % dos recursos do Fundo se destinasse ao próprio Instituto para reaplicar no reaparelhamento industrial, naquilo que é necessário fazer; que 30 % se destinasse a produtores, usineiros e fornecedores, para melhoria das técnicas nas suas próprias indústrias... Seria para uma destinação específica, para atender a melhoria tecnológica da indústria do açúcar e da lavoura de cana. E 40 % para pagamento de dívidas - e quem não tivesse dívidas receberia aquilo que lhe diria respeito" (cf. Jornal O Globo, 27/6/76: 29).

Esta reivindicação dava ênfase a uma dramática situação financeira das usinas do Nordeste, agravada pela necessidade dos usineiros de pagarem suas dívidas, contraídas junto a entidades financeiras internacionais e ao próprio governo.

Em Pernambuco, o montante da dívida de 34 usinas, contraída para a modernização e ampliação do seu parque industrial totalizava, junto ao governo e à rede bancária privada, Cr\$ 700 milhões (cf: Jornal do Brasil, 9/4/1976).

Sampaio (1976) justificava o elevado grau de endividamento e de insolvência de 25 usinas de Pernambuco pela deterioração de sua capacidade de pagamento, decorrente da política de determinação dos preços dos produtos do setor, implementada pelo governo: " em 1964, a dívida dos usineiros correspondia a 453 sacos de açúcar de cada

lote de 1.000 sacos produzidos e que em 1975 a dívida correspondia a 1.771 sacos de cada 1.000 produzidos".

Esse processo evidenciou dois paradoxos: a) as usinas do Nordeste, de uma forma geral, estavam contabilmente insolventes, mas tal endividamento não implicou a decadência das sólidas famílias das oligarquias canavieiras nordestinas, conforme vimos em exemplos citados no capítulo anterior. b) apesar de todo o subsídio governamental que lhes foi destinado, os usineiros nordestinos em sua argumentação, atribuíram ao governo a responsabilidade pela crise do setor e pela constituição de suas dívidas. O maior problema enfatizado por eles estava relacionado ao controle governamental sobre os preços da cana, do açúcar e do álcool.

Essas acusações transformavam-se em álibis e abriam espaços para novas barganhas e negociações junto ao governo militar, cujos resultados sempre implicavam novas concessões governamentais, conforme demonstram resoluções de 1976: adiamento do pagamento do débito remanescente do financiamento da entressafra do ano de 1975 para os dois anos seguintes; a suspensão pelo IAA da cobrança dos juros dos empréstimos a longo prazo e redistribuição de seus valores para serem pagos em safras futuras; a expansão do crédito para a safra de 1976, da ordem de 40% em relação à safra do ano anterior (cf. Jornal do Brasil, 19/6/76).

O Conselho Monetário Nacional anistiou dívidas, liberou novos recursos para cobrir os "prejuízos" que os usineiros tiveram com a elevação dos preços das máquinas e equipamentos adquiridos para a modernização das usinas, concedeu novos recursos para capital de giro das empresas, autorizou os usineiros a captarem recursos no mercado internacional, onde o crédito era abundante por causa do excesso de liquidez.

A autorização do governo para que os usineiros recorressem a empréstimos internacionais era, naquelas circunstâncias, considerada uma operação de alto risco: a) por ser concretizada em dólares,

cujas correções estavam sujeitas às flutuações cambiais. A desvalorização do cruzeiro poderia agravar a situação financeira das empresas, caso não houvesse uma recuperação dos preços do açúcar no mercado internacional; b) por ter como fiador da dívida o próprio Instituto do Açúcar e do Alcool.

Paralelamente a estas concessões, os usineiros nordestinos, naquela conjuntura de crise, como já vimos no Capítulo 1, também tiveram acesso a novos recursos subsidiados para a implantação de destilarias de álcool, por intermédio do Programa Nacional do Alcool e continuaram recebendo recursos, na forma de subsídios dos programas de equalização de custos.

Porém, nessa ocasião, a legitimidade dos argumentos dos usineiros, responsabilizando a política do governo pelo elevado endividamento e insolvência das usinas nordestinas, começou a ser questionada. Alguns estudos começaram a contestar publicamente os dados que fundamentavam os argumentos e reivindicações dos usineiros, dentre eles: os índices de produtividade da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste, após a modernização das usinas. Na imprensa, surgiam com maior frequência artigos evidenciando algumas manobras contábeis empregadas pelos usineiros do Nordeste para reduzir seus índices de produtividade, cuja elevação poderia pôr em risco medidas protecionistas de cunho regional.

Gomes (1978) afirmava que no Nordeste os diferentes índices de produtividade entre usinas que operavam nas mesmas condições tecnológicas e ambientais eram decorrência de um jogo contábil, conhecido como "cana papel", cujo mecanismo foi assim apresentado pelo autor:

" Uma explicação para a perda da produtividade já foi mencionada: a introdução do subsídio para a cana no Nordeste. Ao preço de hoje o produtor da cana recebe do IAA um subsídio de Cr\$ 44,46 por tonelada, que representa 21,5 % do preço oficial de Cr\$

206,60. Quando é o fornecedor autônomo que vende a cana, é ele quem fica com o subsídio. E, quando é a usina - e as usinas têm utilizado cada vez mais cana própria - é o usineiro. Assim, basta as usinas do Nordeste declararem ao IAA que moeram uma quantidade maior de cana própria do que efetivamente moeram para receberem, gratuitamente, o subsídio sobre a matéria-prima. Foi esta prática, segundo admite o próprio Instituto, que baixou tão depressa o rendimento das usinas nordestinas." (cf. Jornal do Brasil, 15/1/78).

As medidas protecionistas mantidas pelo governo, em benefício dos usineiros nordestinos, começaram a ser mais divulgadas pela imprensa no final da década de 70. Naquela conjuntura de ascensão do movimento sindical e popular a um nível nacional, também as campanhas salariais dos trabalhadores canavieiros nordestinos, impulsionadas a partir de Pernambuco em 1979, passaram a questionar a retórica dos usineiros. O antropólogo Leite Lopes (1981), durante a campanha salarial dos canavieiros pernambucanos, assim se referiu aos privilégios governamentais concedidos aos usineiros daquele estado:

"...o principal argumento dos produtores de cana de Pernambuco, para explicar suas dificuldades, é o de que o Estado exerce um controle excessivo sobre suas atividades empresariais, através da política de fixação de preços, os quais, segundo eles, estão sempre abaixo de suas necessidades reais. Ocorre, no entanto, que a intervenção do Estado não se limita à fixação de preços. O mesmo Estado que limita o aumento dos preços da cana fornece um volume considerável de crédito aos produtores, além de subsidiar o preço da cana. Trabalhando sobre dados do Banco Central, do Instituto do Açúcar e do Alcool e da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, verifica-se que, só no ano de 1979, os produtores de cana de Pernambuco custaram à nação Cr\$ 2 bilhões, quantia que receberam em subsídio líquido" (cf. Jornal do Brasil, 27/9/81).

Nos anos de 1979/80, quando se esboçou uma recuperação dos preços do açúcar no mercado internacional, os usineiros nordestinos começaram a reivindicar, junto ao governo, melhores preços para o açúcar. Porém, outras resistências se evidenciaram no interior do governo. Freire (1980) destacou que, no Ministério da Fazenda, aumentavam as resistências às solicitações dos usineiros, na medida em que as novas diretrizes procuravam condicionar o atendimento de suas reivindicações de melhores preços e liberação de novos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), à reprogramação do pagamento de suas dívidas, compromisso que não vinha sendo assumido junto ao governo e às agências financeiras internacionais (cf. Correio Brasiliense, 4/5/1980: 5).

Contra essa resistência, os usineiros passaram a considerar a privatização da comercialização do açúcar para o mercado externo. Hipótese descartada rapidamente, por causa da queda do preço do açúcar no mercado internacional e das taxações aos produtos importados impostas pelos Estados Unidos, em 1982. Assim, a privatização do comércio externo do açúcar deixou de ser interessante para os usineiros que viram a crise do setor agravada em 1983, em decorrência da redução do preço do petróleo no mercado internacional, que desestimulou a exportação do álcool. Nesse contexto, a dívida dos usineiros do Nordeste e os subsídios de cunho regional voltaram a ser prioritários nas negociações entre eles e os organismos estatais.

No entanto, apesar da flexibilidade e adaptação das solicitações às conjunturas, a manutenção do protecionismo governamental, em benefício dos usineiros nordestinos, foi tornando-se cada vez mais difícil, em razão do agravamento da crise do mercado internacional do açúcar e do álcool e da pressão exercida pelo Fundo Monetário Internacional sobre o governo brasileiro, particularmente no que diz respeito aos gastos públicos.

O agravamento da crise econômica, no início dos anos 80, ampliou as divergências e as disputas entre os usineiros do Nordeste e do Sul. Os usineiros de São Paulo propunham, naquele contexto, alterações substanciais nas políticas protecionistas do Estado, propunham a eliminação dos subsídios regionais, principalmente no que concernia aos privilégios concedidos aos usineiros nordestinos.

Referindo-se a limitação dos recursos disponíveis no governo para atender as reivindicações dos usineiros nordestinos, sempre no sentido de manter elevados subsídios ao setor, Delfin Neto (1982) afirmava: "Se os usineiros disserem qual o setor da sociedade que deve pagar os subsídios a eles, nós estamos prontos para estudar com a maior seriedade todos os pedidos... Eles podem escolher entre o reajuste nos preços da gasolina, um corte nas verbas da merenda escolar, a suspensão de uma usina nuclear, ou o aumento nos impostos de renda. O certo é que alguém terá que pagar o pato" (cf. Revista Veja, 14/7/82: 90).

Esta declaração sintetiza as dificuldades encontradas pelos usineiros nordestinos para manter inalterada a política protecionista, na contracorrente de medidas que levaram à redução dos subsídios para a produção agrícola, dos recursos destinados ao apontamento das usinas e a outros tipos de financiamentos.

Tal posição do ministro estava em sintonia com as reivindicações dos usineiros paulistas, expressas numa "Carta Aberta às Autoridades", onde questionaram a permanência da política protecionista de cunho regionalista, voltada basicamente "para premiar os produtores menos produtivos", os produtores nordestinos. Em contrapartida, propunham que a política de subsídios fosse orientada para os produtores modernos e inovadores, responsáveis pelos elevados índices de produtividade (cf. Estado de São Paulo, 10/6/1982: 3).

As denúncias contra o protecionismo, contra os usineiros nordestinos vinham também dos trabalhadores canavieiros que, nas campanhas salariais, denunciavam as manipulações dos dados estatísticos, realizadas pelos usineiros, para caracterizar a crise do setor, a partir da qual reivindicavam a permanência e a ampliação da política protecionista.

A Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, na Campanha Salarial de 1983, elaborou um documento questionando a "propaganda da crise" em Pernambuco. Os patrões relacionavam a crise econômica à redução da procura, ao estrangulamento no fornecimento de matéria-prima, à escassez de capital de giro, à insuficiência de trabalhadores, à redução sistemática do rendimento da cultura por hectare plantado. Nesse documento, os trabalhadores denunciaram a crise, afirmando ser esta um pretexto, uma falácia empregada pelos usineiros, para ampliar seus privilégios junto ao governo. Afirmaram que a agroindústria canavieira de Pernambuco continuava crescendo com taxas elevadas: no período de 79/80 a 82/83, a produção de açúcar em Pernambuco cresceu a uma taxa de 6,8% aa, na safra de 82/83, a produção de açúcar cresceu de 16,8%. A produção de álcool em Pernambuco cresceu entre as safras de 79/80 a 82/83, a uma taxa de 9,1%aa, aumentando em 20%, entre as safras de 81/82 a 82/83. A quantidade de cana esmagada neste período, para a produção de açúcar, cresceu a uma taxa de 3,5%. Entre as safras de 81/82 a 82/83, o crescimento foi de 13% (cf. FETAPE, 1983: 1/3).

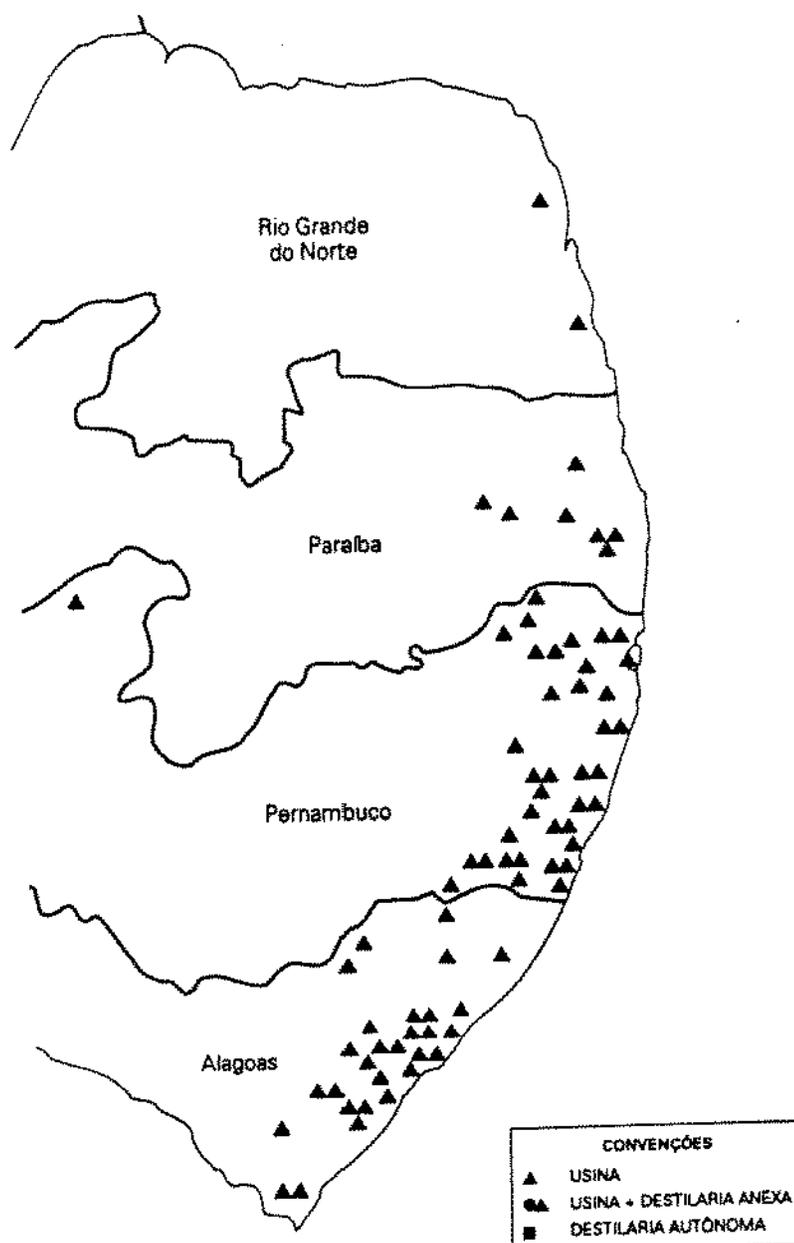
O documento da FETAPE, contradizendo os argumentos patronais, afirmava o crescimento do setor e as regalias concedidas pelo governo à classe patronal, com a preservação da política protecionista, senão vejamos:

"a) O volume de crédito para custeio para a cana-de-açúcar tem crescido proporcionalmente mais do que a inflação. No período 79/81, segundo dados do Banco do Brasil e Fundação Getúlio Vargas, a inflação cresceu 320%, o crédito de custeio para a cana em Pernambuco cresceu de 478% (37,6% acima da inflação).

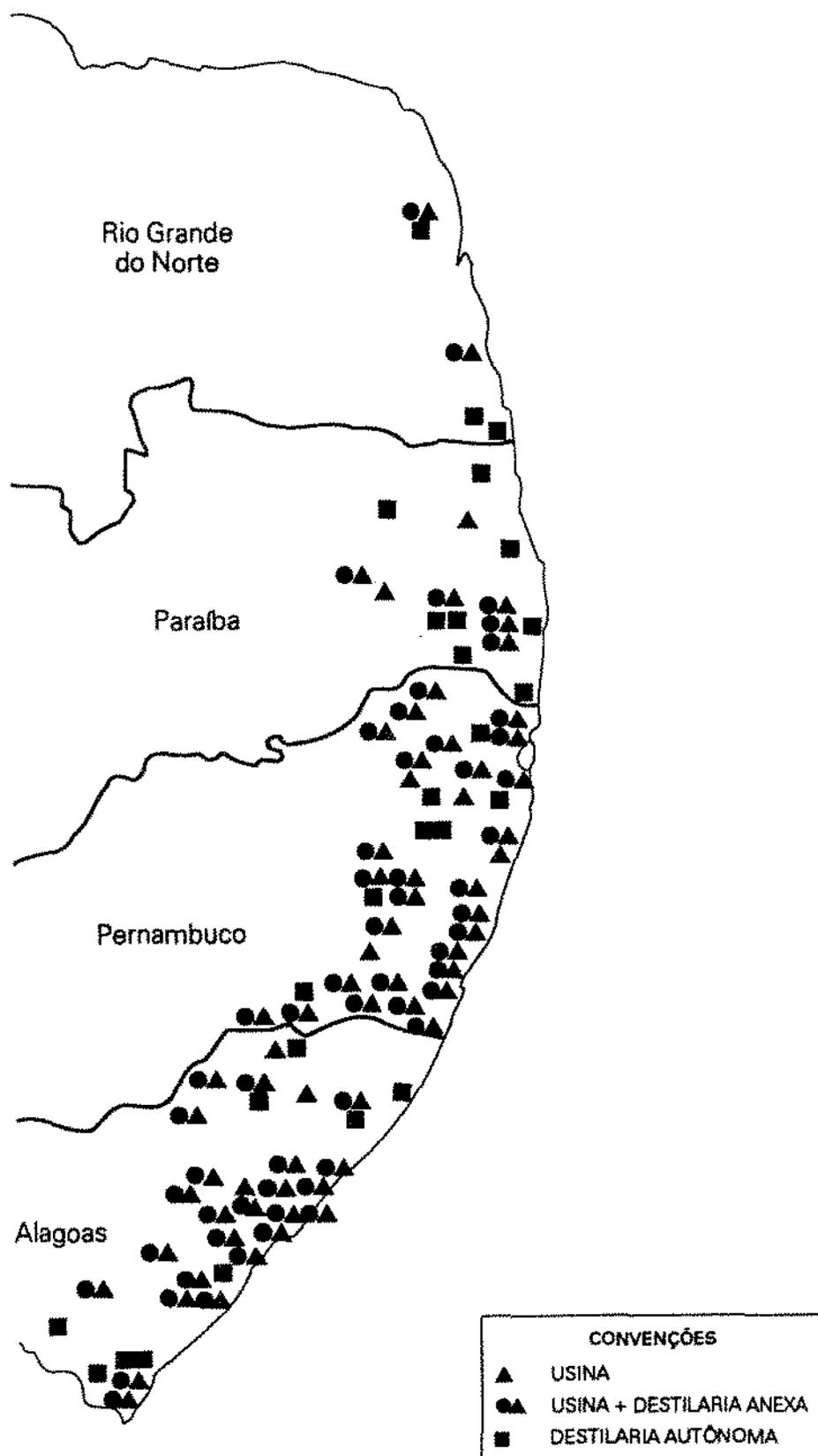
b) "A cana-de-açúcar drenou para si, em termos absolutos e relativos, um volume tal de crédito que compromete, dada a escassez do mesmo, a assistência creditícia às demais culturas, principalmente as alimentares".

c) "A cana-de-açúcar obtém cerca de 81% do total de recursos disponíveis para o crédito de corretivos, fertilizantes e

UNIDADES DE PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL NO NORDESTE 1975



UNIDADES DE PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL NO NORDESTE 1985



inoculantes em Pernambuco e 60% do crédito total disponível para defensivos".

d) "Os usineiros e senhores de engenho de Pernambuco, beneficiados pela política de crédito rural para o Nordeste, não somente pagam as menores taxas de juros do país como também têm um limite de financiamento superior ao estabelecido para seus congêneres de outras regiões do país. Sobre os financiamentos de custeio e comercialização para os diferentes tipos de produtores do Nordeste, a taxa de juros é de 35%, enquanto os produtores de outras regiões do país pagam juros de 60%, segundo tabela do Banco do Brasil".

e) "Os usineiros e senhores de engenho de Pernambuco recebem pelo açúcar, pelo álcool e pela cana um preço superior ao das demais regiões brasileiras. Na safra de 1983, o diferencial de preço por tonelada de cana foi em 45,1% superior ao de São Paulo, 30,9% superior ao do Rio de Janeiro e 37,9% superior ao de Minas Gerais. Em relação ao preço por saco de 50Kg. de açúcar, a variação foi a seguinte: 33,3% superior ao preço recebido pelos usineiros de Minas Gerais e Rio de Janeiro e 41,9% superior ao preço recebido pelos usineiros paulistas. O preço do álcool pago pelo IAA aos usineiros pernambucanos foi 3,6% superior ao do Rio de Janeiro, 5,5% superior ao de Minas Gerais e 6,1% superior ao de São Paulo".

f) "Os subsídios dados aos usineiros pernambucanos pela cana esmagada para a produção de açúcar na safra de 1981/82 foram de Cr\$ 8.809 milhões e na safra de 1982/83 atingiram Cr\$ 19.112 milhões. Este último valor daria para pagar 112.787 trabalhadores rurais durante os 6 meses de safra, ao salário mínimo vigente na época (Cr\$ 28.243,15)".

g) "Os usineiros de Pernambuco são beneficiados pela política de preços para o açúcar exportado (60% da produção do Estado), não sendo afetados pela queda dos preços no mercado

internacional, pois o IAA lhes garante sempre o preço vigente no mercado interno" (cf. FETAPE, 1983: 8/9).

Enquanto instância de representação dos trabalhadores, a Federação (FETAPE) denunciava freqüentemente os artifícios empregados pela classe patronal para conseguir aumentos nos preços da cana e "poder" atender as reivindicações dos trabalhadores nas campanhas salariais.

Por outro lado, a crise política que se desenrolou com o fim do regime militar provocou atraso na liberação dos incentivos governamentais e agravou a situação financeira dos usineiros, obrigando-os a captarem recursos, a juros de mercado, na rede bancária para o financiamento de seus estoques (cf. Revista Visão, 16/7/84: 58/60).

Os usineiros nordestinos reagiram às medidas econômicas que a "Nova República" pretendeu implantar para a agroindústria do açúcar e do álcool. Reagiram contra propostas de ministros e contra os usineiros do sul, que tencionavam reestruturar a política de incentivos e subsídios governamentais. Mostraram-se indignados com o confisco dos recursos que seriam aplicados no setor e com a ameaça de extinção dos subsídios de equalização de custos. Baseados em pesquisas encomendadas, comprovavam os diferenciais de custos de produção entre os usineiros do Nordeste e de outras regiões, iniciavam a ação parlamentar da "bancada nordestina"(27).

Naquela conjuntura, Cid Sampaio se tornou um dos principais articuladores da "bancada nordestina", para sensibilizar e pressionar as autoridades sobre a inoportunidade da retirada dos

27 Sobre a "bancada nordestina", ver Castro (1989). Após analisar 600 discursos de parlamentares do Nordeste, desde 1946 à recente legislatura, a autora conclui que "o peso do atraso" da região sempre foi posto em costas alheias. "Ora era a seca, ora a dependência da enriquecida região Centro/Sul do país, mas nunca caía sobre a própria elite nordestina, que parece conduzir a região para que ela fique onde está". A autora diz que essa elite se reproduz, responsabilizando toda a nação pelo estado precário do nordestino. Apontando para o real crescimento econômico da região, onde houve implantação de indústria e investimentos agrícolas, a autora afirma que, para receber dinheiro do governo central, a prática política da elite continua sendo a mesma.

subsídios de equalização de custos para o Nordeste (cf. Correio Brasiliense, 17/6/85).

Já os usineiros do sul e certos ministros que os representavam no governo - como o ministro da Indústria e Comércio da Nova República, Roberto Gusmão - defendiam a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool. O que constituiria sério problema para os usineiros nordestinos uma vez que o IAA era o principal canal de encaminhamento de suas reivindicações a outras instâncias governamentais. Naquele contexto, os usineiros nordestinos não apoiaram a extinção do órgão, tornaram-se defensores de sua reestruturação, conforme expressa documento de sindicatos patronais do Nordeste, enviado ao ministro da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão:

" Ao tempo em que apoiamos a tese de que o IAA deve ser " enxugado" e aperfeiçoado, queremos afirmar a nossa total discordância em relação aos conceitos implícitos na recente entrevista de V.Exa., ao arrepio dos compromissos formalmente assumidos pelo presidente Sarney para com o Nordeste, V. Exa. preconiza, como já preconizou outro ministro igualmente paulista, a eliminação de um dos frágeis instrumentos de que o Nordeste dispõe, para suportar a concorrência de privilegiados pela natureza e pelos homens que detêm o poder" (cf. Jornal do Brasil, 13/8/1985: 3).

Os grifos indicam a recorrência básica da forma de apresentar a questão: ao tratar da concorrência, exhibe-se um Nordeste fragilizado pela Natureza, pela ação de privilegiados usineiros de outras regiões, pelo poder político de ministros paulistas.

No entanto, as divergências entre usineiros do Sul e do Nordeste eram por eles minimizadas quando reivindicavam: liberação dos recursos do PROALCOOL, redução do impostos, melhores preços para os produtos do setor, manutenção da política de incentivos,

melhores condições de pagamento e anistia das dívidas junto ao Estado. Nestas circunstâncias, o engajamento corporativo dos usineiros e fornecedores não levava em consideração a região.

Como veremos com mais detalhes mais adiante, as divergências também desapareciam, quando estava em jogo a cobrança de suas dívidas pelo Estado, bancos e agências financeiras internacionais, cujos processos estavam na iminência de serem encaminhados do IAA para o Ministério da Fazenda e Delegacias da Receita Federal, para cobrança em juízo (28). E quando as reivindicações trabalhistas tornaram uma ameaça real, usineiros de todo o país também uniram-se para indicar o despreparo, a baixa produtividade e o alto custo da mão-de-obra.

Ainda assim, as divergências entre os usineiros tornaram-se mais intensas, quando se tratou da definição de novos critérios para o planejamento das atividades do setor(29). Os usineiros nordestinos, entretanto, foram gradativamente superando as dificuldades, assegurando e ampliando privilégios, durante toda a segunda metade da década de 80 e vencendo as pressões exercidas por grupos que propunham reformulações radicais na política governamental, principalmente no que dizia respeito à aplicação

28 Os privilégios não cessaram, nem mesmo com as mudanças do regime, com a entrada do governo da "Nova República". Logo em 1985, o governo exportou açúcar, a um preço de US\$ 118,46 por tonelada e pagou aos usineiros a quantia de US\$ 206,87 por tonelada. No ano de 1987, o IAA arcou novamente com enormes despesas na exportação do açúcar. Naquela oportunidade, o custo do açúcar para o IAA era de US\$ 244,50 a tonelada, enquanto o preço no mercado internacional era de US\$ 147,98 a tonelada.

29 Em 1988, houve uma recuperação do preço do açúcar no mercado internacional. O IAA pagou pelo açúcar US\$ 146,44 a tonelada e sua cotação na bolsa de New York atingiu a cifra de US\$ 244,50 a tonelada. Era a oportunidade do IAA recuperar as perdas anteriores. Mas, o então presidente Sarney assinou, sob pressão dos usineiros nordestinos, um decreto, em agosto de 1989, autorizando a exportação direta das cotas de produção do açúcar nordestino, desde que os usineiros não fossem devedores de impostos para a União. Neste contexto, é que o Sr. Aurino Vieira da Silva, diretor da Usina Cururipe de Alagoas declara que o setor já não precisava mais do governo para exportar e que já tinha condições para arcar com os riscos do mercado. Mas, por outro lado, afirmava ser contra a retirada dos subsídios de equalização de custos para a região Nordeste, por serem estes cobrados do consumidor e não dos cofres públicos. A primeira experiência oficial de exportação direta foi acertada com a Cooperativa de Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas. Esta operação foi permitida para que a cooperativa pudesse levantar recursos para saldar dívidas com o Banco do Estado de Alagoas (PROBUBAN), contraída em 1982 (cf. Folha de São Paulo, 28/8/1989: c-6).

produtiva do capital, à cobrança das dívidas, à eliminação dos subsídios e outros (30).

Em resumo, as divergências foram insuficientes para alterar a dinâmica econômica da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste, visto que, nas mais diferentes conjunturas, a região continuou beneficiando-se da política protecionista governamental. É no bojo dessas tensões políticas que se delineiam as transformações na estrutura produtiva da agroindústria canavieira nordestina, cujas características fundamentais se expressam na modernização parcial da estrutura produtiva, na reprodução simultânea de sistemas modernos e atrasados de produção, na preservação dos subsídios regionais, na transformação gradual do perfil da classe dominante.

Contudo, dar visibilidade a essa diferenciação contraria as estratégias utilizadas pelas elites nordestinas, já que, para recorrer ao Estado, elas sempre adotaram como pressuposto a questão das discrepâncias regionais apresentando o Nordeste como espaço homogêneo do atraso e da miséria. O discurso regionalista tem sido parte constitutiva da estratégia de classe dos empresários do setor, para barganhar e justificar medidas protecionistas dos governos.

30 Os usineiros nordestinos conseguiram manter os subsídios de equalização de custo, no governo Collor, apenas se alterou seu nome para taxa de equalização de custo. Os usineiros nordestinos conseguiram elevados subsídios governamentais na exportação do açúcar, nas safras de 1985 e 1987, quando o governo pagou US\$206,87 e US\$244,50 a tonelada de açúcar, respectivamente e o revendeu, no mercado internacional, ao preço de US\$ 110,46 e US\$147,90 a tonelada, respectivamente. Conseguiram, mediante vários mecanismos, renegociar suas dívidas em condições favoráveis, mesmo provocando falências de bancos regionais, como foi o caso do PRODUBAN de Alagoas. Obtiveram do governo Sarney a assinatura de um decreto (agosto de 1989), autorizando a venda direta do açúcar para o exterior, quando o preço do açúcar no mercado internacional estava elevado, etc. Em relação às dívidas, a situação dos usineiros nordestinos era a seguinte: na Paraíba, existiam 197 processos, totalizando uma dívida de Cz\$ 36 bilhões; em Pernambuco, 53 processos, totalizando Cz\$ 8,6 bilhões; em Alagoas, 32 processos, totalizando Cz\$ 400,6 milhões; no Rio Grande do Norte 34 processos, totalizando Cz\$ 19,6 bilhões (cf. Gazeta Mercantil, 7/7/88: 29).

2) A dívida e a equalização de custos: a permanência dos interesses regionais.

A questão da "dívida dos usineiros" brasileiros realmente ganhou realmente espaço nos meios de comunicação, em 1985. Informou-se, então, à opinião pública que os empréstimos concedidos por meio dos Programas de Modernização da Agroindústria Açucareira e do Programa Nacional do Alcool e os empréstimos externos junto às agências internacionais, feitos a partir de 1976, eram importantes componentes das dívidas acumuladas pelos usineiros. Em 13/3/85, segundo documento oficial, seu montante, totalizava US\$ 741,5 milhões (Cr\$ 3.018 trilhões), devidos ao IAA e US\$ 587 milhões de empréstimos internacionais, ou seja, um débito de US\$ 1.328 bilhões. Do total de recursos externos, US\$ 346,859 milhões foram avalizados pelo IAA, assim distribuídos: Alagoas, US\$ 30,100; Pernambuco, US\$ 127,701; Minas Gerais, US\$ 27,877; São Paulo, US\$ 42,463; Rio de Janeiro, US\$ 118,618 (cf. Gazeta Mercantil, 14/3/85: 20).

Os usineiros não pagavam suas dívidas, alegavam insolvência de suas empresas como resultado da política de preços da cana, açúcar e álcool, praticada pelo governo. Ou seja, como os usineiros do Nordeste atribuíram a responsabilidade de sua insolvência ao próprio Estado protecionista, afirmaram que o agravamento da situação ocorrera a partir de maio de 1977, quando o então presidente Geisel assinou um decreto, concedendo ao ministro da Fazenda poderes para homologação dos produtos que teriam preços administrados, o açúcar foi incluído entre eles. Os preços administrados não acompanharam a evolução dos custos de produção, gerando insolvência do setor. Por outro lado, responsabilizaram também a equipe econômica do governo Figueiredo. José Tenório, presidente da Cooperativa e do Sindicato da Indústria e do Alcool de Alagoas, denunciou a retirada dos subsídios ao crédito e o descumprimento por parte do governo do compromisso de compensar

esta perda com a elevação dos preços dos produtos, de acordo com a desvalorização cambial.

O IAA, como avalista, vinha pagando as dívidas contraídas pelos usineiros junto às agências financeiras internacionais, porém o pagamento das dívidas junto a entidades governamentais foi sendo postergado. Muitos processos de cobrança das dívidas continuavam engavetados nas repartições públicas, mesmo que constassem das cláusulas contratuais os bens particulares e a própria usina, como garantias para os empréstimos. Os usineiros não pagavam suas contas, o governo, como avalista, efetuava o pagamento configurando um jogo de faz-de-conta conhecido como "golpe do aval".

O Fundo Monetário Internacional, como já se assinalou, a partir de 1982, pressionava por novas medidas para a cobrança dessas dívidas. Assim, o governo passou a encaminhar os processos para cobrança em juízo, provocando, de imediato, reações e protestos por parte dos usineiros, muitos dos quais nem reconheciam as dívidas (31). Neste contexto, muitos tiveram suas dívidas perdoadas através de decretos presidenciais, outros as renegociaram em condições consideradas vantajosas (32).

31 Em dezembro de 1982 o Conselho Monetário Nacional aprovou uma medida que transferia para o IAA a responsabilidade do risco cambial da dívida e dando o direito aos usineiros da COOPERFLU em pagarem seus débitos com açúcar, durante 15 anos, arcando com juros de apenas 3% aa. As reações a estas medidas surgiram no interior do IAA que recusou colocar em prática a decisão do Conselho. Em 1984 articulava-se a elaboração de um plano para sanar financeiramente as usinas do Rio de Janeiro, mas o maior impasse era que a diretoria da COOPERFLU não queria assumir a responsabilidade pelos empréstimos contraidos no exterior. O seu presidente, Evaldo Inosoja, afirmava que a dívida em dólar era problema do IAA, sentia-se respaldado pelas resoluções do Conselho Monetário Nacional de dezembro de 1982. Os empresários fluminenses estavam ignorando as cobranças feitas pelos bancos credores. Diante da cobrança de dívidas atrasadas junto ao banco La Nación Argentina o presidente da COOPERFLU afirmava que: "O problema não é meu e sim do avalista". (cf: Jornal Folha de São Paulo, 09/03/1985,12).

32 O ministro Camilo Pena propunha que fosse utilizados o aval dos importadores de açúcar junto aos bancos credores para rolagem das dívidas em troca de fornecimento de açúcar, com contratos atraentes de garantia de preços, a longo prazo. Para demonstrar as vantagens para os usineiros deste tipo de proposta relataremos negociações encaminhadas com usineiros de Alagoas. O IAA negociou com o Midland Bank de Londres um empréstimo de US\$ 130 milhões com aval da empresa "Tate Lyle", uma das maiores importadoras e exportadoras de açúcar da Europa, que em troca acertou um contrato de compra de açúcar que vigoraria pelo prazo de 8 anos. Os US\$ 130 milhões seriam repassados aos usineiros de Alagoas através de bancos particulares. Os juros pagos pelos usineiros seriam compatíveis com as variações do preço do açúcar, caso ocorresse uma defasagem entre os preços do açúcar e a taxa de juros o IAA cobriria a diferença

Com a Nova República, quando a dívida dos usineiros veio a público, criou-se, em novembro de 1986, uma comissão interministerial para analisar a dívida e propor mecanismos para o saneamento financeiro das usinas. As propostas apresentadas sugeriam a liquidação da dívida pelo Banco do Brasil, para que ficasse um único credor responsável pelo saneamento das usinas e admitiam os estudos de custos de produção da Fundação Getúlio Vargas, como referência básica para a formação dos preços dos produtos do setor. Estas medidas foram regulamentadas pelo voto nº 428 do Conselho Monetário Nacional, reestruturando a forma de pagamento dos débitos dos usineiros ao governo. Entre dezembro e janeiro de 87/88, as empresas devedoras negociaram os títulos avalizados pelo Tesouro Nacional com o Banco do Brasil, definindo um fluxo de pagamento de acordo com os rendimentos auferidos pelos usineiros. Tais condições supunham uma carência de 3 anos, prazo de pagamento de 10 anos, correção monetária e juros de 10% aa. O voto 27 do Conselho Monetário Nacional estendia estas mesmas condições para o bancos comerciais, de desenvolvimento e estaduais (cf. Gazeta Mercantil, 14/4/88: 3). Porém o controle que os usineiros exerciam sobre o aparelho judicial inibiu a cobrança das dívidas, principalmente da dívida fiscal, que já atingia, com as devidas correções, a soma de CR\$ 69 bilhões, em dezembro de 1987.

Assim, cobranças judiciais encaminhadas pelo IAA não se mostraram eficazes. Em 1989, eram 338 processos em cobrança judicial, dos quais, alguns eram antigos (como o da usina Cruaúatá S/A de Pernambuco, que se arrasta desde 1971) e outros mais recentes (como o da usina Bandeirantes, que foi aberto em 9/1/1989). O procurador geral do IAA, Saul Ferraz, chegou a atribuir tais problemas às "forças ocultas que deviam estar atuando no Orgão", para concluir com a afirmação de que muitos processos

e refinanciaria aos usineiros a uma taxa de juros de 10% aa, com prazo médio de pagamento em 8 anos e 3 de carência. (cf:Jornal Folha de São Paulo,14/3/1984,pag.44)

"adormecem nas gavetas", antes de chegar ao Departamento Jurídico para execução (cf. Folha de São Paulo, 2/4/89: B-5).

De fato, nem mesmo a transferência da responsabilidade da cobrança do IAA para a Receita Federal (cf: decreto lei nº 96.022, 9/5/88) foi suficiente para que os usineiros pagassem suas dívidas. Os usineiros mostraram que tinham respaldo no interior do aparelho do Estado, no Executivo e no Legislativo, como evidenciam os pareceres das Comissões formadas para avaliação das dívidas dos usineiros(33).

Segundo dados constantes do relatório da Comissão Interministerial (setembro de 1991), o endividamento dos usineiros atingia US\$ 2,4 bilhões, Cr\$ 1 trilhão, a preços de setembro de 1991. Esta dívida se encontra distribuída por diversos estados, das diferentes regiões do país, demonstrando que não se trata de uma questão regional, conforme se constata nos dados da tabela abaixo.

Dívidas do Setor Sucro-Alcooleiro

Unidade: Cr\$ milhões - posição atual pela variação da TR

Estados	BB	IAA	RF	PFN	Total
AC	10525.80	0.00	0.00	0.00	10525.80
AL	61985.90	44483.80	8523.20	2983.00	117975.90
GO	25592.30	7.20	932.30	695.60	27227.40
MT	31807.00	0.50	0.00	0.00	31807.50
MS	8425.60	0.20	0.00	0.00	8425.80
MG	52740.20	25268.10	15702.40	0.00	93710.70
PA	56589.50	2.60	0.00	0.00	56592.10
PB	44208.10	2582.20	3347.60	8730.50	58868.40
PR	16119.10	6.50	10307.00	5659.80	34092.40
PE	127656.20	62693.00	10118.60	2868.30	203356.10
RJ	38754.20	88509.10	14919.30	2378.50	144561.10
RN	8279.60	1830.60	0.00	3224.60	13335.20
SP	14775.00	27643.10	2053.20	2425.70	174748.00
Outros	2370.40	699.00	2900.60	4257.70	26197.70
Total	647650.1	253725.9	68804.2	33243.9	1003424.10

Fonte: Relatório Comissão Interministerial - set 1991

Obs: BB= Banco do Brasil; IAA= Instituto do Açúcar e do Alcool;
RF= Receita Federal; PFN= Procuradoria da Fazenda Nacional

33 Também no governo Collor, foi criada, em 15/2/91, uma Comissão Inter-Ministerial (formada por representantes da Secretaria da Fazenda Nacional, Banco do Brasil, Receita Federal, Departamento do Tesouro Nacional), para estudar a renegociação da dívida dos usineiros e propor um plano de refinanciamento da dívida. Também na Câmara dos Deputados, foi formada, na Comissão de Economia, uma sub-comissão, para estudar a dívida dos usineiros, cujos trabalhos foram coordenados por ninguém menos do que o deputado Gilson Machado do PFL-PE, usineiro em Pernaabuco.

Contudo, as conclusões do relatório da Comissão Interministerial não se contrapõem aos interesses dos usineiros, pois em seu diagnóstico, o governo aparece como o principal responsável pelo seu endividamento, por não ter agido convenientemente ante o agravamento dos custos das usinas, ante os irreais reajustes dos preços dos produtos, ao atraso na liberação dos recursos de equalização dos preços do açúcar e do álcool, ante a não absorção pela Petrobrás dos custos de formação dos estoques (que implicou uma elevação de 20% do preço de produção) e ante a exclusão da cana da lista de produtos amparados pelo crédito agrícola obrigatório e outros.

Os pareceres dessas Comissões criaram as possibilidades para a renegociação de suas dívidas, em condições ainda mais vantajosas (34).

A Procuradoria Geral da República, em agosto de 1991, abriu inquérito para apurar as bases das negociações relacionadas à rolagem das dívidas, diante dos privilégios conferidos e das concessões feitas pelo governo Collor aos usineiros (35).

34 As propostas para a renegociação da dívida foram as seguintes: junto ao Banco do Brasil, propunha-se um prazo de 10 anos, com juros anuais de 12% acima da inflação, medida pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. As condições impostas para renegociação com o IAA eram praticamente as mesmas do Banco do Brasil, com exceção do prazo que se estendia por 15 anos. Para as dívidas tributárias contraídas junto à Receita Federal e à Procuradoria Geral da Fazenda, o prazo era de 60 meses, mas seu escalonamento dilatava o prazo para 100 meses. Os encargos financeiros seriam de 1% ao mês sobre o saldo devedor atualizado. Para a atualização monetária utilizar-se-ia o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

35 Algumas das principais conquistas dos usineiros no Governo Collor foram: a) o corte geral dos subsídios anunciado pelo presidente para modernizar o país, com exceção da Zona Franca de Manaus, não atingiu a agroindústria do açúcar e do álcool. Os subsídios de 25% para os usineiros do Nordeste e 10% para os usineiros do Rio de Janeiro foram preservados mudando-se apenas o nome para "taxa de equalização de custo"; b) o Estado pagou uma parcela de suas dívidas aos usineiros em moedas correntes, desbloqueando valores que estavam retidos nos bancos; c) as questões relacionadas à agroindústria do açúcar e do álcool foram transferidas do Ministério da Economia para a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) - decreto 99.288, de 06/07/90 - passando a ser diretamente na alçada do Presidente da República. O secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Batista, criou dentro da Secretaria o Departamento de Assuntos Sucro-Alcooleiros, para planejamento das atividades deste setor. Estes trabalhos foram coordenados por Pedro Rogério de Melo Nogueira, consultor dos usineiros de Alagoas. d) no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Regional, foi elaborada a proposta de que os subsídios relacionados às taxas de equalização de custos, pagas aos usineiros do Nordeste e Rio de Janeiro, pela cana usada na produção de álcool deveriam ser incorporados ao preço do combustível ao consumidor, permitindo que seu repasse se processasse no momento de faturamento do produto, sem

Assim, torna-se necessário reiterar uma afirmação recente. No curso dessa história, há uma constante: todos os usineiros têm se unido, quando está em jogo a renegociação das dívidas, os melhores preços para o açúcar, álcool e cana, as isenções tributárias e outras, porém se têm explicitado divergências, quando estão em jogo interesses regionais, como por exemplo, os subsídios para os produtores nordestinos. É verdade que, na década de 80, alguns subsídios foram eliminados ou mesmo reduzidos, mas suas perdas foram compensadas pelos aumentos dos preços dos produtos, atendendo velhas reivindicações patronais.

Retomemos a questão da equalização de custos.

Os subsídios de equalização de custos foram criados em 1971, para proteger temporariamente os produtores nordestinos. Deveria ter sido um subsídio transitório, mas nunca mais foi extinto, ainda vigorando, mesmo que no governo Collor tenha aparecido travestido com o nome de taxa de equalização de custos. Sua manutenção é consequência das articulações políticas dos usineiros nordestinos, no interior do aparelho do Estado, onde conseguiram barrar, em várias oportunidades, iniciativas dos produtores paulistas, (no sentido de eliminar o protecionismo favorável aos produtores ineficientes.)(36).

Como veremos detalhadamente, apenas trocaram-se os termos de subsídios para taxas. Fernandes (1982) registra o valor percentual médio do subsídio de equalização de custo sobre os preços do açúcar

atraso; e) O setor sucro-alcóoleiro continua sendo protegido pelo governo, na medida em que a implantação de novas usinas e destilarias estão condicionadas a autorização da Secretaria de Desenvolvimento Regional, impondo sérias barreiras à entrada de novos grupos empresariais no setor; f) de março de 1990 até fevereiro de 1991, quando foi decretado o Plano Collor II, o aumento acumulado dos preços, conseguido pelos usineiros, atingiu 671,4%, enquanto o Bônus do Tesouro Nacional(BTN) teve, no mesmo período, uma variação de 242,5%.(cf. Padrão,1991).

Já é interessante constatar que esses subsídios foram também introduzidos em outras regiões, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, porém foram geralmente inferiores aos do Nordeste e chegaram a ser eliminados em estados como Minas Gerais, onde a modernização das unidades de produção possibilitou elevação dos índices de produtividade.

para exportação no período de 1979/86: açúcar demerara ensacado (sacas de 50 Kg.) - 27,4% ; demerara a granel (ton.) - 27,6% ; cristal especial (saca de 50 Kg.) - 28,3% ; cristal refinado (saca de 50 Kg.) - 24,1% . Mais uma vez, a manutenção dos subsídios regionais beneficia duplamente os usineiros modernizados daquela região, pois, além dos ganhos advindos dos diferenciais de produtividade, continuam recebendo subsídios governamentais, por estarem localizados geograficamente na região Nordeste.

Na região, continuam existindo empresas operando com baixa produtividade, até porque muitos de seus proprietários se apoderaram indevidamente de recursos para a modernização da produção e os aplicaram em outras atividades produtivas ou especulativas, enquanto outros encontraram restrições naturais que dificultaram a modernização da produção, permanecendo dependentes da política protecionista.

É bem verdade que as particularidades históricas da formação e consolidação da agroindústria do açúcar e do álcool em cada região tornaram legítimas as reivindicações regionais, pois as diferenças de produtividade inter-regionais confirmavam o pior desempenho econômico do Nordeste, quando comparado com a agroindústria açucareira e alcooleira paulista. Do ponto de vista dos empresários nordestinos, justificam-se pelo diferencial de produtividade a elaboração de políticas regionalizadas para a agroindústria do açúcar e do álcool do Nordeste. Porém, as mudanças tecnológicas nos canaviais nordestinos (mecanização, novas tecnologias e variedades) e a introdução de novas técnicas de gerenciamento da produção agrícola viabilizaram a implantação de unidades de produção mais produtivas na região atrasada.

Mas é preciso salientar que, no Nordeste, empresários "modernos" e "atrasados", tecnologicamente falando, estão irmanados em nome do "regionalismo" para manter:

- preços diferenciados para todos os produtores nordestinos de a cana-de-açúcar, álcool e açúcar, (ver anexo II).

- a reserva de mercado para as usinas nordestinas, com a proibição pelo IAA da comercialização, naquele mercado, do açúcar produzido em outra região.

- na distribuição favorecida das cotas de açúcar para a exportação às elites nordestinas, particularmente às pernambucanas.

Esta política protecionista provocou enorme ônus financeiro ao ampliar a carga de subsídios e incentivos e ao reduzir a competitividade da produção brasileira no mercado internacional (37).

3) Atores e forças sociais em questão.

Para concluir este capítulo, é preciso destacar alguns pontos. O elenco das políticas governamentais para o setor sucro-alcooleiro (aqui expressas em decretos, emendas, medidas e programas) evidencia a necessidade de fugir do economicismo tradicional, que oculta as lutas travadas no cerne das relações de produção e considera o campo econômico como imutável, possuindo limites intrínsecos, traçados, de uma vez por todas, por sua pretensa auto-reprodução, mediante todos os mecanismos de reprodução. A situação descrita neste capítulo, com todas as idas e vindas conjunturais, nos leva a reafirmar a definição poulantziana de Estado enquanto "condensação material de uma correlação de forças" (Poulantzas, 1981: 13/54).

37 Fernandes (1992) registra o valor percentual médio do subsídio de equalização de custo sobre os preços do açúcar para exportação, entre os períodos de 1979/86. Açúcar demerara ensacado(50Kg.): 27,4; açúcar demerara a granel (ton.): 27,6; cristal especial (saco 50 Kg.):28,3; cristal refinado (saco 50 Kg.):24,1.

Esta perspectiva nos permite captar, ao mesmo tempo, o ângulo estrutural do planejamento e intervenção estatal, no sentido de prover de meios materiais a reprodução e a ampliação da produção capitalista, na agroindústria açucareira, no Brasil e no Nordeste (condensação material), como também nos permite entender a área de ação, na qual se confrontam e/ou se aliam usineiros de regiões diferentes.

Neste segundo aspecto, o aspecto da ação, revela-se também a correlação de forças a que se refere Poulantzas. Aqui podemos destacar a presença de atores e forças sociais diferenciadas:

a) Aqueles que falam enquanto funcionários das agências estatais ou enquanto ministros de Estado. Os primeiros especialistas, técnicos que devem provar sua competência com soluções desenvolvimentistas modernizantes. Aos segundos, cabe planejar e constantemente definir o papel do Estado na economia.

b) Temos ainda os vários segmentos de grandes produtores de açúcar e álcool. O protecionismo estatal se respalda também em compromissos políticos entre setores dominantes, que passam, ora pelo recorte regional, ora pelo corporativismo (do setor alcooleiro), ora pelo tipo de unidade de produção (engenho, usinas, destilaria). Seus representantes falam tanto a partir de "órgãos de classe" quanto do Legislativo.

c) Os trabalhadores e seus órgãos de representação. Se é verdade que, em termos de pressões junto ao Estado para aprovação/desaprovação de medidas protecionistas à economia açucareira, não registramos, no decorrer deste capítulo, a ação dos trabalhadores, já quando se estruturam as Campanhas Salariais, não apenas a presença dos trabalhadores no cenário (não só) pode atrasar ou apressar inovações tecnológicas, que entram ou estimulam a modernização do setor (como veremos no Capítulo IV), como também seus argumentos sobre as características do setor passam a pesar nas barganhas e acordos entre as forças sociais em questão.

De fato, o que é importante ressaltar são os efeitos de uma dada condensação material e da correlação de forças entre as classes, efeitos esses que repercutem no nível concreto das formas e etapas pelas quais se faz o processo de expansão e modernização da economia canavieira no país e, particularmente, no Nordeste.

Ao elencar cronologicamente as intenções e ações das políticas governamentais para o setor - buscando semelhanças e diferenças entre o Nordeste e outras regiões do país -, pudemos perceber a particular relação do Estado com o setor e, sobretudo, dos diferentes regimes políticos e governos com os empresários nordestinos.

É óbvio que nosso interesse não é apenas denunciar o protecionismo, com base exclusivamente em acordos ou negociações políticas. Ao contrário, no capítulo III deste trabalho, procurar-se-á examinar mais detidamente as mudanças econômicas que se dão na agroindústria canavieira nordestina, nas décadas de 70/80, com o objetivo de qualificá-las em suas etapas e particularidades.

No próximo capítulo, em vez de buscar entender a questão da dimensão econômica na agroindústria sucroalcooleira nordestina, por meio de indicadores construídos com base em médias de produção e produtividade, ou tendências econômicas irrefutáveis, pretendemos pensar essa agroindústria, como produtora de um espaço social particular, onde a existência de minoritárias unidades de produção modernizadas de ponta interfere no conjunto, econômica e politicamente.

Capítulo III

Nordeste: Transformações Econômicas na Produção da Cana-de-Açúcar.

A agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste, apesar das frequentes crises e apelos feitos pelos usineiros e fornecedores, apresentou elevados índices de crescimento, nas décadas de 70/80.

Produção da Agroindústria do Açúcar e do Álcool no Nordeste

Anos/Produtos	Açúcar (mil ton)	Alcool (m3)	Cana (milhões ton)
1970/71	1738	117629	18630
1974/75	2285	116492	27718
1980/81	3001	650472	44044
1984/85	3535	1603067	57088
1990/91	2856	1807286	51761

Fonte: IAA/FGV

Com base nos dados apresentados na tabela acima, podemos estabelecer uma periodização para o processo de expansão da agroindústria canavieira nordestina. A expansão da produção, no período de 1970/74, refletiu os estímulos dos preços do açúcar no mercado internacional. Naquele período, registrou-se um aumento de 48,7% no volume de cana processada no Nordeste, um incremento de 31,4% na produção açucareira, sem contudo alterar a produção alcooleira.

No período seguinte, 1975/83, que corresponde à fase de implantação do programa nacional do álcool (PROALCOOL), os dados da tabela acima continuam evidenciando a expansão da agroindústria canavieira nordestina. O volume de cana processado aumentou de 105% no período de 1974/84, a produção alcooleira cresceu em 1.376%, ao passo que a produção de açúcar sofreu um aumento de 54,7%.

O período posterior, após 1983, é considerado no âmbito deste trabalho, como período de consolidação do setor. Entre as safras de 1984 a 1990, se constata um pequeno decréscimo do volume de cana processada, um decréscimo da produção açucareira na região e um incremento na produção alcooleira, de aproximadamente 13%. A diminuição no ritmo de crescimento da produção alcooleira, a redução da quantidade de cana processada e da produção açucareira são tanto consequência de ajustes das políticas governamentais para o setor quanto decorrências do deslocamento de investimentos dos empresários nordestinos para outras regiões produtoras. Tais fatos provocaram uma perda relativa da participação nordestina na produção nacional porém, na produção de açúcar, não se registra esta tendência.

Evolução da Produção de Cana, Açúcar e Alcool por Região Produtora

Safras	Regiões	Cana (ton)	(%)	Açúcar (ton)	(%)	Alcool (m3)	(%)
1970/71							
	Centro-Sul	38446457	67.36%	3381551	66.05%	519619	81.54%
	Norte-Nordeste	18630954	32.64%	1738110	33.95%	117629	18.46%
	Brasil	57077411	100.00%	5119661	100.00%	637248	100.00%
1974/75							
	Centro-Sul	46789727	62.80%	4434898	65.99%	508493	81.36%
	Norte-Nordeste	27718916	37.20%	2285679	34.01%	116492	18.64%
	Brasil	74508643	100.00%	6720577	100.00%	624985	100.00%
1980/81							
	Centro-Sul	88018244	66.65%	5098922	62.95%	3055903	82.45%
	Norte-Nordeste	44044488	33.35%	3001381	37.05%	650472	17.55%
	Brasil	132062732	100.00%	8100303	100.00%	3706375	100.00%
1984/85							
	Centro-Sul	145779615	71.86%	5313186	60.04%	7648485	82.67%
	Norte-Nordeste	57088140	28.14%	3535657	39.96%	1603067	17.33%
	Brasil	202867755	100.00%	8848843	100.00%	9251552	100.00%
1990/91							
	Centro-Sul	170401410	74.68%	4508826	61.22%	9975642	84.66%
	Norte-Nordeste	57761731	25.32%	2856515	38.78%	1807286	15.34%
	Brasil	228163141	100.00%	7365341	100.00%	11782928	100.00%

Fonte: IAA/FGV

Na realidade, a expansão da agroindústria alcooleira para a região Centro-Oeste - estimulada, inclusive, pelos investimentos de grupos econômicos ligados à agroindústria canavieira de Alagoas e Pernambuco, que migraram de suas regiões tradicionais em busca de incentivos fiscais e maiores índices de produtividade - tem sido um dos principais fatores responsáveis pela perda relativa da posição da produção nordestina no contexto nacional. Por outro lado, cabe destacar que a evolução da produção paulista, a expansão e consolidação da agroindústria do álcool em outros estados da região Centro/Sul, como no estado do Paraná, são elementos que explicam a perda relativa da posição da produção nordestina no contexto nacional.

Dados do plano de safra de 1991/92 confirmam a importância da agroindústria canavieira nordestina no contexto nacional. Previam-se para o Nordeste uma produção de açúcar de 2.861,5 mil toneladas, correspondendo a 35,7% da safra nacional, de 8.012,5 mil toneladas. Da produção nacional do álcool, estimada em 12.464,5 mil m³, 14,6% seriam provenientes das destilarias nordestinas, ou seja, 1.830 mil m³. A produção nacional de açúcar estava sendo processada em 194 usinas, das quais, 82 localizadas no Nordeste. Eram responsáveis pela produção de álcool 346 destilarias, das quais, 103 operando na região Nordeste.

Contudo essa perda relativa de posição da produção nordestina no contexto nacional não significa estagnação da agroindústria canavieira nordestina, mas um processo de reorganização da estrutura produtiva na região, que vem ocorrendo, ainda que, paradoxalmente, não corresponda aos discursos e argumentos dos usineiros, que realçam uma situação de crise estrutural, para manter e ampliar as políticas protecionistas de caráter regional.

Para caracterizar o perfil expansionista da agroindústria canavieira no Nordeste, levando em conta a concentração e modernização da sua organização produtiva nos últimos anos, torna-

se necessário recorrer não apenas aos indicadores de produção, mas a um conjunto de determinantes: a) os efeitos econômicos dos programas governamentais, criados no início da década de 70, para modernizar e racionalizar a economia açucareira; b) as repercussões da criação do PROALCOOL (1975) sobre a produção canavieira da região; c) a introdução de novas variedades de cana que completam os requisitos indispensáveis para o aumento da produtividade das unidades de produção modernizadas da região; d) as articulações políticas dos usineiros, para reivindicar, segundo seus interesses regionais, reivindicar a intervenção do Estado no setor.

Com base nesses elementos, foi possível caracterizar, na parte agrícola do complexo agroindustrial, duas etapas de crescimento e modernização, que se processaram de forma integrada e articulada: Tempo 1: a expansão dos canaviais pela incorporação de novas áreas, onde a fertilidade do solo foi um fator fundamental para evidenciar diferenciais de rendimento agrícola; Tempo 2: a expansão da produção canavieira pela incorporação do progresso técnico, pela ampliação dos níveis de produtividade.

A primeira etapa desse processo (1970/1983) se caracteriza pela modernização e expansão da parte industrial da agroindústria açucareira nordestina, tanto das usinas de açúcar quanto das destilarias de álcool, conforme já mostrou no capítulo anterior. O aumento da capacidade de processamento do setor repercutiu diretamente na produção de matéria-prima, exigindo ampliação da produção canavieira. O aumento da produção agrícola se fez basicamente pela expansão da área plantada (38), ainda que certos aumentos de rendimento agrícola se devessem à incorporação do progresso técnico no campo e à fertilidade dos solos, principalmente dos férteis solos de tabuleiros.

38 A expansão da lavoura canavieira no Nordeste, mediante a ocupação de novas áreas, pode ser comprovada pelos dados dos relatórios do IAA/ PLANALSUCAR. Na safra de 1972/73, a lavoura canavieira ocupou no Nordeste área de 1541,0 ha; na safra de 1975/76, foram ocupados 1936,5 ha; na safra de 1980/81, 2675,6 ha; na safra de 1983/84, a área ocupada foi de 3720,3 ha. Estes dados evidenciam uma expansão de 141,22 da área cultivada de cana no Nordeste.

Com base numa classificação da equipe de técnicos que trabalha atualmente nas unidades de produção mais modernizadas da região, pode-se afirmar que, naquele período, houve uma predominância nos canaviais nordestinos de um sistema de produção por eles denominado "sistema tradicional", acompanhado do sistema "misto de produção", que significava a incorporação parcial de tecnologias na produção canavieira.

No conjunto da produção canavieira, as técnicas eram arcaicas, muitas das quais transmitidas por gerações passadas, pouco contribuindo para a ampliação dos índices de produtividade, diante das dificuldades para recuperar os solos (desgastados pela intensiva utilização da monocultura) e para combater, com rapidez e eficiência, ataques de doenças e pragas nos canaviais. O rendimento agrícola dependia da fertilidade dos solos encontrados nas áreas de encostas e várzeas, intensamente explorados em Pernambuco (nas microrregiões da Mata Úmida e Seca), em Alagoas (no norte do estado, nas microrregiões da Mata Alagoana e Litoral Norte), na Paraíba (no Brejo e no Litoral Paraibano).

Algumas das técnicas tradicionais foram paulatinamente sendo substituídas pela irrigação, pela adubação, pelo emprego de defensivos agrícolas e pela mecanização, quando a topografia do terreno permitia. Mas a utilização dessas novas técnicas estava circunscrita a determinados usineiros ou a certas circunstâncias. A convivência de técnicas antigas e modernas numa mesma etapa da produção ou em etapas diferentes permitiu a configuração do "sistema misto de produção".

De qualquer forma, a introdução dessas tecnologias nos canaviais ampliou o controle do capital sobre a natureza, permitiu que os canaviais se estendessem em direção às terras de baixa fertilidade, consolidando a ocupação dos tabuleiros. Esta ocupação ampliou a possibilidade de mecanização da lavoura, refletindo-se de imediato no aumento do rendimento agrícola.

A segunda etapa desse processo de modernização da lavoura canavieira se desenvolveu a partir de 1983 e apresentou uma característica básica e diferenciadora: o aumento do rendimento agrícola da cana e da qualidade da matéria-prima no processamento industrial possibilitou a ampliação da produtividade de todo o setor. A melhoria da qualidade da matéria-prima foi decorrência da implantação de um novo sistema de produção, da incorporação do progresso técnico nos canaviais, da configuração de um outro sistema de produção, designado pelos técnicos como "sistema racional".

Neste sistema, o preparo dos terrenos e o plantio são realizados de forma mecanizada. A adubação química é utilizada em larga escala, alternando-se com o emprego da vinhaça e da adubação verde, que utiliza leguminosas como a soja, o feijão, amendoim e outros, nos momentos de renovação dos talhões de cana. As limpas do mato nos canaviais são freqüentemente realizadas com herbicidas. Muitas usinas, principalmente aquelas localizadas no sul de Alagoas, têm utilizado com certa frequência aviões para a pulverização nos canaviais. O sistema de corte da cana nos tabuleiros se diferencia daqueles nos terrenos de encosta: ali a cana é cortada e enfileirada, para que a apanhadeira mecânica possa juntá-la e efetuar o carregamento dos caminhões que entram nos talhões, acompanhando as máquinas. Nos tabuleiros, predomina o corte manual, mas, em algumas usinas no sul de Alagoas, se tem empregado, ainda que de forma reduzida, o corte mecanizado. Essas usinas funcionam como um "tipo ideal", ocupando o topo da hierarquia na classificação dos técnicos. Entretanto, o chamado "sistema racional" não se generalizou, nem mesmo pelos tabuleiros. Nestes está presente também o "sistema misto", alternando tecnologias modernas com as tradicionais.

A combinação de novas variedades de cana, novas tecnologias e práticas agrícolas inovadoras permitiu a modernização parcial da parte agrícola da agroindústria sucroalcooleira nordestina,

coração da região "atrasada" O objetivo deste capítulo é analisar as várias etapas deste processo.

1) O impacto da modernização na produção canavieira: a natureza condicionando a produção.

A primeira etapa da modernização da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste (1970/83) se caracteriza por dois momentos distintos, relacionados aos estímulos dados pelos programas governamentais. O primeiro diz respeito à produção açucareira, ou seja, ao conjunto de programas colocado à disposição dos empresários, nos primeiros anos da década de 70. O segundo diz respeito à produção de álcool, à implantação do PROALCOOL, a partir de 1975.

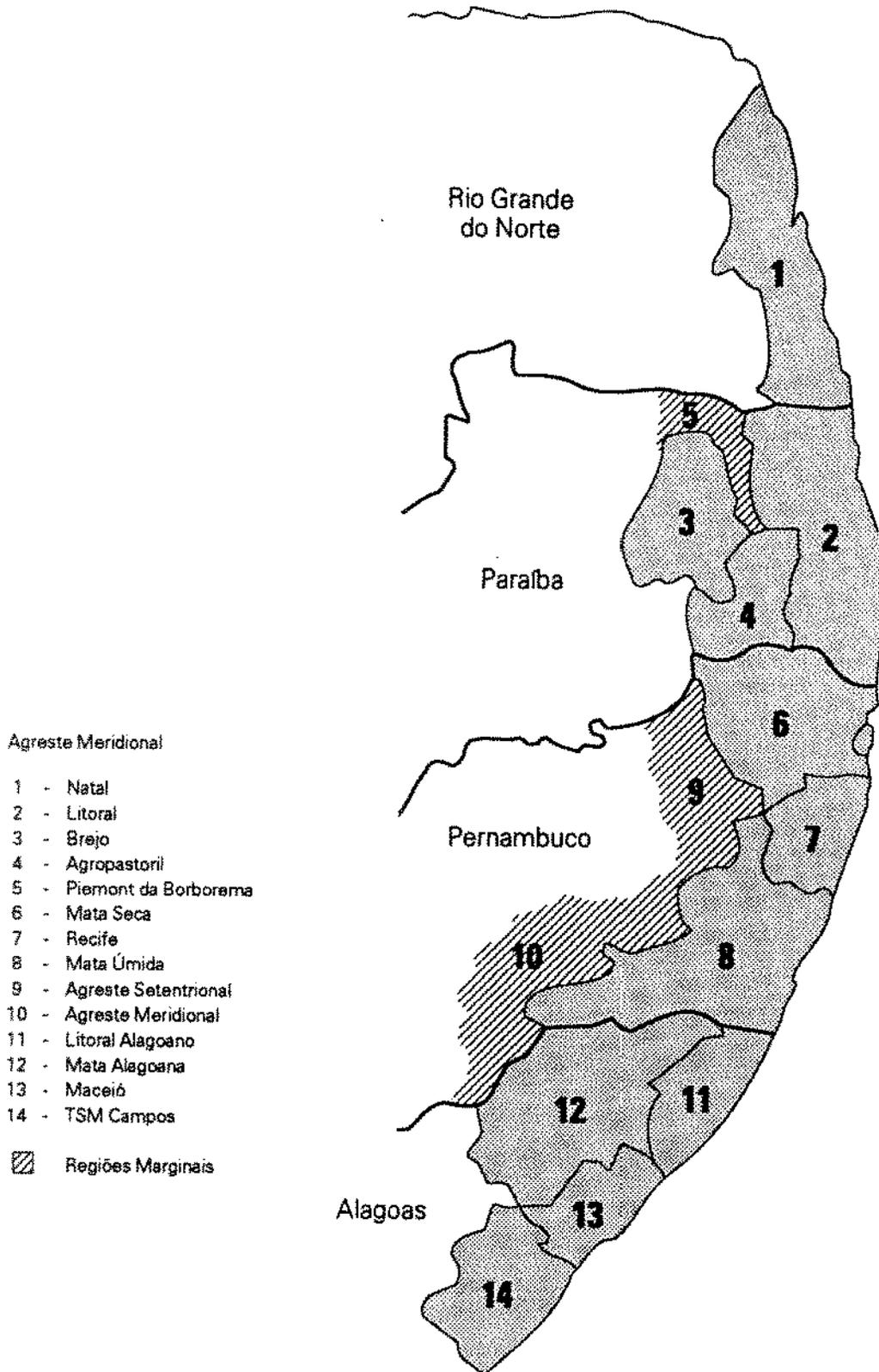
De início, é importante fazer notar que, até os primeiros anos da década de 70, a concentração das atividades produtivas dessa agroindústria se processou sobretudo pela negociação (transferências) das cotas de produção de usinas já desativadas e pela incorporação de usinas de baixa produtividade. Muitas destas usinas insolventes foram adquiridas por outros usineiros.

Desde a década de 1950, os usineiros pernambucanos vinham intensificando seus investimentos na aquisição de usinas para produção de açúcar, em outros estados do Nordeste, particularmente em Alagoas, onde existiam faixas férteis de solos, localizados em terrenos planos, nos tabuleiros alagoanos.

Neto (1984:78) assim registrou esse deslocamento: "até a década de 50, era comum a aquisição de usinas em Alagoas por usineiros pernambucanos, como foi o caso da usina Sinimbu pelo grupo Coutinho, da Canhoeiro de Meirim pelo grupo Inojosa, da usina Santo Antonio pelo grupo Maranhão. Os Liras chegaram no estado de Alagoas (...)."

ZONA CANAVIEIRA NORDESTE: MICRORREGIÕES

94



Fonte: Sudene, 1974

Naquele contexto, o deslocamento dos usineiros pernambucanos (maior região produtora do Nordeste) para a Paraíba e para o Rio

Grande do Norte foi reduzido, pois as cotas de produção designadas para as usinas daqueles estados estavam comprometidas com o abastecimento do mercado interno, o que impedia sua exportação. Por outro lado, os tabuleiros daqueles estados possuíam solos de baixa fertilidade, dificultando seu aproveitamento para a implantação da lavoura canavieira.

Na realidade, os deslocamentos de grupos econômicos em busca de terras mais férteis para ampliar o rendimento agrícola não propiciaram, nas décadas de 50 e 60, alterações substanciais nos índices de produtividade da agroindústria açucareira nordestina. Até o início da década de 70, a maioria das usinas da região operou com baixo rendimento industrial e agrícola.

Em seu segmento agrícola, os canaviais se estendiam pelas áreas das várzeas e das encostas, em busca de solos mais férteis, para ampliação do rendimento agrícola. Porém, um conjunto de fatores dificultava este processo: a mecanização era incipiente, a variedade de cana utilizada já se encontrava em processo de degenerescência e apresentava baixo rendimento industrial, o investimento em pesquisas e a introdução de novas práticas agrícolas (irrigação, adubação, mecanização) limitava-se a poucos usineiros.

Os Programas de Racionalização da Agroindústria Canavieira, implantados no início da década de 70, alteraram a dinâmica expansionista da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste, estimularam a concentração das usinas com incentivos à fusão, incorporação, realocação e modernização das unidades de produção (39). Conforme constatamos no primeiro capítulo desse trabalho,

39 Conforme já evidenciamos no capítulo anterior, o GERAN (Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste) apresentou uma proposta que combinava a modernização das unidades de produção com a liberação de terras para o plantio de cana, para o assentamento de trabalhadores, para a realização da Reforma Agrária. Este programa não contou com o apoio dos usineiros e foi gestado num contexto econômico, social e político completamente diferente daquele do início da década de 70. A concepção do programa de modernização do GERAN estava centrada na modernização das oligarquias estaduais, mediante a utilização de novas tecnologias que possibilitariam ganhos de produtividade e liberação de terras. Este programa, sem o respaldo político daquele segmento social, inviabilizado pela repressão militar, foi extinto pelo decreto nº 69.454, de 1/11/71. Os programas de modernização

parcelas substanciais destes recursos foram destinados para a substituição dos equipamentos e para a implantação de novas usinas, enquanto a produção agrícola incorporou parcialmente, ainda que de forma restrita, a mecanização, adubação, controle fitossanitário, irrigação e outras técnicas.

A possibilidade de incorporação de novas tecnologias à lavoura canavieira estimulou o deslocamento dos usineiros pernambucanos para outras áreas, pois as condições topográficas predominantes na zona canavieira pernambucana restringiam o emprego da mecanização e conseqüentemente a ampliação do rendimento agrícola e da produtividade do trabalho. Aproveitando-se das condições excepcionais de captação de recursos oferecidas pelos programas de modernização da produção açucareira, os usineiros pernambucanos intensificaram seus investimentos nos tabuleiros alagoanos, onde implantaram modernas usinas (40).

Andrade (1988) afirma que, em 1965, existiam, nos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, 102 usinas produzindo açúcar. Após 10 anos, restaram apenas 74 unidades de produção, foram desativadas 17 usinas em Pernambuco, 7 em Alagoas, 2 no Rio Grande do Norte e 2 na Paraíba. Estes dados demonstram a intensidade do processo de concentração da produção açucareira, no início da década de 70, pois no período entre 75 e 85, foram desativadas apenas 3 usinas de açúcar no estado de Pernambuco.

Em resumo, a modernização das usinas de fabricação de açúcar no Nordeste, a concentração das atividades produtivas do setor, o

do setor, criados no início da década de 70, concentraram e modernizaram a produção açucareira, sem contudo alterar a estrutura fundiária, estimulando inclusive a maior concentração das terras.

40 Andrade (1988,533) aponta para o estabelecimento de tradicionais usineiros pernambucanos - como os Coutinho, os Maranhão, os Saampaio, os Bezerra de Melo, os Inojosa, os Dias Lins - nos planos tabuleiros alagoanos, onde implantaram modernas usinas e introduziram novas técnicas agrícolas na lavoura de cana-de-açúcar. Esse deslocamento de grupos pernambucanos para Alagoas, em momentos e situações diversas, tanto intensificou a concorrência com os tradicionais usineiros alagoanos - como os Lyra, os Omena, os Toledo, os Vilela, os Leão, os Vanderley, os Tenório, os Lessa - quanto favoreceu a integração de seus capitais através dos programas de fusão e realocação das unidades de produção.

deslocamento dos usineiros para as áreas de tabuleiros, principalmente para o sul de Alagoas, a incorporação do progresso técnico à agricultura (principalmente da mecanização e da quimificação) são fatos que evidenciam e caracterizam a primeira fase (70/75) da expansão da agroindústria açucareira no Nordeste.

A outra arrancada expansionista ocorreu com a política de diversificação da produção, em decorrência da conjuntura desfavorável dos preços do açúcar no mercado internacional. Em 1975, foi criado o PROALCOOL, que estimulou a implantação e modernização das destilarias anexas e, posteriormente, das destilarias autônomas.

O impacto do PROALCOOL sobre a agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste não foi homogêneo, nem as transformações se processaram de forma generalizada. Enquanto mudanças tecnológicas ficaram circunscritas a algumas microrregiões e a certos produtores, muitos usineiros mantiveram suas empresas funcionando em precárias condições tecnológicas.

Embora houvesse, de fato, restrições naturais à incorporação do progresso técnico à lavoura canavieira, vários foram os expedientes responsáveis pela reprodução das unidades de produção não modernizadas, num Nordeste em pleno processo de modernização. Entre tais expedientes, figuram: a aplicação indevida, por parte dos usineiros, dos recursos destinados à modernização do setor e que acabaram sendo desviados para outras atividades; a especulação financeira; a manutenção dos subsídios, que asseguram lucro, mesmo para as empresas obsoletas e a possibilidade de continuar negociando cotas de produção com outros usineiros. Assim, as unidades de produção foram diferenciando-se tecnologicamente na região, alterando a dinâmica econômica, à medida que se tornava simultânea a reprodução de unidades de produção obsoletas e modernizadas, mesmo no tocante à parte agrícola do setor.

**2) Transformações nos canaviais nordestinos (1970/83):
expansão em busca da produtividade.**

O Relatório Anual do IAA de 1977 registra que, dos Cr\$ 21.775,00 milhões acumulados no Fundo Especial de Exportação, Cr\$ 11.221,00 milhões (51,5%) foram destinados aos usineiros do Nordeste por meio dos programas de racionalização do setor, implantados no início dos anos 70.

A distribuição desses recursos entre as diferentes atividades da agroindústria nordestinas do açúcar e do álcool se fez de forma desigual. Foram destinados às atividades industriais (modernização, fusão, realocização e incorporação de usinas) a quantia de Cr\$ 4.811,00 milhões, correspondente a 42,8 % dos recursos do Fundo Especial de Exportação, destinados à região Nordeste. Outra parcela substancial desses mesmos recursos foi aplicada na forma de subsídios de equalização de custos totalizando Cr\$ 3.983,00 milhões, ou seja, 35,4 % do total aplicado na agroindústria açucareira do Nordeste. Uma parte foi aplicada como capital de giro, para as cooperativas de usineiros e fornecedores, totalizando Cr\$ 1.571,00 milhões, 14 % do volume de recursos aplicados na agroindústria nordestina (cf. Relatório Anual IAA, 1977).

Estes números evidenciam que mais de 90% dos recursos destinados aos programas de modernização da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste foram destinados, até 1977, à modernização, realocização, fusões de usinas, subsídios ao setor e ampliação do capital de giro das usinas e cooperativas. Os recursos destinados à agricultura canavieira nordestina foram de apenas Cr\$ 372,00 milhões, correspondendo a apenas 3,3% do total de recursos aplicados na agroindústria açucareira nordestina. Ainda que a aplicação de recursos na lavoura canavieira seja maior, dada a existência de outras fontes financiadoras, obviamente os números evidenciam que a incorporação do progresso técnico pelo campo se fez mais lentamente, quando comparado com a parte industrial.

O atraso tecnológico da agricultura permaneceu sendo uma das razões do baixo índice de produtividade da agroindústria canavieira nordestina, pois o rendimento industrial da matéria-prima não depende exclusivamente da qualidade dos equipamentos industriais, mas também das qualidades intrínsecas da matéria-prima. A melhoria na qualidade da matéria-prima está relacionada a utilização de novas variedades de cana, dotadas de maiores teores de sacarose, das novas tecnologias, das novas formas de gerenciamento da produção e do sistema de transporte no interior do complexo agroindustrial, em razão das rápidas perdas progressivas dos teores de sacarose da cana, entre o corte e moagem.

Assim, o desequilíbrio tecnológico entre as partes industrial e agrícola do setor foi também uma das características marcantes da expansão da agroindústria açucareira no Nordeste, nos primeiros anos da década de 70 e nos primeiros anos do Programa Nacional do Alcool, implantado em 1975.

O emprego da mecanização, da quimificação, de novas práticas agrícolas nos canaviais, por si só, não se mostrou suficiente para uma elevação substancial dos rendimentos agrícolas da matéria-prima. Tornava-se necessário a substituição das variedades usuais por variedades mais produtivas, mais resistentes às pragas e doenças, mais adaptadas as condições de clima e solo da região. As pesquisas com variedades de cana vinham sendo desenvolvidas nos centros de pesquisas regionais do PLANALSUCAR, no Instituto Agrônomo de Campinas e em empresas como a COPERSUCAR. Porém, as pesquisas genéticas de variedades são complexas, condicionadas a fatores biológicos, a fatores naturais, custosas e de resultados demorados.

Apesar da lentidão do processo de modernização da agricultura, em função das condicionantes naturais e da descoberta de novas variedades de cana, novas práticas agrícolas foram incorporadas nos canaviais nordestinos nessa etapa. Assim, a possibilidade de utilização das fracas terras dos tabuleiros

alterou substancialmente a geografia econômica da região, pois o critério de expansão da lavoura canavieira deixou de ser exclusivamente a fertilidade do solo, passou a ser também a topografia do terreno, o que assegurava condições para a mecanização.

O deslocamento geográfico da lavoura canavieira nessa primeira etapa do processo de modernização da agroindústria sucroalcooleira do Nordeste pode ser demonstrado pela evolução na área ocupada com lavoura canavieira, entre 1970/87, particularmente entre 1970/83, nas diferentes microrregiões. Tal deslocamento geográfico representou sobretudo uma real possibilidade de modernização da agricultura, cujo atraso tecnológico não permitia a existência de grandes diferenciais de rendimento agrícola entre as empresas e as microrregiões.

Area de Cana: Estado / Microrregiao

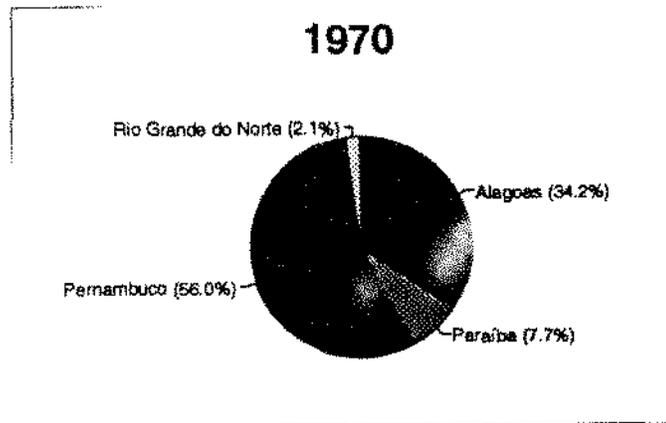
Unidade: ha

Estados - Microrregião / Anos	1970	1975	1983	1987
Alagoas				
Lit. Norte	25226	22606	63888	99003
Mata Al.	96593	113732	170731	209047
Maceió	22874	25783	48020	81919
TSM Campos	19684	60454	107793	210371
Subtotal	164377	222575	390432	600340
Paraíba				
L.it. Pb.	13561	21299	83096	106967
Brejo Pb.	12161	14050	18730	16850
Agro. Pb.	6144	11210	31070	27060
Piem. Borb.	5238	8966	8750	9155
Subtotal	37104	55525	141646	160032
Pernambuco				
M. Seca	93263	78242	148150	168970
M. Umida	136446	139279	181564	188917
Aq. Set.	4718	10605	20060	22350
Aq. Mer.	8867	8990	10951	13210
Recife	26291	22237	33000	34300
Subtotal	269585	259353	393725	427747
Rio Grande do Norte				
Natal	10223	16165	49280	57082
Subtotal	10223	16165	49280	57082
TOTAL	481289	553618	975083	1245201

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 70/75/83/87

Na safra de 1970, antes da entrada em vigor dos Programas de Racionalização da Agroindústria Canavieira e do PROALCOOL,

constata-se uma maior concentração da área plantada de cana em Pernambuco (56,0%), se comparada a outros estados produtores da região Nordeste: Alagoas (34,2%), Paraíba (7,0%), Rio Grande do Norte (2,1%).

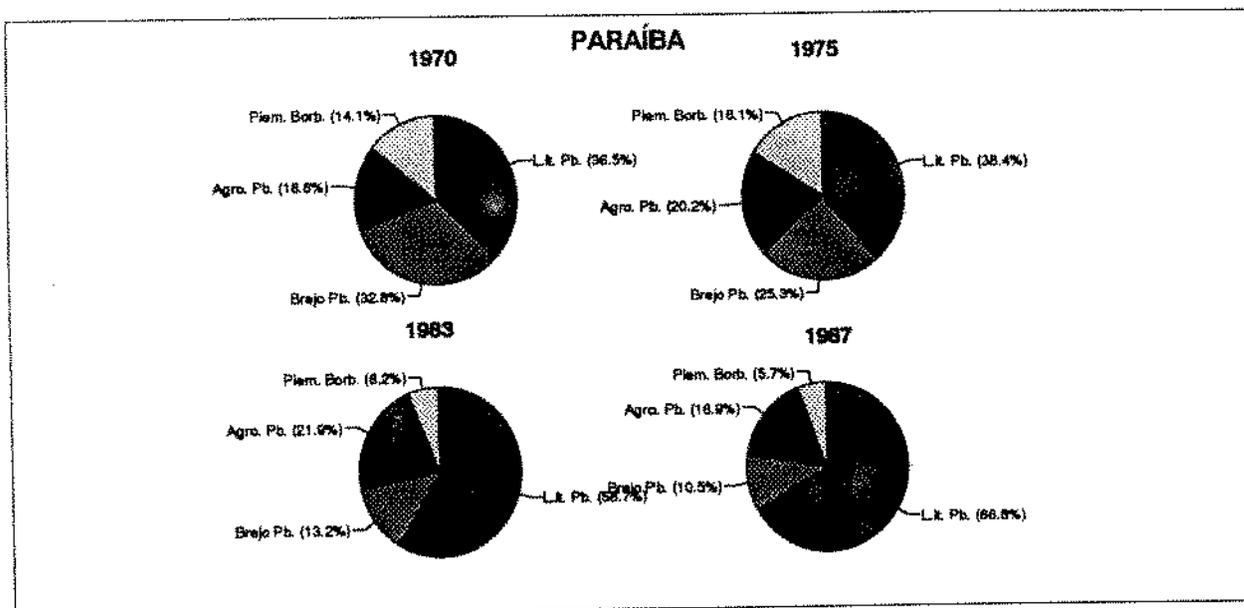
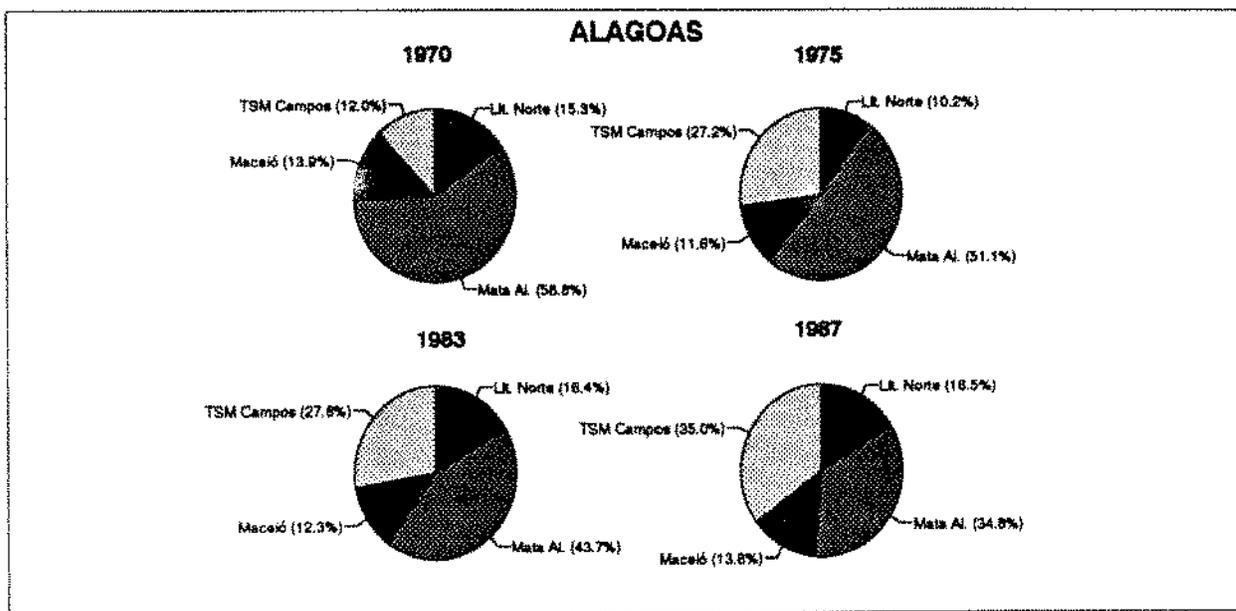


Esta distribuição, quando analisada no interior de cada microrregião, permite evidenciar, em cada estado, uma distribuição desigual da área plantada entre as microrregiões. Em Alagoas, a concentração da lavoura canavieira é observada nas microrregiões do Litoral Norte e na Mata Alagoana, que se localizam ao norte do estado, nas fronteiras com Pernambuco. A Mata Alagoana concentrava 58,8% da área de cana cultivada naquele estado, enquanto 15,3% cabia à micro região do Litoral Norte. Estes dados evidenciam que 74,1% da área plantada de cana em Alagoas, na safra de 1970, estavam concentrados nessas duas microrregiões. Na microrregião de Maceió a área ocupada com cana na safra de 1970 correspondia a 13,9% da área plantada no estado. A microrregião mais inexpressiva, em termos de área plantada naquele estado, era a de São Miguel dos Campos, com apenas 12,0% da área ocupada com lavoura de cana-de-açúcar.

Em Pernambuco, historicamente considerado o maior produtor de açúcar do Nordeste, a lavoura de cana se concentrou, na safra de 1970, em duas microrregiões. Na Mata Seca e na Mata Úmida, a cana ocupou áreas que correspondiam a 34,6% e 50,6%, respectivamente, da

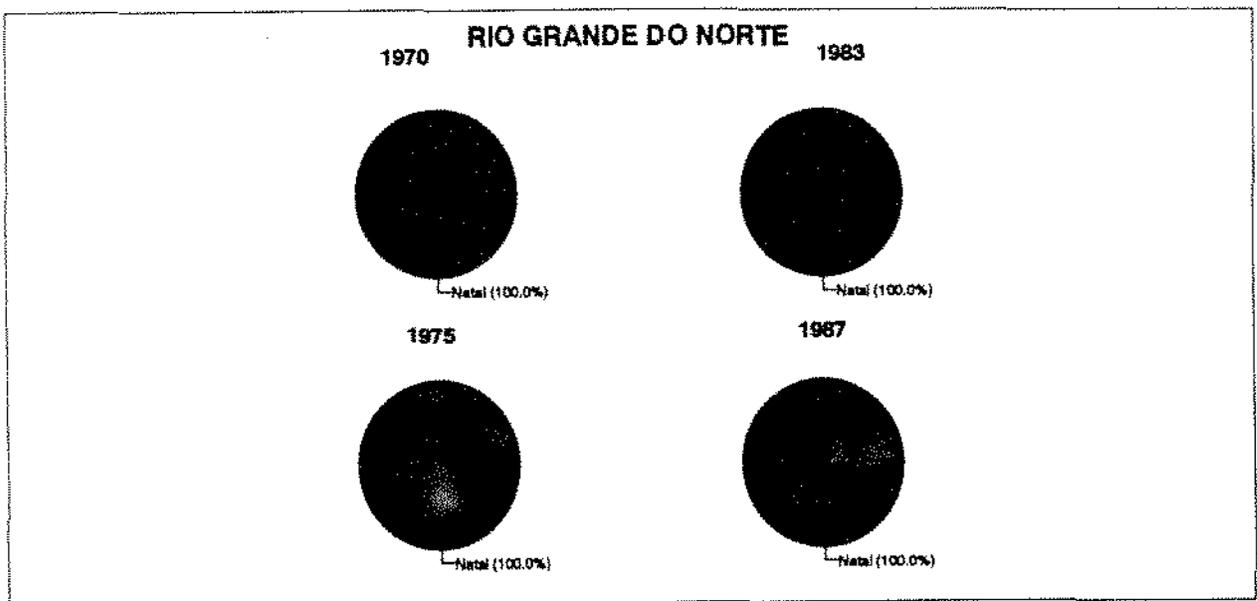
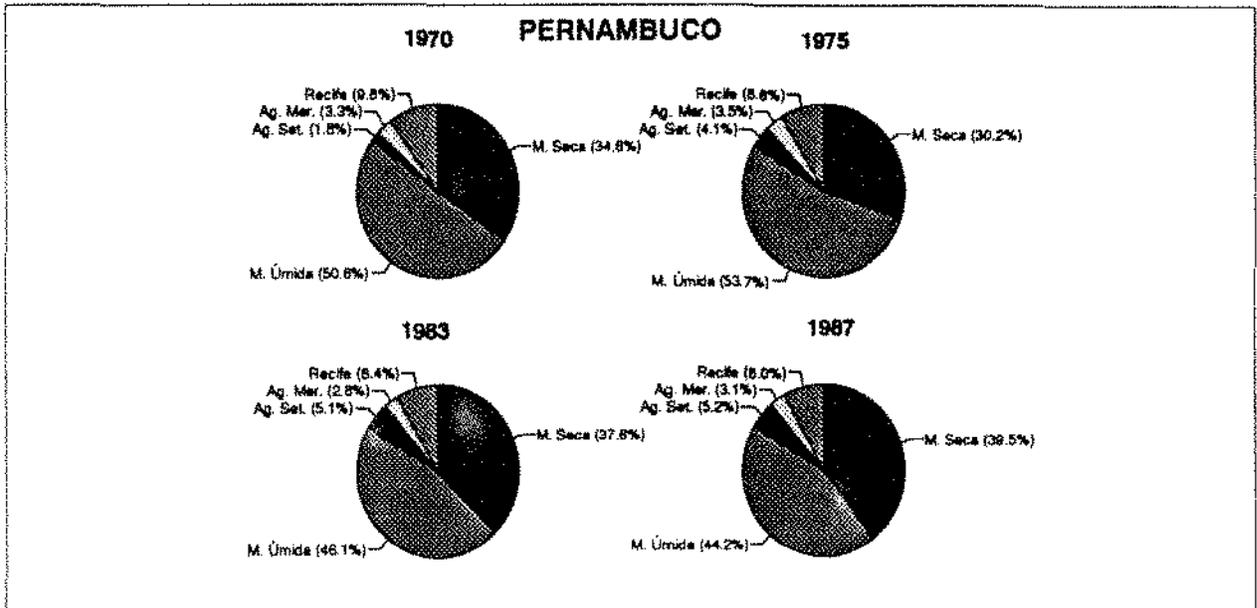
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ÁREA DE CANA POR MICRORREGIÃO / ESTADO

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 70/75/83/87



DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ÁREA DE CANA POR MICRORREGIÃO / ESTADO

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 70/75/83/87



área de cana cultivada no estado, ou seja 85,2% da área de cana em Pernambuco, localizavam-se nessas duas microrregiões. A microrregião do Recife coube um percentual de 9,8% da área cultivada do estado, enquanto para as microrregiões do Agreste Meridional e Setentrional, os índices de ocupação foram inexpressivos, por causa das adversidades climáticas para o cultivo da cana.

Na Paraíba, a concentração da lavoura canavieira na safra de 1970 se fez nas microrregiões do Litoral Paraibano (36,5%) e do Brejo Paraibano (32,8%), correspondendo a aproximadamente (70%) da área canavieira do estado.

No Rio Grande do Norte, a zona canavieira concentrava-se basicamente na microrregião de Natal. Na safra de 70, a área cultivada de cana, nesta microrregião, correspondia a 85% da área cultivada no estado.

Tais constatações levantam indagações acerca das razões dessa distribuição e das preferências por certas microrregiões em detrimento de outras, questão que se torna mais intrigante, quando se constata que apenas três microrregiões (Mata Alagoana-AL, Mata Seca-PE, Mata Umida-PE) concentram aproximadamente 68% da área plantada de cana de toda zona canavieira nordestina. Obviamente esta distribuição desigual pode ser explicada por determinantes históricos, climáticos e pela fertilidade dos solos da região, localizados, predominantemente, nas várzeas e nas encostas das montanhas.

Andrade (1988) analisou estas determinações em Alagoas ao relacionar a predominância das áreas canavieiras no norte do estado à fertilidade das várzeas de Manguaba, Camaragibe e Santo Antônio, localizadas no Litoral Norte e os férteis solos da encosta da serra da Borborema, predominantes na Mata Alagoana. Em São Miguel dos Campos, a lavoura canavieira ocupou as várzeas férteis, formadas pelos rios São Miguel, Jiquiá e Alagados e as áreas de tabuleiros

de "mata" de solos férteis. Também na microrregião de Maceió, a expansão da lavoura se fez pelos terrenos de várzeas, encostas e tabuleiros de alta fertilidade.

Em Pernambuco, o autor registrou os mesmos critérios expansionistas: Na Mata Seca, a cana estendeu-se pelas várzeas dos rios Capiberibe-Mirim, Sirigi, Tracunhaém, pelos encostas e, em menor escala, para certas áreas de tabuleiros; na Mata Úmida, a cana ocupou basicamente as várzeas próximas aos rios Ipojuca Sirinhaém e Una e as encostas da serra da Borborema; nas microrregiões do Agreste Meridional e Setentrional, a lavoura estendeu-se pelos terrenos irregulares que predominavam naquela área (cf. Andrade, 1988).

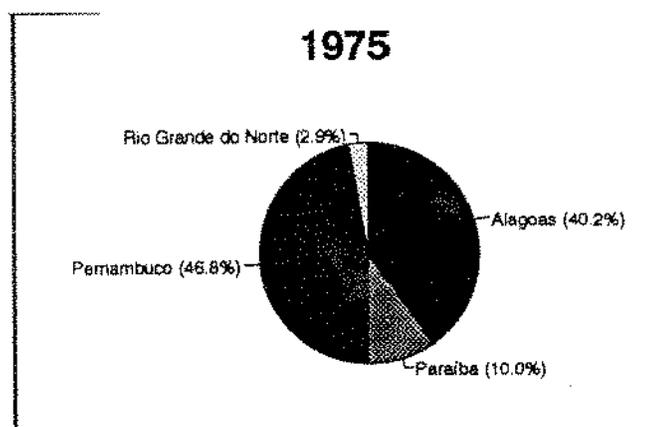
Também na Paraíba, os mesmos critérios determinavam as áreas ocupadas pelas lavouras canavieiras. No Litoral, a lavoura canavieira acompanhou as férteis várzeas formadas pelos rios Paraíba e Mamanguape, enquanto na microrregião do Brejo Paraibano, a cana ocupou preponderantemente as terras férteis das encostas da serra da Borborema (cf. Andrade, 1988).

No Rio Grande do Norte, particularmente na microrregião de Natal, não houve exceção, a lavoura canavieira contornou os tabuleiros pobres, acompanhando as várzeas formadas pelos rios Ceará Mirim, Jacú e Trairi (cf. Andrade, 1988).

Esse mapeamento mostra que, na década de 70, a lavoura canavieira esteve concentrada nas microrregiões de maior fertilidade de solos. A pequena utilização dos tabuleiros pela lavoura canavieira, em decorrência da baixa fertilidade dos solos arenosos era uma regra, cuja exceção eram os tabuleiros de "mata", que se beneficiavam do depósito de material orgânico produzido pelas florestas e da sua incorporação ao solo.

Já na safra de 1975, há algumas alterações evidentes nesse mapa. A primeira diz respeito ao crescimento da área cultivada com

cana naqueles estados nordestinos: 16,4%, em relação à safra de 1970. Mas este crescimento não ocorreu de forma homogênea nos estados e nas microrregiões. Entre os estados, pode-se verificar um aumento na participação relativa de Alagoas (participação de 34,2% em 1970 e 40,2% em 1975), da Paraíba (7,7% e 10,0%) e do Rio Grande do Norte (2,1% e 2,9%). Por outro lado, registra-se um decréscimo da área canavieira em Pernambuco, cuja participação relativa na produção nordestina passou de 56,0%, na safra de 1970, para 46,8%, na safra de 1975.



Pernambuco foi o único estado que apresentou uma redução na área cultivada de cana-de-açúcar, nas safras de 1970/75, contrapondo-se à dinâmica expansionista dos outros estados, onde ocorreram aumentos das áreas cultivadas. Enquanto em Pernambuco houve uma redução de área de cana-de-açúcar de 6667 ha, em Alagoas, a área cultivada, nesse mesmo período, teve um acréscimo de 111.652 ha, na Paraíba, o crescimento foi de 20.038 ha e no Rio Grande do Norte de 7.140 ha.

Em Pernambuco, a redução, ou mesmo estabilização da área plantada de cana estão condicionadas ao deslocamento dos investimentos dos usineiros pernambucanos para outros estados, principalmente para Alagoas, em virtude das melhores condições de ampliação do rendimento agrícola, pela possibilidade de mecanização. Em Pernambuco, as dificuldades para incorporação do

progresso técnico à lavoura canavieira foram maiores que as encontradas em outros estados.

Dantas (1986) revelou que a lavoura canavieira pernambucana estende-se por uma área de várzea que não ultrapassa 80.000 ha, ou seja, 8% da área canavieira do estado. Por outro lado, a lavoura canavieira também se estendeu por áreas de baixa declividade, com inclinação de até 18%, tornando possível a mecanização. Estes terrenos, de baixa declividade, dotados de possibilidade de mecanização, cobrem uma área de 170.000 ha, ou seja, 17% da área total da zona canavieira do estado. Dessa forma, considerando as áreas de várzeas aptas para a mecanização, teríamos, no estado de Pernambuco, apenas 25 % da área total de cana em condições de ampliar seus ganhos de produtividade mediante a incorporação do progresso técnico e a mecanização agrícola.

Os dados apontam também para uma diminuição relativa na participação das microrregiões da Mata Alagoana-AL, da Mata Seca-PE, da Mata Úmida-PE que representaram 67,9% da área canavieira na safra de 1970 e que, na safra de 1975, caíram para 59,8%.

Por outro lado, constata-se uma surpreendente expansão da lavoura na microrregião de São Miguel dos Campos em Alagoas. A participação desta microrregião em relação à área total da zona canavieira, na safra de 1970, foi de 4,1%. Na safra de 1975, esta participação relativa elevou-se para 10,9%, demonstrando a expansão da cana sobre os terrenos de baixa fertilidade, fato que não ocorreu nos tabuleiros do Litoral Paraibano e da microrregião de Natal, onde se concentravam grandes áreas de tabuleiros de baixa fertilidade de solo.

A ocupação e a consolidação da lavoura canavieira nos tabuleiros alagoanos exigiram a incorporação de novas práticas e técnicas agrícolas. Neto(1984) assim analisou a questão:

"Como esses solos de tabuleiros eram pobres em humus, foram considerados totalmente impróprios para a cultura extensiva da cana-de-açúcar, permanecendo até a década de 50 com uma cobertura vegetal nativa pouco densa (...). A incorporação dos tabuleiros ao processo produtivo, que representou a penetração do grande capital nos setores açucareiros alagoanos, foi facilitada pelo emprego de variedades mais resistentes CO 333, e pelo uso de adubos em larga escala de adubos; apesar das desvantagens em relação à fertilidade dos solos, os tabuleiros oferecem uma série de vantagens, se comparados com as várzeas e as encostas, já que neles a mecanização é bastante facilitada e não há necessidade do uso de curvas de nível, nem de drenagem, além de estarem situados próximo às usinas, fato que acarreta um barateamento nos custos de transporte da cana-de-açúcar. ...O uso dos tabuleiros costeiros permitiu às usinas a conquista de novas terras e a expansão da área cultivada não só nos municípios tradicionalmente canavieiros, como também, a partir da década de 70, naqueles situados mais distantes da área tradicional..." (cf. Neto, 1984: 66/67)

E, de fato, a ocupação dos tabuleiros alagoanos se fez na década de 50, incorporando uma nova variedade de cana, a CO-333, importada da Índia. Esta nova variedade, por um lado, apresentou melhorias nos rendimentos agrícolas, mas, por outro, mostrou-se restritiva em termos de rendimento industrial, mesmo quando processada em usinas modernas, por causa dos seus elevados teores de fibras (41). A introdução dessa variedade, na década de 70, foi acompanhada pelo emprego da mecanização e quimificação da lavoura canavieira.

A possibilidade de corrigir a fertilidade do solo pela adubação química ampliou definitivamente as possibilidades de utilização dos tabuleiros para a plantação de cana-de-açúcar. Desde então, a topografia do terreno se tornou o principal fator

41 A variedade CO-333 é bastante rústica, pouco exigente de qualidade de solo, resistente à seca e a um grande número de pragas. Logo após sua introdução, espalhou-se rapidamente por toda a zona canavieira nordestina, ocupando várzeas e encostas, dando um importante passo para a elevação do rendimento agrícola, principalmente nos tabuleiros.

norteador da expansão da lavoura canavieira, pois a mecanização da lavoura podia propiciar a ampliação dos níveis de produtividade, ainda que o baixo rendimento industrial das variedades usuais fosse uma restrição a ser superada.

Um outro impacto sobre a parte agrícola ocorreu a partir de 1975, quando novas alterações conjunturais no preço do açúcar no mercado internacional impuseram a necessidade de diversificação da produção da agroindústria canavieira, como forma de superação da crise. Como já se assinalou, surgiu o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) e com ele os recursos tanto para implantar destilarias quanto para impulsionar transformações na base técnica da produção canavieira, visando à elevação dos índices de produtividade.

A criação do PROALCOOL provocou um novo impacto na dinâmica expansionista da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste, ampliando o número de destilarias: existiam no nordeste 26 destilarias em 1977, das quais 21, estavam em Pernambuco, 4 em Alagoas e uma na Paraíba. Em 1981, já existiam na região 57 destilarias de álcool, das quais, 27 em Pernambuco, 20 em Alagoas, 7 na Paraíba e 3 no Rio Grande do Norte (cf: Relatórios de Produção, IAA). Essa rápida expansão das destilarias de álcool foi conseqüência da oferta de recursos governamentais pelo Programa Nacional do Alcool, em condições excepcionais (42).

Parte dos recursos do PROALCOOL foi destinada para melhorar as condições de produção da cana-de-açúcar e conseqüentemente o seu rendimento industrial, pois o preço da cana tinha grande incidência nos custos de produção do álcool: no Nordeste o preço da cana

42 Sobre os recursos emprestados aos empresários, incidiriam uma correção monetária, correspondente a 40% da variação da ORTN, e taxas anuais de juros, que apresentavam as seguintes variações: nas áreas da SUDENE e da SUDAM, os juros eram de 4% aa, para implantação de destilarias anexas, 3% aa, para destilarias autônomas e 2%aa, para matéria-prima. Nas outras regiões, os juros para a implantação daqueles projetos eram de 6%, 5% e 2%, respectivamente. (cf: Resolução nº 571 do Banco Central de 20/9/79). Para os projetos de implantação de destilarias, o prazo de pagamento era de 12 anos, com 3 anos de carência, para projetos de estocagem de álcool, o prazo de pagamento era de 5 anos e a carência de 1 ano.

correspondia a 60% do preço de produção do álcool (cf. Moreira, 1985).

Os recursos do PROALCOOL destinados à agricultura previam também formação e renovação dos canaviais. Estas atividades poderiam ser financiadas integralmente para os pequenos produtores e cooperativas, 90% do valor do projeto para os médios produtores e 80% para os grandes produtores. Os empréstimos, quando localizados nas áreas da SUDENE E SUDAM, estavam isentos de correção monetária. Para os pequenos produtores os juros eram de 15%aa, para os médios de 21%aa e para os grandes produtores de 26%aa. Para as demais regiões, incidia no valor do empréstimo uma correção monetária que correspondia a 50% do valor da variação da ORTN, observada anualmente. Os prazos de pagamento desses empréstimos eram de 12 anos para investimentos de capital fixo e 5 anos para capital semi-fixo, observando os seguintes limites: a) até 3 safras, nos casos de fundações ou remoção da lavoura; b) até 5 anos, nos casos de adubação, correções e terraceamento; c) até 8 anos, nos casos de aquisição de colhedoiras, tratores (cf. PROALCOOL/MIC, 1980).

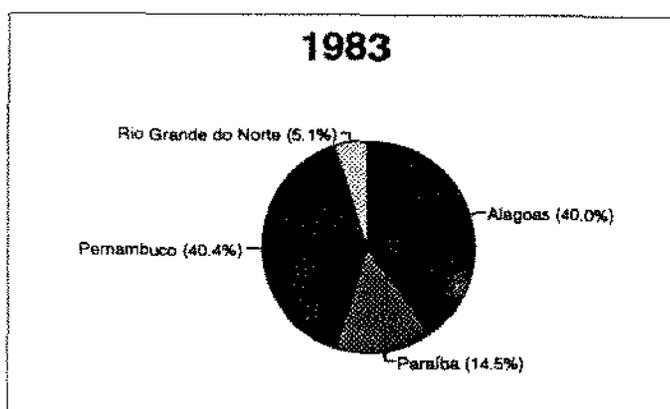
Esses estímulos intensificaram o processo de transformação da base técnica da lavoura canavieira, pois a modernização das usinas de açúcar e, posteriormente, a implantação de destilarias de álcool passaram a exercer forte pressão sobre a parte agrícola do setor. Mas, apesar dessas transformações, podemos afirmar que o aumento da produção canavieira basicamente ainda resultava da incorporação de novas áreas.

Em Pernambuco, a área cultivada com cana-de-açúcar aumentou em 48,7%, passando de 267.210 ha para 397.530 ha, entre as safras de 1975/83, enquanto em Alagoas a área canavieira passou de 227.846 ha para 428.793 ha, correspondendo a um incremento de 88,19% de área, ou seja, quase o dobro do aumento registrado em Pernambuco.

Ao contrário dos Programas anteriores de Racionalização da Agroindústria Açucareira, que tiveram pouca repercussão na Paraíba,

o PROALCOOL ali provocou uma significativa expansão da área canavieira. Naquele estado, a área canavieira passou de 60.045 ha para 143.799ha, nas safras de 75/83, implicando aumento de área da ordem de 139,4%. O PROALCOOL também provocou alterações na dinâmica da agroindústria sucroalcooleira do Rio Grande do Norte. A lavoura canavieira, que ocupava uma área de 19.097 ha em 1975, passou a ocupar uma área de 52.060 ha em 1983, correspondendo a um aumento de 172,6 % de área cultivada.

De fato, a área cultivada com cana-de-açúcar no Nordeste, nas safras de 1975/83, passou de 569.678 ha para 1.022.182 ha. Este incremento de 79% distribuiu-se de forma desigual entre os estados da região. Na safra de 1983, os dados evidenciaram que Pernambuco, com 40,4% continuava perdendo posição relativa, sendo superado por Alagoas, que passou a representar 40,0% da área cultivada, enquanto coube à Paraíba o percentual de 14,5% e ao Rio Grande do Norte o de 5,11%.



Enfim, com o PROALCOOL, a expansão do cultivo da cana ocorreu nas mais diversas microrregiões da zona canavieira do Nordeste, malgrado fatores restritivos, ligados à qualidade do solo e à topografia do terreno. O crescimento da lavoura se deu nos terrenos de encostas, nas várzeas e nas áreas de tabuleiros. Assim provocou o deslocamento de outras lavouras, destruiu relações sociais tradicionais, ocupou áreas até então economicamente inexploradas. O maior incremento de área foi registrado nas

microrregiões onde se concentram as áreas de tabuleiros, provocando diminuição relativa da posição das microrregiões onde predominam áreas de várzeas e encostas (43). A lavoura canavieira ocupou nesse período os tabuleiros arenosos do Rio Grande do Norte e da Paraíba e consolidou a ocupação dos tabuleiros alagoanos, onde já havia um moderno parque açucareiro implantado.

Egler (1985:12/13) aponta algumas diferenças entre as circunstâncias da ocupação dos tabuleiros na Paraíba e em Alagoas: "...ao contrário de Alagoas, onde a modernização do parque fabril açucareiro se deu antes da implantação do PROALCOOL, na Paraíba a mudança tecnológica veio no bojo da expansão alcooleira, isto é, velhas usinas como a Santa Rita convivem com modernas destilarias como a Japungu...Assim as destilarias, em vez de se oporem às usinas, como estas o fizeram aos engenhos no passado, acabam por justapor uma estrutura moderna a outra já obsoleta, sem que haja conflito de interesses. Desta maneira, as várzeas permanecem sob controle das usinas que procuram criar uma destilaria anexa às instalações já existentes: enquanto os tabuleiros constituem área preferencial para o estabelecimento dos canaviais energéticos e das destilarias autônomas".

O PROALCOOL proporcionou condições para que se tornasse compensador o plantio de cana-de-açúcar nos tabuleiros paraibanos. Egler (1985,6) afirma que: "Os investimentos necessários para vencer barreiras de baixa fertilidade dos solos e atingir a fácil mecanização dos topos planos foram conseguidos através de linhas especiais de crédito, com longo período de carência: e desde a safra de 1977/78, quando começa a operar a destilaria Arthur

43 Nas microrregiões onde predominam as várzeas e as encostas (como a Mata Seca e Úmida pernambucana e a Mata Alagoana), as áreas ocupadas com a lavoura canavieira apresentaram, em relação a área total de cana nos estados em foco, uma perda relativa de posição, enquanto, nas microrregiões onde predominam áreas de tabuleiros (S.M.Campos-AL, Litoral Paraibano-PB e Natal-RN), houve uma ampliação da área plantada nas diferentes safras. A participação dessas regiões em relação à área canavieira total foi de 9,0%, na safra de 1970; 27,6%, na safra de 1975; 24,7%, na safra de 1983 e 38,1%, na safra de 1987, enquanto as outras três microrregiões, onde predominam área de várzea e encosta, apresentaram, em termos de área cultivada, o seguinte deslocamento: 67,9%, na safra de 1970; 59,8%, na safra de 1975; 51,3%, na safra de 1983 e 45,6%, na safra de 1987.

Tavares, no município de Cruz do Espírito Santo, a cana-de-açúcar inicia uma expansão rápida e predatória sobre as últimas reservas de mata e sobre os cerrados que recobriam os tabuleiros costeiros da Paraíba".

Como já foi dito, a ocupação dos tabuleiros de mata no sul de Alagoas se fez no início na década de 50, nas terras ricas em matéria orgânica originária da decomposição da floresta e por isso responsáveis pelos elevados índices de produtividade agrícola. A partir da segunda metade da década de 70, a lavoura canavieira se expandiu em direção aos tabuleiros arenosos, ocupando terras de baixa fertilidade, conhecidas como terras de "Mangaba". De início, esta ocupação provocou redução do rendimento da cana. Depois, houve uma recuperação, principalmente pela utilização de novas práticas agrícolas de correção da estrutura física dos solos e pelo emprego da adubação. Os mesmos solos arenosos e de baixa fertilidade cobriam extensas áreas dos tabuleiros da Paraíba e do Rio Grande do Norte, necessitando de novas tecnologias e práticas inovadoras para viabilizar sua ocupação.

Mas, novas práticas agrícolas e este novo pacote tecnológico, por si sós foram insuficientes para aumentar significativamente o rendimento industrial da matéria-prima, a variedade da cana continuava sendo o principal fator restritivo. Como já foi dito antes, a introdução da variedade CO-333 possibilitou a ocupação dos tabuleiros arenosos e a elevação do rendimento agrícola em determinadas regiões e empresas, mas foi incapaz de alterar substancialmente o rendimento industrial do setor. Para que isto ocorresse, seria preciso modificar a variedade de cana, incorporar novas técnicas de gerenciamento da produção, implantar novas práticas agrícolas, só então surgiriam usinas e destilarias produtivamente modernas na região.

A variedade CO-333 - graças à sua adaptação às condições climáticas locais, à sua pouca exigência de solos ricos, à sua resistência a certas doenças e pragas - vinha sendo a referência

básica para os cruzamentos genéticos realizados nos campos de experimentação do PLANALSUCAR. As pesquisas buscavam encontrar uma nova variedade que associasse essas características positivas da CO-333 com a produtividade de outras variedades, dotadas de elevados teores de sacarose, mas intolerantes às condições de solo e clima da zona canavieira nordestina.

Após longos anos de pesquisas, os técnicos do PLANALSUCAR, ao cabo de vários cruzamentos genéticos, encontraram uma variedade com as características procuradas: a variedade CB 45-3 foi produzida na Estação Experimental de Campos, no estado do Rio de Janeiro, mediante cruzamentos da variedade CO-331 (altamente resistente) com a variedade CO-290 (altamente produtiva).

Essa nova variedade (CB 45-3) apresentava elevados índices de produtividade agrícola e industrial e ampla facilidade de adaptação às mais variadas condições de solo e clima, o que favoreceria sua ampla disseminação pelo Brasil, particularmente pela região Nordeste. (cf: Guia para Identificação das principais Variedades de Cana no Brasil, PLANALSUCAR, 1981).

Na segunda metade da década de 70, a variedade CB 45-3 foi disseminada em grande escala pela região Nordeste, substituindo a variedade CO-333, por apresentar maiores rendimentos na indústria e na agricultura.

A continuidade das pesquisas com variedades pelo PLANALSUCAR e outras instituições propiciou, na década de 70, a descoberta de novas variedades ainda mais produtivas e de melhor adaptação às condições de clima e solo da zona canavieira nordestina. No final da década de 70, foram lançadas pelo PLANALSUCAR as variedades RB-70141 e RB 70184 e CO 997, com rendimentos, em termos de teores de sacarose, 17% superiores às variedades CB 45-3 e a CO-333, cultivadas em larga escala no Nordeste (cf. Rev. Manchete, 1977: 2º semestre)

Somente nos primeiros anos da década de 80, estas novas variedades começaram a ser difundidas em escala comercial, com amplas possibilidades de, gradativamente, substituir as variedades de cana mais tradicionais, conforme evidencia relatório do PLANALSUCAR sobre as novas variedades de cana liberadas para Pernambuco: "em 1971/72, predominavam naquele estado as variedades CO-331 e CB 45-3, com uma participação em termos de área cultivada de 50,99% e 25%, respectivamente. Após a liberação das variedades RB e CO-987 no início dos anos 80, se pode constatar uma diminuição das variedades tradicionais em Pernambuco na safra de 83/84. As novas variedades já ocupavam 10% da área plantada. Estas variedades já foram plantadas em 159.750 ha da região Norte e Nordeste" (cf. IAA/PLANALSUCAR, s/d).

Para sensibilizar os produtores a mudarem suas variedades de cana, o IAA estimulou a implantação do projeto de culturas consorciadas, intercaladas ou em rotação com a cana. Este projeto, além de inúmeras vantagens, objetivou o aumento da receita líquida dos agricultores, o aumento da oferta de gêneros alimentícios, a compatibilização das metas de aumento da produção de açúcar e álcool com a de outros alimentos (cf. Relatório Anual do IAA, 1981).

Os primeiros resultados do projeto integrado de produção de cana-de-açúcar, alimentos e fibras começaram a aparecer em 1982, conforme registra o relatório do IAA: "O resultado obtido em 1982 com o projeto integrado de cana, alimentos e fibras vem demonstrando a viabilidade técnica e econômico-social da prática de intercalação ou rotação de cultura alimentar com cana. O plantio intercalado de amendoim mostrou acréscimo de renda de até 30%, o que representa um adicional da ordem de Cr\$ 70.000,00/ha para os fornecedores. A importância da difusão desta prática permitira, na área social, minimizar o deslocamento de culturas alimentares pela cana e a ocupação da mão-de-obra agrícola nos períodos de entressafra, a par de incorporar adubação verde ao solo" (cf. Relatório Anual, IAA, 1982).

A introdução de novas variedades de cana exigiu também o estabelecimento de novos critérios de controle da produção, de novos parâmetros que pudessem aferir com maior precisão a conversibilidade do caldo da cana em açúcar e álcool. Na realidade, propunha-se um novo critério que substituísse o peso da cana como referência básica para a determinação dos preços da matéria-prima. Assim, o ofício do IAA (AGVM-035/78, de 3/2/78) estabeleceu, ainda que em fase experimental para os estados do Rio de Janeiro e Alagoas, que o pagamento da cana - até então efetuado pelo peso da cana (tonelada) - fosse realizado pelo seu rendimento industrial, ou seja, pelo seu teor de sacarose.

A utilização do teor de sacarose como referência para determinação do preço da cana induziria os produtores a modernizarem suas lavouras, a substituírem variedades, a transformarem seu sistema de produção. Mas, a substituição desses critérios estava ainda em fase experimental, circunscrita aos estados de Alagoas e Rio de Janeiro, nos outros estados continuou vigorando o peso da cana como parâmetro para a fixação dos preços.

O sistema de pagamento da cana pelo teor de sacarose foi estendido, a partir de 1983, para todo o Brasil, acelerando, conforme previsto, o processo de transformação tecnológica na lavoura canavieira, como registrou o relatório do PLANALSUCAR/IAA : "Os atuais desafios do PROALCOOL para o aumento da produtividade agroindustrial regional e a nova realidade com a implantação do Pagamento de Cana pelo Teor de Sacarose (PCTS), nos estados do Norte e Nordeste, farão com que a procura de variedades com maior potencial seja cada vez maior. O IAA/PLANALSUCAR, participando desta conjuntura do setor sucro-alcooleiro, cumpre o seu papel de assistir e incrementar a produtividade canavieira, ao liberar, através da Coordenadoria Geral Norte, três novas variedades de significativo potencial de produção". (cf. IAA/PLANALSUCAR, s/d)

As descobertas de novas variedades, o planejamento e a intervenção do PLANALSUCAR tiveram um grande impacto sobre o segmento tradicional da lavoura canavieira. Apresentaram-se como uma imposição aos produtores para que substituíssem suas variedades de cana, para que incorporassem novas tecnologias e novos processos de gerenciamento da produção agrícola. Nem todos o fizeram, mas a possibilidade de modernização da lavoura canavieira implicava a consolidação de um segmento de unidades modernizadas em regiões onde predominavam unidades com produção e índices de produtividade limitados, como foi o caso do Nordeste.

3) Retração e Expansão qualificada: diferenciação nos sistemas produtivos.

Não foi só nas plantas das fábricas sucroalcooleiras e nos canaviais que o planejamento e a ação de agências governamentais tiveram repercussões no Nordeste. No início da década de 80, o IAA intensificou uma política de treinamento, para aprimorar o conhecimento dos empresários sobre novos sistemas de gerenciamento da produção, considerado um dos principais fatores responsáveis pela baixa produtividade no setor. O aprendizado dessas novas técnicas estendeu-se à equipe técnica da empresa: gerentes agrícolas, gerentes industriais, gerentes administrativos e outros profissionais vinculados direta ou indiretamente à agroindústria do açúcar e do álcool (cf. Relatório Anual do IAA, 1981). Os "técnicos", como são correntemente designados - isto é, engenheiros, economistas, administradores - tornaram-se imprescindíveis ao processo e podem ser vistos como agentes de modernização, mediadores sociais.

Muitos produtores, a despeito das possibilidades concretas de modernizar a lavoura canavieira no Nordeste, resistiram à incorporação de novas tecnologias, às mudanças nas formas tradicionais e patriarcais de gerenciamento da produção industrial

e agrícola. Parte desses produtores continuou aumentando sua produção pela ocupação de áreas férteis, preservando lavouras com baixo padrão tecnológico e pequenos índices de produtividade. Muitos, por várias razões, incorporaram parcialmente as novas tecnologias. São frequentes os casos de produtores que utilizaram novas variedades de cana, mas mantiveram as técnicas agrícolas tradicionais. Também são frequentes as situações de utilização de tecnologias modernas, combinadas com tecnologias tradicionais em etapas diferentes ou numa mesma etapa do processo de produção (44). Por outro lado, talhões de cana implantados sem a destoca do terreno(45) tornaram-se obstáculos às inovações tecnológicas. Assim as transformações eram adiadas para o momento de renovação dos talhões de cana, ou seja, o que postergava a utilização da mecanização por 4 ou 5 anos. A rigor, nas áreas de encostas, onde a declividade impede a mecanização da agricultura, predominam o "sistema misto" e o "sistema atrasado", nos tratos culturais da lavoura canavieira.

Porém, um expressivo número de grandes produtores nordestinos (usineiros e grandes fornecedores), estabelecidos nas

44 O "sistema misto de produção", quando localizado em áreas de encosta ou de várzea, de difícil mecanização, apresenta as operações de preparo do solo e do plantio da cana realizadas pelos trabalhadores com a enxada ou com uso de tração animal. O corte também é manual. Mas, tradicionalmente, a cana cortada era amarrada em feixes e transportada nos lombos dos animais até o ponto de embarque no caminhão. Com a introdução das apanhadeiras mecânicas, para operar nos aceros construídos nas encostas, a cana cortada não precisa mais ser amarrada para ser transportada. Assim, nas encostas foi introduzida uma outra modalidade de trabalho conhecida como "corte de cana solta". Mas se o carregamento do caminhão pode ser realizado por carregadeiras mecânicas, ainda há áreas da zona canavieira nordestina em que se faz o carregamento manual dos caminhões. Essas técnicas mais tradicionais, utilizadas frequentemente nos terrenos de encostas e várzeas (impróprios para a mecanização), podem combinar-se com técnicas sofisticadas como a limpa do mato por meio de herbicidas, a adubação química na fundação, no plantio e na manutenção.

45 Para exemplificar, tomaremos como referência a não realização da operação de destoca dos terrenos. Os produtores alegavam vários tipos de problemas: a) financeiros, na medida que a destoca implicava em custos elevados; b) a lentidão dessa operação, que poderia retardar o plantio da cana e comprometer os rendimentos da lavoura durante os quatro/cinco anos seguintes, nas colheitas das socas. Foi freqüente a colocação de talhões de cana nos tabuleiros, entre tocos de árvores que permaneceram no campo após a queimada, dificultando ou mesmo inviabilizando o emprego da mecanização agrícola. Nesse sentido, as práticas adotadas na preparação do terreno determinam a tecnologia empregada em outras etapas do processo de produção. Sem a destoca do terreno, o plantio da cana, a adubação, os tratos culturais são realizados manualmente, sem o emprego da mecanização e o corte da cana constitui-se complexa operação, por exigir o carregamento da cana cortada para fora do talhão, muitas vezes no lombo dos animais e nas costas dos próprios trabalhadores.

áreas planas de tabuleiros, incorporaram aos seus canaviais todas as orientações técnicas oferecidas pelo PLANALSUCAR. Credenciaram-se à utilização intensiva da mecanização e outras técnicas modernas, em todas as etapas do processo produtivo.

A implantação do "sistema racional" no interior da produção agrícola da agroindústria sucroalcooleira nordestina transforma sua dinâmica econômica, intensifica a diferenciação das unidades de produção, amplia os índices de produtividade de algumas delas equiparando-os aos das usinas do sul do país, conforme comprovaremos ainda neste capítulo.

Enfim, alternando o sistema "misto" com o "racional", no interior de uma mesma propriedade ou em diferentes propriedades, os produtores ocuparam, na segunda metade da década de 70, amplas faixas dos tabuleiros arenosos do Rio Grande do Norte e da Paraíba e consolidaram a ocupação dos tabuleiros alagoanos.

A possibilidade concreta de implantar o "sistema racional" em certas propriedades e áreas da zona canavieira nordestina demarcou um novo período no processo de expansão e modernização da agroindústria sucroalcooleira daquela região, iniciado nos primeiros anos da década de 70 e consolidado após 1983. O período caracteriza-se pela incorporação do progresso técnico à parte agrícola do setor, processo esse circunscrito a certas áreas de produção e a certos tipos de empresários, isto é, sem inviabilizar a reprodução simultânea de sistemas tradicionais e mistos. A coexistência destes sistemas na lavoura canavieira nordestina resulta, na análise econômica, nos diferenciais de produtividade entre as unidades de produção. Ou seja, a progressiva incorporação e difusão do progresso técnico nos canaviais nordestinos, mesmo que inicialmente circunscrito a certos produtores e certas microrregiões, representou acentuação irreversível da diferenciação entre as unidades de produção no interior da dita "região atrasada". Pela primeira vez, certas unidades nordestinas puderam assegurar elevados índices de produtividade, evidenciando a

capacidade de reciclagem de setores das oligarquias tradicionais, que assimilaram práticas de empresários inovadores.

Os dados disponíveis indicam que a expansão da lavoura canavieira ocorreu com maior intensidade nas áreas de tabuleiros, onde houve maiores alterações nos padrões tecnológicos de produção. Nesse sentido, a difusão das novas tecnologias no campo, acelerada, no início dos anos 80, pela difusão de novas variedades de cana e pela alteração do critério de pagamento da cana (teor de sacarose), se não propiciou, de imediato, significativos aumentos da produtividade média do complexo agroindustrial, criou as condições para que isto ocorresse em várias unidades de produção, localizadas em diferentes regiões do país, inclusive no Nordeste.

No período de 83 a 87, época de consolidação do Programa do Alcool, a lavoura canavieira entrou numa nova etapa expansionista e o aumento da produção de cana, realizado até então pela ampliação da área cultivada, passou a ser conseguido, em determinadas unidades de produção, pela incorporação do progresso técnico, pelo aumento substancial da produtividade do trabalho e maiores rendimentos da terra (46).

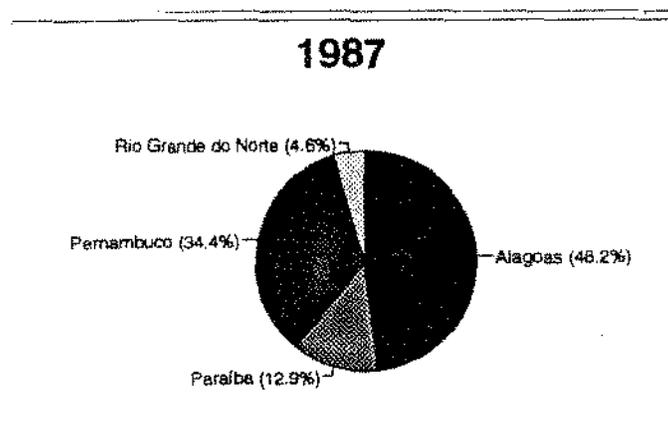
No conjunto do Nordeste, nas microrregiões onde a topografia do terreno constituía fator impeditivo da mecanização, a lavoura canavieira já não cresceu com a mesma velocidade, em muitas delas a cana estagnou, chegando mesmo a ter sua área reduzida, sendo substituída por outras atividades (47).

46 Caracterizamos como segunda etapa do processo este momento, após 83, a partir do qual o aumento da produtividade agrícola passou a ser a preocupação fundamental dos grandes produtores da agroindústria canavieira do Nordeste. O aumento dos custos de produção, ocasionados pela elevação dos preços dos insumos, pelos cortes de alguns subsídios (principalmente do crédito rural), pelo rigoroso controle dos preços do açúcar e do álcool, realizado pelo governo, podem ser elementos explicativos para essa etapa. Ou seja, à dimensão técnica presente no tipo ideal (sistema racional), é necessário adicionar outros determinantes conjunturais relacionados com o mercado e com o Estado.

47 Dados do IBGE comprovam esta afirmação. No Brejo Paraibano, a área cultivada com cana, nas safras de 1983/87, passou de 18.730 ha para 16.850 ha, respectivamente. Por outro lado, a área de feijão passou de 5.640 ha para 12.990 ha, a de milho, de 3.455 ha para 7.550 ha, a de mandioca, de 4600 ha para 6.800 ha; a de banana, de 4.153 ha para 8.188 ha.

O recente reordenamento geográfico da área canavieira do Nordeste é, pois, consequência da implantação do "sistema racional de produção". Vejamos o comportamento da área ocupada com cana nos estados e nas microrregiões.

Na safra de 1987, consolidou-se o domínio de Alagoas: a área cultivada de cana correspondeu a 48,2% da área total dos estados em foco, Pernambuco teve uma participação de 34,4%, a Paraíba, 12,9% e Rio Grande do Norte 4,6%.



Com tais características, não causa estranheza que dados de evolução da área cultivada com cana-de-açúcar no Nordeste evidenciem paradoxalmente uma diminuição no ritmo expansionista, da safra de 1983 para a de 1987. Enquanto nas safras do período 1975/83 se constatou um incremento de área de 79%, quase dobrando a área cultivada de cana, nos anos 1983/87, o aumento da área correspondeu apenas a 22,6%, ocorrendo basicamente nas regiões de tabuleiros.

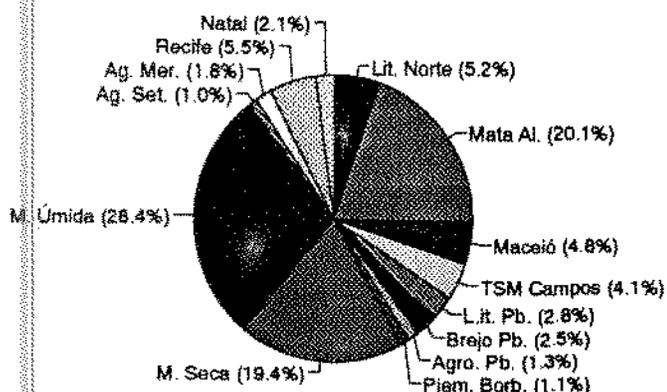
A lavoura canavieira ficou praticamente estagnada nas regiões impróprias para mecanização, inadequadas para ampliação da produtividade do trabalho e melhorias no rendimento agrícola.

Assim, em Pernambuco, onde predomina o cultivo da cana em áreas de encostas e várzeas, a expansão da cana no período 1983/87 foi reduzida (passando de 397.530 ha para 431.282 ha de 1983 a 1987), significando incorporação de apenas 33.752 ha e correspondendo a uma evolução de 8,4%.

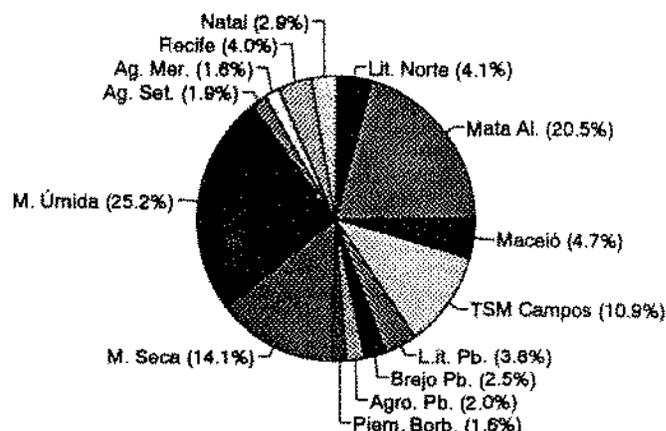
NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ÁREA DE CANA POR MICRORREGIÃO

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 70/75/83/87

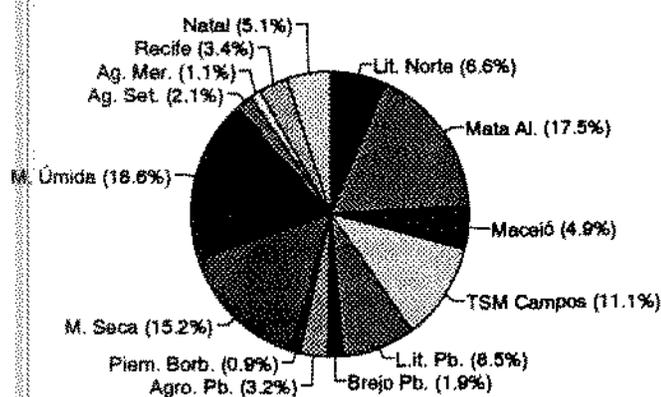
1970



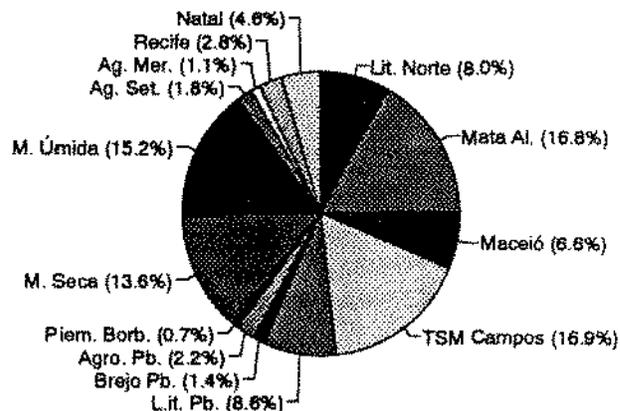
1975



1983



1987



Em Alagoas, a área plantada de cana passou, nos mesmos anos, de 428.793 ha para 600.340 ha, representando um incremento de 40%, (171.547 ha). Esta expansão se deveu à existência de grandes extensões de tabuleiros no sul do estado. Os dados relacionados à expansão da área canavieira nos tabuleiros de São Miguel dos Campos comprovam essas afirmações. Lá, a área cultivada de cana passou de 107.704 ha, em 1983 para 210.371 ha, na safra de 1987, representando um acréscimo de 102.667 ha, ou seja, de 60 % da área cultivada.

Nos outros estados, a evolução da área canavieira também se fez nas microrregiões onde predominam os tabuleiros. Na Paraíba, a área cultivada de cana, entre as safras de 83 e 87, evoluiu de 141.646 ha para 160.032 ha, representando incremento de 18.386 ha, ou seja, de 13% da área ocupada pela lavoura canavieira. O maior crescimento da lavoura se deu na microrregião do Litoral Paraibano, onde se concentram as áreas de tabuleiros. Nesta microrregião, a área canavieira cresceu em 23.871 ha, fato que demonstra ter ocorrido no estado uma redução da área de cana nas microrregiões de difícil mecanização, como é o caso do Brejo Paraibano e Agro-Pastoril do Baixo Paraíba.

No Rio Grande do Norte, os dados apontam um crescimento da cana nas áreas de tabuleiros localizadas na microrregião de Natal, a área tendo passado de 52.060 ha para 60.308 ha no período analisado, o que representa uma expansão de 8.248 ha.

A implantação do chamado sistema racional nas áreas de tabuleiros também alterou imensamente os dados referentes à quantidade de cana produzida por microrregião. Na tabela abaixo, podemos observar as modificações do volume de cana produzido nos estados e nas microrregiões, em safras do período 1970/87. Retomando aqui a primeira e segunda etapa da modernização, evidenciaremos as diferenças entre elas.

Produção de Cana: Estado / Microrregião

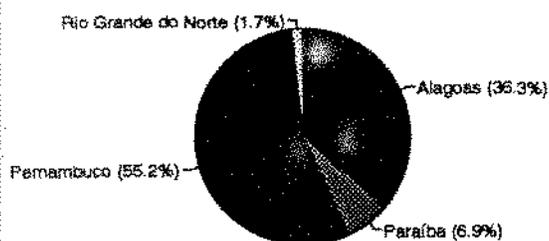
Unidade: mil toneladas

Estados - Microrregião / Anos	1970	1975	1983	1987
Alagoas				
Lit. Norte	1085	983	2987	4402
Mata Al.	4018	4993	8536	9212
Maceió	969	1121	2439	4159
TSM Campos	1169	3160	5954	12222
Subtotal	7241	10257	19916	29995
Paraíba				
L.it. Pb.	718	1026	4387	6626
Brejo Pb.	266	444	851	785
Agro. Pb.	217	494	1488	1596
Piem. Borb.	167	336	386	431
Subtotal	1368	2300	7112	9438
Pernambuco				
M. Seca	3767	3786	7319	8653
M. Umida	5658	6794	9583	10879
Ag. Set.	161	501	874	992
Ag. Mer.	254	383	436	561
Recife	1178	1144	1325	1584
Subtotal	11018	12608	19537	22669
Rio Grande do Norte				
Natal	337	1019	2333	2854
Subtotal	337	1019	2333	2854
TOTAL	19964	26184	48898	64956

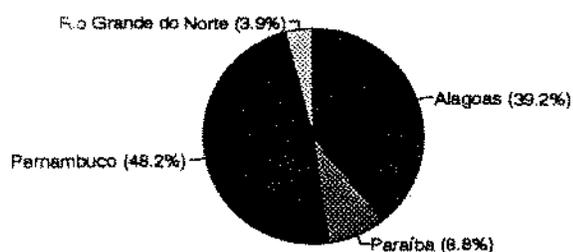
Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 70/75/83/87

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DE CANA POR ESTADO

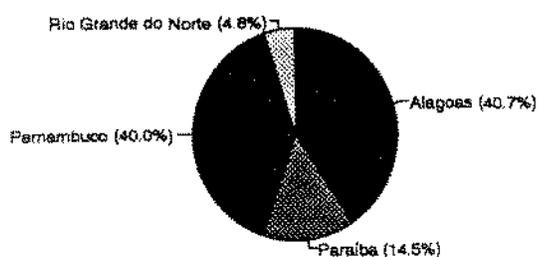
1970



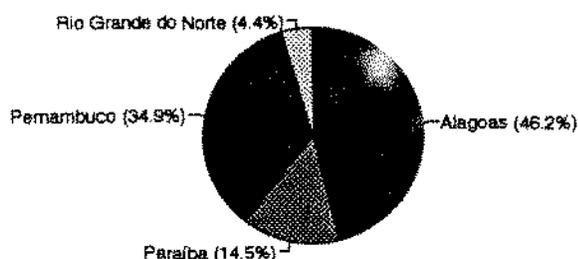
1975



1983



1987



Analisando-se estes dados, constata-se a queda relativa da participação de Pernambuco na quantidade cana produzida. Na safra de 1970, a participação relativa de Pernambuco caiu de 55,2%, a 48,2% em 1975, depois a 40,0% na safra de 1983 e, finalmente, a 36,3% na safra de 1987. Os mesmos indicadores patenteiam o crescimento da produção canavieira de Alagoas nesse período: em 1970, o estado participava com 36,3% da produção regional, em 1975, a participação subiu para 39,2%, na safra de 1983, para 40,7% e, finalmente, na safra de 1987, para 46,2%.

Pernambuco e Alagoas contrastam-se nos pontos de retração e expansão relativas. A Paraíba se particulariza pelos dois movimentos, em áreas diferentes do seu território. Pode-se constatar primeiramente uma evolução da quantidade de cana produzida e uma maior participação do estado na produção regional. Na safra de 1970, a participação da Paraíba foi de 6,9% da produção regional. Nas safras seguintes, fica evidenciada uma crescente participação: na safra de 1975, a participação do estado foi para 8,8%, em 1983, atingiu 14,5% e, em 1987, houve certa estabilização, com 14,5%. No Rio Grande do Norte, o maior crescimento ocorreu entre 70/75, passando-se de 1,7% para 3,9%. Posteriormente, a posição relativa desse estado, em termos da produção regional de cana, ficou mais estabilizada. Foi de 4,8%, na safra de 1983 e de 4,4%, na safra de 1987. O Rio Grande do Norte participa de maneira restrita da expansão verticalizada, própria do chamado "sistema racional".

Enfim, parece claro que há uma diminuição da produção relativa de cana nas áreas tradicionais, como a Mata Umida e Seca de Pernambuco e a Mata Alagoana. A queda relativa da produção canavieira nestas microrregiões, em termos de produção regional, é evidente (73%, na safra de 1970 e 59,5%, na safra de 1975, 52,1%, na safra de 1983 e 44,25 na safra de 1987). Por outro lado, se constata um crescimento relativo da produção nas microrregiões de tabuleiros de S.M.Campos, do Litoral Paraibano e de Natal: de 11,2% na safra de 1970 para 19,9% na safra de 1975; de 26,0% na safra de

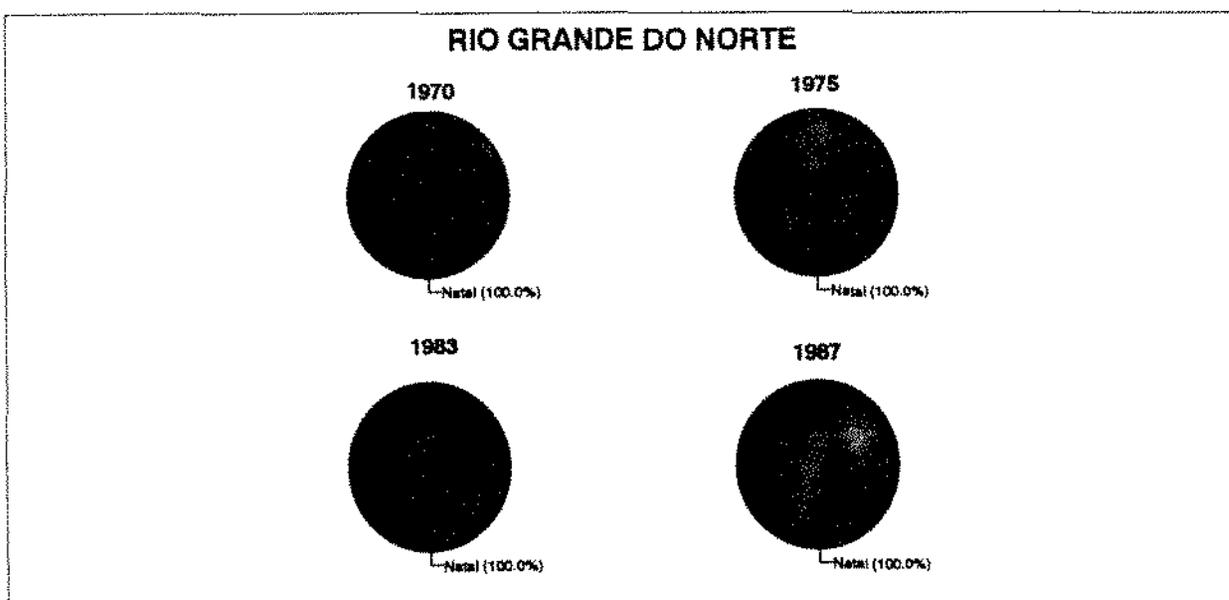
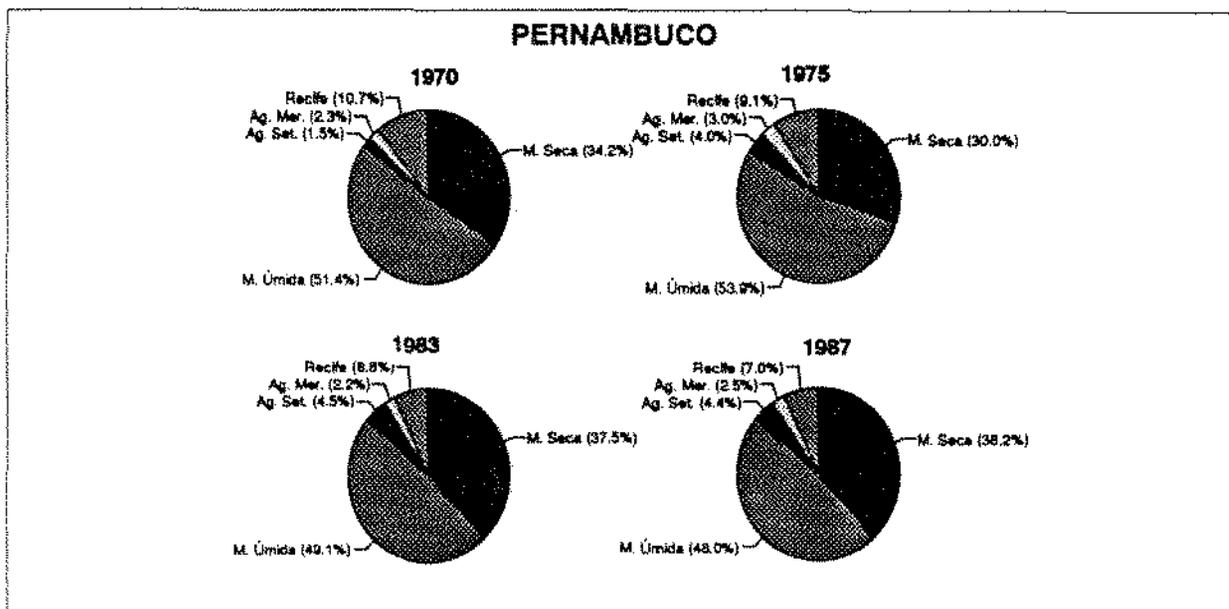
Analisando-se estes dados, constata-se a queda relativa da participação de Pernambuco na quantidade cana produzida. Na safra de 1970, a participação relativa de Pernambuco caiu de 55,2%, a 48,2% em 1975, depois a 40,0% na safra de 1983 e, finalmente, a 36,3% na safra de 1987. Os mesmos indicadores patenteiam o crescimento da produção canavieira de Alagoas nesse período: em 1970, o estado participava com 36,3% da produção regional, em 1975, a participação subiu para 39,2%, na safra de 1983, para 40,7% e, finalmente, na safra de 1987, para 46,2%.

Pernambuco e Alagoas contrastam-se nos pontos de retração e expansão relativas. A Paraíba se particulariza pelos dois movimentos, em áreas diferentes do seu território. Pode-se constatar primeiramente uma evolução da quantidade de cana produzida e uma maior participação do estado na produção regional. Na safra de 1970, a participação da Paraíba foi de 6,8% da produção regional. Nas safras seguintes, fica evidenciada uma crescente participação: na safra de 1975, a participação do estado foi para 8,8%, em 1983, atingiu 14,5% e, em 1987, houve certa estabilização, com 14,5%. No Rio Grande do Norte, o maior crescimento ocorreu entre 70/75, passando-se de 1,7% para 3,9%. Posteriormente, a posição relativa desse estado, em termos da produção regional de cana, ficou mais estabilizada. Foi de 4,8%, na safra de 1983 e de 4,4%, na safra de 1987. O Rio Grande do Norte participa de maneira restrita da expansão verticalizada, própria do chamado "sistema racional".

Enfim, parece claro que há uma diminuição da produção relativa de cana nas áreas tradicionais, como a Mata Umida e Seca de Pernambuco e a Mata Alagoana. A queda relativa da produção canavieira nestas microrregiões, em termos de produção regional, é evidente (73%, na safra de 1970 e 59,5%, na safra de 1975, 52,1%, na safra de 1983 e 44,25 na safra de 1987). Por outro lado, se constata um crescimento relativo da produção nas microrregiões de tabuleiros de S.M.Campos, do Litoral Paraibano e de Natal: de 11,2% na safra de 1970 para 19,9% na safra de 1975; de 26,0% na safra de

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DE CANA POR MICRORREGIÃO / ESTADO

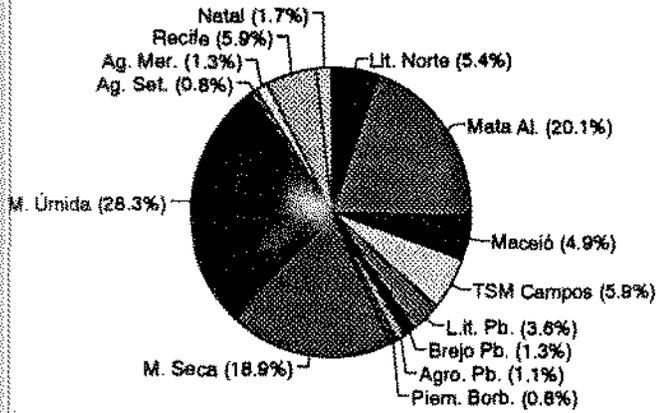
Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 70/75/83/87



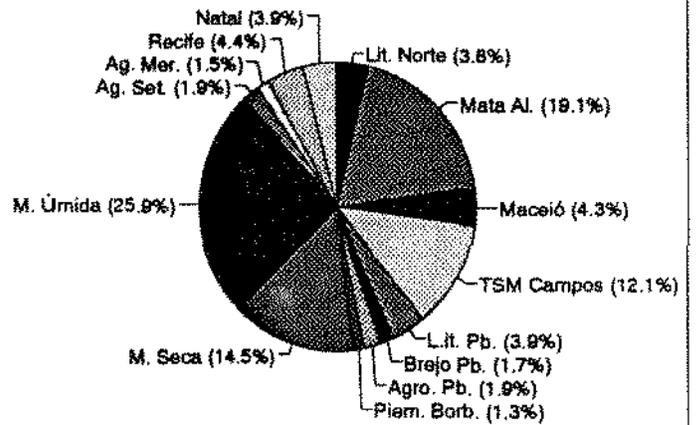
NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DE CANA POR MICRORREGIÃO

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 70/75/83/87

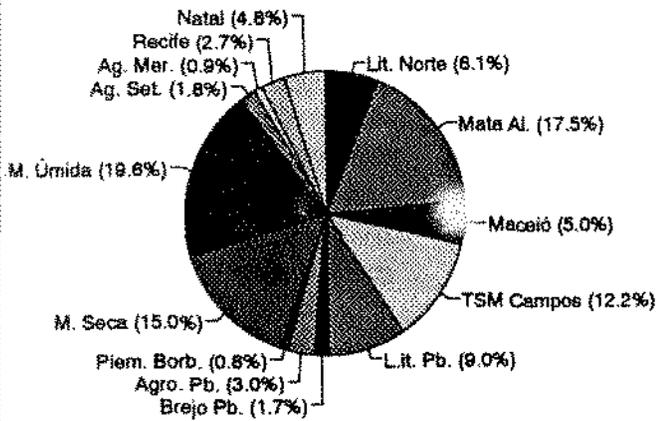
1970



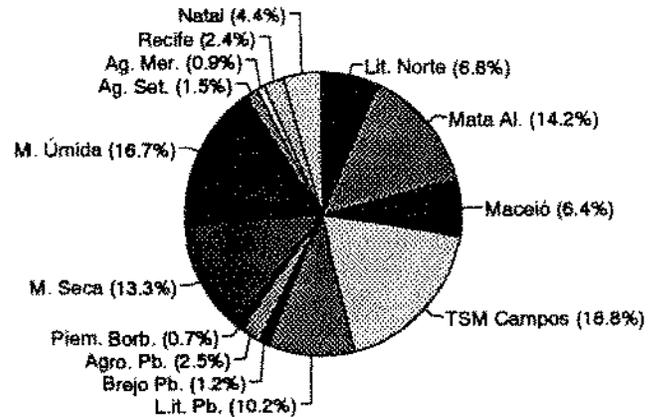
1975



1983



1987



1983 para 33,4% na safra de 1987. Enfim, o confronto dos dados de área e das quantidades de cana produzida nas microrregiões mais tradicionais, com os mesmos dados e quantidades produzidas nas microrregiões onde predominam áreas de tabuleiros, comprova os diferenciais de produtividade entre as microrregiões e a superioridade das áreas de tabuleiros.

Como já dissemos, nos tabuleiros, a mecanização e a incorporação de novas práticas agrícolas (como a adubação verde com leguminosas para melhorar a qualidade do solo, o emprego de vinhaça/torta e da compostagem para adubação, a aplicação de herbicidas nos tratamentos culturais, a pulverização aérea, o corte mecanizado da cana) e também as novas técnicas de planejamento para alcançar nova racionalidade administrativa, adotadas gradativamente pelos grandes produtores, têm contribuído para elevar a produtividade do trabalho e para ampliar o rendimento da terra, superando a média regional.

É bem verdade que o fato de nos tabuleiros coexistirem sistemas de produção "racionalis e mistos" já é suficiente para explicar diferenças de produtividade, que são ainda maiores se considerarmos os índices da lavoura praticada nas áreas tradicionais, onde predominam técnicas mais rudimentares. Mas, os índices de produtividade geralmente divulgados refletem a média, seja das microrregiões, dos estados, ou da região, o que tem mascarado os diferenciais de produtividade entre as unidades de produção.

Para perceber mudanças socio-econômicas no Nordeste sucro-alcooleiro, com base na produtividade, enfrentamos dois problemas. O primeiro diz respeito aos critérios de coleta dos dados pelos órgãos oficiais, critérios esses que dificultam comparações entre as unidades de produção. O segundo relaciona-se às possibilidades de manipulação dos dados pelos produtores da região, para os quais a comparação do baixo rendimento agrícola continua sendo o

principal argumento em defesa de políticas protecionistas de recorte regionalista.

Porém, mesmo diante destas dificuldades, podem ser apontados alguns elementos que evidenciam a existência de maiores índices de produtividade nas áreas de tabuleiros, por meio da análise da evolução dos rendimentos agrícolas nas usinas de Alagoas e Pernambuco. Os fornecedores não foram incluídos nesta análise, por apresentarem índices de produtividade inferiores, ainda que grandes fornecedores possam apresentar índices de produtividade similares aos encontrados nas terras de usinas e destilarias.

Rendimento Agrícola

Unidade: Ton/ha

Safra/Origem	79	83	88
Pernambuco			
Usineiros	52.80	54.16	54.44
Fornecedores	44.52	46.45	48.49
Alagoas			
Usineiros	50.35	52.75	65.75
Fornecedores	47.66	44.40	46.94

Fonte: Convênio FGV/IAA, 1989

Estes dados demonstram um certo equilíbrio entre a produtividade dos dois estados até o ano de 1983. Este equilíbrio reflete a homogeneidade das formas de produção nas regiões e também a importância e a concentração da produção nas regiões tradicionais, existentes naqueles estados. A partir de 1983, a diferenciação da produtividade entre os estados torna-se mais nítida, pois o rendimento se estabiliza em Pernambuco e cresce em Alagoas. O crescimento da produtividade média de Alagoas está relacionado a dois fatores: a expansão da cana pelos tabuleiros e a difusão tecnológica, impulsionada pela expansão dos sistemas de produção "misto e racional" em nível nacional, estimulados pela introdução do teor de sacarose como referência para a fixação do preço da cana.

Podemos também evidenciar a superioridade de rendimento agrícola da cana nas áreas de tabuleiros, recorrendo aos dados por microrregião do FIBGE. Calculando o rendimento médio das microrregiões tradicionalmente produtoras de cana, onde predominam áreas de várzeas e encostas (Mata Sêca-Pe, Mata Umida-Pe e Mata Alagoana), nas safras de 1983 e 1987, evidenciou-se uma estabilidade nos rendimentos agrícolas, cuja variação foi apenas de 50,7 ton./ha a 50,9 ton./ha. Por outro lado, a variação do rendimento agrícola foi expressiva nas microrregiões onde predominam os tabuleiros (São Miguel dos Campos-AL, Litoral Paraibano-Pb, Natal-RN), passou de 51,8 ton./ha para 56,6 ton./ha, nas safras de 1983/87, respectivamente.

Esse aumento significativo do rendimento agrícola nessas áreas se explica pela existência de usinas e destilarias que podem ser classificadas como atualizadoras tanto do sistema misto quanto do sistema racional, como também pela passagem dos sistemas mistos para o sistema racional, nos momentos de renovação dos talhões de cana.

Recorremos ainda a um terceiro indicador para evidenciar a superioridade das áreas de tabuleiros e, conseqüentemente, a crescente diferenciação interna da produção nordestina: o rendimento agrícola médio das usinas açucareiras da região. Na safra de 1985 (48), dois anos após a implantação do critério de fixação do preço pelo teor de sacarose (1983), constatou-se que as usinas de maiores rendimentos agrícolas estavam assim distribuídas pelas microrregiões (49).

48 A safra de 1985 foi escolhida como referência pela falta de lançamento dos dados de rendimento agrícola por unidade de produção, nos relatórios do MIC/IAA, particularmente no que concerne à região Nordeste, das safras posteriores.

49 Adotamos como critério para selecionar as usinas mais produtivas um rendimento agrícola médio de 60 toneladas, índice bastante elevado, quando consideramos que um grande número de usinas nordestinas possuem seus canaviais em áreas de difícil acesso à mecanização. A obtenção deste rendimento em condições adversas implica que investimentos também foram realizados nessas lavouras, substituindo-se sistemas "tradicionais" de produção por sistemas "mistos", nas áreas de várzeas e encostas.

Usinas Mais Produtivas do Nordeste - Safra 1985

		Unidade: Ton/ha
Usinas	Microrregião	Rendimento Agrícola
Ipojuca-Pe	Mata Úmida	60.20
Central Olho d'água-Pe	Mata Seca	61.00
Santo André-Pe	Mata Úmida	61.00
Caeté-Al	São Miguel dos Campos	71.00
Cansanção Sinimbu-Al	São Miguel dos Campos	65.00
Porto Rico-Al	São Miguel dos Campos	74.00
Triunfo-Al	Mata Alagoana	89.00
Ouricuri-Al	Mata Alagoana	67.00
Roçadinho-Al	São Miguel dos Campos	65.40
Sumauma-Al	Maceió	67.00
Terra Nova-Al	Maceió	61.00
Estivas-RN	Natal	64.20
São Francisco-RN	Natal	60.00

Fonte: MIC/IAA, Produção, 1987

Destas 13 usinas, pode-se constatar que 7 apresentam índices de rendimento variando entre 60/65 toneladas de cana por hectare e que 6 apresentam uma produtividade entre 65/70 ton./ha. Todas as usinas mais produtivas se localizam no estado de Alagoas, estando 4 na microrregião dos Tabuleiros de São Miguel, uma em Maceió e outra na Mata Alagoana, portanto, nas microrregiões de tabuleiros, onde o rendimento agrícola médio de certos talhões de cana chega a registrar índices superiores a 80 ton/ha, equiparando-se aos índices de muitas usinas localizadas nas regiões mais desenvolvidas do país, que se encontram à margem de certos protecionismos governamentais de cunho regionalista (50).

Analisando comparativamente os dados de rendimento agrícola das usinas de São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande

50 Em entrevista de campo realizada por Padrão(1989) junto aos técnicos e administradores de várias usinas localizadas em áreas de tabuleiros em Alagoas, sobre questões relacionadas à produtividade e tecnologia da lavoura canavieira, constatou-se que o rendimento médio de 80 ton./ha é conseguido normalmente nos ditos sistemas "racionalis" de produção.

do Norte, constata-se uma expressiva diferença nas médias dos rendimentos agrícolas entre as regiões.

Rendimento Agrícola Médio Por Estado

Unidade: Ton/ha

Estados/Safras	79/80	83/84	85/86
São Paulo	73.70	78.50	76.70
Pernambuco	50.20	54.00	50.90
Alagoas	52.00	51.30	55.30
Paraíba	46.40	47.40	49.90
Rio Grande do Norte	51.50	57.60	62.10

Fonte: IAA/FGV, Produção, 1987

Mas, os dados médios de rendimento, mesmo que por hipótese refletissem a situação real dos estados, ou seja, que não estivessem sujeitos a manipulações, não permitiriam detectar diferenciais de produtividade entre as unidades de produção. A não comprovação destes diferenciais de produtividade na região atrasada é que vem justificando a manutenção da ação protecionista do Estado, com características regionais.

Para comprovar esse diferencial de produtividade na região Nordeste entre as unidades de produção, situamos as usinas em faixas de rendimentos agrícolas. Foram selecionadas aquelas que apresentam, em média, um rendimento agrícola variando entre 60 a 75 toneladas/ha, no Nordeste e em São Paulo.

Número de Usinas por Faixas de Rendimento Agrícola

Regiões/Rendimentos	São Paulo	Nordeste
60/65 (ton/ha)	5	5
65/70 (ton/ha)	12	4
70/75 (ton/ha)	7	2
Total Parcial	24 (33,3%)	11 (19%)
Total das Usinas	72 (100%)	58 (100%)

Fonte: MIC/AA, 1977

Estes dados evidenciam que o crescimento da produtividade das usinas nordestinas, particularmente daquelas localizadas nos tabuleiros, permitiu sua equiparação, em termos de rendimento agrícola, a um expressivo número de usinas paulistas, o que impõe a necessidade de construção de outros parâmetros para o entendimento da questão regional, que levem em conta a heterogeneidade das unidades de produção de uma mesma região. A incorporação de novos padrões tecnológicos à região Nordeste, onde parece óbvio o atraso, levou à diferenciação interna da produção açucareira e à equiparação tecnológica de certas unidades de produção àquelas localizadas na região mais desenvolvida do país.

As transformações tecnológicas na lavoura canavieira e a introdução de novas técnicas de gerenciamento da produção, implementadas principalmente nos tabuleiros nordestinos, tornaram o aumento da produção canavieira dependente da elevação da produtividade, tornando fundamental uma seleção mais rigorosa das áreas a serem exploradas com cana. Esta seleção mais rigorosa dos solos implica na liberação de áreas inadequadas para a exploração canavieira, abrindo perspectivas para outros investimentos no campo, para a diversificação da produção nos territórios das usinas e destilarias. Noutras palavras, o aumento da produção de cana, mediante o aumento da produtividade agrícola, permitiu a liberação de áreas impróprias para o cultivo da cana (dentro do novo patamar tecnológico), mas propícias para a pecuária, o reflorestamento, a fruticultura, a criação de cavalos de raça, etc. Assim, nesta perspectiva de diversificação da produção em busca de bons negócios, os "modernos" empresários da agroindústria do açúcar e do álcool desenvolvem, no território das usinas e destilarias, investimentos na área da pesca, da criação de camarões para a exportação (51).

51 Muitos empresários justificam esta diversificação nos investimentos, apontando para a diminuição da taxa de lucro da agroindústria do açúcar e do álcool, em virtude do rigoroso controle nos preços da cana, do açúcar e do álcool mantido pelo governo. Não nos cabe entrar no mérito da questão, mesmo porque estamos procurando demonstrar que há

A mudança na base técnica da produção canavieira no Nordeste alterou substancialmente as relações entre usineiros e os pequenos ou médios fornecedores. Os fornecedores foram perdendo suas terras e com o passar do tempo foram diminuindo sua participação no fornecimento de cana. Na safra de 1975, os fornecedores produziam 62% da cana esmagada nos estados em questão, cabendo aos próprios usineiros a produção de 38%. Nas safras de 1983 e 1987, coube aos fornecedores uma participação de 55,4% e 46,5%, respectivamente. Os usineiros obviamente produziram 44,6% e 53,5% da cana esmagada naquelas safras. (cf. IAA/FGV, 1989)

A perda relativa da posição dos fornecedores, em termos de volume de cana produzida, se acentua com a modernização dos canaviais, com a introdução do teor de sacarose como referência para determinação dos preços. Os fornecedores médios e pequenos tiveram grandes dificuldades em modernizar seus canaviais e a sua permanência no setor, sem melhoria da produtividade, foi sendo inviabilizada. Em Pernambuco e Alagoas, o rendimento agrícola da cana para usineiros e fornecedores apresentou a seguinte variação:

Rendimento Agrícola

Safras/Estados	Unidade: ton/ha		
	1979	1983	1988
Pernambuco	52.80	54.16	54.44
Alagoas	50.35	52.75	65.75

Fonte: Convênio FGV/IAA

Os pequenos e médios fornecedores, sem nenhuma condição de competitividade com os grandes produtores de cana, quando não perderam suas terras (sua condição de fornecedor) foram obrigados a melhorar o padrão tecnológico de sua lavoura, ou arrendar suas

diversos padrões de produção hoje na região, e que o preço da cana pode ser compensador em um sistema e não em outro.

terras para os usineiros, ou mesmo a ceder o direito de gerenciar a produção dos canaviais, o que envolvia assistência técnica, fornecimento de máquinas e equipamentos, e até a realização da colheita da cana.

De fato, ao ocorrerem as transformações da agroindústria do açúcar e do álcool na região Nordeste, ocorreram também mudanças nas relações entre os agentes sociais que a compõem. Na hierarquia interna das empresas, passam a ter um papel importante os profissionais de diferentes especialidades (técnicos agrícolas, agrônomos, engenheiros químicos, administradores de empresas, economistas), designados genericamente como "técnicos".

Estes agentes de modernização trazem as inovações disponíveis e adaptam-nas ao nível das empresas da região. Os técnicos também ultrapassam os limites das propriedades em que trabalham, para orientar os fornecedores que ainda logram reproduzir-se como tais. Entre tais técnicos, como veremos no Capítulo IV, existem também aqueles que se especializam em obter a melhor gestão da mão-de-obra, dimensão fundamental para a plena inserção de uma empresa no "sistema racional".

Resumindo podemos afirmar que a escassez da matéria prima, dada a desproporcionalidade existente entre o tempo de implantação de uma destilaria e a ampliação da oferta de cana, foi primeiramente compensada pela incorporação de novas áreas e, posteriormente, pela ampliação do rendimento agrícola. A expansão horizontal dos canaviais, na primeira fase do PROALCOOL, provocou forte impacto em toda a zona canavieira do Nordeste, favorecendo a concentração da terra, a substituição de outras atividades econômicas, a ocupação de terras de matas e capoeiras, a alteração nas relações de trabalho e de produção. Simultaneamente às transformações "verticais", foi necessário adequar a mão-de-obra disponível às novas exigências da produção, tanto da sua face arcaica quanto de sua face moderna.

Graziano da Silva (1980:31) assim descreve a questão da relação progresso técnico/força de trabalho: "a) todo progresso técnico está relacionado ao aumento da produtividade do trabalho; b) a questão da técnica e de seu desenvolvimento não pode ser dissociada das condições de seu emprego; c) tanto como propiciar uma maior eficiência da força produtiva de trabalho, o objetivo do progresso técnico no capitalismo é a submissão do trabalho ao capital".

Levando em conta estas premissas, resta saber quais são os efeitos do desempenho político, via de regra unitário, dos usineiros do Nordeste e quais os efeitos do seu desempenho econômico desigual - resultante da incorporação do progresso técnico - sobre as formas de recrutamento, controle, segmentação e exploração da força de trabalho. Ou seja, é preciso analisar as repercussões das transformações horizontais e verticais, ocorridas na agroindústria sucroalcooleira do Nordeste, na perspectiva do Trabalho. Este é o objetivo do IV capítulo.

Capítulo IV

Mudanças nos Canaviais: Alterações nas Relações Sociais de Produção.

No Nordeste, é bastante conhecida a complementariedade entre o calendário agrícola das zonas agrestinas e sertanejas e o da zona da Mata açucareira. De março a agosto é "inverno", ou melhor é o período das chuvas, do plantio das lavouras de ciclos longos, da produção das lavouras de ciclos curtos, da entressafra nos canaviais.

Nessa época do ano, a oferta de emprego na lavoura canavieira é bastante limitada, principalmente se comparada à da época da safra. A mão-de-obra para o trabalho no canavial é recrutada geralmente no interior das propriedades, entre os moradores (1) e na periferia das cidades localizadas na própria zona canavieira. Durante o inverno, praticamente não são recrutados trabalhadores do agreste e do sertão, por estarem envolvidos com o trabalho agrícola na própria região onde vivem, ou por se encontrarem trabalhando em outros setores, em outras regiões, muitos dos quais nas safras de cana na região Centro/Sul e Centro/Oeste.

O emprego mais intensivo da mecanização agrícola e das novas técnicas nos canaviais nordestinos, nos últimos anos, contribuiu para reduzir ainda mais a demanda por trabalho na época da entressafra (2). O preparo dos terrenos planos ou mesmo daqueles de

1 No preparo do terreno e na limpa do canavial em geral, empregam-se mais moradores que foram treinados e são mais especializados no manuseio dos produtos químicos e nas atividades relacionadas à mecanização.

2 No conjunto da agroindústria sucroalcooleira do Nordeste, o plantio da cana compreende várias operações total ou parcialmente mecanizadas. Os terrenos preparados para o plantio da cana são arados, gradeados, os sulcos são abertos, a adubação pode ser realizada dentro dos sulcos. Toda esta seqüência de operações pode ser mecanizada. O plantio propriamente dito implica o transporte das mudas de cana para o campo e a sua colocação nos sulcos. Esse plantio também pode ser mecânico, e neste caso, as mudas são picotadas fora dos sulcos. Em outros casos, a cana é colocada inteira no sulco. As carretas que transportam as mudas entram no campo, e os trabalhadores vão jogando a

baixa declividade para o plantio da cana tem sido realizado de forma mecanizada, porém nos terrenos de várzeas e encostas, onde a mecanização é dificultada pelo excesso de umidade e pela declividade, o preparo do solo é realizado com equipamentos mais rústicos, geralmente impulsionados por tração animal.

Os terrenos são preparados para o plantio da cana nos primeiros meses do ano, logo após o término da safra do ano anterior. Porém, a cana não é plantada imediatamente, no período que antecede o plantio, os terrenos preparados são ocupados de diferentes maneiras, segundo a estratégia e os interesses de cada proprietário: ou ficam em pousio até o momento do plantio, ou são entregues aos moradores para a plantação de lavouras de ciclo curto (preferencialmente feijão), ou são utilizados pelas próprias empresas para o plantio de leguminosas como a soja, cuja massa verde passa a ser incorporada ao solo como adubo.

A limpa do canavial é outra atividade realizada no inverno. Ela pode ser realizada de várias formas, dependendo das condições financeiras das empresas e da situação do próprio canavial: pode ser feita com a aplicação de herbicidas, por meio de pulverizadores ou da aviação agrícola, ou com o uso de arado especial, acionado por tração animal, ou, manualmente, com o uso da enxada. Um esquema de limpa utilizado nos "bons" canaviais da região implica três etapas: aplicação de herbicida, 60 a 90 dias antes do plantio, capina do mato em janeiro e uma nova capina, nos meses de março e abril. Também no inverno, faz-se, manual ou mecanicamente, também a adubação do canavial: a adubação de fundação durante o plantio e a adubação de cobertura na soca da cana.

cana no sulco, ou quando este acesso é impossibilitado pelo excesso de chuvas, as canas são depositadas nos extremos do sulco, nos limites dos talhões, e transportadas para os sulcos pelos trabalhadores. Após a colocação da cana nos sulcos, um outro grupo de trabalhadores vai picotando a cana no sulco, e, na seqüência um segundo vai fechando o sulco, e um terceiro, finalmente, vai adubando. Nos terrenos onde o plantio não pode ser mecanizado, as operações são basicamente as mesmas, porém realizadas de forma mais precária e com mais mão-de-obra.

A safra da cana no Nordeste coincide com a época da seca e se estende de agosto a janeiro. O corte da cana quase sempre é realizado manualmente, apesar de já existirem iniciativas e intensões de empresários de utilizar, em larga escala, o corte mecanizado, empregado até então de forma marginal. Na época da safra da cana, há um substancial aumento da demanda pela mão-de-obra, intensificando-se o fluxo migratório de trabalhadores do agreste e do sertão para os canaviais do litoral.

É importante salientar que as diferentes alternativas encontradas para a realização das operações agrícolas na lavoura canavieira provocam alterações na quantidade de mão-de-obra, maior segmentação e especialização dos trabalhadores, acarretando modificações estruturais na configuração e no funcionamento do mercado de trabalho (3).

Em primeiro lugar, lembramos que a expansão e a modernização da lavoura canavieira no Nordeste tiveram fortes repercussões na reestruturação do mercado de trabalho agrícola da região, pois reordenaram as relações dos trabalhadores com a terra, quase sempre ocasionando a ruptura das mesmas. Trabalhadores sem terra, morando na periferia das cidades, nas favelas dos grandes centros urbanos, nos arruados e distritos, bem como trabalhadores com terra insuficiente para garantir a sobrevivência de sua família passaram a compor o mercado de trabalho agrícola.

De fato, apesar do processo de expropriação e proletarização estar instituído há muito e fazer parte de diversos movimentos de expansão da cana-de-açúcar, as transformações na base técnica e nas

3 Nos terrenos de floresta, emprega-se a queimada. As árvores podem ser retiradas ou derrubadas. Dependendo das condições da empresa, pode-se realizar a destoca dos terrenos. Aquelas que a realizam, podem utilizar a mecanização na lavoura, as que não a realizam dependem de maior número de trabalhadores nos tratos culturais. Nos terrenos de vegetação arbustiva, a máquina destrói a vegetação, faz o enleiramento para posterior queima. Nos terrenos de renovação do canavial, a máquina retira as cepas de cana, deixando-os aptos para o plantio. No preparo com tração animal, há necessidade de maior contingente de trabalhadores, pois o enleiramento dos arbustos para a queima é manual.

relações de trabalho na lavoura canavieira nordestina, a partir da década de 70, não tiveram similares na história.

Como afirma Cabral (1983: 47/51), a partir da década de 40, a expansão da lavoura canavieira em Pernambuco foi acompanhada pela incorporação de novas práticas agrícolas, principalmente ao plantio da cana. Tais inovações tornaram inadequadas as práticas anteriores. Assim, a expansão da área canavieira com essas pequenas inovações deu início ao processo de proletarização dos pequenos produtores, intensificando a desorganização do sistema de moradia(4). Diz o autor: "A tendência ao aumento da composição orgânica do capital, por sua vez, não deixaria de ocorrer, a despeito da existência das relações de moradia. É que, externamente à lavoura canavieira, o capitalismo avançava no país como um todo, criando pressões que levariam aquela tendência a se verificar. O desenvolvimento do crédito, rompendo com a dominação do capital comercial; o crescimento da demanda do açúcar oriundo do processo de crescimento industrial e urbano; o fortalecimento do Estado como instrumento de potencialização da acumulação; o progresso nos transportes; o avanço na produção de bens industriais para a agroindústria açucareira e para a lavoura canavieira; todos estes fatores iriam representar forças articuladas e mutuamente influenciáveis que iriam, pouco a pouco, fazer crescer a composição orgânica do capital na lavoura canavieira ou na agroindústria açucareira, criando assim as condições de destruição da relação de moradia".

* Cabral(1983) se reporta, em seu trabalho, a um trecho de Melo,M.L.(1975), que afirma: "Com a adoção de um sistema agrícola de caráter contínuo, a expansão da produção canavieira começou a se fazer mediante a supressão das áreas de pousio e o uso praticamente não interrompido do espaço cultivável. Também se fez em detrimento das reservas de mata. E, finalmente, foi sendo realizada à custa da diminuição e da supressão das áreas privativas, onde os numerosos moradores e sitiantes mantinham pequenas lavouras e pequenas criações, em forma de policultura de subsistência". Também afirma Furtado (1964), para demonstrar que a expansão da lavoura canavieira desestruturou a relação de moradia: "(...) a pressão para expandir os canaviais levou à progressiva eliminação das áreas anteriormente dedicadas à produção de alimentos(..) o morador, em período relativamente curto, foi transformado de pequeno sitiante, responsável pela produção de parte daquilo que comia com sua família, em um mero trabalhador assalariado". Ver ainda Palmeira(1976) para uma caracterização do "sistema de moradia" na produção canavieira nordestina.

Outras formulações não vinculam tão diretamente esse processo às transformações da base técnica da produção. Sigaud (1979) afirma que em Pernambuco, a desorganização da morada, antes da década de 70, não esteve relacionada somente às transformações na base técnica de produção, que, a seu ver, foram circunscritas a pequenas alterações nas práticas agrícolas. Para a autora, a desintegração da morada foi antes consequência de lutas políticas impulsionadas pelos Sindicatos e Ligas Camponesas, em defesa dos direitos dos trabalhadores. O golpe militar de 64 e a posterior expulsão das propriedades de grande contingentes de trabalhadores seriam assim elementos explicativos fundamentais no processo.

Na realidade, as lutas políticas e as pequenas inovações tecnológicas nos canaviais contribuíram para o início do processo de desintegração das relações de morada nos canaviais pernambucanos, nas décadas de 50/60. Contudo, a desagregação dessas relações ocorreu mais intensamente, nas décadas de 70/80, com as transformações na base técnica da produção, mesmo levando-se em consideração algumas limitações naturais existentes naquele estado, que dificultaram a incorporação da mecanização, pela predominância das áreas de encostas e várzeas.

Fatores de ordem política, como a luta pelo cumprimento dos direitos trabalhistas e as campanhas salariais dos trabalhadores canavieiros, articulados com as transformações na base técnica da produção, contribuíram para a desestruturação das relações sociais estabelecidas nos canaviais pernambucanos. Nestes, eliminou-se parcela substancial da pequena produção feita à margem da área canavieira, alteraram-se as relações de trabalho no interior das unidades de produção canavieira, e desestruturou-se o sistema de morada.

Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, os marcos temporais e as condições de expansão da lavoura canavieira foram completamente distintos dos de Pernambuco. Naqueles estados, como já foi demonstrado no capítulo anterior, a expansão da cana ocorreu com os

incentivos do Programa Nacional do Alcool (1975), ocupando áreas de tabuleiros, onde existiam espaços vazios, dada a baixa fertilidade dos seus solos arenosos. Nesses tabuleiros, onde se concentram as destilarias autônomas, a lavoura canavieira já foi, desde o início, implantada com o emprego da mecanização e elevado padrão tecnológico, com relações de trabalho já adaptadas às novas realidades dos canaviais. Nos dois estados, portanto, as relações de moradia estiveram circunscritas às terras das poucas usinas açucareiras e de seus fornecedores, cujos canaviais se estendiam pelas férteis várzeas dos rios Mamanguape e Paraíba (PB), Ceará-Mirim e Jacu (RN) e pelos terrenos de encosta da região brejeira da Paraíba.

A expansão e a modernização da lavoura canavieira nesses estados também desestruturaram parte da pequena produção localizada nas encostas, nas várzeas e nas pequenas manchas de solos férteis dos tabuleiros (5). Paralelamente, tradicionais usinas açucareiras, ao implantarem destilarias anexas, foram induzidas a ampliarem e modernizarem seus canaviais, a reorganizarem o trabalho na produção, o que intensificou a desestruturação das relações de moradia somente na década de 70.

Já nas áreas de tabuleiros do sul de Alagoas, onde a expansão da lavoura canavieira se fez na década de 50, as usinas açucareiras foram implantadas, empregando-se a mecanização na parte agrícola, pois as condições topográficas dos terrenos de tabuleiros o favoreciam. A expansão da cana-de-açúcar pelas terras férteis dos tabuleiros de mata deslocou os pequenos produtores (6), porém quando ocupou os tabuleiros arenosos de baixa fertilidade encontrou enormes espaços vazios. A incorporação de tecnologias na produção

5 Na Paraíba, a desestruturação da pequena produção foi acompanhada de muita resistência e tensão, em virtude da organização dos trabalhadores e do apoio dado pela Igreja Católica e pelo movimento sindical às lutas de resistência. Sobre a organização dos trabalhadores na Paraíba e a participação da igreja e dos sindicatos, ver Novaes, R. (1987). Sobre as lutas de resistência, ver Cantalice (1988). Sobre a expansão da agroindústria do açúcar e do álcool, ver Egler (1985).

6 Sobre o deslocamento da pequena produção nos tabuleiros alagoanos, ver Heredia (1986).

canavieira alterou substancialmente as relações de trabalho nesses tabuleiros, como veremos posteriormente.

A alteração das relações de trabalho, em toda a zona canavieira nordestina, provocou a segmentação da força de trabalho, particularmente na lavoura canavieira e consolidou o mercado de trabalho agrícola na região (7).

Com todas as adaptações necessárias, as atuais teorias da segmentação do mercado de trabalho (Casassus, 1980) tornaram-se fonte de referência importante para o nosso trabalho. Esses pesquisadores questionam a tendência ao equilíbrio do mercado de trabalho, mediante os ajustes entre a oferta de trabalho com a demanda de mão-de-obra, e chamam a atenção para os seguintes aspectos:

a) existem vários mercados ou mercados divididos em setores que oferecem condições de empregos diferentes;

b) as formas de gestão da força de trabalho influem nas formas de estruturação do mercado de trabalho;

c) as variáveis sociais, como o processo de socialização e os costumes sedimentados, intervêm nas determinações de emprego e salário;

d) a análise da constituição e da dinâmica do mercado de trabalho deve levar em conta as relações entre condições de produção e de reprodução (local de moradia, migrações, etc.);

7 Sobre questões relacionadas à descontinuidade da absorção da tecnologia pela agricultura, tempo de trabalho e não-trabalho ver Marx (1981). Graziano da Silva (1981) trabalhou estas questões para analisar a agricultura brasileira.

e) a diferenciação entre os trabalhadores não se baseia apenas no lugar na produção, mas também nas formas de arregimentação e gestão da mão-de-obra;

f) a estruturação dos mercados de trabalho, enquanto espaços socio-econômicos, deve levar em conta o comportamento político dos atores, as práticas institucionais, os determinantes históricos.

Nessa perspectiva, constitui o objetivo deste capítulo a análise dos diversos tipos de contrato de trabalho, dos mecanismos de arregimentação, gestão e controle de trabalhadores para a produção canavieira, das formas de organização do trabalho na produção, condicionadas às formas de incorporação das novas tecnologias.

1) Trabalho e Tecnologia: diferenças no tempo e no espaço.

Conforme já tratamos em capítulo anterior, existe um desnível tecnológico entre lavouras canavieiras de uma mesma empresa ou mesmo entre diferentes empresas que permite a configuração e a classificação técnica de diferentes "sistemas de produção". O sistema "racional" incorpora, nas diferentes etapas da produção, tecnologia e práticas modernas, o misto mescla novas e antigas tecnologias e o sistema atrasado não as incorpora.

A resistência às inovações tecnológicas na produção canavieira pode ser atribuída a um conjunto de fatores, tais como o protecionismo governamental, o tradicionalismo, a forma de organização patriarcal das empresas, a preferência do empresário por especular com recursos públicos. Também as dificuldades financeiras das empresas e a inflexibilidade do período de desembolso financeiro, diante da rigidez cronológica da produção agrícola, sujeita às condições naturais, inviabilizaram, em muitas

circunstâncias. a implantação imediata da lavoura canavieira nos modernos padrões tecnológicos.

Assim, as barreiras à incorporação do progresso técnico na lavoura canavieira do Nordeste não se relacionam apenas às formas de reprodução social dos empresários: tradicionalismo, especulação, insuficiência ou incompetência econômica. Uma das grandes barreiras à incorporação do progresso técnico tem sido a própria natureza que provoca descontinuidades entre as etapas e mesmo no interior das etapas do processo de produção.

Como vimos no capítulo anterior, a topografia restringiu a incorporação da mecanização agrícola, nas lavouras canavieiras localizadas nas várzeas e nas encostas montanhosas, porém favoreceu a mecanização nos terrenos planos dos tabuleiros. Por outro lado, a dificuldade encontrada pelo capital para controlar a produção agrícola relaciona-se aos processos biológicos que comandam o crescimento e maturação das plantas.

O capital não conseguiu ainda subordinar completamente a natureza, mesmo que as pesquisas genéticas tenham hoje provocado substancial redução do tempo de produção, com a descoberta de variedades precoces. A incapacidade do capital de subordinar a natureza demarca tempos de trabalho e de não-trabalho na produção agrícola, configurando a não-correspondência entre o tempo de trabalho e de produção (8).

Assim sendo, os níveis diferenciados de incorporação tecnológica encontrados nas lavouras de cana-de-açúcar na região nordestina resultam em demanda diferenciada de mão-de-obra de um sistema para outro, também no interior de um mesmo sistema e entre as diferentes etapas do processo de produção.

8 Sobre o assunto, ver Graziano da Silva (1981).

A modernização parcial dos canaviais nordestinos ampliou as diferenciações entre os sistemas produtivos no campo e criou maior estabilidade para a produção agrícola, principalmente porque a elevação dos índices de produção de matéria-prima, via aumento de produtividade, dificulta os clássicos movimentos de expansão/retração da área ocupada com cana-de-açúcar (9), por causa do elevado custo de implantação dos talhões, que necessariamente obedeciam a determinados padrões tecnológicos recomendados, para que se pudessem auferir ganhos de produtividade (10).

A partir da década de 70, as transformações na produção canavieira no Nordeste foram estimuladas pelo processo de industrialização da agricultura. Impulsionando a mecanização agrícola (11) e a incorporação de novas tecnologias no campo, esses tais fatores alteraram os pesos relativos dos "sistemas" de produção da lavoura canavieira do Nordeste. Os sistemas tradicionais, embora não eliminados, foram perdendo sua importância relativa em termos de volume de produção, suplantados pelos sistemas "racionalis" e "mistos" nas usinas e destilarias da região.

Tal convivência e contemporaneidade de aspectos modernos e atrasados, inclusive a possibilidade de superação gradativa do atraso pelo moderno, têm provocado alterações nas condições de trabalho e no perfil da mão-de-obra requisitada para o trabalho nos canaviais, visando à ampliação do rendimento agrícola e industrial

9 Como já se tratou anteriormente, a lavoura canavieira se expandia para novas áreas em situações de preços favoráveis do açúcar no mercado internacional. Nestas circunstâncias, os canaviais se estendiam pelas lavouras alimentares, que eram destruídas, e os acordos ou contratos de arrendamentos eram rompidos. Nas conjunturas de preços desfavoráveis do açúcar no mercado internacional, essas terras eram reocupadas pelos pequenos produtores, que substituíam as lavouras de cana pela produção de alimentos, ou eram destinadas para outras atividades de grande valor comercial. O aumento da produção de cana no Nordeste se fez historicamente pela incorporação de novas áreas, a produtividade dependia fundamentalmente da fertilidade dos solos de várzeas e encostas.

10 Sobre as transformações na estrutura produtiva da agroindústria do açúcar e do álcool em Alagoas, ver Andrade (1988), Neto (1984). Sobre a dinâmica dessa agroindústria nos tabuleiros e desintegração da pequena produção ver Heredia (1986).

11 Neste sentido, a agroindústria nordestina não ficou excluída do processo de "industrialização da agricultura", bem caracterizado por Graziano da Silva (1981), ainda que guarde especificidade em relação ao Centro sul.

da matéria-prima e ao aumento da produtividade do trabalho no campo. Na realidade, a transformação parcial da base técnica da produção canavieira no Nordeste impulsionou transformações substanciais no mercado de trabalho. Mas apesar da necessidade de uma mão-de-obra mais qualificada, mais especializada e adaptada às novas condições da agricultura moderna, não se eliminou a necessidade de trabalho nos velhos moldes.

As transformações na parte agrícola dessa agroindústria, com o fim de aumentar os índices de produtividade do setor, exigiram também modificações na estrutura administrativa das empresas. Ou seja, a automação das usinas e destilarias e a mecanização da lavoura canavieira na agroindústria do açúcar e do álcool impuseram a necessidade de implantação de novos métodos de gerenciamento e controle da produção. Assim, um grande número de técnicos especializados, tais como engenheiros agrônomos, químicos, engenheiro de tráfego, técnicos agrícolas, analistas de sistemas, contadores, mecânicos, operadores de máquinas, foram incorporados ao quadro de funcionários das usinas e destilarias, estabelecendo uma nova hierarquia funcional nas unidades de produção.

Também novos critérios e novos cenários de decisões empresariais foram sendo desenvolvidos por uma nova geração de usineiros. Filhos e netos, após completarem seus estudos universitários, regressaram para a região de origem, para assumirem, com outra mentalidade, a administração das empresas com capacidade inovadora. Outras vezes, nota-se o deslocamento do poder de decisões do âmbito pessoal e familiar para o corpo deliberativo da empresa, assessorada por uma equipe técnica altamente especializada.

Essa administração inovadora também repercute no âmbito do trabalho agrícola, onde as relações pessoalizadas (de imobilização e contratação da mão-de-obra) foram sendo substituídas por outras relações. Substituem-se as antigas práticas coronelistas por uma política de um setor específico relacionado à Gerência de Recursos

Humanos, cuja ação se volta para a gestão de políticas de recrutamento, seleção, treinamento e administração de pessoal; e ações no campo da saúde, educação, segurança patrimonial, recreação/lazer e administração dos conjuntos residenciais.

Certamente, as novas formas de controle e fiscalização do trabalho nos canaviais não foram implantadas de modo homogêneo pelas unidades de produção que compõem o complexo agroindustrial sucroalcooleiro nordestino. Contudo, a existência nas grandes empresas de uma política de "humanização do trabalho", voltada para a diminuição da rotatividade da mão-de-obra mais qualificada - ligada diretamente à parte agrícola deste setor - tem provocado alterações estruturais no conjunto do mercado de trabalho agrícola. Para o entendimento dessa questão, faz-se necessário pesquisar as principais alterações implementadas no interior da produção canavieira, no que diz respeito essencialmente às transformações nas relações de trabalho.

2) As novas regras da organização do trabalho: em busca da eficiência.

Como tem sido dito por vários pesquisadores a partir da década de 70, despejos de trabalhadores por razões políticas, assim como as transformações na base técnica da produção agrícola geraram, por toda a região, um grande contingente de trabalhadores despossuídos, morando na periferia das cidades ou nas pequenas propriedades e necessitando de emprego para garantir sua sobrevivência. A lavoura canavieira tem constituído uma das principais fontes de emprego para esse expressivo contingente de trabalhadores (12).

12 Na campanha salarial dos trabalhadores canavieiros de 1986, a CONTAG estimou que havia 1 milhão de trabalhadores vinculados ao setor, na época da safra da cana no Nordeste.

Mas, a demanda de trabalho na cana, no entanto, não é contínua, varia de acordo com as diferentes etapas do processo de produção (13). A sazonalidade da demanda de trabalho nos diferentes momentos do ciclo produtivo originou, ao longo da história da produção canavieira no Nordeste, diferentes combinações entre trabalho permanente e trabalho temporário, em proporções específicas às unidades de produção, que foram sendo modificadas progressivamente pelas inovações tecnológicas incorporadas.

Nos chamados sistemas "racionalis" e "mistos", as atividades relacionadas ao preparo do terreno, plantio e tratos culturais, para a implantação da lavoura de cana têm sido realizadas hoje por um pequeno e especializado número de trabalhadores que moram no interior das propriedades ou nas proximidades das plantações. A maior utilização das máquinas agrícolas e dos herbicidas reduziu sensivelmente a demanda de trabalho nessas épocas do ano.

É importante registrar que, no passado, essas atividades eram realizadas sem a utilização dos adubos químicos e defensivos agrícolas, exigindo para sua realização grande contingente de trabalhadores. O emprego de um grande número de trabalhadores em todas as atividades do ciclo produtivo da lavoura canavieira impunha a necessidade de se manter no interior das propriedades um grande número de moradores. Na época da safra, quando crescia a demanda por trabalho, eram contratados trabalhadores de fora, dentre os quais se destacavam pequenos produtores estabelecidos nos limites da lavoura canavieira e trabalhadores migrantes do agreste e do sertão nordestino (14). Em síntese, podemos afirmar que essa

13 No Nordeste, como se afirmou no início deste capítulo, o período de safra da cana ocorre entre os meses de agosto/setembro e janeiro/fevereiro, coincidindo com a estação da seca, onde é reduzida a atividade na agricultura e ampla a oferta de trabalho na região. No inverno, que lá é a estação das chuvas, as atividades na agricultura são intensas e provocam redução na oferta de trabalhadores. Os trabalhadores que não tem acesso à terra para plantar migram para outras regiões onde há perspectiva de trabalho. A lavoura canavieira, da região Sudeste constitui uma alternativa concreta de emprego, pois a safra da cana se desenvolve entre os períodos de abril/maio e setembro/outubro. Milhares de nordestinos se embrenham nos canaviais de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, em busca da sobrevivência.

14 Sobre o assunto ver Sigaud (1979), Salles (1982).

forma de imobilização da mão-de-obra é compatível com o baixo nível de absorção do progresso técnico das unidades de produção canavieira e que o emprego limitado da tecnologia cerceou transformações mais radicais na organização do trabalho na produção.

Nas tradicionais unidades de produção, a organização do trabalho na produção não se modificou com a incorporação de novas áreas de cana, preservou-se a divisão da grande plantação em áreas menores, que passavam a ser referências administrativas. Assim, uma grande área de cana é administrada a partir das sub-áreas, denominadas fazendas ou engenhos (em referência a situação anterior da propriedade agrícola).

Cada fazenda ou engenho tem uma pessoa responsável pelas atividades desenvolvidas no canavial: o administrador. Os moradores dessas fazendas ou engenhos estão subordinados ao administrador. Geralmente, há nelas um tipo de comércio que fornece alimentos para os moradores e também serve de ponto para que o usineiro efetue o pagamento dos seus trabalhadores. O comércio era o ponto do acerto de "conta" e era chamado, regionalmente, de barracão.

Os moradores se organizam em turmas de acordo com as etapas de produção da lavoura canavieira. Nas turmas formadas com base no local de morada nas fazendas, cristalizam-se relações pessoalizadas entre os trabalhadores e destes com os administradores. Os mesmos trabalhadores, aglutinados nas mesmas turmas, realizam várias atividades (plantio, tratos culturais, colheita), sempre sob o comando do mesmo administrador.

A fiscalização, o controle e as medições dos trabalhos das turmas são realizadas pelo cabo de turma também subordinado aos administradores das fazendas.

Nas usinas maiores (15), os administradores das fazendas ficam subordinados a um chefe de campo, responsável pela coordenação das atividades agrícolas. Conhecido como "capitão", ele era o mediador entre administradores e trabalhadores, de um lado e diretores e técnicos da empresa, de outro.

As atividades no canavial se desenvolviam simultaneamente nas fazendas, com turmas de trabalhadores formadas pelos próprios moradores. No período da safra, esta mão-de-obra era insuficiente, exigindo a contratação de outros trabalhadores. Estes trabalhadores agregados eram contratados por empreiteiros, que formavam suas "turmas" para dar conta de uma tarefa previamente acordada com a direção da usina e realizada nas fazendas. Esses trabalhadores, quando provenientes de regiões distantes, instalavam-se nos precários alojamentos das usinas; quando residentes nas proximidades, deslocavam-se diariamente para o trabalho.

Nas áreas de cana localizadas nas encostas montanhosas, é necessário um maior contingente de trabalhadores. A colheita da cana em terreno de encosta consiste numa operação complexa: depois de cortada, a cana tem de ser amontoada, amarrada em feixes, transportada até os pontos dos caminhões, nos lombos dos animais ou nos ombros do próprio homem, para em seguida ser posta no caminhão.

Esta descrição retrata o que era predominante na região. Confrontada a esse passado recente, mais homogêneo, a diversidade atual entre as unidades de produção é flagrante. É nesse esquema básico descrito acima que são feitas as adaptações, num contínuo de matizes. Num dos extremos deste contínuo, generaliza-se a utilização do trabalho especializado e a adoção de novas técnicas de gestão da mão-de-obra, dadas as mudanças de variedade de cana, as inovações nas práticas agrícolas de adubação e nos tratos

15 A usina Porto Alegre, localizada no norte do estado de Alagoas, onde predominava a lavoura canavieira em área de encosta, chegou a possuir em seu canavial 26 fazendas, onde cada administrador controlava de 2 a 5 cabos por fazenda e o número de moradores variava entre 30 a 160.

culturais, configurando o sistema "racional". Em pontos intermediários, obviamente, estão os sistemas "mistos" de produção.

Para ilustrar as repercussões das inovações tecnológicas e da consolidação dos sistemas "racionalis" e "mistos", sobre a organização do trabalho existente na produção canavieira, tomemos como referência o trabalho no corte de cana.

Uma inovação tecnológica expressiva foi introduzida nos canaviais pernambucanos, ainda na década de 50. As apanhadeiras de cana substituíram, ainda que de forma limitada, a transferência manual da cana para os caminhões. Atualmente, tais máquinas encontram-se difundidas por toda a região canavieira nordestina, operando inclusive em terrenos de encostas, graças às modificações no seu protótipo. As carregadeiras montanheiras têm pneus com bitolas diferentes, o que permite sua operação em terrenos com grande declividade.

O emprego das apanhadeiras mecânicas nestes terrenos alterou o sistema de corte, tornando desnecessária a amarração da cana em feixes, para ser transportada até o ponto do caminhão, que ficava distante do local do corte. O emprego das apanhadeiras mecânicas, nessas condições, exigiu a construção de estradas nas encostas para que os caminhões pudessem ter acesso à área do corte, eliminando a necessidade do transporte da cana norro abaixo.

Com as apanhadeiras montanheiras, a cana passou a ser cortada, amontoada na própria área de corte, onde as apanhadeiras operam para o enchimento dos caminhões. Por outro lado, inovações tecnológicas tem sido implementadas na parte industrial da agroindústria sucroalcooleira para compensar algumas desvantagens propiciadas pelo emprego de tais máquinas, como é o caso da grande quantidade de terra que se mistura com a cana. Para superação deste problema as usinas estão implantando equipamentos que possibilitam a lavagem da cana antes de seu processamento.

Muitas vezes, as precárias condições dos terrenos impossibilitam a construção de acessos seguros para a circulação dos caminhões, obrigando as apanhadeiras a operarem longe das áreas de corte. Nem por isso foi preciso amarrar e enfeixar a cana. Ela continuou a ser cortada e amontoada, pois os proprietários passaram a utilizar

cana até o ponto de carregamento. Um outro sistema para superar os baixos rendimentos dos cortes de cana amarrada consistiu na construção de canaletas pela encosta da montanha, para receber a cana cortada, que escorrega ladeira abaixo até o ponto de carregamento. Apesar de tais inovações, ainda é freqüente a utilização do próprio trabalhador para efetuar, nas costas, o transporte da cana à curta distância. Estes, em algumas áreas são chamados de "burros sem rabo".

As apanhadeiras, tratores de esteira e a canaleta viabilizaram o corte de "cana solta" nas áreas de encostas, o que aumentou a produtividade do trabalho. No norte de Alagoas, a média do corte de "cana amarrada" por homem/dia é de 1.200 Kg, enquanto com a "cana solta" o rendimento médio passa para 3.000 Kg de cana por dia (16).

As inovações tecnológicas, mesmo que circunscritas a certas práticas agrícolas, alteravam a lógica da expansão da produção dada pela incorporação de novas áreas. A maior produtividade do trabalho e o maior rendimento da matéria-prima começaram a impulsionar uma nova racionalidade nos canaviais nordestinos. A nova racionalidade entrava em contradição com as formas clássicas de organização do trabalho na produção, com a imobilização de grande contingente de trabalhadores no interior das unidades de produção.

16 Na usina Porto Alegre a cana cortada e amarrada representava 90% enquanto 10% vinham do corte de "cana solta". Com as inovações que a usina vinha realizando previa-se, a partir de 1989, o corte de 60% de "cana solta" e 40% de "cana amarrada". Apesar da diferença de produtividade, muitos trabalhadores resistem a cortar "cana solta". Alegam ser mais fácil o controle da produção da "cana amarrada", já que ele é feito pelo número de feixes transportados e cada feixe tem um peso que varia de 10 a 15 Kg. Mesmo com esta variação o controle é mais eficiente que o da "cana solta", cuja medição é feita pelo "cabo de turma" adotando como referência a braça. (cf: entrevista com técnico de usina).

No entanto, apesar dessas pequenas inovações nos canaviais cultivados em terrenos de encostas, as dificuldades para a mecanização desestimularam a expansão da lavoura canavieira nestas áreas, conforme já evidenciamos neste trabalho. Em tais circunstâncias, certas microrregiões apresentaram o refluxo ou mesmo uma estagnação da área canavieira, que passou a se desenvolver somente nas melhores terras. As terras de piores condições ou foram liberadas e passaram a ser utilizadas para novos empreendimentos, diversificando-se a produção com atividades de pecuária, reflorestamento, fruticultura, criação de cavalos, ou foram arrendadas.

As inovações tecnológicas das lavouras canavieiras cultivadas em áreas inadequadas para mecanização e a predominância dos sistemas "racionalis" e "mistos" nas áreas de tabuleiros alteraram as formas de organização do trabalho, além de contribuir para a diminuição do contingente de trabalhadores no interior das propriedades. Os trabalhadores passaram a ser preponderantemente arrematados, nas "pontas de ruas", pelos aliciadores de mão-de-obra ou mesmo pela própria usina; o que faz diminuir a importância dos administradores das fazendas e aumentar o peso relativo, no quadro funcional das empresas, dos técnicos especializados (agrônomos, engenheiros da parte industrial, técnicos agrícolas, administradores de empresa, etc.).

A competência adquirida nos bancos escolares os legitimam diante dos empregados antigos que ocupavam cargos pela relação de lealdade e confiança que se estabelecia com o patrão. Os administradores e os "capitães" tratavam diretamente com o dono da usina questões relacionadas ao seu trabalho. Hoje, novas hierarquias os subordinam a esses profissionais qualificados. Assim, a implantação da nova racionalidade evidencia uma tensão entre a organização antiga, que funcionava na base do entendimento direto e pessoal, e a nova, impessoal, voltada para a eficiência e

baseada na competência técnica. Recorremos a alguns exemplos para ilustrar o confronto entre estas duas lógicas (17).

Na usina Santa Helena, localizada na Paraíba, o confronto dessas duas lógicas se expressa claramente na resistência dos funcionários antigos a incorporarem a nova racionalidade da produção e da administração da empresa. A equipe técnica contratada para implementar as inovações tecnológicas necessárias para aumentar os níveis de produtividade agrícola e industrial da matéria-prima na empresa de imediato constatou um despreparo dos administradores e dos empregados no manuseio das novas tecnologias.

Enfatizava-se a necessidade de implantação de uma administração mais "racional", iniciada com o enquadramento de todo o pessoal numa nova estrutura organizativa, voltada para o aumento da eficiência e da produtividade no trabalho, e para a redução dos custos de produção.

Nessa perspectiva, procuraram alterar certos comportamentos, tidos como irracionais numa empresa moderna. Era freqüente, por parte dos administradores das fazendas, a utilização do trator para seu deslocamento pessoal na propriedade. Administradores e capitães de usinas freqüentemente usavam dos tratores, motocicletas e carros para esse fim, com o consentimento do próprio dono. Os cálculos dos custos e das perdas econômicas advindas deste tipo de utilização dos equipamentos passaram a ser feitos pelos técnicos.

Não concordando com tais cálculos, os antigos funcionários e administradores das usinas também fazem suas críticas e, do seu ponto de vista, denunciam privilégios dos técnicos, apresentando uma outra versão para a utilização indevida dos veículos da empresa. Fazem referência aos técnicos agrícolas que se deslocam

17 Utilizaremos a seguir alguns casos que tivemos a oportunidade de ouvir, durante a pesquisa de campo. Relatá-los em um trabalho acadêmico, enquanto evidências empíricas, torna-se legítimo, na medida em que buscamos perceber transformações em relações sociais que não são necessariamente captadas por levantamentos estatísticos.

"sem necessidade" em motocicletas para fiscalizar o trabalho no campo. Os administradores contestam tal fiscalização a medida em que os fiscais passam rapidamente pelas turmas de corte e criticam também a utilização indevida das motos pelos técnicos da usina, fora do expediente de trabalho.

O conflito entre duas lógicas não fica circunscrito às denúncias de irregularidades no uso de veículos, mas chega à produção, como se pode constatar no seguinte exemplo: um engenheiro agrônomo contratado pretendia introduzir novas técnicas e novas variedades de cana, nos talhões renovados em determinada usina. Pretendia fazer um sulcamento mais profundo da terra, para retardar o crescimento da cana e reduzir o número de limpas, de aplicações de herbicidas e, conseqüentemente, diminuir os custos de produção. Os administradores, agora subordinados a esses técnicos, eram ainda os responsáveis pelo preparo de solo e não obedeceram às especificações técnicas determinadas. Quando a equipe técnica tomou conhecimento desta ocorrência, já era tarde, pois desfazer o trabalho já realizado implicaria novos investimentos e ultrapassaria o prazo limitado para o plantio, em função das condições climáticas. Segundo o técnico entrevistado, o prejuízo foi enorme.

As tensões não se manifestavam somente no confronto de racionalidades diferenciadas, mas se evidenciavam também nas relações entre os administradores e moradores, personagens da clássica organização da produção canavieira. De fato, estas relações sempre foram complexas, pois os moradores percebiam a intensidade da exploração no trabalho e as irregularidades na contabilidade de sua produção efetuada diretamente pelos administradores, ou por intermédio do cabo de turma, nos momentos das medições da produção. Mas, por outro lado, eram os administradores que os socorriam nos momentos de dificuldades, que lhes faziam pequenos favores (18). Nas novas situações, estas

relações personalizadas foram substituídas por relações mais impessoais, pois, dentro das usinas modernizadas, a assistência social é feita por Departamentos especializados, nela não intervêm relações baseadas em lealdade, confiança e até compadrio.

Nessas unidades de produção, a organização clássica - que implicava a manutenção de um grande contingente de trabalhadores em seu interior, um trabalho organizado nos moldes das fazendas e dos engenhos, com uma hierarquia administrativa de controle e fiscalização "homem a homem", construída com base em relações patriarcais - foi, em ritmos e tempos diferentes, sendo substituída por outras formas organizativas.

A usina Porto Alegre, por exemplo, localizada no norte de Alagoas, implementou transformações no campo com a criação das "zonas agrícolas", que passaram a aglutinar entre 6 a 8 fazendas, sem contudo alterar as atribuições dos administradores. Entretanto, os trabalhos ali realizados passaram a ser fiscalizados pelos técnicos agrícolas e os administradores ficaram subordinados a um "chefe de zona", perdendo assim seu acesso direto à diretoria da empresa. Este novo modelo organizativo, com suas pequenas variações, foi adotado por várias unidades de produção da região, particularmente daquelas localizadas em áreas de encosta e várzeas que necessitam imobilizar, por meio da morada, maior contingente de trabalhadores. Ou seja, as unidades de produção que tinham impedimentos reais para o emprego da mecanização reduziram sensivelmente o número de moradores e intensificaram a arregimentação de trabalhadores na periferia das cidades.

Nas usinas e destilarias, com áreas de cana em tabuleiros de possível mecanização, as transformações nas relações de trabalho foram mais intensas. A possibilidade do emprego da mecanização nas planas áreas de tabuleiro ampliou o diferencial tecnológico entre as etapas da produção, provocando entre elas ainda maior oscilação

18 De certa forma, os administradores nas usinas substituíram os senhores e senhoras de engenhos, na assistência aos moradores.

na demanda por mão-de-obra. Além desta maior oscilação de mão-de-obra nos canaviais, o maior emprego de tecnologia implicou a necessidade de utilização de mão-de-obra mais qualificada, preparada para manusear novos instrumentos agrícolas e novos produtos.

Mas as práticas agrícolas empregadas nos canaviais dos tabuleiros não são homogêneas, em muitas circunstâncias, mesclam-se com práticas tradicionais, configurando o sistema misto de produção. Esta configuração implica manter também um número de trabalhadores menos qualificados, disponíveis para o trabalho mais rudimentar, realizado nas diferentes etapas da produção.

Nos tabuleiros alagoanos, as usinas Seresta, Caete, Porto Rico e Triunfo são tidas como modelos de modernidade, tanto pela incorporação do progresso técnico nos canaviais e nas unidades de processamento quanto pela reformulação administrativa e gerencial da empresa, principalmente no tocante à gestão da mão-de-obra. Já a vizinha usina Sinimbu, para modernizar a sua lavoura canavieira, teve de solucionar alguns problemas que não estavam ligados à incorporação de novas tecnologias, mas à superação das formas tradicionais de organização do trabalho agrícola (19): o grande contingente de trabalhadores em seu interior, as sólidas relações dos administradores e empreiteiros com o dono da usina, o tempo de serviço e de morada e os direitos adquiridos tornaram-se uma freqüente ameaça à lógica do "sistema racional", exigindo dos patrões muita habilidade nas negociações com os trabalhadores, para evitar o pagamento de elevadas indenizações trabalhistas.

Enquanto nas outras usinas os proprietários conseguiram rapidamente resolver os problemas trabalhistas, mesmo que para tal tivessem de desrespeitar os direitos assegurados por lei e

19 Os dados a serem apresentados foram coletados em entrevista com técnicos da referida usina, realizada por Luciano Padrão (1986), em pesquisa por mim coordenada.

desalojar trabalhadores pela violência, na Sinimbu esse processo foi mais lento.

Existiam na Sinimbu mais de 23 empreiteiros de mão-de-obra coordenando o trabalho nos canaviais de propriedade da usina. A maioria desses empreiteiros era fichada na usina (20) e responsável pela arregimentação, pelo controle e pela fiscalização dos trabalhadores nos canaviais. Mas esses empreiteiros aliciavam trabalhadores também fichados na usina, recebendo comissões de 10%. Estes últimos, duplamente contratados, em certas circunstâncias, trabalhavam no eito da cana, em outras tornavam-se cabos de turmas, responsáveis pela fiscalização e medições da produção de outros trabalhadores.

Assim, o grande contingente de trabalhadores aliciados pelos empreiteiros era de moradores das terras de usina, porém mais de 60% deles não eram fichados na empresa. Estes moradores se concentravam basicamente em 13 pequenos lugarejos existentes no interior da propriedade, onde funcionava um pequeno comércio, o barracão, que também era utilizado pela usina para fazer o pagamento, fazer "o acerto de conta" com os trabalhadores.

Assim, esse imbricado jogo de relações entre os trabalhadores e os empreiteiros impossibilitava qualquer tipo de controle por parte dos diretores das usinas sobre os seus próprios trabalhadores.

Essa estrutura irracional representava um grande obstáculo para a modernização da produção agrícola, na visão dos técnicos da Sinimbu, isto é, daqueles que tinham a responsabilidade de transformar essas relações, para implantar o "sistema racional" nos canaviais da usina.

20 Na região, ser "fichado" significa ter contrato de trabalho ou seja "carteira assinada".

As primeiras modificações realizadas envolveram os empreiteiros. Muitos foram demitidos, aceitando fazer com a empresa um acordo em que recebiam parte da indenização a que tinham direito. Alguns recorreram à Justiça do Trabalho, exigindo o pagamento integral dos seus direitos, outros preferiram sair, segundo afirmavam, de "gosto e vontade". E havia aqueles que optaram por continuar como empreiteiros da Sinimbu, autorizados a contratar somente trabalhadores de fora e não mais moradores da própria empresa. Outra providência dos técnicos foi o fichamento dos moradores da propriedade.

Esta regulamentação permitiu que os diretores da empresa resgatassem o controle sobre os trabalhadores, condição fundamental para o planejamento das atividades de campo e para que se pudessem organizar, com maior eficiência, as planilhas de custo de produção. Iniciava-se assim o processo de "racionalização" da organização do trabalho nos canais da usina, em busca do maior rendimento da matéria-prima e ampliação da produtividade do trabalho.

Um outro ponto importante a ser superado era a dependência dos moradores em relação aos 13 barracões espalhados pelas fazendas. A usina reduziu, de imediato, os pontos de pagamento para 3, quebrando os mecanismos de reprodução dos barracões, que financiavam durante o mês, para descontar no pagamento. A intenção era manter apenas um ponto de pagamento, na sede da usina, onde pagariam semanalmente aos trabalhadores.

Na situação anterior, o "barracão" foi fundamental para a imobilização da mão-de-obra e para reduzir os custos da mão-de-obra a medida em que o pagamento dos trabalhadores eram realizados pelo sistema de vale, hoje eles são tidos como obstáculos, pois podem "imobilizar" trabalhadores não-aptos às novas condições de trabalho.

Mas não eram só essas as necessidades de transformações das relações. Era preciso ainda exercer maior controle sobre os

trabalhadores fichados das usinas que continuavam morando em diversos pontos do canavial. As grandes distâncias do local de morada ao local de trabalho dificultavam o controle sobre as atividades e os deslocamentos desses moradores. A solução estava na centralização dos locais de moradia, na construção das agrovilas. Na usina Sinimbu, os moradores foram aglutinados em três agrovilas, dotadas de uma infra-estrutura mínima como água, luz, escola, assistência social e médica, lazer.

Muitas usinas na região Nordeste que investiram na modernização dos canaviais concentraram seus trabalhadores em agrovilas ou em núcleos residenciais construídos na periferia das cidades, aumentando a convivência dos trabalhadores mais especializados do campo com os de outros setores da empresa, facilitando o trabalho dos técnicos da área de recursos humanos da empresa. Os trabalhadores nas agrovilas, mediante a interiorização de normas de convivência são treinados, disciplinados e enquadrados nas exigências da produção. Muitos não se adaptam a essa nova estrutura, são demitidos ou se demitem, são rejeitados pela "sociedade", como afirmou um técnico em entrevista.

O traslado da moradia das fazendas para as agrovilas modificou também a lógica de trabalho. Nas fazendas, quando o administrador comandava as turmas de trabalho formadas pelos moradores, eram incentivadas relações de trocas de pequenos favores entre os trabalhadores e entre estes e os administradores, e não era favorecida a especialização, pois a mesma turma de trabalho executava diferentes tarefas no canavial da mesma fazenda.

Do ponto de vista dos técnicos, este tipo de estrutura inviabilizava também o planejamento da safra da cana, porque os administradores, e os próprios moradores, resistiam às ordens para se deslocarem de suas fazendas para o trabalho em outras áreas do canavial.

Os moradores, dependentes do horário do caminhão, dizem que o traslado faz diminuir o rendimento na produção, sem que haja ganho no tempo de percurso. Também preferem o trabalho próximo ao local de morada, em virtude da maior facilidade de incorporação da mulher e da criança ao trabalho e maior controle do trabalhador sobre o seu próprio tempo, pois pode cumprir a tarefa diária, continuar ou se recusar a continuar trabalhando, optando pelo trabalho na sua própria roça ou mesmo por ir para casa. Sabe-se que moradores têm empregado várias formas de pressão para permanecer trabalhando na fazenda onde moram, mesmo que para isso tivessem que provocar incêndios nos canaviais, tornando necessário o corte rápido daquela cana.

Mas, ainda assim, a introdução da frente de trabalho tem transformado progressivamente a organização dos trabalhadores. Os trabalhadores são arregimentados nas agrovilas para as frentes de trabalho, onde desempenham tarefas específicas como a limpa, a adubação, o plantio, a colheita, etc. Estas operações passaram a ser realizadas em blocos, facilitando a fiscalização e o controle do trabalhador.

Os trabalhadores que compõem as frentes de trabalho são também arregimentados fora dos territórios das empresas, nas pontas de ruas pelos empreiteiros. São geralmente trabalhadores safristas, submetidos ao controle do empreiteiro contratante, dos cabos e fiscais das usinas e destilarias.

2.1) Da lealdade tradicional à especialização racional.

Como já se assinalou, no sistema anterior os administradores acompanhavam a mesma turma de trabalhadores, nas mais diversas atividades executadas no canavial. Hoje, nas unidades de produção que apresentam os requisitos para enquadrar-se no patamar definido como sistema "racional" a fiscalização por turma foi substituída

pela fiscalização por atividades, como plantio, colheita, limpa, etc. A fiscalização por atividades é exercida por diferentes fiscais, de acordo com o trabalho que a turma realiza nos canaviais. Essa mudança dificulta a proximidade entre administradores e trabalhadores, dificulta os "acertos", "arranjos" e compromissos pessoais sem o conhecimento da administração da empresa (21).

Os trabalhadores nas turmas também passaram a ser controlados permanentemente pelos encarregados de serviços, que saem junto com eles para o trabalho e permanecem o dia todo nas frentes de trabalho, fiscalizando e controlando as atividades e a produtividade individual dos trabalhadores. Esses "encarregados de serviços" são subordinados aos fiscais, seus superiores na hierarquia da empresa. A avaliação do rendimento dos trabalhadores nas turmas é feita pelos relatórios dos diferentes fiscais.

O controle individualizado da produtividade dos trabalhadores tem possibilitado o aperfeiçoamento da seleção, por parte da empresa. Ao que se pôde apreender, os trabalhadores mais qualificados das usinas têm surgido das famílias de antigos moradores e administradores. São aqueles que aprenderam a manusear os produtos químicos e o pulverizador, aprenderam uma "arte" na oficina da usina, tornaram-se mecânicos, motoristas de caminhões, operadores de máquinas agrícolas, etc. A mecanização agrícola os especializou, e o controle é feito por meio de setores específicos, tais como os setores de irrigação, de defensivos agrícolas, de plantio e de colheita. Os responsáveis pelos setores estão, na hierarquia da empresa, subordinados a um gerente agrícola, responsável pelo controle de todas as atividades de campo.

21 É óbvio que havia contradições entre moradores e administradores. Sobre os últimos recaiam os expedientes utilizados para intensificar a exploração da força de trabalho, tais como alterar o peso ou a medição do quantum de trabalho, mas, ainda assim, o lugar que ocupavam na hierarquia das usinas permitia-lhes garantir sua própria legitimidade sobre os trabalhadores e, como já se assinalou, até mesmo utilizar expedientes de troca de favores, similares aos utilizados pelos senhores de engenho, baseados na lealdade e na proteção. Cabe salientar que essa ambiguidade inerente à figura do administrador é bastante discutida, no âmbito do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

Assim, os métodos "racionais" atingiram todos os setores da empresa. Para valorizarem-se enquanto agentes de modernização, os técnicos insistem na imagem de um passado irracional e anárquico, atribuindo-se a tarefa de instaurar um conjunto de relações "modernas". Tal adequação se expressa em várias dimensões, para exemplificá-la, vejamos a questão do trabalho do menor, nos canaviais nordestinos.

O trabalho de crianças não é nenhuma novidade nos canaviais. Geralmente são empregadas em distintas atividades: distribuição manual de adubo, recolhimento e empacotamento dos sacos vazios de adubo, no reboamento da cana (picoteamento da cana no sulco), no corte e na limpa da cana. Recebem salários reduzidos ou realizam trabalho gratuito, considerado uma "ajuda" ao trabalhador da família que não consegue fazer na produção o correspondente ao salário(22).

Uma novidade, no entanto, foi notada entre as crianças que frequentam regularmente algumas escolas das usinas mais modernizadas. Na usina São João, localizada na Paraíba, uma "proposta pedagógica" articula o aprendizado em sala de aula, durante um período do dia, com uma atividade de campo, no outro período. A atividade de campo é inclusive remunerada, passando para a criança a noção de responsabilidade com o orçamento da família.

22 Notícias como estas chegam aos jornais de grande circulação nacional: "Crianças trabalham ilegalmente nos canaviais em Alagoas". A reportagem assim descreveu o acontecimento: "Cerca de 58 mil crianças e adolescentes entre 6 a 13 anos estão "ajudando" seus pais no corte de cana em Alagoas. Em sua maioria são analfabetos e trabalham descalços, sem qualquer equipamento de segurança. Seu trabalho é clandestino aos olhos da legislação, não possuindo nenhuma garantia trabalhista. A denúncia é da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas (FETAG-AL), segundo a qual, a clandestinidade é gerada porque os usineiros contratam seus trabalhadores no regime de produção, no qual o valor do salário é dado pelo volume de cana cortada, e onde o trabalho da criança é fundamental para elevação da renda familiar. No dia 18 de outubro, o Sindicato dos Usineiros de Alagoas e os 53 sindicatos de trabalhadores rurais da zona canavieira do estado fecharam novo acordo coletivo que, como os anteriores, proíbe o trabalho da criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente, recentemente aprovado, estabelece que crianças até 14 anos estão proibidas de trabalhar". (cf. Folha de São Paulo, 23/10/1991)

Uma das atividades realizadas pelas crianças que frequentam a escola da usina consiste na caça às lagartas que se alojam na soca da cana (na raiz da cana), que fica encravada na terra. Munidas de um pedaço de arame as crianças são deslocadas para os talhões de cana já cortada e ali iniciam a caçada. As lagartas capturadas são depositadas em um vidro que é carregado por cada criança e, no final da jornada, são contadas, como referência para a remuneração.

Este procedimento evita perdas na produtividade do canavial e reduz despesas em virtude dos seus baixos custos se comparados aos de outras formas de combate àquela praga. É evidente que tal prática não se realiza em toda a área do canavial, o nível de infestação calculado por amostragem estatística permite aos técnicos indicarem onde ela seria recomendada. As crianças são também empregadas na lavoura canavieira, para combater as formigas, para a distribuição de iscas (formicida granulado), nas trilhas das formigas. As crianças percorrem o canavial, localizando os formigueiros, onde despejam o veneno (23).

Alvim (1985: 396/400), em seu estudo sobre a constituição da família e o trabalho industrial em Paulista (PE), chama a atenção para o fato de o trabalho infantil no século XVIII, além de representar uma alternativa para suprir a falta de braços na indústria, ter sido utilizado também como forma de internalização das novas normas de trabalho: a disciplina, a continuidade e a subordinação ao movimento do maquinismo.

23 Quando este trabalho já estava redigido chamou minha atenção uma reportagem publicada na Folha de São Paulo (14/10/92) intitulada: CRIANÇAS MATAM FORMIGAS PARA VIVER. Falava-se ali de "meninos formicidas", entre 13 e 18 anos, que trabalham para empresas de reflorestamento em Minas Gerais e ganham a vida, aplicando inseticidas nas áreas de eucaliptos. Na reportagem, um funcionário entrevistado declarou o seguinte: "A gente prefere as mulheres e meninas porque elas tem mais paciência para procurar formigas". Paciência para procurar lagartas e formigas pode ser um dos atributos que caracterizam o uso do trabalho infantil, em áreas que passam por processo de modernização. Paciência pode ser pensada como componente do jogo/brincadeira de procurar lagartas e formigas, em oposição à monotonia de outras tarefas produtivas. Contudo, o fato de se ganhar "por produção" faz desse jogo uma primeira inserção no mercado de trabalho e, sem dúvida, um complemento da renda familiar.

A mesma autora nos remete aos historiadores ingleses, Thompson (1968) e Hammond (1967), para os quais o trabalho infantil constituiu uma forma específica de formação profissional, e conclui que ele pode ser visto como fator importante no processo econômico e cultural de formação de um proletariado industrial, em diferentes situações históricas. Nesse sentido, mutatis mutandis, podemos pensar a associação escola/trabalho no canavial como uma forma de internalização dos requisitos de funcionamento do "sistema racional", separando o futuro trabalhador do ganho da família (24).

Em síntese, nas unidades de produção que se pretendem implantar formas de recrutamento e gestão da mão-de-obra condizentes com os requisitos do sistema racional, torna-se importante romper com as relações costumeiras que existiam no interior das propriedades. Tratando-se de uma produção sazonal, onde o pico de trabalho é na safra, três aspectos se impõem ao planejamento:

- a) distribuição de turmas de trabalho para "otimizar" o corte;
- b) a implantação de novo tipo de fiscalização;
- c) a qualificação de um segmento de trabalhadores para lidar com as novas tecnologias e maquinárias, principalmente no plantio e na manutenção do canavial.

24 Quando discuti esta questão com a prof. Rosilene Alvim, ela me fez chegar às mãos um texto de Marx, intitulado "Instructions pour les délégués du conseil central provisoire (de la Première Internationale), no qual o autor defende esta pedagogia, dizendo: "Nous considérons la tendance de l'éducation moderne à faire participer les enfants et les adolescents des deux sexes à la grande oeuvre de la production comme une tendance progressiste, saine e légitime, même si la façon dont est réalisée cette tendance, sous la domination capitaliste, est préjudiciable aux intéressés. Si la société était rationnelle, tout enfant, à partir de 9 ans devrait devenir un travailleur productif". Em seguida, Marx divide os grupos de idade, para depois explicar o seu triplice conceito de educação: a) L'éducation intellectuelle, b) L'éducation physique, c) La formation polytechnique qui transmet aux intéressés les principes généraux de tous les procès de production et en même temps initie l'enfant et le jeune à l'usage pratique et au maniement des instruments élémentaires de toutes les branches de travail". O que é importante reter aqui é menos a óbvia exploração do trabalho infantil e mais a possibilidade de educação para o trabalho, fora da unidade familiar, o que, paradoxalmente, pode ser defendido pelos agentes do Capital do Trabalho, em momentos de transformações das relações sociais de produção.

Por outro lado, nesse processo, não apenas se abandonam práticas anteriores, mas também se retomam antigos expedientes, para inseri-los em um novo contexto. Vejamos a seguir um exemplo.

Como já enfatizaram vários autores (Sigaud, Palmeira, Garcia), a perda do lote de subsistência, com o qual eram agraciados os antigos e leais moradores, foi um elemento importante na ruptura ou dissolução das relações sociais personalizadas, nos engenhos e usinas. Porém, não deixa de ser curioso que se tornem a acionar, com a incorporação do progresso técnico, mecanismos similares às formas de parceria, arrendamento e até cessão gratuita da terra para a produção das chamadas leguminosas. Ou seja, no interior das usinas mais modernas, a necessidade da "massa verde" cria uma possibilidade de trabalho agrícola familiar, fora do eito da cana, para trabalhadores já expropriados.

Isto é, na modernização da lavoura canavieira, em determinadas circunstâncias, os trabalhadores passaram a ter acesso às terras onde seriam renovados os talhões de cana. Esta renovação ocorre entre o quarto ou quinto corte da cana, período a partir do qual o rendimento de sacarose decresce, tornando necessária a renovação do canavial. As máquinas adentram os canaviais já improdutivos, arrancam a cana e preparam o terreno para o próximo plantio. Geralmente, entre o preparo do terreno e o plantio da cana, têm-se utilizado esses terrenos para o plantio de leguminosa, cuja "massa verde" é posteriormente incorporada ao solo, para melhorar suas propriedades.

As formas de exploração de tais terrenos são variadas e dependem da situação particular de cada unidade de produção. Na usina São João-PB, é plantada uma leguminosa, a mucuna, para fixação do nitrogênio no solo, e é plantado o feijão. As máquinas da usina preparam o terreno para os moradores plantarem, com o direito de ficar com toda a produção ou parte substancial dela.

As visões e os interesses divergentes dos técnicos das empresas e dos moradores, no tocante ao produto dessa lavoura têm gerado tensões e alguns conflitos. Os trabalhadores plantam para obter a produção, ao passo que, na lógica dos técnicos, a plantação esta destinada a melhorar as propriedades do solo, a aumentar o rendimento da cana que ali será introduzida. Quando ocorre atraso na colheita desses produtos, os técnicos, para não prejudicar o plantio da cana, requisitam as terras e nelas colocam os tratores, para fazer a incorporação da leguminosa, mesmo que a colheita do produto não tivesse sido feita.

Mas existem na região outras formas de exploração dessas terras. Talvez para evitar conflitos e questões trabalhistas ou fundiárias, na usina Utinga Leão- AL, os técnicos recomendam que a rotação com leguminosas (feijão, amendoim) e mesmo com milho seja realizada sob responsabilidade da própria empresa. Caso haja produção, esta poderá ser vendida para aos moradores a preços de custo ou mesmo comercializada na própria região. Na destilaria Japungu na Paraíba, utilizam a soja como adubação verde e a produção é comercializada ou aproveitada nas "vacas mecânicas", para a produção de leite de soja, que, modernamente, passou a ser distribuído de graça aos trabalhadores, durante o período de trabalho. Mas há situações em que a produção de leguminosa não tem nenhum destino comercial, o único interesse da empresa consistindo na incorporação da massa verde aos solos.

De qualquer forma, é importante notar que esse processo ampliou a diferenciação entre os trabalhadores no tocante às formas de moradia no interior das grandes propriedades canavieiras. A articulação moradia/trabalho no interior das grandes propriedades não se desintegrou mas se adaptou à nova realidade do canavial. Os moradores, trabalhadores permanentes, passaram a morar nas agrovilas, nas casas ainda espalhadas pelo canavial, nas vilas localizadas nas periferias das cidades. É entre esses diversos moradores que, via de regra, são selecionados aqueles que terão acesso ao "rocado" que, em muitas circunstâncias, pode funcionar

também como fator estabilizador da mão-de-obra qualificada, minimizando os efeitos da rotatividade causada tanto pela desestruturação do sistema de moradia quanto pela modernização parcial, que acentua a sazonalidade na agroindústria sucroalcooleira.

3) Trabalho Temporário: da clandestinidade à sazonalidade oficializada.

Sigaud (1979: 111), ao tratar do trabalho temporário nos anos 70, introduz na literatura especializada a denominação local "clandestino". Ao analisar o retorno do trabalhador da "ponta de rua" para o trabalho nos engenhos de Pernambuco, a autora observa que: "Como a saída dos trabalhadores não se seguiu as inovações tecnológicas poupadoras de força de trabalho, mas consagrou uma modificação nas relações sociais entre proprietários e trabalhadores que se expressa na liquidação da moradia, os trabalhadores que deixam os engenhos continuam sendo tão necessários quanto antes para os serviços de plantio, limpa e corte da cana. O trabalho, por força deste processo de mudança, se dissocia então da moradia, com a qual formava uma unidade, mas continua a ser executado pelos mesmos trabalhadores e a consistir no mesmo conjunto de tarefas encadeadas. Mudaram as relações, mas não o trabalho propriamente dito. É justamente a manutenção da demanda de força de trabalho no mesmo nível e para o mesmo tipo de tarefa e a ausência de outras alternativas produtivas que vão dar conta de permanência da maioria dos trabalhadores na região e da continuidade com o trabalho na cana".

A mesma autora registra que, na época do corte da cana, basicamente de setembro a fevereiro, sempre houve maior necessidade de mão-de-obra nos canaviais. Nessa época então, sendo o número de moradores insuficiente para o trabalho, "empreiteiros", muitos

deles "fichados" nas usinas, arregimentam trabalhadores exclusivamente para o corte da cana nos seus canaviais.

Segundo Sigaud (1979), em consequência da desestruturação da morada, passaram a caber aos empreiteiros de mão-de-obra funções básicas, relacionadas à contratação, transporte, distribuição de serviço, supervisão, medição da produção e pagamento dos trabalhadores. A autora explicitou alguns critérios empregados pelos trabalhadores na escolha dos empreiteiros (preço, honestidade quanto ao pagamento e medições, tipo de tarefa, distância do local de trabalho, qualidade do serviço e outros) e enfatizou a maior estabilidade nas relações entre os patrões e os empreiteiros, que antecipadamente acertam as formas de trabalho, transporte e pagamento.

Geralmente, o acerto entre os empreiteiros e os trabalhadores não segue a mesma lógica que determina a sua relação com os proprietários dos canaviais, das usinas e destilarias. Os empreiteiros acertam com os trabalhadores de diferentes formas: adiantam parte do pagamento em dinheiro, autorizam a entrega de certas quantidades de alimentos para as famílias no comércio local ou em seus próprios armazéns, utilizando o sistema de cadernetas e efetuam o pagamento semanal.

Muitos trabalhadores ficam endividados, não encontram facilidades para mudar de empreiteiro. Porém, outros chegam a fazer acordos e assumir compromissos de trabalho, na tarefa, por quinze dias ou por semana. Nesse caso, terminada a tarefa, novos acordos podem ser realizados com o mesmo ou com outro empreiteiro (25).

Conforme já afirmamos anteriormente, assim como existem os empreiteiros de mão-de-obra que pertencem ao quadro de funcionários:

25 Além da utilização dos trabalhadores do agreste e do sertão, também é freqüente a utilização de trabalhadores temporários que residem nos municípios localizados na própria zona canavieira ou nas suas proximidades. Esses trabalhadores deslocam-se diariamente para o trabalho no canavial e, nos pontos de embarque para o trabalho, trocam informações sobre as condições oferecidas pelos empreiteiros.

da empresa e outros que são independentes, os trabalhadores por eles aliciados podem ou não ter a carteira de contrato formal de trabalho. Os vínculos trabalhistas podem ser com os empreiteiros e não com as empresas.

Estes elementos, além daqueles apontados por Sigaud para Pernambuco, caracterizam de forma geral a situação de toda a zona canavieira nordestina. Contudo, essas relações também foram modificadas com as transformações parciais na base técnica da lavoura canavieira nordestina. Os técnicos das empresas, ao executarem o planejamento das atividades nos canaviais, também colocam a necessidade de exercer um controle mais rigoroso sobre os empreiteiros e sobre os próprios trabalhadores temporários, em razão das desvantagens da grande rotatividade da mão-de-obra.

De fato, como se tem constatado, no interior da zona canavieira do litoral nordestino cresce significativamente a rotatividade de mão-de-obra, os trabalhadores ampliam seu raio de deslocamento, buscando as empresas em que sejam oferecidas melhores remunerações e condições de trabalho, ultrapassando fronteiras estaduais.

Entre os estados, há uma diferença na remuneração da mão-de-obra que pode ser em parte explicada pelas diferenças no nível de organização dos trabalhadores e na luta sindical nas Campanhas Salariais, nos cumprimento dos Acordos ou Dissídios Coletivos da categoria. Ainda que os patrões dificilmente cumpram a maioria das cláusulas acertadas nas Campanhas Salariais, é nítida a diferença de salários e de condições de trabalho entre estados com sindicatos mais atuantes e em outros estados.

Mas, as diferenças salariais se evidenciam também entre as unidades de produção localizadas num mesmo estado, inclusive se manifestam entre empresas localizadas na mesma região ou microrregiões. Na Paraíba, por exemplo, os trabalhadores que moram nas cidades localizadas no Brejo Paraibano preferem deslocar-se

para cortar cana no litoral, onde a remuneração é maior e a qualidade da cana possibilita maior produtividade do trabalho. No litoral, a cana é plantada nos tabuleiros planos, enquanto no Brejo Paraibano predomina o plantio nas encostas, dificultando a colheita da cana e conseqüentemente a produtividade do trabalho.

As múltiplas formas de remuneração e a diversidade das condições de trabalho entre as empresas têm refletido negativamente também na relação dos empreiteiros com os trabalhadores, fazendo com que aumente a rotatividade dos trabalhadores em busca dos empreiteiros que oferecem melhores condições de trabalho.

Assim, a rotatividade da mão-de-obra não se deve apenas às diferenças entre situações em que hajam ou não conquistas e cumprimento de conquistas trabalhistas, ou às diferenças topográficas que facilitam ou dificultam o trabalho, mas pode ser ainda pensada enquanto produto do acirramento da competição entre os empreiteiros e entre as empresas pela contratação da mão-de-obra mais qualificada e mais jovem. A rotatividade da mão-de-obra dificulta o planejamento da colheita, podendo causar sérios prejuízos para a empresa.

Na destilaria Tabu, localizada na fronteira entre Paraíba e Pernambuco, o corte de cana era realizado basicamente com trabalhadores que moravam nos municípios e distritos próximos aos canaviais da destilaria. Estes trabalhadores eram aliciados por empreiteiros que trabalhavam para a empresa e, portanto, eram antecipadamente informados pelos técnicos sobre o planejamento da safra, para que estimassem a necessidade da mão-de-obra para a realização daquela atividade.

Após esse acerto, os empreiteiros saíam em busca da mão-de-obra, enquanto os técnicos da destilaria finalizavam os preparativos para o corte da cana nos talhões previamente selecionados. Na véspera do corte, providenciava-se a queima do canavial nos talhões de cana que seriam cortados no dia seguinte.

Mas, em várias ocasiões o empreiteiro não conseguia arregimentar trabalhadores suficientes para cortar a cana já queimada, provocando prejuízos para a destilaria. Isso porque os trabalhadores contactados pelo empreiteiro teriam recebido informações de que as usinas de Pernambuco estavam oferecendo melhores condições de trabalho e de remuneração que os empreiteiros locais. Deslocaram-se para Pernambuco (26).

Trabalhadores recrutados para o trabalho semanal fazem, também mudanças de rota, quando o empreiteiro contratante está "apertando no serviço". Isto é, quando o empreiteiro está descumprindo acordos prévios, principalmente no que concerne às condições do canavial onde deve ser executado o trabalho. O estado do canavial constitui elemento determinante no rendimento do trabalho, o seu principal parâmetro de aferição é a produção conseguida. Um canavial limpo, uma cana não caída, não embolada permitem maior agilidade no corte, maior produtividade e, portanto, maiores ganhos. No momento da contratação dos trabalhadores, os empreiteiros com frequência procuram enaltecer as boas condições do corte. Quando a realidade é outra, os trabalhadores encontram um motivo para, na semana seguinte, trabalhar com outro empreiteiro.

Um outro elemento que estimula os trabalhadores a trocarem de empreiteiros é a maior ou menor precisão nas medições da produção. A remuneração do trabalhador é feita por produção, pela quantidade de cana cortada. A medição da cana cortada é feita em metro linear, depois é feita uma conversão dessa medida, por amostragem, para peso de cana. E, conforme esse resultado é estabelecida a remuneração dos trabalhadores. As medições no campo são realizadas pelos "cabos de turma" e controladas pelos fiscais das empresas, para o "acerto de conta". Nesse complexo jogo de contas, os trabalhadores percebem que sua produção é, via de regra,

26 Durante a pesquisa, ouvimos vários relatos de que rapidamente os trabalhadores se deslocam para outras empresas. Porém é evidente que nem todos os trabalhadores têm as mesmas possibilidades, muitos estão amarrados à mediação do empreiteiro, seja pelos adiantamentos em dinheiro, seja pelas despesas já feitas nos armazéns e que terão de ser pagas em trabalho.

subestimada: a quantidade de cana cortada geralmente não corresponde a remuneração recebida, há uma grande diferença entre as medições e o trabalho concretizado. A dimensão dessas distorções varia de situação para situação, de empreiteiro para empreiteiro e estimula a troca destes por parte dos trabalhadores.

Por outro lado, a rotatividade da mão-de-obra, também está relacionada com o maior controle da qualidade do trabalho por parte dos técnicos das usinas e com as novas exigências feitas a esse respeito. Quando têm suas turmas trabalhando nos talhões de cana onde se emprega elevado padrão tecnológico, os empreiteiros são mais pressionados e exigidos pelos técnicos das empresas, conseqüentemente tornam-se mais rigorosos na fiscalização do trabalho, chegando a estabelecer punições (descontos) contra os trabalhadores que não realizam o trabalho nos padrões determinados pelos técnicos das empresas. Nesse sentido, a modernização do canavial tem provocado mudanças no sistema de corte, tem impulsionado a especialização dos trabalhadores.

Os usineiros, que antes da chegada dos técnicos nas empresas não tinham pesquisas sobre as perdas econômicas ocasionadas por um corte de cana mal executado, passaram a dominar essas informações e a racionalizar o corte da cana. Do ponto de vista dos trabalhadores, essa nova racionalidade em busca da maximização do rendimento da matéria-prima no seu processamento industrial e da maior produtividade do trabalho agravou as condições de trabalho no campo. Os trabalhadores agora recebem punições (descontos e humilhações públicas) se não cortarem a cana rente ao solo, operação esta que diminui o rendimento do trabalho, em decorrência do maior esforço físico, sem haver, no entanto, compensações salariais.

Antes era permitido o corte mais alto, ficando no campo uma ponteira de cana de 10 cm de altura. Cálculos dessas perdas foram realizados e, com base em dados de pesquisas, concluiu-se que, naqueles 10 cm de cana deixados no solo, estão concentrados

elevados teores de sacarose. Multiplicando as perdas em cada pé de cana pelo número total de pés existentes em uma plantação, podem-se avaliar os prejuízos financeiros que essa forma de corte ocasiona ao empresário. Após os elevados investimentos realizados para aumentar o rendimento agrícola, perdas provocadas pela desqualificação da mão-de-obra são inadmissíveis.

Enfim, os problemas relacionados com o aliciamento do trabalho feito pelos empreiteiros e o comportamento da mão-de-obra propriamente dita nem sempre se coadunam com a lógica da racionalidade empresarial. Os técnicos das empresas têm então diagnosticado que, após a implantação das novas tecnologias nos canaviais, a questão central da eficiência está relacionada à disciplina e ao controle do trabalho na produção.

É interessante notar certo paradoxo. Enquanto as mudanças econômicas e políticas após o golpe de 64 levaram os usineiros a intensificar o processo de expulsão dos moradores e a utilizar uma mão-de-obra sem vínculos permanentes com as unidades de produção, hoje, as empresas "racionais" têm procurado minimizar os efeitos da rotatividade da mão-de-obra, tomando algumas medidas que visam a colocá-las diretamente no controle e na administração da mão-de-obra.

Os empresários, para exercer maior controle sobre a mão-de-obra, têm procurado fixar os trabalhadores mediante uma maior proporção de contratos formais de trabalho temporário. O registro dos trabalhadores durante o período da safra tornou-se uma maneira de reduzir os problemas causados pela rotatividade da mão-de-obra. Tendo como base a safra, os contratos estabilizam o mercado de trabalho, permitem aos técnicos maior eficiência no planejamento das atividades do canavial e, ao mesmo tempo, livram-nos de futuras questões trabalhistas, pois tais contratos são passíveis de homologação sindical.

Os contratos dos safristas são realizados diretamente com as empresas, que assinam a carteira de trabalho e assumem as responsabilidades trabalhistas, ou com os empreiteiros, mesmo aqueles que mantêm os trabalhadores clandestinos.

Como um contraponto à rotatividade da mão-de-obra, o contrato por safra vem sendo praticado por um grande número de usinas e destilarias e tem provocado a redução do número de empreiteiros, principalmente daqueles que aliciam diária ou semanalmente trabalhadores. Porém, o contrato por safra não tem a adesão de muitos trabalhadores, particularmente aqueles que moram próximo a zona canavieira. Muitos preferem continuar "clandestinos". Para eles, tal contrato significa uma volta à "sujeição", pois nessa condição são obrigados a aceitar as determinações e as imposições dos técnicos, que geralmente destinam aos trabalhadores contratados as piores áreas de corte, onde o rendimento do trabalho é baixo. Isto é, procuram escapar dos mesmos expedientes anteriormente empregados pelos patrões junto aos "moradores" que não alcançavam os trabalhadores "clandestinos" (cf. Sigaud, 1979). A resistência de muitos trabalhadores em assinar a carteira de trabalho advém de sua experiência social da sujeição.

Por outro lado, a seu modo, os técnicos de campo das empresas têm relacionado este recuse do trabalhador de regulamentar seu contrato de trabalho a "fatores culturais", a questões ligadas à educação. É muito usual na linguagem dos técnicos e dos próprios empresários a formulação de que é preciso "conscientizar o trabalhador". Não compreendem a lógica que move os trabalhadores na sua opção por percorrer uma distância de quase 100 Km, todos os dias, para se deslocarem das suas casas ao locais de trabalho em vez de se hospedarem nos alojamentos das usinas e destilarias, onde têm assegurado o acesso a assistência médica, diversão, alojamento, etc. Não entendem o que leva um trabalhador ou uma turma de trabalhadores em situação econômica de pobreza a recusar cortar cana, a interromper o trabalho na frente de corte, por achar que o preço pago é baixo ou mesmo que a cana é difícil de ser cortada.

O que os técnicos chamam de "fatores culturais" ou de "ausência de educação" poderíamos chamar de experiência social culturalmente acumulada ou estratégias de sobrevivência em uma situação de desvalorização e superexploração da força de trabalho. De qualquer forma, para contornar esses problemas, os contratos de safra estão sendo firmados mais freqüentemente com trabalhadores que moram em cidades mais afastadas da zona canavieira e que não têm tanta mobilidade para deslocar-se entre as empresas ou entre os estados canavieiros.

Esses trabalhadores são arregimentados por empreiteiros ou diretamente pela própria empresa. São transportados para os locais de trabalho, e no interior das propriedades, hospedam-se em alojamentos. Diferentemente daqueles que moram nas cidades próximas ou na própria zona canavieira, passam longos períodos no trabalho, sem visitar a família. Esses trabalhadores, quase sempre sertanejos, estando mais isolados no interior das propriedades, ficam mais sujeitos ao controle da empresa, às ordens patronais e se enquadram mais facilmente nas novas normas e regulamentos da empresa. Os trabalhadores que se sujeitam a essas situações são os preferidos pelos técnicos para trabalhar na safra da cana, pois além de apresentarem absoluta disponibilidade para o trabalho (trabalham o tempo todo, em muitos casos, até domingo, feriados e dias santos), neutralizam, em certa medida, a rotatividade da mão-de-obra, equacionando o jogo da oferta e demanda do mercado de trabalho (27).

O controle sobre os trabalhadores que moram nas proximidades do canavial é mais difícil, como se pode constatar em entrevistas com técnicos: "Semanalmente, eles deixam os alojamentos para visitar familiares e são vistos como aqueles que apresentam menores

27 Para o melhor entendimento da importância desse tipo de trabalhador para as empresas da região, transcreveremos parte de uma entrevista realizada com um técnico da destilaria BICAM da Paraíba, que representa o pensamento da grande maioria dos técnicos da zona canavieira nordestina, como pudemos constatar em outras entrevistas: "...sertanejo trabalha mais, o serviço dele é de melhor qualidade. O sertanejo, quando vem, pretende ganhar dinheiro como o ganho é por produção, eles trabalham durante todo o dia, de sol a sol.

índices de produtividade em comparação aos sertanejos. Na visão dos técnicos, o freqüente deslocamento do trabalho para casa se reflete na produtividade do trabalho: "a manhã de segunda-feira é praticamente perdida, pois os trabalhadores retornam de suas casas para o trabalho; a tarde de sexta-feira também é perdida por ser realizado o pagamento, o acerto de contas para que o trabalhador possa regressar a sua casa e fazer a feira no sábado." Na contabilidade dos técnicos, esses trabalhadores trabalham somente 4 dias por semana, estão, portanto, fora dos padrões requeridos pela agricultura moderna.

Nesse contexto, dada a mudança no perfil da mão-de-obra requerida pela agroindústria do açúcar e do álcool, com a modernização da lavoura canavieira, certas empresas têm procurado fixar trabalhadores durante a safra, não só oferecendo contratos por safra e alojamentos, mas também investindo na melhoria dos próprios alojamentos. Com esses atrativos, eles esperam reter, por maior tempo, a mão-de-obra no interior das propriedades.

A distribuição dos trabalhadores nos alojamentos é realizada seguindo o tipo de vínculo empregatício com a empresa. Eid(1986:104) enumera três tipos de alojamento. Um, dotado de melhores condições é reservado aos turmeiros, aos empreiteiros da empresa; outro, destinado aos trabalhadores permanentes que ainda não conseguiram casa nas agro-vilas; e um terceiro, destinado ao alojamento dos trabalhadores safristas contratados pela empresa ou mesmo pelos empreiteiros.

Gomes (1985: 4), com base em pesquisa de campo, retrata a situação dos alojamentos encontrados em certas usinas e destilarias, mesmo entre aquelas que se autodefinem modernas: "Não possuem nenhuma divisão interna, são escuros e neles cada um arma sua rede para dormir. São 7 galpões e cada um deles abriga em média 60/70 pessoas, em alguns deles a densidade é tal que existem dois "andares" de redes armadas. Não existe nenhum espaço para guarda dos objetos de uso pessoal dos trabalhadores, cujos poucos

pertences se amontoam pelo chão ao longo das paredes... Segundo informaram existem aproximadamente 300 trabalhadores nestas condições e muitos deles visitam semanalmente a família.."

Melhorar as condições dos alojamentos tornou-se agora um expediente para ajudar a reter, por maior período, a mão-de-obra no interior das propriedades. Em muitas usinas, novos alojamentos foram construídos ou os já existentes foram reformados. São agora construções de alvenaria, com espaços mais individualizados, com luz, água encanada, sanitários, lavanderia e até cozinha. Em muitos alojamentos se contratam cozinheiras e a comida é feita e servida no próprio alojamento.

Aqui importa destacar que há preocupação em anunciar as "melhorias" através de técnicos ligados ao Departamento de Relações Humanas das empresas, pois suas pesquisas constataram serem as condições precárias dos alojamentos um dos problemas que dificultavam o fichamento por safra(28).

Um outro mecanismo, posto em prática recentemente por muitas empresas do setor, para atrair mão-de-obra mais especializada e produtiva, consiste em fornecer comida. De início eram gratuitas, mais tarde, com o aprimoramento do esquema, passaram a cobrar um preço, sempre inferior, contudo, ao cobrado nos comércios locais. Muitas usinas e destilarias no Nordeste já estão distribuindo leite

28 Sobre a ação do Departamento de Recursos Humanos da Destilaria GIASA-Pb junto aos trabalhadores da planta industrial, Eid(1986) afirma: " Em 1984, foi implantada na GIASA uma política agressiva de assistência aos trabalhadores da parte industrial. Estes passaram a ter direito a assistência médica, farmacêutica, odontológica, ortopédica, oftalmológica, exames de laboratório, auxílio funeral. Os trabalhadores também passaram a ter acesso a certos tipos de lazer e facilidades no interior da própria unidade de produção, tais como a generalização da prática esportiva, principalmente do futebol; a organização de bailes no clube da empresa; a possibilidade de realização das compras de alimentos no supermercado e na feira localizada na empresa; a possibilidade de assistir a cultos religiosos na capela da empresa ou mesmo nas casas de orações para os não católicos. Na parte educacional, os filhos dos trabalhadores tinham garantia de vagas na escola da empresa ou mesmo garantia de transporte, para que fossem estudar(a partir da 5ª série) no município de Taubé. Grandes investimentos foram realizados para a construção ou melhoria das vilas operárias no interior da destilaria, onde existiam 226 casas construídas. Após o PROALCOOL, intensificou-se a construção das agrovilas, com apoio do projeto Nordeste e PROCANOR".

de soja para os trabalhadores, produzido e fabricado na própria empresa.

No geral esse conjunto de melhorias - implantação de posto médico, escola, clubes para lazer, alojamento, agrovilas, alimentação - só pode ser entendido no contexto das transformações nas relações de trabalho da lavoura canavieira, da implementação de novos mecanismos de controle e gestão da força de trabalho, em busca da "eficiência" na produção. Entretanto, essas mudanças não atingem a todos o tempo todo, seguem a lógica da sazonalidade e da menor oferta de mão-de-obra especializada.

Na busca de maior produtividade, instauram-se novos elementos de segmentação da mão-de-obra. Assim, a segmentação dos trabalhadores não fica circunscrita às formas de contratos de trabalho (permanentes e temporários/fichados e clandestinos), mas se manifesta nas formas de arregimentação da mão-de-obra, com base no sexo (masculina/feminina), na idade (trabalho adulto e infantil), na localização da morada (alojamentos no interior da propriedade, periferia das cidades, agro-vilas, arruados no canavial, periferia das cidades distantes do local de trabalho, etc.), e nas tarefas.

Em relação aos estímulos à produtividade do trabalho, têm-se constatado inovações em certos canaviais nordestinos. Introduziu-se um diferencial de preço no corte, proporcional à produtividade do trabalhador. Vejamos o seguinte exemplo: Na Convenção Coletiva de Trabalho de 1982, na Paraíba, foi convencionado que 26 braças (medida linear empregada para medir a cana cortada) de cana cortada por dia correspondiam a uma diária. Na usina Japungu, os trabalhadores que cortassem até 26 braças de cana média por dia receberiam Cr\$500,00 por braça, enquanto os trabalhadores que cortassem acima de 26 braças receberiam Cr\$800,00 por braça, além de uma refeição gratuita. Um outro exemplo de estímulos ao aumento de produtividade refere-se à doação de prêmios aos trabalhadores mais produtivos (bicicletas, televisões, rádios etc.) e à oferta de

maiores recompensas, por meio de taxas diferenciadas de produtividade no trabalho (29).

Uma outra forma empregada para aumentar a produtividade do trabalho é evitar a rotatividade dos trabalhadores mais qualificados, ou seja, aqueles sem contrato ou que mantêm com a empresa um contrato de safrista, pela produtividade, podem passar a ser trabalhadores permanentes.

Visando ao aumento da produtividade do trabalho, muitas empresas localizadas nos tabuleiros alagoanos contratam, no início da safra, uma grande quantidade de trabalhadores para o corte da cana, objetivando avaliar a produtividade individual. Após a avaliação, são dispensados os trabalhadores com menores índices de produtividade, ficando apenas os mais aptos. Desse modo, a empresa consegue que o mesmo trabalho seja realizado por um contingente menor de trabalhadores. Existem casos de usinas que contrataram 5.000 trabalhadores no início da safra e, nesse processo de controle e eliminação, mantiveram apenas 2.500 trabalhadores no período de safra. Esta seleção também possibilita a elaboração de um cadastro por parte da empresa onde são registrados o desempenho e o comportamento de cada trabalhador.

Durante a pesquisa de campo, constatou-se também que algumas empresas chegam a fazer uma diferenciação das turmas pela produtividade, ao aglutinar numa mesma turma os trabalhadores mais produtivos, em outra, aqueles de produtividade média e, finalmente, numa terceira, aqueles de baixa produtividade. Com base nessas diferenças, estabelecem uma premiação para as melhores turmas, estimulando a concorrência entre elas.

29 Em geral, os estímulos à produtividade têm sido um dos principais desafios dos técnicos das unidades de produção modernas que, para estimular o trabalhador, recorrem às mais diferentes técnicas de motivação. Podemos constatar, em Goiás, o oferecimento gratuito, aos trabalhadores que, durante toda a safra, trabalharam todos os dias úteis (8 horas) e sábado (4 horas), de uma cartela de bingo para concorrerem, no final da safra, a vários prêmios: carros, televisões, novilhas e outros.

Essas situações observadas guardam semelhanças com experiências significativas de aumento da produtividade do trabalho, na lavoura canavieira de São Paulo. Em reportagem no Suplemento Agrícola do jornal Estado de São Paulo, Marco A. Bonetti confirma o aumento da produtividade do corte manual nos canaviais paulistas. A Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo estima que um trabalhador corta em média 5 toneladas de cana por dia, mas há usinas que atingem a média de 8,9 toneladas/dia, com a profissionalização do cortador. A usina Santa Adélia possui desde 1984 um programa de treinamento para os cortadores de cana, por meio do qual já se atingiu a produtividade de 30 toneladas para cada trabalhador, quando o corte foi organizado em duplas. Outra experiência registrou, para 40 trabalhadores, uma média de 16/18 toneladas por dia.

A profissionalização do trabalho na usina Santa Adelaide se realiza desta forma: "os cortadores com melhores resultados individuais foram separados do grupo para preparar um manual sobre o corte de cana. Cada um mostrava aos técnicos do Departamento de Relações Humanas a forma de trabalho, o método para segurar a cana, a empunhadura do facão, e os técnicos de Relações Humanas sistematizaram o conhecimento para ser transmitido aos demais cortadores. Depois os próprios cortadores "modelo" foram nomeados monitores de turma e orientaram os trabalhadores durante o corte. Ao mesmo tempo que eram treinados, os trabalhadores passaram a receber prêmios por produtividade. E o resultado compensou. Em 1984 a Santa Adelaide colheu 5,2 toneladas de cana por homem/dia. Em 1985, a média saltou para 6,8 toneladas. Em 1986, 8,2; em 1987, 8,5. E 1991 foi o pico de produtividade: 8,9 toneladas. O Departamento de Relações Humanas da Santa Adelaide vai desenvolver este ano um projeto ambicioso. Dois cortadores, trabalhando em dupla, responsáveis pelo corte de 62 toneladas de cana num dia, servirão de modelo para treinamento dos outros empregados. Se o uso do corte em dupla der certo, a produtividade dos trabalhadores poderá dobrar" (cf. Suplemento Agrícola do Jornal Estado de São Paulo, 1992).

Com a divulgação dessas pesquisas, não é de se estranhar que, tanto para preservar o protecionismo estatal quanto para responder a barganhas salariais, os usineiros nordestinos sempre analisam a produtividade adotando como referência a média regional, mascarando assim os elevados índices dos trabalhadores ou turmas que se equiparam aos das regiões mais desenvolvidas do país (30).

Porém, o aumento da produtividade do trabalho, no corte da cana no Nordeste, não está apenas sendo pensado em termos de aperfeiçoamento da mão-de-obra, mas tem como meta também a incorporação, ainda que setorialmente, do corte mecanizado (31). Algumas máquinas colhedoras são encontradas nos pátios das usinas e destilarias nordestinas, porém sua utilização é ainda praticamente experimental e emergencial. Entretanto, pode-se constatar, nas áreas dos planos tabuleiros, uma tendência à alocação do corte mecanizado da cana. Esta possibilidade, mesmo em área reduzida no Nordeste em face das condições topográficas adversas da zona canavieira, provocaria novos impactos no mercado de trabalho.

A profissionalização dos canavieiros, a especialização dos maquinistas certamente ainda terão que conviver com trabalhadores "desqualificados" no Nordeste, dada a reprodução simultânea dos sistemas "racionais", "mistos" e "atrasados". Por isso, a difusão do progresso técnico pela lavoura canavieira ficará, na região,

30 Nesse sentido, é interessante notar que, durante as Campanhas Salariais dos trabalhadores canavieiros no Nordeste, algumas vezes também ouvimos usineiros se reportarem às formas de organização do trabalho dos canavieiros cubanos e à política de estímulo a produtividade frequentemente utilizada pelo governo daquele país. Afirmaram que estiveram em Cuba, que de lá trouxeram muitos ensinamentos e que pretendiam aplicar aqui aqueles referentes à organização e ao controle do trabalho, visando ao aumento da produtividade do trabalho no campo. Diziam-se surpresos com a reação dos trabalhadores de recusar tais propostas inovadoras trazidas de Cuba.

31 Em São Paulo, 20% do corte da safra de cana de 1991 foi realizado por máquinas. Na safra de 1992, já foram 30%. Os primeiros modelos destas máquinas apresentavam grande perdas, danos à matéria-prima e problemas nos sistemas hidráulico e mecânico. O Modelo atual já foi aprimorado e opera com uma capacidade de corte de 300 toneladas/máquina/dia. O tempo de colheita mecânica é 50% menor que o manual, comparado ao trabalho de 50 a 60 cortadores.

circunscrita a certos setores e atividade da agroindústria açucareira e alcooleira, assegurando vantagens comparativas e preservando uma dinâmica desigual e combinada. Assim, é óbvio que a modernização não resulta em melhores condições de trabalho e de vida, mas as inovações tecnológicas aperfeiçoam e sofisticam as formas de dominação e intensificam as formas de exploração da força de trabalho.

4) Peculiaridades da consolidação de um mercado de trabalho agrícola.

A dinâmica constitutiva do mercado de trabalho, no qual há "renovamento periódico do ato da venda (da força de trabalho), pelo contrato livre, pela mudança dos patrões individuais e pelas oscilações dos preços" (cf. Marx, 1950, III:20), pode ser apreendida na agroindústria açucareira nordestina, tanto no âmbito da mão-de-obra que permaneceu residente nas propriedades, mas perdeu as vantagens advindas da condição de morador (isto é, um lote de terra para plantar e o direito de criar animais), quanto no âmbito do "trabalho clandestino". A situação de abundância de mão-de-obra tem permitido aos patrões não se preocuparem com a recuperação das forças dos trabalhadores.

No entanto, não apenas os mecanismos de superexploração da força de trabalho visivelmente dilapidaram a mão-de-obra disponível para o trabalho na cana, como também a modernização pela incorporação do progresso técnico, em parte das unidades produtivas, acabou por exigir novas articulações entre moradia e trabalho, no sentido de garantir um trabalhador especializado, treinado e disponível (a tempo e a hora) para a nova situação: assim se explicam as agrovilas para trabalhadores permanentes, bem como os alojamentos para os trabalhadores temporários.

Nesse contexto, a classificação dos "sistemas de produção" e a valorização e busca do "sistema racional", em nome de uma "organização científica do trabalho", introduz uma espécie particular de taylorismo na produção agrícola. Particular, porque a "racionalização da produção" não pode se dar nos moldes industriais: a intensidade e o rendimento do trabalho na agricultura dependem da terra (meio de produção fundamental, que não pode ser multiplicado como as máquinas) e do ciclo agrícola (que é determinado por variáveis da natureza - genéticas e climáticas). Contudo, se pensarmos o taylorismo menos enquanto uma técnica industrial racional específica de produção e mais enquanto uma técnica social de dominação, podemos reconhecer seus seguidores na agroindústria canavieira.

Enquanto técnica social de dominação, esse peculiar "taylorismo" promove o distanciamento e a concorrência entre trabalhadores segmentados em função de diferentes especializações, diferentes locais de moradia, diferentes formas de arregimentação e diferentes contratos de trabalho, por sexo e por idade.

Ele também incorpora e busca tirar proveito da especificidade da produção agrícola: a sazonalidade. A própria idéia de "exército de reserva", como condição para a consolidação do mercado de trabalho graças ao trabalho excedente, ganha novas conotações. As fontes estatísticas brasileiras chegam a indicar que, nos anos 70 e 80, o emprego da mão-de-obra permanente diminui em decorrência do emprego da mão-de-obra temporária e devido a da introdução de máquinas e insumos modernos. Aumentou-se a produtividade e se fez uso de forma mais racional da mão-de-obra na agroindústria canavieira nordestina. Contudo, as variações sazonais fazem com que esse "exército de reserva" entre intermitentemente na ativa.

O contrato de safra oficializa a intermitência do trabalho. Permite aos pequenos produtores das regiões vizinhas reproduzir a velha complementariedade entre o calendário agrícola da cana-de-

açúcar com a produção de alimentos no agreste e no sertão. Permite ainda que esses e outros trabalhadores expropriados busquem outras complementariedades em grandes plantações, no interior da própria região Nordeste ou mesmo no mercado de trabalho agrícola nacional. Assim, a instabilidade do emprego e o crescente uso do trabalho intermitente são dois aspectos constitutivos desse mercado de trabalho agrícola.

A migração de nordestinos para o Centro-Sul já foi muito explorada pela literatura. Sua inserção no mercado de trabalho industrial se fez primordialmente na construção civil, no setor serviço ou no mercado informal. Pequenos produtores (pequenos proprietários, rendeiros, foreiros, posseiros) e até membros de famílias de trabalhadores sem acesso à terra fazem da migração, como notou Garcia (1988): "o caminho do roçado", isto é, uma forma de prover recursos para voltar à pequena agricultura ou ali manter outros membros da família. Mas, ao que podemos perceber, a novidade dos anos 80 está nos percursos que trabalhadores agrícolas fazem, para trabalhar nas safras de grandes plantações de cana, café, laranja, algodão nos estados do Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul. Quanto à lavoura canavieira do Nordeste, é preciso fazer notar que seu período de entressafra coincide com as safras da produção canavieira em outras regiões do país, possibilitando uma distribuição mais ampla, em nível nacional, da oferta de trabalho agrícola.

Não há ainda dados estatísticos disponíveis que possam comprovar essa afirmação. Entretanto, por meio de entrevistas (32) feitas em São Paulo (região de Ribeirão Preto), tanto com trabalhadores quanto com agentes da Pastoral do Migrante; com assessores e sindicalistas em Goiás; com agentes da Pastoral da Terra no Mato Grosso do Sul; com assessores e sindicalistas na própria região Nordeste, podemos perceber a nova amplitude de um

32 *Mutatis mutandis*, como afirma Casassus Monteiro (1981): L'analyse des mutations du marché du travail, le suivi de trajectoires individuelles et des groupes pourrait s'avérer utile pour l'analyse de la composition interne du prolétariat ainsi que des mécanismes qui interviennent entre le niveau de l'économie et celui de l'action de classe.

mercado de trabalho setorizado que poderíamos chamar "mercado de trabalho dos cortadores de cana".

Ou seja, o "contrato de safrista" institucionaliza a sazonalidade do emprego e estimula a concorrência entre empresas locais que buscam melhorar as condições de trabalho, para garantir a mão-de-obra e diminuir a rotatividade. Ao mesmo tempo, verifica-se a ampliação territorial do circuito do mercado de trabalho agrícola, com migrações intra/inter regionais. Certas denúncias de situações de trabalho escravo em plantações de cana-de-açúcar que chegam à imprensa também comprovam essas afirmações: Nessas notícias, sempre há menção a cortadores de cana arregimentados no Nordeste (33).

Transpondo fronteiras das empresas e dos Estados da região Nordeste, passando pela Bahia, indo em direção ao Mato Grosso do Sul ou mesmo chegando à rica região de Ribeirão Preto, os cortadores de cana do Nordeste podem ser vistos como componentes de um segmento de um mercado de trabalho especializado, segmento esse que amplia, com sua mobilidade, as alternativas de escolha de trabalho e, ao mesmo tempo, torna difícil e desafiante a ação

33 No Mato Grosso do Sul, foram instaladas 5 destilarias consideradas modernas, com base em seu maquinário e seu índice de produtividade. Nelas, no entanto, o chamado "contrato de safra" (seja diretamente com a empresa, seja com agenciadores de mão-de-obra) torna-se uma faca de dois gumes, uma vez que as empresas recolhem as carteiras de trabalho e o trabalhador fica retido por toda a safra para não perder o direito de percentuais do 13º, FGTS, férias, etc., no final da safra. Nessa situação, em que se tem algo a perder, os trabalhadores migrantes se sujeitam às péssimas condições de alimentação, transporte, alojamento, higiene, segurança, equipamento de trabalho. Mas também se revoltam: O Jornal Diário da Serra (Mato Grosso do Sul), de 28 de outubro de 1991, relata o conflito que ocorreu no município de Rio Brilhante (MS), na destilaria Cachoeira, diz a notícia: "A destilaria Cachoeira, localizada no município de Rio Brilhante (MS), viveu um período de forte tensão social na última quinzena de outubro, quando centenas de trabalhadores decidiram parar o corte de cana em função dos baixos salários e das precárias condições de trabalho e alojamento. Durante a paralisação, houve conflitos com milícia da destilaria e com a polícia militar, que resultou na morte de um trabalhador, Cicero Caetano da Silva, com um tiro na cabeça, e no ferimento de um outro, baleado na perna direita. De fato, a destilaria Cachoeira vem, desde 1989, sendo acusada de maus tratos aos canavieiros que são, em maioria, provenientes do Nordeste e Minas Gerais. Em maio de 1990, por exemplo, um grupo de trabalhadores alagoanos conseguiu fugir da destilaria e denunciar que estavam sendo mantidos na condição de escravos. O governo do estado, na ocasião, alegava que havia apenas sensacionalismo na imprensa. Nesta safra (1991), novas denúncias surgiram, atestando que a super-exploração aos cortadores de cana ainda persiste. O fato novo, e que merece destaque, consiste na interdição da destilaria por parte da divisão das relações do trabalho do INSS e do governo do Mato Grosso do Sul, após os violentos conflitos ocorridos em outubro".

sindical, cuja representação se faz por base territorial municipal ou, no máximo, em nível de Federações de base territorial estadual.

Um outro segmento de trabalhadores que compõe esse mercado de trabalho são os trabalhadores permanentes, os mais especializados, os que têm carteira assinada. Estes se encontram imobilizados no interior das propriedades, morando em alojamentos agrovilas, ou mesmo nos bairros periféricos das cidades próximas a empresa. Nas empresas onde se emprega parcialmente o corte mecanizado da cana, percebe-se uma tendência à diminuição da sazonalidade da mão-de-obra, graças à contratação de um contingente de mão-de-obra permanente que regularmente tem trabalho, nas mais distintas etapas do processo de produção (cf. Alves, 1992). Porém, esta situação, que já é realidade em algumas empresas de São Paulo, é praticamente inexistente no Nordeste, onde o emprego de máquinas na colheita da cana está ainda bastante circunscrito a determinadas unidades e ocasiões. O contingente de trabalhadores permanentes nas empresas nordestinas deve ser analisado sobretudo como uma consequência de uma política de imobilização da mão-de-obra especializada e não como resultado da mecanização do corte da cana. Esse segmento de trabalhadores imobilizados pela empresa também se apresenta como desafio para a ação sindical, pelas dificuldades de acesso dos delegados e diretoria do sindicato a quem permanece sob intenso controle dos técnicos das usinas.

As mudanças estruturais no mercado de trabalho, provocadas pelas transformações na base técnica da produção canavieira nordestina, levantaram novas questões para a ação sindical.

A modernização parcial - que resultou na segmentação interna dos trabalhadores da cana e do mercado de trabalho, em termos de arregimentação e gestão da mão-de-obra, de condições de produção e de reprodução - também exige do sindicalismo novas respostas. Esse é o tema do próximo capítulo.

Capítulo V

Os canavieiros do Nordeste: Assalariamento e Ação Sindical.

Com as mudanças tecnológicas introduzidas nos canaviais nordestinos, após a década de 70, ampliaram-se os graus de diferenciação entre as usinas da região, principalmente com referência a padrões de incorporação de tecnologia, mantendo-se a reprodução simultânea das unidades de produção modernas e atrasadas. Contudo, há claras aproximações entre usineiros, quando estão em jogo questões relativas às condições de vida e trabalho. Nos canaviais, a violência e a superexploração da força de trabalho são obstáculos a que trabalhadores, dirigentes sindicais e advogados trabalhistas implantem uma eficiente ação sindical.

Neste capítulo, pretendemos analisar os efeitos das mudanças socio-econômicas, processadas na agroindústria sucroalcooleira do Nordeste, sobre as concepções e práticas sindicais que, através de continuidades e rupturas, se foram construindo na região. Para tanto, começaremos por uma descrição dos principais aspectos que diferenciam os Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, em termos de sindicalismo voltado para as lutas dos canavieiros. Em seguida examinaremos mais de perto o caso do estado de Pernambuco - onde se elaborou um "modelo" de Campanha Salarial com a participação direta dos dirigentes da CONTAG - e o da Paraíba - onde, a partir de outros determinantes históricos e conjunturais, pela primeira vez se expressa o chamado "novo sindicalismo". Finalmente, relacionaremos as conquistas, os limites e os impasses do Movimento Sindical em relação aos resultados econômicos e políticos da modernização parcial e diferenciada da agroindústria sucroalcooleira do Nordeste.

1) O movimento sindical e Campanhas Salariais: principais antecedentes.

Dirigindo-se a trabalhadores da cana-de-açúcar do Nordeste, Francisco Urbano (1985), atual presidente da CONTAG e membro de sua direção há 20 anos, assim descreveu a desestruturação das organizações dos trabalhadores após o golpe militar de 1964:

"O período de 1960/64 correspondeu ao momento de ascenso dos movimentos sociais e de encaminhamento de lutas coletivas e de grandes mobilizações dos trabalhadores em defesa de seus direitos. O golpe militar de 1964 interrompeu este processo. Muitos dirigentes sindicais foram cassados, perseguidos, torturados, muitos sindicatos e federações sofreram intervenções, muitos sindicatos foram fechados. No período de 1965/68, houve uma tentativa de retomada e de reorganização do movimento, em alguns estados onde existiam, antes do golpe, 60 sindicatos funcionando com aproximadamente 65 mil trabalhadores sindicalizados, ficaram, após o golpe, 14 sindicatos com apenas 1 mil associados. No final de 67 e início de 68, a nova ascensão do movimento sindical culminou com o fim da intervenção na CONTAG. Mas, o Ato Institucional nº 5 do regime militar novamente abriu caminho para intensificar a intervenção nos sindicatos, reabrindo um período de maior perseguição. Sob as marcas desta repressão, o movimento sindical atravessou a década de 70".(cf.CEDI,1985:18)

No mesmo período, a ação sindical na zona canavieira nordestina limitou-se ao assistencialismo e ao encaminhamento individual de questões trabalhistas. Dada a expulsão de milhares de trabalhadores do interior das usinas, muitos impasses trabalhistas foram resolvidos mediante "acordos", homologados pelos dirigentes sindicais, apesar de evidentes perdas financeiras para os trabalhadores. Dirigentes sindicais pressionados ou simplesmente descompromissados com os trabalhadores foram coniventes com os patrões. Porém, há também registros da ação de dirigentes sindicais

da zona canavieira nordestina, particularmente de Pernambuco, (cf. Palmeira, 1978; Sigaud, 1978/79) que não compactuavam com a prática do "acordo" e orientavam os trabalhadores para encaminharem, mesmo que de forma individual, questões trabalhistas para a Justiça do Trabalho.

Na zona da Mata de Pernambuco os trabalhadores canavieiros encaminharam questões à Justiça, contando com o apoio de muitos dirigentes sindicais e da Federação (FETAPE) que se beneficiavam de sua ligação com os dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). O fato de antigos dirigentes sindicais de Pernambuco terem sido os articuladores de uma chapa de oposição ao grupo interventor da CONTAG, para concorrer à eleição daquela entidade em 1968, possibilitou um respaldo nacional aos dirigentes pernambucanos e fez do movimento sindical pernambucano um "cartão de visitas" da CONTAG.

Por razões políticas e econômicas, nos anos 70 as lutas dos trabalhadores rurais da zona canavieira paraibana se desenvolveram de maneira distinta das de Pernambuco. A lavoura canavieira, quando se expandiu pelo litoral, com os incentivos do PROALCOOL, transformou a luta pela terra no principal foco de conflito entre patrões e trabalhadores. A rapidez da expansão da lavoura canavieira generalizou os conflitos, a luta de resistência na terra se fez pelos: acampamentos em praças públicas, romarias, resistência na terra, ocupações de entidades governamentais na capital (34). Quase sempre, as lideranças dessas lutas não se originaram do movimento sindical, vinham da Igreja Católica e do trabalho em comunidades, de onde provinha a sua legitimidade de representação. Na Paraíba, como decorrência dessas lutas, as lideranças formadas pela Igreja se credenciaram para a organização das chapas de oposição sindical. Pretendiam conquistar os

34 A intervenção da Igreja se dava basicamente pelas ações pastorais que contavam com o apoio de parte significativa da alta hierarquia da Igreja, dos Bispos de diferentes dioceses, que se indispunham com o regime militar pelo desrespeito aos direitos humanos. Na Paraíba, esta indignação estimulou a criação de três Centros de Defesa dos Direitos Humanos, sob a jurisdição das arquidioceses de Campina Grande, Guarabira e João Pessoa.

sindicatos para transformá-los em instrumentos de mobilização e organização dos trabalhadores. No final dos anos 70 e início dos anos 80, tais oposições sindicais e dirigentes que lograram vencer eleições articularam-se com a corrente que ficou nacionalmente conhecida como "novo sindicalismo".

Nos demais estados canavieiros do Nordeste considerados neste estudo, ou seja em Alagoas e no Rio Grande do Norte, o movimento sindical apresentava-se assistencialista e a Igreja Católica não teve o mesmo peso na organização das comunidades em luta pela terra. Embora com resultados menos evidentes, a diretoria da Federação do Rio Grande do Norte tentou, ainda que de forma precária, desenvolver um trabalho semelhante aquele realizado pela Federação de Pernambuco, no sentido de dar alguma continuidade à luta sindical anterior a 64. Em Alagoas, as possibilidades de influência pernambucana foram menores.

Enfim, apesar de algumas nuances que diferenciam a prática sindical dos anos 70, entre os estados ou mesmo entre os dirigentes sindicais de um mesmo estado, pode-se notar que predominavam no Nordeste canavieiro, o assistencialismo e a reprodução de dirigentes dissociados da lutas de base. A ação sindical mais costumeira se limitava ao encaminhamento às autoridades das denúncias de desrespeito às leis. Os dirigentes sindicais, ao serem notificados pelos trabalhadores, repassavam a denúncia para os dirigentes das Federações, que as remetiam aos dirigentes da CONTAG, para que fossem encaminhadas ao Ministério do Trabalho, "para as devidas providências"(35). Para tanto, era preciso conhecer os "direitos" que eram enfatizados nos ofícios e relatórios. A preparação do dirigente sindical para conhecer "a lei" foi a principal plataforma do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1973.

35 Sobre a "prática sindical do envio de correspondência" ver Regina Novaes, (1987).

Em outras regiões, no tempo do regime militar, os contratos coletivos de trabalho eram firmados entre as diretorias dos sindicatos patronais e dos sindicatos de trabalhadores, na maioria das vezes sem o conhecimento da própria categoria. Este encaminhamento tinha o respaldo da lei - Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) cujo mecanismo foi assim descrito por Fontes(1985), advogado da FETAPE/CONTAG: "através da C.L.T., a diretoria do sindicato deveria, por lei, convocar Assembléia. Caso não houvesse quorum de 2/3 dos trabalhadores, o artigo 860 da legislação permitia uma segunda convocação com o quorum de 2/3 dos trabalhadores presentes na primeira convocação. Caso existissem apenas três trabalhadores na assembléia, dois deles seriam suficientes para outorgar poderes de representação à diretoria do sindicato para negociação com os representantes patronais. Então os contratos coletivos de trabalho eram negociados entre as diretorias dos sindicatos de trabalhadores e patronais. No Nordeste prevalecia a contratação individual".

No final da década de 70, dois eventos de abrangência nacional se somaram às pequenas mudanças que já vinham ocorrendo no trabalho sindical da zona canavieira nordestina: as grandes mobilizações e greves dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo (1978) e a realização do III Congresso da CONTAG (1979).

A ascensão das lutas sindicais ao nível nacional contribuiu para intensificar o processo de renovação das direções dos sindicatos de trabalhadores rurais. Parte dos novos dirigentes estiveram no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em maio de 1979, e contribuíram para a aprovação de importantes resoluções no sentido de fortalecer o trabalho sindical junto aos assalariados do campo. Entre elas, estava a retomada das lutas coletivas mediante a mobilização e o encaminhamento de contratações coletivas de trabalho em substituição às individuais. Os dirigentes da CONTAG acreditavam ser possível, naquele momento de ascensão das lutas sociais, a utilização da lei 4330/64, para

mobilizar os canavieiros do nordeste em prol das Campanhas Salariais.

Segundo Fontes(1985), percebeu-se naquele contexto que havia outro respaldo legal para a Contratação Coletiva de trabalho, passível de utilização pelo movimento sindical: a lei 4330, conhecida nos meios sindicais como "lei anti- greve". Esta lei exigia a convocação de uma assembléia para a aprovação da pauta. Na primeira convocação a lei exigia o quorum de 2/3, na segunda convocação, realizada no mínimo com intervalo de 2 dias da primeira, era necessário o quorum de 1/3 dos trabalhadores interessados. A aprovação da pauta se processava através de votação secreta. Após as assembléias, os dirigentes sindicais tinham de fazer a notificação aos patrões. Dava-se um prazo para começar as negociações e 5 dias para se chegar a um acordo. Diante de impasse, o Dissídio Coletivo seria pedido por uma das partes e instaurado quando passasse a valer o julgamento no Tribunal Regional do Trabalho. A greve era considerada legal no período entre a ruptura das negociações e o julgamento pela Justiça. Após o julgamento do Dissídio, os trabalhadores deveriam acatar os resultados e terminar a greve. Caso contrário, com a greve considerada ilegal, o sindicato ficava sujeito ao título 5 da CLT, a intervenção governamental (36).

Apesar das dificuldades julgou-se possível mobilizar os trabalhadores para Campanhas Salariais. Fontes (1985), levando-se em conta a legislação, assim se expressou em relação a essa possibilidade: " ... a partir do momento em que as direções tomaram

36 Cabe ressaltar que, não sendo considerado satisfatório o julgamento do Tribunal Regional do Trabalho, havia a possibilidade das partes recorrerem ao Tribunal Superior do Trabalho. Os patrões, por meio desta prática, invariavelmente solicitavam via de regra efeito suspensivo ou recursos ordinários, para neutralizar várias conquistas dos trabalhadores da cana. Cabe ressaltar ainda os dispositivos da lei de Segurança Nacional, para impedir e punir as mobilizações dos trabalhadores. A própria Constituição Federal representava grande impeditivo para a mobilização, na medida em que o decreto lei 1632/68 impedia a realização de greves em atividades julgadas essenciais, nas quais incluía a lavoura canavieira por estar vinculada à política energética, via PROALCOOL (cf. Fontes, 1985).

as decisões de aceitar o desafio, é possível rompê-la por dentro. Isto não significa de modo algum que ela não deva ser revogada, mas enquanto ela vigora nas condições objetivas de determinadas categorias, visando reduzir o espaço da repressão etc...é possível romper a lei por dentro". Fontes afirmava que no campo, o espaço para a repressão era maior, que o patronato no campo, especialmente o do açúcar é muito mais truculento do que o da cidade. Daí o advogado apontava a desafio de cumprir o ritmo da lei de greve e não somente de cumprir, mas também de alargar por dentro seus limites e frustrar o objetivo anti-greve desta lei". (cf. Fontes, 1985: 36).

Assim, com o propósito de mobilizar os canavieiros em prol das Campanhas Salariais, utilizando-se dispositivos da lei 4330/64, configurou-se um modelo de campanhas salariais que foi posto em prática pelos dirigentes da CONTAG no Nordeste.

2) As campanhas salariais no Nordeste: a implantação de um modelo.

Em Pernambuco, em 1979, foi realizada a primeira experiência de greve de canavieiros, nos limites da lei 4.330/64. Para os dirigentes nacionais do movimento sindical, as Campanhas Salariais encaminhadas nos limites da lei 4330/64 significavam a possibilidade de ampliação desses, na medida em que a lei fosse reinterpretada na perspectiva dos trabalhadores (37).

37 Fontes deixou bastante clara essa concepção, em palestra realizada no Encontro Nacional dos Canavieiros, em 1981 na Paraíba: "Desde 1979, já se procurava, com certa criatividade, utilizar as brechas da lei anti-greva reinterpretando-a na perspectiva de fortalecer os interesses dos trabalhadores. Se a lei impõe um quorum alto para a assembleia para dificultar a greve, os dirigentes podem tomar isto como desafio e ampliar o trabalho de mobilização para as assembleias. Tal imposição pode reverter, portanto, contra a própria lei. Um outro caso de superação dos rígidos mecanismos da lei relaciona-se às assembleias. Se a lei impõe a convocação de duas assembleias em dias diferentes, o movimento optou por empenhar-se na segunda, onde o quorum é menor, a primeira convocação serviu apenas para cumprir as exigências legais, com número insignificante de trabalhadores. Um outro aspecto se refere à notificação dos patrões, que propicia o acesso do dirigente sindical aos engenhos, que pode reunir-se com os trabalhadores. A entrega da notificação pode ser um pretexto para entrar no engenho, onde os proprietários proibi-

A tradição de luta dos trabalhadores da zona canavieira pernambucana, a persistência de parcela das lideranças e dirigentes sindicais em continuar o trabalho organizativo, durante os anos do regime militar, o histórico relacionamento político entre os dirigentes da FETAPE e os da CONTAG asseguraram condições para a implantação da primeira campanha salarial dos canavieiros em Pernambuco, tendo como referência as resoluções do III Congresso da CONTAG.(38)

Na Campanha Salarial de 1978 os dirigentes do movimento sindical inovaram nas formas de condução das lutas dos trabalhadores. Os sindicatos foram divididos em dois blocos, agrupados de acordo a capacidade de mobilização dos dirigentes e trabalhadores. O primeiro bloco, composto pelos sindicatos dos municípios de São Lourenço da Mata e Paudalho, antecipou em uma semana a convocação dos patrões para a negociação da pauta de reivindicações dos trabalhadores. Enquanto negociavam com os patrões, os dirigentes de outros sindicatos da zona canavieira pernambucana realizavam as assembléias, conforme determina a lei. Nesse cenário sincronizado, é que as negociações com a classe patronal foram interrompidas, tornando legal a greve dos trabalhadores, que se faziam representar pelos dirigentes dos sindicatos alinhados no primeiro bloco. Esses trabalhadores entraram em greve no momento em que os patrões negociavam com os dirigentes sindicais as reivindicações dos trabalhadores que compunham o segundo bloco. Assim, as negociações se concretizavam juntamente com a greve de parte dos trabalhadores. Os patrões,

a entrada dos dirigentes sindicais*(cf. CEDI, 1985: 37). São citados ainda inúmeros mecanismos empregados pelos trabalhadores para reverter a interpretação e o sentido da lei.

38 Agápio F. Costa, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata-PE, afirmou, que em 1978, alguns dirigentes, refletindo sobre a realidade do movimento sindical, procuraram inserir as lideranças que lutaram antes de 1964, nas lutas contemporâneas conduzidas nas brechas da lei 4330. Sua formulação foi a seguinte: 'Nós descobrimos que os trabalhadores eram os mesmos, não tinham mudado, apenas houve um golpe e com aquele golpe criaram uma lei anti-greve. Nós não fizemos greve de 64 a 78, porque os trabalhadores ficaram respeitando aquele golpe militar. Mas em 1978, a gente se organizou e descobriu que a lei 4330 tinha alguma coisa de se aproveitar'.(cf. CEDI,1985:51)

pegos de surpresa, renderam-se e, ao aceitarem um acordo, atenderam importantes reivindicações dos trabalhadores.

O sucesso dessa primeira experiência fez com que a sistemática da Campanha Salarial dos canavieiros de Pernambuco pudesse ser trasladada e adaptada às Campanhas Salariais de outros estados e de outras categorias. Os encontros organizados pela CONTAG para discussão das campanhas salariais dos trabalhadores do campo constituíram importantes espaços de socialização do modelo de Campanha Salarial concebido pelos dirigentes da CONTAG e já testado, com sucesso, em Pernambuco.

O primeiro desses encontros foi realizado em Pernambuco, na cidade de Carpina, entre 13 e 18/8/1980, com a presença de dirigentes sindicais de diferentes regiões: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco. Naquela oportunidade, elaborou-se uma programação de trabalho para ser desenvolvida naqueles estados, visando à preparação das Campanhas Salariais dos trabalhadores canavieiros e tendo como referência o modelo já concebido e testado em Pernambuco. Na primeira etapa desse trabalho, as atividades se diferenciavam de acordo com a realidade de cada estado(39).

No II Encontro Nacional sobre Assalariados, realizado em Belo Horizonte, 20 a 25/5/1981, os dirigentes da CONTAG e da FETAPE já traziam uma nova experiência: o sucesso da segunda Campanha Salarial dos canavieiros pernambucanos realizada em 1980, em condições completamente distintas da anterior. Na Campanha Salarial de 1980, a greve se espraiou por toda a zona canavieira de Pernambuco, não ficou restrita aos sindicatos mais organizados. A adesão da categoria foi de 80% e todos os 44 sindicatos da zona canavieira participaram do movimento. Foram dois dias de

39 Sobre as programações de trabalho com assalariados a ser desenvolvidas pelo movimento sindical nos referidos estados, ver as conclusões do I Encontro Nacional sobre Assalariados (1980), realizado no município de Carpina, Pernambuco.

paralisações, mas dessa vez os patrões não cederam às reivindicações dos trabalhadores, exigindo, portanto, o julgamento do Dissídio Coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho.

No início dos anos 80, as Campanhas Salariais em Pernambuco repercutiram nos canaviais de outros estados. A insatisfação dos trabalhadores em relação ao salário e às condições de trabalho já provocava reações, ampliando o número de paralisações das turmas, de queixas contra os baixos salários e contra o aumento do tamanho da tarefa, de questões trabalhistas na Justiça, de paralisações em usinas. (cf. Relatório do II Encontro sobre Assalariados, CONTAG, Belo Horizonte, 1981)

Essas manifestações, em muitas circunstâncias, ocorriam sem o conhecimento dos dirigentes sindicais, que, posteriormente, eram solicitados para mediar o conflito junto às autoridades. Nesse sentido, os dirigentes sindicais exerciam a função de representatividade formal dos trabalhadores mesmo que não houvesse nenhuma liderança no contexto das lutas dos trabalhadores. E de fato, a maioria dos dirigentes sindicais permanecia afastada de suas bases, em razão de um conjunto de fatores, entre os quais destacam-se: o assistencialismo, a falta de experiência dos dirigentes nas lutas coletivas, a sua falta de disposição, a existência de assessores não comprometidos com as lutas e de trabalhadores dispostos a paralisações, mas desorganizados... (40)

Assim, uma minoria ativa de sindicalistas pernambucanos consolidou sua posição de vanguarda na condução das Campanhas Salariais dos trabalhadores canavieiros. Em Pernambuco, os dirigentes da CONTAG/FETAPE, tendo em vista o aprimoramento do trabalho sindical na campanha salarial de 1981, organizaram o I Congresso de Delegados Sindicais de Pernambuco. Para esses dirigentes o fortalecimento das campanhas salariais e da

40 Sobre a situação do movimento sindical em relação aos trabalhadores assalariados do campo, ver II Relatório do Encontro Nacional sobre Assalariados, Belo Horizonte, 28 a 25/5/1981.

mobilização dos trabalhadores resultaria na reorientação do trabalho sindical, na substituição de um grande número de dirigentes acomodados, descomprometidos com a mobilização e organização dos trabalhadores nas Campanhas Salariais.(41)

Nos anos seguintes, as Campanhas Salariais, desenvolvidas nos limites da lei 4330/64, em Pernambuco foram marcadas por alterações táticas na sua forma de condução, que, ora foram implementadas pelos trabalhadores, ora pelos patrões, ora pelo próprio governo. No entanto, sem alterar sua essência. O modelo de campanhas salariais, depois do reconhecido sucesso de Pernambuco, foi levado para o Rio Grande do Norte, onde os dirigentes da Federação (FETAG-RN) tinham também relações históricas com os dirigentes da CONTAG, concretizadas por intermédio de Francisco Urbano que dali saíra, em 1968, para a direção da CONTAG.

Assim, o Rio Grande do Norte foi o segundo estado nordestino a aderir às Campanhas Salariais organizadas com base na lei 4330/64 (42). Mas a fragilidade do movimento sindical naquele estado comparativamente a Pernambuco, e a menor atuação da Igreja e das entidades de apoio na zona canavieira em comparação com a Paraíba recomendavam cautela aos dirigentes da CONTAG. Em 1982, propuseram no Rio Grande do Norte que o Dissídio dos canavieiros tivesse ainda como referência a CLT, na perspectiva de preparar a Campanha Salarial baseada na lei 4330, no ano seguinte.

A cautela dos dirigentes nacionais do movimento sindical era justificada, pois os dirigentes sindicais, em sua grande maioria, estavam afastados de suas bases, sem legitimidade, portanto, para

41 Esta situação de acomodação de dirigentes também era comum em Pernambuco, como relata Agapto F. da Costa, presidente do STR de São Lourenço da Mata-PE: "...tem gente se escondendo até nos banheiros, mas mesmo assim, a greve é estourada e eles tem que acompanhar. Não resta dúvida de que a Federação e a CONTAG têm ido até as bases para sustentar estas greves, de uma maneira que eu até não aceito isso. Isso é uma vergonha, um presidente sindical ter que tá esperando que a FETAPE e a CONTAG vá para as bases distribuir panfletos e pedir que os trabalhadores parem"(cf. CEDI, 1985:59).

42 Sobre as campanhas salariais de 1982/83/84 do Rio Grande do Norte, ver (Cruz et alli,1985).

assegurar a mobilização da categoria. Mas os trabalhadores tinham uma outra compreensão. Estavam informados sobre as mobilizações, as greves e as conquistas alcançadas nas campanhas salariais de Pernambuco. Muitos, como migrantes, haviam participado das greves em Pernambuco e estavam dispostos a paralisações no Rio Grande do Norte e acabaram por "empurrar" um número significativo de dirigentes. A coordenação (CONTAG/FETAG -RN), ao constatar um clima favorável às paralisações do trabalho, diante da intransigência e arrogância patronais, alterou a estratégia da Campanha Salarial daquele mesmo ano, como registrou, enquanto dirigente da CONTAG, Francisco Urbano.

Para Urbano(1985) o movimento sindical do Rio Grande do Norte entrou no Dissídio Coletivo para os trabalhadores canavieiros em 1982, começando pela CLT, devido a fragilidade da organização. Apenas se tentava uma mobilização maior. Os patrões foram convocados. Pediram um prazo para negociar, os dirigentes sindicais concederam, pois estavam sem força para negociar naquele momento. Nesse período previsto pela CLT, os trabalhadores e os dirigentes daquela comunidade, afirma Urbano, começaram a cobrar da CONTAG que a saída era a "lei de greve" contra a intransigência patronal. Novas assembléias foram convocadas nos sindicatos e, naquela oportunidade, já se empregou o dispositivo da lei 4330. (cf. CEDI, 1985: 20).

Posteriormente, as Campanhas Salariais realizadas no Rio Grande do Norte foram conduzidas pelos dirigentes da Federação e da CONTAG. A Federação do Rio Grande do Norte, porém, não tinha a mesma experiência dos dirigentes pernambucanos, o que levou os quadros nacionais do movimento sindical (CONTAG) a assumirem mais diretamente a coordenação das campanhas salariais. A maioria dos dirigentes locais, somente quando pressionada, se prestava ao cumprimento das formalidades para o desencadeamento da campanha salarial.

Em Alagoas, as dificuldades para a implantação das Campanhas Salariais foram maiores. As relações entre os dirigentes nacionais e os dirigentes da Federação eram mais complexas. A maioria dos dirigentes das Federações e dos sindicatos de Alagoas sequer participou dos encontros nacionais sobre assalariados, organizados pela CONTAG. Essa ausência tornava nítida a distância entre esses dirigentes e o pretendido padrão de Campanha Salarial, que implicava a mobilização dos trabalhadores e que deveria retirar o movimento sindical de seu imobilismo (43), conforme atesta um artigo publicado pela equipe da FASE-Alagoas:

" Até 1986, em Alagoas, as Campanhas Salariais se resumiam a "acordos" que faziam a FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas), a ASPLAN (Associação dos Plantadores de Cana) e DRT (Delegacia Regional do Trabalho). Dos resultados destes acordos os assalariados rurais não tinham nenhum conhecimento. Inclusive recolhemos informações de que os assessores da ASPLAN é que redigiam o texto do acordo. Os acordos, à primeira vista, poderiam parecer até muito avançados, incorporando algumas reivindicações dos trabalhadores pernambucanos, mas os patrões pouco se preocupavam com as cláusulas acordadas, já que de antemão sabiam que pouca coisa seria cumprida"(cf. Rev. Proposta, 1989:43).

Naquele estado, diferentemente de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, os dirigentes da CONTAG encontraram resistência por parte dos dirigentes estaduais em se envolver nas Campanhas Salariais.

A implantação da Campanha Salarial na Paraíba se deu em circunstâncias distintas das anteriores. A entrada dos canavieiros paraibanos nas Campanhas Salariais ocorreu de forma mais lenta. Foi um processo complexo, pois além da CONTAG haviam outras forças sociais envolvidas na organização dos trabalhadores. Assim, a implantação do mesmo modelo de Campanha Salarial corria risco pois

43 O mesmo pode ser dito para Sergipe, estado de que não estamos tratando diretamente no presente trabalho e que, como Alagoas, só entrou na Campanha Salarial Unificada, em 1986.

tal modelo pressupunha a existência de uma direção centralizada, sob o comando dos dirigentes da CONTAG e Federações a ela filiadas.

No interior do movimento sindical da zona canavieira da Paraíba, havia um conjunto expressivo de dirigentes sindicais formados no seio das pastorais da Igreja, que conquistaram os sindicatos pelo processo eleitoral. Como já sublinhamos, eram lideranças forjadas nas lutas de resistência na terra organizadas pelas comunidades, que gradativamente foram conquistando os sindicatos e ampliando seus espaços políticos no interior do movimento sindical, principalmente na zona canavieira.

Esse grupo de sindicalistas impulsionou - com o apoio dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos de Campina Grande, Guarabira, João Pessoa e outras entidades - a Campanha Trabalhista de 1981, na área do Brejo Paraibano, contrariando, num primeiro momento, os próprios dirigentes da Federação (FETAG-PB), que ficaram ausentes desse processo. Esses dirigentes, com o crescimento da Campanha Trabalhista foram pressionados pelas mobilizações dos trabalhadores e pelos dirigentes da CONTAG e acabaram participando da Campanha Trabalhista, na perspectiva de estendê-la a toda a zona canavieira da Paraíba, envolvendo os 32 sindicatos ali localizados.

A presença de uma minoria ativa de novas lideranças no movimento sindical da Paraíba assegurou uma certa mobilização dos trabalhadores, pois elas facilmente se destacavam do conjunto acomodado, nas reuniões preparatórias, nas Assembléias e nas negociações. Esse processo dificultou a centralização do comando político da campanha salarial nas mãos dos dirigentes da Federação (FETAG-PB) e dos dirigentes da CONTAG, contribuindo para retardar a implantação da Campanha Salarial, nos moldes daquela realizada em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. As divergências entre os dirigentes sindicais era o principal desafio a ser superado naquele estado, agravadas com a criação, em 12/6/82, no interior da própria Federação, de um fórum de coordenação da campanha trabalhista. Essa

instância ficou conhecida como Comissão Canavieira e foi constituída por dirigentes da Federação, dirigentes sindicais e representantes de entidades de apoio, algo impensável nos termos do modelo de Pernambuco, onde "apoio" e "direção" se separavam com nitidez.

Na realidade, com tal composição das forças políticas, na "Comissão Canavieira", havia uma hegemonia dos "novos sindicalistas", que enfatizavam a necessidade de participação das bases, de democracia interna nos sindicatos. "Estar com a base", "organizar a base", "lutar com o povo" eram lemas sempre presentes nos discursos dessas lideranças, formadas no interior da Igreja, onde se formulavam justificativas político-religiosas(44) para as lutas. Partindo desta concepção as principais lideranças do movimento formaram o "novo sindicalismo" e, posteriormente, a Central Unica dos Trabalhadores (CUT).

Nesse contexto de divergências no interior do movimento sindical paraibano, e mesmo entre quadros da Igreja e do movimento sindical, começaram a surgir críticas às formas de encaminhamento das Campanhas Salariais de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Passaram a questionar as decisões tomadas de "cima para baixo" e o desenraizamento de grande número de dirigentes de suas bases; chamavam a atenção para o "legalismo", procurando mostrar que as mobilizações, no contexto da legalidade, tal como se vinham concretizando, não contribuíam para o aprimoramento da organização dos trabalhadores. Para esses dirigentes, a questão da utilização das "brechas" da lei e a criatividade para a superação de certos obstáculos estava equacionada para certos assessores e dirigentes, mas não entre os trabalhadores.

Essa avaliação crítica permeava as discussões na "Comissão Canavieira" da Paraíba, sinalizando dificuldades para a implantação

44 Sobre a atuação da igreja no campo paraibano, sobre a trajetória das lideranças que se formaram no seu interior, sobre as lutas sociais e o movimento sindical na Paraíba, ver Novaes, R. (1987),

do modelo de Campanha Salarial, já utilizado em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Para que os dirigentes da CONTAG pudessem implantar o modelo na Paraíba tornava-se necessário, aos dirigentes da CONTAG, realizar um deslocamento de forças políticas no comando da Campanha Salarial para garantir a sua hegemonia política na condução do processo. Nesse sentido, havia necessidade de uma intervenção mais direta dos dirigentes nacionais na Paraíba. Essa intervenção começou a se concretizar com a participação de assessores e dirigentes da CONTAG e da Federação de Pernambuco num Encontro convocado pela Comissão Canavieira da Paraíba, para encaminhar a Campanha Salarial.

Dirigentes da Federação, da CONTAG e sindicalistas a eles alinhados pretendiam transferir o início da Campanha Salarial para 1984, ao passo que, na Comissão Canavieira, prevalecia a intenção de iniciá-la em 1983. A pressão dos dirigentes da CONTAG foi determinante para transferir o início da Campanha, contrariando grande parte dos membros da Comissão Canavieira (45) que estavam convencidos da conveniência de iniciá-la. Deflagrava com isso um processo de desarticulação da Comissão Canavieira e de transferência do comando político da Campanha para os dirigentes da Federação e da CONTAG. Superado esse impasse, estavam criadas as condições para a implantação da Campanha Salarial na Paraíba, fato

45 Entre os que acreditavam, estava o STR de Alagoa Grande, presidido por Margarida Maria Alves, que se vinha destacando na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, desde 1980. No início, a Campanha foi pela "carteira assinada", depois pelo pagamento do 13º, e, assim, passo a passo, o trabalhador ia ficando mais consciente dos seus direitos e com mais coragem de lutar por eles. Quando a luta começava a acirrar-se, a esquentar o sindicato passou a ser proibido de entrar nas propriedades para se reunir com os trabalhadores. A solução foi fazer as reuniões apenas em sua sede. A cada fim de semana D.Margarida, reunia os trabalhadores de uma ou duas propriedades diferentes, para discutir com eles os encaminhamentos da luta. Se tomarmos apenas o ano de 1983, de janeiro a agosto, veremos que o STR entrou na Justiça com 57 ações trabalhistas. Com sua campanha de conscientização do trabalhador na luta pelos seus direitos, a presidente do STR passou a incomodar os patrões. Depois da proibição da entrada do Sindicato nas propriedades, os patrões passaram a ameaçá-la de morte. D.Margarida chegou a enviar por escrito, um ofício datado de 19 de fevereiro de 1983, endereçado ao usineiro Agnaldo Veloso Borges, em resposta a um "recado" mandado por Borges, para que ela deixasse de "criar caso" para o seu próprio bem". D. Margarida foi brutalmente assassinada por dois capangas contratados,, em agosto de 1983.(cf. Novaes,1984).

ocorrido em 1984, de acordo com os procedimentos, requeridos pela legislação em vigor (46) e já testados nos dois outros estados.

Os canavieiros da Paraíba estavam motivados para a greve não somente em consequência do trabalho desenvolvido nas Campanhas Trabalhistas, mas também pelas notícias que chegavam pelo rádio e pela televisão sobre as greves nos estados vizinhos e pela experiência de greve vivenciada pelos trabalhadores paraibanos que migraram para o corte de cana naqueles estados. A ênfase na legalidade da greve também pode ser elencada como um fator explicativo para a adesão à greve.

A mobilização dos trabalhadores com ênfase na legalidade foi muito eficiente nos primeiros anos das Campanhas Salariais. Mas, ao longo do tempo, os trabalhadores foram-se apercebendo, pela própria experiência na luta, que a classe patronal não respeitava a lei e que o Estado, nas suas várias instâncias, era conivente com as arbitrariedades patronais, pois as Campanhas Salariais foram marcadas pela violência patronal e policial. Com o passar dos anos, o argumento da legalidade perdeu a eficácia de mobilização dos trabalhadores nas Campanhas Salariais.

As conquistas nas Campanhas Salariais não refletiam na prática tornando mais difícil a adesão dos canavieiros. Os patrões desrespeitavam cláusulas do Dissídio e Acordos e as delegacias regionais do trabalho não fiscalizavam, não acolhiam as denúncias da categoria. Assim, as reivindicações dos trabalhadores, que se transformaram em "direitos", abriram outra dimensão para a ação sindical: a luta pelo cumprimento das conquistas da Contratação Coletiva de Trabalho.

46 Em outros estados como São Paulo e Minas Gerais, a busca da representação formal do movimento por parte dos dirigentes das Federações e da própria CONTAG se fez por diferentes caminhos. As primeiras greves da categoria se deflagraram sem a coordenação do movimento sindical, como foi o caso de Passos (MG), em 1980 e Guariba (SP), em 1983, mobilizações estas que conquistaram importantes reivindicações econômicas dos trabalhadores. Com o passar do tempo, os dirigentes das Federações e da CONTAG conquistaram formalmente o direito de representação da categoria nas campanhas salariais.

O não-cumprimento das conquistas trabalhistas e a restrita reação dos dirigentes sindicais e dos trabalhadores diante dessas irregularidades punham em questão os caminhos utilizados e métodos empregados para a mobilização dos trabalhadores nas Campanhas Salariais. Muitos dirigentes apontavam alguns problemas que comprometiam a eficácia das Campanhas Salariais: a descontinuidade entre a mobilização para a conquista dos direitos e a mobilização para o cumprimento das conquistas; e os mecanismos empregados para sensibilizar os trabalhadores nas Campanhas Salariais. Isto é, a própria essência do ritual (imposto pela lei 4330/64) utilizado para mobilizar a categoria.

Sigaud(1985) analisa a descontinuidade entre a mobilização para conquistar os direitos e a luta pelo cumprimento dos mesmos, reconhecendo-as como cenários diferenciados. Para a autora, há "dois cenários onde se desenvolve a luta de classes". Um deles, o mais visível socialmente, refere-se ao "cumprimento do ritual" em que patrões, trabalhadores e Estado definem as normas que regerão as relações de trabalho, os direitos. É nesse momento que se desencadeiam as greves dos trabalhadores para pressionar os juizes e a classe patronal, objetivando a transformação de suas reivindicações em direitos. Estes direitos tornam-se a principal referência para o desencadeamento dos conflitos no interior das unidades de produção. Nesse contexto, a mobilização e a greve passam a ter uma finalidade específica, continua a autora:

"Para os trabalhadores, o sentido das greves reside exatamente em assegurar a continuidade destas regras. Mesmo elas não sendo cumpridas, elas funcionam como um parâmetro para pensar as relações com os proprietários e podem a qualquer momento vir a ser acionadas. O sentido da greve portanto está primeiro nas regras e depois no cumprimento. Não que o cumprimento não importe. Importa e muito, a crer pela luta travada no interregno. Mas o cumprimento é uma decorrência da existência das regras e é por isso que elas são mais importantes.... Sua escolha é entre fazer a greve e manter

Estamos em

GREVE

**NOSSA FORÇA
É NOSSA UNIÃO**

A LEI GARANTE QUEM ESTÁ EM GREVE

- Os grevistas podem chamar mais companheiros para entrar na GREVE
- Os grevistas podem fazer propaganda da greve com cartaz, folheto, carro de som e outros meios que sejam necessários.
- A Lei proíbe o patrão de botar outros trabalhadores no lugar dos grevistas
- Se o patrão tentar botar outro no lugar de nós grevistas, nós temos direito de fazer piquete.
- Os grevistas não podem ser cortados do emprego
- Os Trabalhadores grevistas não podem ser perseguidos nem ameaçados
- A Diretoria do Sindicato não pode ser presa por fazer a greve
- A Lei castiga a autoridade que barrar os grevistas

SINDICATOS — FETAG-PB. — CONTAG

as regras que, se cumpridas, o beneficiarão, ou não fazer a greve e perder os direitos, "a lei da gente" e voltar para a "lei do patrão"... Num certo sentido, a greve e a própria existência de regras que dela resultam criam as condições para a ampliação do campo de conflitos, os quais se travam em torno da aplicação das normas e para além delas." (cf. Sigaud, 1985: 21/38/39)

No outro cenário das Campanhas Salariais, desenrola-se a luta pelo cumprimento dos direitos conquistados. Em relação ao segundo cenário, a autora observa que a luta pelo cumprimento varia de acordo a situação de cada usineiro, de cada turma de trabalho, de cada atividade. Assim, os conflitos podem eclodir, numa propriedade ou numa turma, pela questão do salário e da tarefa, enquanto em outra o conflito pode ocorrer, em virtude do não cumprimento das cláusulas sobre transporte, ferramentas, etc... Tais lutas muitas vezes se desenvolvem sem apresentar maior visibilidade social, ocorrem isoladamente no interior das unidades de produção, muitas vezes sem o conhecimento dos próprios dirigentes sindicais. Nesse cenário, travam-se as lutas pelo cumprimento de Convenções e Dissídios Coletivos do Trabalho, que expressam a transformação em direitos de muitas reivindicações dos trabalhadores. Tal transformação é conquistada por meio de mobilizações e lutas dos trabalhadores.

Sindicalistas entrevistados, ao analisarem essas mesmas questões, declararam que uma das razões para o descumprimento poderia ser a mudança dos "atores" nos cenários acima referidos. No cenário da conquista dos direitos, da mobilização para a greve, os dirigentes sindicais contam com importante apoio das equipes de assessorias, de outros dirigentes de outros locais, de advogados, contam com uma grande quantidade de material de propaganda, recursos para a realização de assembléias e para os deslocamentos dos dirigentes até os distritos e até a zona rural com o fim de convocar os trabalhadores. Um grande número de entidades se fazem presentes no desenrolar da ação naquele cenário e põem à disposição do movimento sindical seus recursos humanos e materiais.

No cenário do cumprimento, os atores já não são os mesmos: os dirigentes da CONTAG deixam a região, os assessores regressam às atividades nas suas instituições de origem, o número de advogados se reduz, desaparecem os recursos humanos e materiais. Os dirigentes sindicais retomam suas funções normais, já não recebem mais pressões externas que quebrem sua rotina. Ficam isolados, sem assessorias, advogados, recursos, impossibilitados, portanto, de cobrar, de fazer cumprir os direitos da lei. Por sua vez, os trabalhadores se desmobilizam, não têm mais os personagens que os apóiam e encorajam, que os protegem com sua "exterioridade" contra as investidas do poder local.

De fato, após a realização do Dissídio ou Acordo Coletivo os patrões ficam mais livres para pressionar os sindicatos. Recorrer à Justiça ou exigir fiscalização da DRT tornam-se façanhas, quase sempre, inglórias, quando não se conta com a mobilização e pressão dos trabalhadores. Nem todos os dirigentes sindicais se acomodaram diante dessas dificuldades. A categoria continua sendo mobilizada, continua a luta pelo cumprimento das conquistas dos trabalhadores mediante denúncias de irregularidades, ocupações das DRTs, manifestações nas cidades, paralisações de turmas nos locais de trabalho, encaminhamentos de questões trabalhistas à justiça. Mas a correlação de forças desfavorável, o emprego da violência pelos patrões e a conivência do Estado tem impedido a materialização das conquistas dos trabalhadores.

A análise sociológica de Sigaud apreende "como são os fatos sociais", sinaliza mudanças importantes no tecido social em virtude das Campanhas Salariais. Entretanto, estas mudanças não correspondem à lógica de avaliação própria do campo sindical que enfatiza como tais fatos "deveriam ser", para tornar eficaz a ação dos órgãos de representação.

Nos documentos analisados, ao fazer avaliações internas, os dirigentes da FETAPE relacionavam o "descumprimento" às diferentes

posturas dos dirigentes sindicais e dos próprios trabalhadores, agravadas pelo grande número de dirigentes acomodados nos sindicatos(47). Na visão da FETAPE, uma das soluções para esses problemas poderia estar na renovação dos dirigentes por meio de eleições sindicais ou em circunstâncias de abandono do cargo, decorrente das pressões exercidas pelos próprios trabalhadores. Tal diagnóstico não contestava a essência do modelo de Campanha Salarial.

Através de entrevistas e documentos, dirigentes sindicais que estavam no campo de influência da Igreja ou da CUT reconheceram que um dos problemas do movimento sindical estava relacionado aos dirigentes sindicais descomprometidos com a transformação do Sindicato em um importante instrumento de organização e mobilização da categoria, mas atribuíram à própria sistematização das Campanhas Salariais, isto é, aos limites de organizar campanhas explorando as "brechas da lei", o maior entrave para a organização e mobilização dos trabalhadores, conforme comenta Wanderley Caixe, advogado trabalhista:

"A utilização de determinados mecanismos tem que ter uma articulação, uma ligação, com o seu resultado porque se não tiver ela frustra e pode se tornar um instrumento negativo, e ser muito mais prejudicial a quem usa esse mecanismo. O que isto significa? Você instaura todo um processo para culminar no Dissídio, para determinadas conquistas e depois não obtém o cumprimento disso. Então, você está até invalidando, em parte, aquele ato inicial... O problema não é da cobrança, o problema é da instauração do próprio movimento que culminou com o Dissídio para depois entrar na cobrança. Quer dizer, há toda uma ligação aí que tem que ser percebida" (cf. Canavieiros em Greve, CEDI, 1985: 40).

47 Lemos no relatório da reunião canavieira realizada pela FETAPE em outubro de 1987: "...em alguns sindicatos, a falta de interesse da diretoria prejudica os trabalhadores desse município e desmoraliza a greve em outros municípios vizinhos (...) Ainda esta na cabeça de muita gente que a greve é coisa da FETAPE". (cf. FETAPE, 1987)

Enfim, é importante salientar que os efeitos e a eficácia das Campanhas Salariais são passíveis de diferentes tipos de avaliação, em função não só das diferenças inerentes a uma análise sociológica e uma avaliação dentro dos parâmetros da lógica sindical, como ainda em termos das diferentes correntes do movimento sindical. Assim, enquanto a corrente ligada à CONTAG se volta para a questão dos dirigentes, a corrente ligada ao novo sindicalismo faz a crítica do modelo como um todo. Foi no bojo da explicitação dessas divergências que o movimento sindical preparou a Campanha Salarial de 1985, em um quadro conjuntural completamente distinto dos anteriores. O governo da Nova República sinalizava mudanças nas suas relações com os dirigentes nacionais da CONTAG. O IV Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em maio de 1985, evidenciou essa aproximação, ao assegurar a participação no Congresso do presidente da República e de seus ministros.

A nova conjuntura certamente se refletiu na dinâmica das Campanhas Salariais dos canavieiros nordestinos de 1985. Naquele ano, não houve greve. Patrões e trabalhadores de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte fizeram acordo nas negociações, ainda que, em certos casos como o da Paraíba, ele significasse perdas de importantes conquistas, asseguradas na Campanha Salarial de 1984.

Sigaud(1985) ilustra o empenho das autoridades para evitar a greve em Pernambuco. A Campanha Salarial de 1985 naquele estado, afirma a autora, foi decidida na mesa de negociação pelas mais diferentes razões. O Ministro do Trabalho, o Delegado Regional do Trabalho e o próprio governador se empenharam para o Acordo. O governador tinha em vista a proximidade das eleições de prefeitos, o Ministro e o Delegado da DRT pretendiam consolidar suas posições numa conjuntura onde se multiplicavam as greves e os patrões buscavam preservar sua imagem social, por causa de seus interesses nas eleições para Assembléia Nacional Constituinte. No plano econômico, os patrões não tinham pretexto para reivindicar aumento do preço da cana, o governo já havia antecipado este aumento. Os

dirigentes sindicais também tinham interesse nesse acordo, para evitar que os patrões recorressem à Brasília, ao Tribunal Superior do Trabalho, como sempre fizeram anteriormente, anulando conquistas dos trabalhadores, aprovadas no Tribunal Regional. Para os dirigentes sindicais, o acordo significava a consolidação das conquistas, inviabilizando recuos. Segundo a autora, os próprios trabalhadores pressionaram as lideranças sindicais para a concretização do Acordo (cf. Sigaud, 1985: 10/11).

O elemento decisivo para a concretização do acordo entre trabalhadores e patrões, na Campanha Salarial de 1985 no Nordeste foi a concepção que os dirigentes da FETAPE e da CONTAG tinham da conjuntura nacional: avaliavam que era possível ampliar os espaços de ação sindical no interior do novo governo civil e que, portanto, era fundamental evitar ações de setores radicais da classe dominante, que estariam agindo na perspectiva de desestabilização política do governo da "Nova República". Essa forma de interpretação da conjuntura se refletiu na condução política da Campanha Salarial do Nordeste: tinha-se que a mobilização e a greve dos canavieiros nordestinos pudesse ser utilizada como pretexto para o fortalecimento de opositores que poderiam pôr em risco a viabilidade de concretização dos projetos da Aliança Democrática.

Já no ano seguinte, as esperanças em relação à Nova República eram menores. Na Campanha Salarial de 1986, foi apresentada uma inovação ao ritual das campanhas passadas. Os dirigentes da CONTAG trouxeram uma inovação: "a Campanha Salarial Unificada para o Nordeste", ainda que a unificação se limitasse, num primeiro momento, ao edital de convocação, às datas de assembleias, à aprovação da pauta e à propaganda comum. A Campanha Unificada significou a inclusão dos estados de Alagoas e Sergipe na dinâmica das Campanhas Salariais (48).

48 As datas-base das campanhas salariais nos estados não foram modificadas, continuavam obedecendo o seguinte calendário: Rio Grande do Norte- 6 de outubro; Pernambuco- 8 de outubro; Paraíba- 15 de outubro; Sergipe-28 de outubro; Alagoas- 1 de novembro. De fato, o modelo de campanha salarial não sofreu nenhuma alteração com a unificação.

Essa inovação se fez apenas mediante a extensão da Campanha Salarial para outros estados, sem contudo alterar sua dinâmica. Os problemas foram-se acumulando durante o longo período de vigência da Campanha Unificada e, com isso, foram-se tornando mais difíceis as mobilizações dos trabalhadores e o cumprimento das Convenções Coletivas por parte da classe patronal. O dirigente sindical glío Neves participou, como diretor da CONTAG, da Campanha Salarial de 1986 em Alagoas, onde constatou sérias dificuldades no encaminhamento das Campanhas Salariais do Nordeste:

"...Tem casos em que a Federação desce para fazer a greve e substitui a ação sindical; quando vira as costas, a situação fica complicada. Há outros em que a CONTAG desce num estado e coloca a proposta de greve, força a barra e a greve sai, mas a direção da CONTAG e a assessoria não pode substituir o sindicato. Isso coloca algumas situações: uma delas é que não deixa claro o conflito de classes dentro do município, não chega a ação do dirigente sindical local. Ou seja, o dirigente local fica livre para fazer acordos políticos com o patrão e ele jamais vai entrar em contradição com o patrão, porque foi a CONTAG que foi lá fazer a greve, ou foi a Federação que foi lá fazer a greve. Os trabalhadores também têm dificuldades de enxergar o sindicato como instrumento de luta. Eles enxergam a CONTAG: ela é que foi lá fazer a greve. Mas esta situação é temporária, passa e vai embora. Acho que a Campanha Salarial do Nordeste teve um momento muito importante, mas precisa melhorar, mudar em muita coisa..." (Cf. CEDI, Rev. Tempo e Presença, nº 243, 1989)

Os dirigentes sindicais cutistas assinalaram, em 1988, diversos aspectos que complementavam a argumentação exposta acima, tais como: a forte repressão patronal sobre os dirigentes sindicais, a violência dos empregadores e de suas milícias privadas como obstáculo à mobilização dos trabalhadores, o desconhecimento, por parte dos trabalhadores, de seus direitos e suas conquistas; o persistente isolamento dos dirigentes em relação aos trabalhadores,

que, por sua vez, quase não procuravam o sindicato; a falta aos sindicatos de estrutura financeira e advogados suficientes para acompanhar e cobrar irregularidades trabalhistas, a falta de fiscalização pelos fiscais da DRT, a morosidade e "parcialidade" da Justiça, a desmobilização dos trabalhadores (49) (cf. Relatório I Encontro Assalariados, CUT, 1988).

De qualquer maneira, as Campanhas Salariais foram sofrendo ajustes ano a ano, adaptando-se às novas exigências da política econômica do país; às reações da classe patronal; aos recursos e decisões do Tribunal Superior do Trabalho. No entanto, podemos dizer que sua dinâmica básica foi preservada, na medida em que se manteve inalterado seu componentes constitutivo básico: a "unidade" da categoria expressa na unicidade da representação sindical, como único caminho para fazer frente à "força dos patrões". Nesta concepção, a representação formal dos canavieiros se faz no interior dos sindicatos dos trabalhadores rurais que planeja e age em nome da "categoria".

Não se trata, no entanto, de negar os efeitos das Campanhas Salariais que, como observa Sigaud (1985), diminuíram o espaço da arbitrariedade patronal. Trata-se de atentar para a necessidade de mudanças num modelo de Campanha Salarial que já não tem os mesmos efeitos de dez anos atrás. Não se podem continuar repetindo sempre os mesmos mecanismos, avaliações e critérios, pois a realidade mudou: os mecanismos de dominação mudaram, a classe patronal também desenvolveu suas formas de enfrentar anualmente a Campanha

49 Na Campanha Salarial de 1990, constatava-se em Alagoas que os dirigentes da Federação e da quase totalidade dos sindicatos continuavam desmobilizados para as Campanhas Salariais, havia uma predominância de dirigentes sindicais acomodados que se limitavam a cumprir formalidades. Em reunião preparatória da Campanha Salarial de 1990, estimava-se que dos 45 sindicatos de trabalhadores rurais existentes na zona canavieira de Alagoas, apenas 6 tinham condições de estimular campanhas de cumprimento. Em Sergipe, o quadro não era muito diferente. Naquele estado, dos 17 sindicatos existentes na área canavieira, apenas 3 tinham condições, ainda que precárias, para cumprir as formalidades da Campanha Salarial. (cf. Relatório do VII Encontro dos canavieiros do Nordeste, CUT, 1990). No Rio Grande do Norte, a situação se diferenciava um pouco. Havia um grande número de dirigentes acomodados, mas, em contrapartida, dirigentes da Federação denunciavam arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores e irregularidades trabalhistas, embora também se manifestassem as dificuldades em fazer cumprir as conquistas de Convenções e Dissídios, já que a Federação não podia interferir na chamada "autonomia" dos sindicatos locais.

Salarial. Além disso, é preciso não esquecer um dado fundamental, o de que os expedientes das Campanhas Salariais não recobrem as situações do mercado e do emprego da mão-de-obra hoje preponderantes na zona canavieira do Nordeste.

As inovações surgidas nas Campanhas Salariais dos canavieiros nordestinos têm sido insuficientes para enfrentar as péssimas condições de trabalho e os baixos níveis salariais dos canavieiros, no interior das usinas e destilarias. São grandes as dificuldades de atuar no interior de uma estrutura sindical verticalizada, que reforça entre os dirigentes a herança do presidencialismo de base municipal e outras práticas personalizadas que se respaldam na "cultura sindical" anteriormente difundida (50).

Registram-se hoje ações de direções sindicais que reorientaram sua prática sindical, mobilizando trabalhadores, exigindo o cumprimento das conquistas nas Campanhas Salariais; promovendo treinamentos de delegados sindicais; divulgando, com cartilhas e panfletos, os direitos conquistados; pressionando e denunciando a omissão dos delegados da DRT; estimulando paradesios isolados ou articulados em diversos municípios, fazendo negociações diretas com os patrões. A dinâmica desencadeada por essas práticas sindicais, ainda que limitada a alguns dirigentes da zona canavieira nordestina, acabou resultando, no final da década de 80, na produção de alternativas para a sistematização das Campanhas Salariais e para as lutas pelo cumprimento, alternativas essas que sinalizam a necessidade de mudanças na concepção do trabalho sindical com a categoria.

50 Sobre este assunto ver Novaes, R. (1989).

3) A readequação do Modelo de Campanha Salarial: apostas e riscos.

A partir do final da década de 70, as divergências no interior do movimento sindical foram estimuladas pelas disputas entre os dirigentes sindicais, que se agrupavam em campos políticos diferentes. Polarizados pelas questões nacionais, demarcaram-se alinhamentos distintos nos campos das centrais sindicais em formação. Essa polarização se refletiu no interior do movimento sindical rural mesmo porque a CONTAG, enquanto entidade, não chegou oficialmente a se vincular organicamente a uma das Centrais Sindicais, mantendo-se, enquanto entidade, certa independência, embora alguns de seus dirigentes tivessem assumido posições claras nesse processo (51). A indefinição política dos dirigentes da entidade quanto ao alinhamento político da instituição a uma das Centrais Sindicais sugeria a possibilidade de sua transformação em uma "Central Camponesa", de todos os trabalhadores do campo.

É bem verdade que o alinhamento político dos dirigentes sindicais variavam segundo as particularidades estaduais. Nas Campanhas Salariais em Pernambuco, eram notórias as afinidades de dirigentes da CONTAG com os dirigentes da Federação e com os sindicalistas mais atuantes, isolando politicamente, de um lado, os dirigentes mais acomodados e, de outro, aqueles vinculados a outras forças políticas. Na Paraíba, as articulações dos dirigentes da CONTAG já se faziam por outros caminhos, como a aproximação aos dirigentes menos atuantes, para assegurar o controle político das Campanhas Salariais. Isso porque havia ali maior concorrência pela direção do movimento e grandes divergências nas formas de encaminhamento das Campanhas Salariais. A conquista de vários sindicatos pelas oposições sindicais ameaçava, ao mesmo tempo, os

51 É bom lembrar que a CONTAG até hoje não se filiou a nenhuma Central Sindical e que, na época, ela esteve no Congresso da CGT e José Francisco da Silva foi o vice-presidente desta entidade. No V Congresso da CONTAG, em 1991, aprovou-se um indicativo de filiação à CUT. Contudo, parece-me que ainda é forte o projeto de "autonomia" em relação às Centrais, transformando a própria CONTAG em Central Camponesa, dos Rurais.

dirigentes das Federações e os dirigentes da própria CONTAG, trazendo a possibilidade de mudança da correlação de forças políticas, no interior do Conselho Deliberativo daquelas duas entidades.

No entanto, em 1985 uma aliança política foi feita no interior do movimento sindical paraibano para as eleições da Federação. Dirigentes da CUT se aliaram a antigos dirigentes da Federação, para combater uma chapa formada por segmentos de sindicalistas descompromissados com a organização dos trabalhadores e apoiados por importante parcela da classe patronal(52).

A despeito da derrota dessa chapa nas eleições do Conselho da Federação, a articulação criou condições para um reordenamento das forças políticas no interior do movimento sindical paraibano, consolidando uma aproximação entre os dirigentes da CONTAG e os sindicalistas da CUT. Essa aproximação se fez para contornar a omissão dos dirigentes da Federação na luta por terra e salário.

Nesse contexto, um grupo de sindicalistas da Paraíba, que já havia participado da organização da Campanha Trabalhista (1982/83) e da mobilização de grande contingente de trabalhadores na Campanha Salarial de 1984, apresentou, na Campanha Salarial de 1986, uma novidade: assumiram a identidade "cutista" no encaminhamento de suas propostas, no interior do movimento sindical. Naquelas circunstâncias, isso significava demarcar claramente diferenças no interior do movimento sindical e da própria Campanha Salarial. Significava disputar com outras forças políticas, inclusive com

52 A aliança CONTAG/CUT foi vencedora no Congresso, mas um grupo de sindicalistas, com apoio de importantes setores da classe dominante, conseguiu anular as eleições realizadas no congresso, alegando que a diretoria da Federação não tinha providenciado a alteração dos estatutos da Entidade. Uma nova eleição foi realizada, porém restrita ao Conselho da Federação. A atual diretoria da Federação, perdedora no Congresso, foi vencedora no Conselho constituído apenas pelos presidentes de Sindicatos. O Movimento de Evangelização Rural (MER), que posteriormente deriva da CONSTRI (Corrente Sindical dos Trabalhadores Independentes), também compunha a chapa vencedora no congresso.

dirigentes da CONTAG, a condução política da Campanha Salarial no estado.

Pela primeira vez, nas Campanhas Salariais dos canavieiros nordestinos, uma proposta de pauta de reivindicação foi encaminhada em nome da Central Unica dos Trabalhadores, para ser debatida pelos dirigentes sindicais, em reunião na Federação da Paraíba, em 29/8/86.

Na construção deste espaço político estes dirigentes davam prioridade à organização dos trabalhadores para a luta pelo cumprimento das conquistas, à preparação dos delegados sindicais, à socialização das conquistas junto aos trabalhadores, à organização das paralisações nas frentes de trabalho, etc. (53). Esse trabalho foi gradativamente dando aos dirigentes da CUT legitimidade na representação dos trabalhadores, mesmo porque os dirigentes da Federação (FETAG-PB) não conseguiam mais assegurar para si o direito (antes inquestionável) de representação da totalidade dos sindicatos daquele Estado. Na Campanha Salarial de 1990, a legitimidade da representação conquistada pelos dirigentes cutistas credenciara- os a realizar a Campanha Salarial independente da Federação, ameaçando frontalmente a representação formal imposta pela estrutura verticalizada e confederativa do movimento sindical rural.

Nessa época, os sindicalistas cutistas, somados aos sindicalistas da Corrente de Trabalhadores Independentes, controlavam 50 % dos sindicatos da zona canavieira da Paraíba que totalizava 36 sindicatos, isto é, 15 diretorias sindicais e 3 oposições sindicais estavam alinhados à CUT e CONSTRI.

53 Essa aproximação entre os dirigentes da CONTAG e os sindicalistas cutistas na Paraíba teve vários desdobramentos nas campanhas salariais posteriores, mas sua principal consequência se deu no V Congresso da CONTAG, realizado em 1991, onde se formou uma única chapa, configurada por um ienso arco de alianças políticas, cabendo aos representantes da CUT a secretaria geral da CONTAG e a secretaria de assalariados, sendo esta última não por acaso entregue a um sindicalista cutista da Paraíba, José Raimundo de Andrade.

O crescimento desse grupo de sindicalistas, associado ao descompromisso dos dirigentes da Federação com a categoria, dificultou o controle das Campanhas Salariais pelos dirigentes da CONTAG. Estavam criadas as condições para os dirigentes cutistas realizarem a Campanha Salarial de forma independente da Federação, rompendo com a direção verticalizada, imposta até então pelos dirigentes do movimento sindical oficial. Essa possibilidade desestruturou também a argumentação dos dirigentes da CONTAG que sustentava o modelo de campanha salarial: a necessidade da "unidade", para além das diferenças entre os sindicatos em termos de mobilização e de lutas pelo cumprimento. Até então, aqueles com quem os dirigentes cutistas disputavam a legitimidade da representação sindical na Paraíba apostavam ainda na resistência da classe patronal em não reconhecer a CUT como instância de representação dos trabalhadores, nas negociações trabalhistas.

A principal proposta do VI Encontro Regional dos Canavieiros do Nordeste, organizado pela CUT, era de modificações que aperfeiçoassem o modelo de Campanha Salarial da CONTAG. As modificações propostas não alteravam totalmente a sistemática das campanhas anteriores. Porém, implicavam organizar, desde o início da safra, mobilizações voltadas para o cumprimento das conquistas anteriores. Tratava-se, portanto, de mobilizar os trabalhadores desde o início da safra em torno do cumprimento e não apenas no momento da negociação com a classe patronal, não mais se limitando as mobilizações a pressionar os patrões e o Judiciário, no sentido de ampliar as conquistas dos trabalhadores. A proposta objetivava imprimir uma nova dinâmica às Campanhas Salariais, na medida em que rompia com a concepção dos dois cenários, ou seja, dos dois tempos diferenciados das Campanhas Salariais.

Outra proposta de reformulação consistiu em articular as lutas pelo cumprimento que ocorriam dispersas no interior das unidades de produção. O que seria feito por meio de mobilizações conjuntas organizadas pelos sindicatos de vários municípios, de denúncias nominais na imprensa dos patrões que desrespeitassem a

Convenções Coletivas e de ocupações conjuntas das Delegacias Regionais do Trabalho e outras.

Algumas dessas medidas foram postas em prática. Desde o início da safra do ano de 1980, fizeram-se campanhas de fiscalização com treinamento no uso de balanças e trenas para aferir as medições da produção de cada trabalhador; divulgação de boletins mensais com a tabela de tarefa e os salários atualizados; organização de paralisações de turnas em resposta ao descumprimento patronal; realizações constantes de mesas redondas na DRT; ações de fiscalização articulando blocos de sindicatos; etc. (cf. Relatório do VII Encontro dos Canavieiros do Nordeste, CUT, 1980).

Todas essas atividades realizadas para garantir o cumprimento dos Contratos Coletivos de Trabalho envolveram muitas paralisações dos trabalhos nos canaviais, propiciaram conquistas e criaram condições para uma negociação direta entre sindicalistas e usineiros, sem a intermediação da Justiça do Trabalho.

Tais mobilizações credenciaram os sindicalistas da CUT junto a um conjunto de trabalhadores, junto à própria classe patronal. Respaldados pelas mobilizações, os dirigentes da CUT convocaram os patrões, em outubro de 1980, propondo uma negociação direta, isto é, sem intermediação da Delegacia Regional do Trabalho. Essa proposta buscava consolidar junto à classe patronal a legitimidade de sua representação. Como era previsível, o patronato não aceitou negociar diretamente com os dirigentes da CUT, solicitou a intervenção da Delegacia Regional do Trabalho.

Mas os dirigentes da CUT também encaminharam uma solicitação à Delegacia Regional do Trabalho, para negociar com o patronato o Contrato Coletivo de Trabalho dos canavieiros da Paraíba. A Delegacia Regional do Trabalho reconheceu a legitimidade da solicitação e convocou o patronato para a negociação. Com o credenciamento da Central para a negociação com a classe patronal,

punha-se em xeque, pela primeira vez, o princípio da representação formal e única, dada pela estrutura sindical vigente (54).

Mas, nessa mesma Campanha Salarial de 1990, os diretores da Federação, que tinham procurações para representar alguns sindicatos também se credenciaram para negociar com a classe patronal. Então, na Paraíba, em 1990, as negociações se desenrolaram simultaneamente em dois espaços. No espaço cutista, os dirigentes não aceitaram as propostas patronais, recusaram o Acordo e, diante do rompimento das negociações, instaurou-se o Dissídio. No outro espaço, os dirigentes da Federação negociaram a proposta patronal e concretizaram o Acordo Coletivo. O Dissídio da CUT foi julgado em 3 dias. Ao final, prevaleceu o Acordo feito anteriormente pelos dirigentes da Federação, que foi estendido para toda a categoria, possibilitando ganhos para os trabalhadores, já que o patronato, ameaçado pela disputa entre correntes sindicais, negociou um salário superior ao conquistado em Pernambuco, fato raro nas campanhas salariais do Nordeste em virtude da maior capacidade de mobilização do movimento sindical pernambucano.

Em Pernambuco, o realinhamento das forças no interior do movimento sindical se realizou de forma diferente: os dirigentes da FETAPE e alguns dirigentes sindicais mais comprometidos com a mobilização dos trabalhadores continuavam conduzindo as Campanhas Salariais, a luta pelo cumprimento dos Dissídios/Convenções

54 As discussões a partir da introdução de novas experiências relacionadas às mudanças na estrutura sindical com criação dos sindicatos por produtos, sindicatos com base regional, sindicatos de assalariados e mesmo uma Federação (FERAESP) tem relacionado as mudanças de estrutura e práticas sindicais com as condições concretas para garantir aos dirigentes sindicais a legitimidade e legalidade da representação dos trabalhadores; o reconhecimento e representação da categoria por parte dos patrões, pelas próprias delegacias Regionais do Trabalho e mesmo pelos dirigentes que permaneceram na estrutura tem sido buscado para viabilizar as negociações. No caso da CUT Paraíba do sindicato dos fumicultores do sul do país o reconhecimento patronal e pelas autoridades se deu a partir de grandes mobilizações. É importante registrar ainda que a conquista da legitimidade numa determinada conjuntura pode não se reproduzir em outra ou perder-se completamente quando os sindicatos não se transformam em reconhecidos instrumentos de reivindicações e lutas dos trabalhadores, como foi o caso da Paraíba nas campanhas salariais 1991/92.

Coletivas e o fortalecimento e aprimoramento do trabalho sindical (55).

As ações para o cumprimento - que incluíam encaminhar questões à justiça, organizar paralisações nas unidades de produção ou nas turmas de trabalhadores, coordenar a ação entre diversas frentes de trabalho para interromper as atividades das usinas - tem ocorrido com certa frequência, em alguns municípios de Pernambuco. Mobilizações de trabalhadores assalariados foram realizadas em Recife tornando públicas as denúncias de arbitrariedades cometidas pelos patrões e pressionando autoridades, no sentido de exigir a fiscalização do cumprimento dos Contrato Coletivo de Trabalho.

Em Pernambuco, durante a gestão de Miguel Arraes, assessores do movimento sindical assumiram importantes cargos no governo, o que ampliou as margens de barganha do movimento sindical, sem contudo resultar em substanciais ganhos organizativos do movimento. Também em Pernambuco, a entrada dos dirigentes mais antigos do movimento sindical na política eleitoral, disputando cargos no executivo e legislativo de pequenas cidades da zona canavieira pernambucana, possibilitou a ampliação do espaço urbano para os rurais, e conseqüentemente, melhores condições para lutar pela cidadania. Porém, nem sempre a conquista desse espaço por alguns dirigentes chegou a alterar a posição patronal em relação ao descumprimento das Convenções Coletivas, como também pouco contribuiu para evitar a reprodução das direções menos comprometidas, nas diretorias dos sindicatos(56).

55 Um exemplo disso foi o evento realizado em setembro de 1991, o II Congresso dos Delegados Sindicais da Zona Canavieira de Pernambuco, reunindo cerca de 300 delegados sindicais e lideranças da zona canavieira.(cf. Jornal do Trabalhador Rural, FETAPE, set. 1991).

56 A entrada de dirigentes sindicais rurais nos cargos legislativos e executivos tende a se ampliar pela zona canavieira do Nordeste. Nos últimos anos, registra-se essa tendência, na trajetória das lideranças mais expressivas do movimento sindical, em direção aos partidos políticos, viabilizando suas candidaturas nas eleições municipais. Essa perspectiva contrapõe-se a uma outra trajetória, seguida e ambicionada por muitos dirigentes sindicais que deixavam o movimento sindical, para terminar sua carreira como juiz classista no Ministério do Trabalho.

No movimento sindical rural da zona canavieira de Pernambuco, constata-se, além da presença de sindicalistas mais descompromissados com a organização dos trabalhadores, a participação, em pequeno número, de sindicalistas articulados politicamente no campo da CUT e da CONSTRUI, ao passo que a maioria dos sindicalistas está alinhada aos dirigentes estaduais que se articulam, em nível nacional, com a linha política dos dirigentes históricos da CONTAG(57). Em momentos de eleições sindicais e de eleições da própria Federação, essas divergências se explicitam com maior intensidade (58). Nas últimas eleições para a diretoria da FETAPE, esses sindicalistas compuseram uma única chapa com predominância dos dirigentes históricos, mas desta vez outras forças conseguiram importantes cargos na direção.

Outro fato significativo ocorrido em Pernambuco foi a mudança da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar e do Alcool, em eleições realizadas em 1989. Uma chapa de oposição - organizada no bojo de uma greve dos trabalhadores da parte industrial da Refinaria de Açúcar Amorim Primo S/A, para assegurar o cumprimento dos direitos trabalhistas - conquistou o sindicato. Como primeira providência, desencadeou um processo de discussão sobre as Centrais Sindicais. Nesse processo, o Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar e do Alcool de Pernambuco se filiou à

57 Nas eleições sindicais, as forças de articulação das forças políticas se dão por alinhamentos próprios, não demarcando claramente os limites de seus campos políticos. Dessa forma, em uma eleição sindical podem aparecer reagrupamentos mais distintos de forças políticas. Tais realinhamentos podem inclusive ocorrer entre grupos que verbalizam a necessidade de diminuir os espaços para a reprodução dos dirigentes acomodados nas direções sindicais, mas os apóiam nas eleições, selando compromissos futuros, no sentido de evitar a mudança da correlação de forças políticas no interior do movimento sindical e assim preservar sua hegemonia.

58 Algumas dessas divergências foram registradas numa entrevista com Manoel dos Santos, dirigente sindical rural cutista: "O que combatíamos, em primeiro lugar, era o grande envolvimento do movimento sindical com esses projetos (projetos governamentais como o PAPP e outros), inclusive com a liberação de recursos. A gente advertia tanto ao Estado como à Federação, na época, que o movimento sindical deveria ser sempre um instrumento de sugestão, de fiscalização dos projetos e não de administração". A cerca da articulação de uma chapa para concorrer às eleições da Federação, o dirigente assim se expressou: "Não foi bem uma chapa de oposição. Mesmo trabalhando junto com a FETAPE, nós sempre questionamos a limitação política nas suas posições, tanto no encaminhamento das lutas, como também no que diz respeito ao enfrentamento com o Estado. Sempre fizemos essa oposição por dentro (do movimento sindical)". (cf. Santos, 1989, 79/82)

ZÉ MELAÇO

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool - PE

ANO I Nº 1 outubro de 1989

Greve da Pumaty e Nossa Senhora do Carmo

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar com a ajuda e a mobilização de nossa categoria conseguiu parar mais duas usinas. Nos dias 12 de setembro, às 7 h, cerca de 750 trabalhadores cruzavam os braços na Usina Nossa Senhora do Carmo. Qual o motivo? O de sempre: Os patrões não cumprem o nosso Acordo Coletivo de Trabalho e se negam a pagar os 29,67% para o mês de junho/89, da política salarial do Governo Federal.

Eles insistem e não pagam um percentual já garantido pelo Tribunal Regional do Trabalho - TRT, que julgou nosso assédio no último dia 24 de agosto. Do Acordo Coletivo eles devem a primeira parcela do 13º salário, que já deveria ser



pago desde o mês de junho; prêmio assiduidade; contribuição sindical à nossa entidade e refeitório, entre outras coisas.

No dia 13 de agosto, terminou a greve na Usina Nossa Senhora do Carmo. Na tarde desse dia, a diretoria do ZÉ MELAÇO negociou com o patronato na Delegacia Regional do Trabalho DRT onde ficaram acer-

tados os seguintes pontos: o pagamento do 13º salário será feito no mês de outubro/89, com base no salário do mês, pagamento dos 29,67%, a construção do refeitório deverá terminar até o dia 15 de janeiro. Ficou decidido também que serão realizadas reuniões para discutir as outras cláusulas do acordo. (Continua na pág. 3)

Central Unica dos Trabalhadores, em assembléia geral, realizada em dezembro de 1989.

Essa diretoria buscou formas diferentes para se articular com a categoria, procurando romper com as ações sindicais meramente assistencialistas e corporativistas que predominavam naquela entidade, desde o golpe militar de 1964. Pensando em transformar o sindicato num importante instrumento de reivindicação da categoria, foram realizadas várias atividades de mobilização para assegurar e ampliar as conquistas dos trabalhadores: passeatas de trabalhadores pelos centro do Recife, atos públicos, assembléias em locais de trabalho, organização de representantes sindicais por usinas e destilarias - os delegados sindicais-, paralisações do trabalho pelo cumprimento. Foram registradas 26 paralisações de usinas e destilarias em Pernambuco até setembro de 1991. (cf. Informativo do Sindicato denominado Zé do Melão, set.1991)

Um dos principais desafios da atual diretoria do Sindicato do Açúcar e do Alcool consiste na superação do corporativismo, para lograr a integração das lutas de várias categorias de trabalhadores que compõem o complexo agroindustrial. Daí a necessidade de unificação da data-base das categorias desse complexo. Os trabalhadores da parte industrial da agroindústria do açúcar e do álcool têm a data-base no mês de maio, enquanto a data-base dos trabalhadores rurais é outubro, o que diminui sensivelmente o poder de negociação dessas categorias.

Algumas atividades dos trabalhadores dos setores industrial e agrícola têm sido realizadas conjuntamente em Pernambuco (59). As lutas conjuntas entre os diferentes segmentos de trabalhadores da agroindústria do açúcar e do álcool de Pernambuco funcionam como um

59 Entre elas, destacam-se paralisações conjuntas das atividades em resposta ao não-cumprimento dos direitos trabalhistas pelos patrões. O sindicato dos industriários realizou 3 paralisações articuladas com os trabalhadores rurais, organizando acampamentos nas portas das usinas Mussuassu, Central Barreiras e Catende. Nas usinas Treze de Maio e Aliança, as paralisações foram realizadas juntamente com os trabalhadores do setor de transporte, conforme relata em entrevista Moab de Oliveira, presidente do Sindicato do Açúcar e do Alcool de Pernambuco, durante o 1º Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT em maio de 1989.

contraponto, como uma resposta dos trabalhadores às estratégias patronais que visam a aprofundar a segmentação dos trabalhadores, a partir das transformações na base técnica da produção. Essas são tentativas de unificação no campo político daqueles a quem o capital economicamente separou.

Essa busca de integração dos diferentes setores de trabalhadores que compõem a complexa agroindústria do açúcar e do álcool não põe em xeque a estrutura da organização sindical. Em Pernambuco, diferentemente da proposta e experiência da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo), (cf. Alves, 1991), tem-se procurado pôr gradativamente em prática alguns encaminhamentos conjuntos, mesmo diante de algumas divergências quanto à construção da "unidade" e à avaliação sobre a atual estrutura sindical.

4) As novas práticas Sindicais frente às transformações recentes na agroindústria canavieira.

4.1) A pesquisa: na rota da formação e na mesa de negociação.

No decorrer das Campanhas Salariais, muitos dirigentes sindicais foram percebendo que as transformações processadas no interior das empresas açucareiras e alcooleiras se traduziam também na adoção de novos mecanismos de organização e controle do trabalho pela classe patronal. A partir dessas constatações, impôs-se a necessidade de contar com uma assessoria técnica qualificada, para desvendar os novos mecanismos de recrutamento, treinamento e controle da mão-de-obra, assim como evidenciar mudanças estruturais no mercado de trabalho rural.

No âmbito cutista, os dirigentes perceberam a necessidade de reformulação da tabela de tarefa que não expressava as transformações tecnológicas ocorridas nos canaviais nordestinos. As tabelas de tarefa para a negociação com os patrões nas Campanhas Salariais eram elaboradas com base no modelo de Pernambuco, muitas vezes com cláusulas inadequadas para outras situações e também com base em informações imprecisas dadas pelos dirigentes sindicais. Os métodos empregados para a confecção das tabelas não asseguravam ampla participação dos trabalhadores, favorecendo o surgimento de graves distorções.

Além desses problemas mais abrangentes, pode-se constatar que o movimento sindical, preso a condicionantes de sua própria história, não conseguiu elaborar uma tabela de tarefa que incorporasse as mudanças ocorridas na produção da zona canavieira nordestina. A tabela de tarefa segue o padrão básico da primeira "tabela de tarefa" aprovada em Pernambuco, durante o primeiro governo de Miguel Arraes, em 1963. Esse padrão de tabela não contempla a diversidade de situações que está hoje presente no interior dos canaviais nordestinos (ver anexo 1).

É verdade que na tabela original do período anterior a 64 foram feitas adaptações à realidade dos anos 70 e às modificações que os patrões fizeram no processo produtivo após o início das Campanhas Salariais, buscando instituir tarefas não contempladas pelas tabelas. Um exemplo disso foi a implementação por "cana solta" que fugia às regulamentações da "cana amarrada", fato que pode ser atribuído à incorporação de tecnologias (as apanhadeiras mecânicas), como resposta às pressões dos trabalhadores (Sigaud 1979), ou mesmo ao aumento do custo da mão-de-obra. Contudo, há cláusulas que só concernem à realidade da Mata Norte de Pernambuco, onde nos anos 70 ainda era significativo o número de moradores, mas não têm sentido em regiões novas de plantio de cana, onde não foi sequer instituído o sistema de morada tradicional, no qual o binômio casa e trabalho estava respaldado num sistema de reciprocidade, de lealdade e proteção. (cf. Palmeira, 1976). Um

exemplo disso é a cláusula que diz respeito à concessão do lote de terra, a conhecida "lei do sítio", esta permaneceu na pauta como um símbolo de continuidade da luta pelo acesso à terra na região, mas tem aplicabilidade restrita, quando consideramos o conjunto da produção dos dias atuais, em que os moradores deixaram de ser o principal grupo de trabalhadores dos canaviais.

Ou seja, a estrutura da pauta corresponde, em termos de tabela de tarefa, mais à Mata Norte de Pernambuco(60) do que às outras regiões mais recentes e modernizadas como os tabuleiros alagoanos e aqueles do litoral paraibano. Porém, o problema inverso também ocorre. No início das Campanhas Salariais houve dificuldade de fazer uma pauta única de reivindicações que contemplasse, ao mesmo tempo, os trabalhadores de usinas mais ou menos modernizadas, em termos de produtividade, produção agrícola e parque industrial, nos diferentes estados nordestinos. Um exemplo é a dificuldade de definir, de forma generalizável, a quantidade de cana a ser carregada pelos burros durante a cambitagem (operação de transportar a cana cortada do canavial ao ponto de embarque no caminhão). Como a cambitagem hoje é restrita a algumas áreas a questão gera sempre discordâncias. A título de ilustração transcrevo trecho da fala da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Borborema (Pb), acerca da tabela de 1984":

(...) "na tabela colocaram 170 Kg numa carga. Isto não foi feito por trabalhador da cana, porque o trabalhador sabe que um burro aqui no Nordeste não tem condições de carregar 170 Kg. Um burro aqui no Nordeste...só se for elefante". (cf. CEDI,1985:99)

Essa discussão da pauta de reivindicação dos trabalhadores identifica também um outro feixe de problemas a serem superados no sindicalismo: aqueles referentes à democratização das instâncias de representação do movimento. Em nível mundial, o ideário sindical repousa na busca de uma ação efetiva na organização e defesa das

60 Região onde a "expulsão" foi mais significativa e onde "os clandestinos" vivendo nas periferias da cidade eram na época aliciados ao trabalho basicamente pelos empregadores.

condições de produção e reprodução dos trabalhadores. Tais condições estariam mais bem asseguradas, quanto mais elevado o grau de homogeneidade atingido pela classe trabalhadora. A ação sindical torna-se-ia, assim, mais eficaz pela representação de todos (dos iguais), o que aumentaria as possibilidades de barganha junto aos patrões de um determinado ramo de atividade. No entanto, ao que pudemos constatar, o assalariamento no campo se faz tanto aumentando a heterogeneidade nas formas de contratação e fixação de mão-de-obra na safra e entressafra, quanto consolidando um tipo de mercado de trabalho cuja característica principal é a circulação de trabalhadores entre municípios, estados e mesmo regiões. Ambos os aspectos, conforme evidenciamos, desafiam a organização sindical e diminuem seu poder de pressão.

Buscar formas para a construção das tabelas de tarefas através de um processo participativo que permitisse o estreitamento das relações entre os dirigentes sindicais e suas bases e que desse conta das particularidades de cada estado e microrregiões tornou-se o grande desafio para os dirigentes sindicais.

Desafio que foi enfrentado pelos dirigentes sindicais da CUT-Paraíba mediante pesquisas realizadas em conjunto com outras entidades - Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Laboratório de Análise do Trabalho da Universidade Federal da Paraíba (LAT), cuja metodologia foi, posteriormente, estendida aos estados de Alagoas e Sergipe. Nesse processo, constatou-se a necessidade de quantificação das perdas dos trabalhadores provocadas pelo descumprimento das Convenções Coletivas. Tal trabalho não deveria ser desenvolvido "para" os trabalhadores, mas "com" os trabalhadores; assegurando sua participação efetiva no processo de coleta de dados; aproximando os dirigentes sindicais da realidade de sua base, muitas vezes por eles desconhecida; identificando elementos novos nas relações de trabalho, que seriam incorporados às pautas de reivindicações e aprimorariam o

conhecimento e os argumentos dos dirigentes e assessorias nas mesas de negociações nas Campanhas Salariais.

Tal metodologia, conhecida na literatura como "pesquisa participante", proporcionou maior conhecimento da realidade dos canaviais. Pesquisa realizada pelo Laboratório de Análise do Trabalho da Universidade Federal da Paraíba e a FASE-AL na zona canavieira da Paraíba e de Alagoas (safras de 1988/1989 e 1989) permitiu a quantificação das perdas dos trabalhadores advindas do descumprimento dos Dissídios/Acordos Coletivos(61).

Avaliação das Perdas

Devido a	PB / 88 (%)	PB / 89 (%)	AL / 89 (%)
Salário	13.80	26.90	5.60
Tarefa	41.80	44.00	40.00
Medição	21.30	35.20	30.00
Acumulado	60.50	73.50	60.4
Repouso	14.30	14.30	14.30
13o.	7.70	7.70	7.70
Férias	7.70	7.70	7.70
Total	71.20	81.10	71.80

Fonte: Revista Proposta, n. 42, 1989

Adissi(1989) sublinha que as perdas, decorrentes de tarefas superiores às convencionadas, representaram uma perda salarial média para os canavieiros da Paraíba e de Alagoas de 40%, ou seja a cada 8 horas trabalhadas, nem 5 foram pagas. O superdimensionamento da tarefa é o fator que mais prejudica o trabalhador que não consegue fazer no dia de trabalho o correspondente ao salário. Para dar conta da tarefa, ele incorpora então o trabalho da mulher e dos filhos à sua. O rebaixamento salarial também provoca grandes perdas, pois o salário convencionado foi, na Paraíba e em Alagoas, 10 e 6% superior ao piso nacional de salário, respectivamente. As

61 Os pesquisadores explicitam: "Para a realização da pesquisa, recolhemos informações de três fontes principais: reuniões com trabalhadores; recolhimento de comprovantes de pagamentos dos trabalhadores (com dados sobre salário e tarefa, pagamento de repouso semanal, férias e décimo terceiro salário) e aferições com instrumentos oficiais realizadas no campo. Este último recurso de investigação revelou-se o mais eficaz. O uso de trena para mensurar o tamanho da vara utilizada pelos patrões, e a aplicação da balança aferida para verificar o peso da cana denunciaram as estratégias patronais que lesam os trabalhadores". (cf. Adissi et alii, 1989:49)

perdas decorrentes das medições são provocadas pelos roubos - "salto da vara" - e até pela adulteração do instrumento de medição. (cf. Rev. Proposta nº 42, FASE, 1989)

Adissi (1989) transformou as perdas efetuadas em piso nacional de salário:

Convenção	a receber (PNSa)	recebido (PNSa)	roubado (PNSa)
PB 87/88	22.70	9.00	13.70
PB 88/89	23.60	6.30	17.30
AL 88/89	21.20	8.40	12.80

Fonte: Revista Proposta, n. 42, 1989

Mesmo sem poder avaliar a pertinência da comparação, gostaria de enfatizar que a preocupação de contabilizar está na pauta do movimento sindical (62).

Na coleta de dados, conta-se com a participação de dirigentes e trabalhadores. A divulgação dos resultados se faz também em reuniões onde se verifica o alcance dos mesmos, complementando-os. Tais dados permitem também, pedagogicamente falando, proceder a comparações que sublinham as recorrências e as especificidades dos estados canavieiros.

Tais pesquisas podem também ser consideradas um tipo de "modernização" do movimento sindical que corresponderia, em seu campo, ao discurso técnico que enfatiza o "sistema racional". Nesse

62 Com base nestes dados, Adissi (1989) apresentou a seguinte conclusão: "Considerando as populações médias de 75.000 trabalhadores na Paraíba e 150.000 trabalhadores em Alagoas, podemos estimar as quantias que serão "economizadas" pela classe patronal, no período de vigência da atual Convenção. Para os patrões da Paraíba, essa "economia" deve atingir 1.297.500 PNSa o equivalente a 592 milhões e 717 mil dólares, e para os patrões de Alagoas, 1.920.800 PNSa, o equivalente a 877 milhões e 84 mil dólares, os valores de agosto de 1989". (cf. Rev. Proposta, 1989:50)

encontro entre "técnicos", organicamente situados em posições opostas da estrutura social, prevalecem argumentos cunhados na competência adquirida nos bancos escolares. Os técnicos do lado dos trabalhadores, também mediadores, são invariavelmente denominados "assessores" e a eles cabe "racionalizar" o movimento sindical.

4.2) Transformações no mercado de trabalho: o sindicalismo em questão.

Contudo, até os dias atuais, apesar dos avanços organizativos, o movimento sindical não conseguiu fazer frente, nas campanhas salariais, às transformações estruturais ocorridas no mercado de trabalho, como resultado das alterações da base técnica de produção da lavoura canavieira. Ainda é preciso encontrar resposta às novas formas de organização e controle do trabalho colocados em prática pelos usineiros (63).

Lembrando o que já foi tratado no Capítulo II deste trabalho, com a incorporação de novas tecnologias nos canaviais foram implementadas alterações nas relações de trabalho no campo e adotados novos mecanismos de controle e fiscalização do trabalho pelos empresários. Nas unidades de produção que se aproximam do padrão denominado "sistema racional", os trabalhadores foram disciplinados, enquadrados e ajustados à nova realidade do canavial. A fiscalização no trabalho tornou-se mais rigorosa, a disciplina e a especialização dos trabalhadores tornaram-se fatores determinantes para o aumento da produtividade.

63 Sobre esta questão, Neves(1989) declarou em entrevista realizada por Francisco J. C. Alves: "Um dos problemas que senti na campanha salarial do Nordeste, é que os companheiros não estão entendendo as alterações na estrutura de produção da cana na própria região(..) é esta avaliação que precisa ser feita no Nordeste; porque o padrão muda. Nós não podemos ficar encaminhando um movimento com as mesmas avaliações e critérios de cinco ou seis anos atrás, ou até dez(..)"(cf. Neves, 1989: 24).

De início, os trabalhadores reagiram a esse enquadramento, procurando trabalho nas usinas e com os empreiteiros que eram menos exigentes. Essas condições regulavam o mercado de trabalho, ou seja, a maior folga do controle atraía mão-de-obra, a rigidez a afastava, em busca de melhores condições. Posteriormente, as novas formas de fiscalização e exigências patronais ampliaram a rotatividade da mão-de-obra, os deslocamentos de trabalhadores entre as usinas dos diferentes estados, em busca de pequenas diferenças salariais, de melhores condições dos canaviais, de menor exigência e controle dos administradores.

Para contornar a rotatividade, os patrões estimulam os contratos por safra, contratando preferencialmente trabalhadores que moram longe do local de trabalho e que, por isso, ficam longo tempo submetidos ao controle absoluto dos usineiros. Em tais circunstâncias os patrões têm interesse em assinar a carteira desses trabalhadores temporários (através da empresa ou do indivíduo aliciador de mão-de-obra). Atitude que, paradoxalmente, provoca descontentamento nos trabalhadores, por acarretar maiores dificuldades para o seu deslocamento entre as regiões, entre as usinas e entre os empreiteiros.

Os trabalhadores permanentes residem quase sempre em agrovilas ou alojamentos. Foram realizados investimentos na área social para mantê-los. Dessa forma, após um período de crescente diminuição dos moradores pela expulsão, um segmento crescente de trabalhadores passa a ter sua reprodução social no interior das unidades de produção sob total controle da empresa, tornando mais complexo e difícil o acesso dos sindicatos a eles, bem como a ação sindical.

A retenção dos trabalhadores, permanentes e temporários, pelo maior tempo possível, no interior das unidades de produção, faz-se graças aos novos critérios de arregimentação, segundo os quais a especialização e a distância do local de morada (que

dificulta o deslocamento dos trabalhadores) passaram a ter grande importância. Além disso, tal retenção propicia uma não-correspondência entre as zonas produtoras de cana e a localização da reserva de mão-de-obra temporária, que está concentrada na periferia das cidades canavieiras, mas também se encontra nas cidades fora da zona canavieira, no agreste e no sertão. Essa distância entre o local de moradia e o local de trabalho que implica na maior retenção da mão-de-obra no interior das unidades de produção exige do movimento sindical de trabalhadores rurais soluções peculiares no encaminhamento das questões relacionadas a relação capital/trabalho. A ação sindical é geralmente planejada a partir da planta da fábrica, sem adequar a sua ação aos novos mecanismos empregados pela classe patronal para imobilizar a mão-de-obra. Por outro lado, a ação sindical ainda não se ajustou a nova realidade no que diz respeito a intensa rotatividade dos trabalhadores que não se dá mais apenas nas safras, mas ocorre semanalmente e mesmo diariamente. Para enfrentar estas questões setores do movimento sindical tem apresentado propostas no sentido de intensificar a ação sindical no local de origem da mão-de-obra (local de moradia) e a reestruturação da ação sindical para além dos limites dos municípios, o que vem sendo chamado de desmunicipalização.

O trabalho sindical na periferia dos municípios canavieiros e na periferia dos municípios mais distantes da zona canavieira onde se concentram grandes contingentes da mão-de-obra, deve ser intensificado para combater a rotatividade da mão-de-obra e as limitações que os dirigentes sindicais vem encontrando para o exercício de sua função fiscalizadora da produção (64). Muitos patrões impedem o acesso dos dirigentes sindicais ao interior das suas propriedades para a fiscalização das condições de trabalho,

64 É interessante registrar que, em outras regiões, como o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, existe um trabalho estruturado pela Pastoral dos Migrantes que procura elevar o nível de conhecimento dos trabalhadores sobre os direitos trabalhistas e sua compreensão das condições de trabalho na zona canavieira de São Paulo, para onde migram, na época do corte da cana, milhares de trabalhadores. Essa articulação pode ser percebida na mudança do comportamento dos migrantes, mais reivindicativos e participativos, diante das arbitrariedades cometidas pelos patrões nos canaviais de São Paulo.

outros a autorizam somente mediante combinação prévia com os diretores das empresas que autorizam o deslocamento dos técnicos, cabos de turma e administradores para acompanhar o trabalho sindical, inibindo os trabalhadores que acabam por não denunciar as irregularidades, diante da ameaça do desemprego. Nessas circunstâncias, o trabalho sindical no local de morada torna-se fundamental para que o trabalhador já chegue ao local de produção consciente de seus direitos. Um grande número de dirigentes sindicais não percebe ainda essa necessidade e resiste em ampliar o trabalho sindical para a periferia das cidades, onde os trabalhadores moram com sua família, mesmo quando o município fica quase ao lado da sede do sindicato. "Respeitar os limites da base territorial" torna-se o argumento que justifica a não-adequação do raio de ação sindical ao raio de recrutamento da mão-de-obra.

De fato, as mudanças estruturais no mercado de trabalho agrícola reordenam os fluxos migratórios e põem em xeque a estrutura sindical, quer na sua representação municipal, quer na sua versão mais combativa, que nomeia os "delegados de base" por usina, engenho ou fazenda. A desmunicipalização dos sindicatos tem sido cogitada como um expediente para enfrentar problemas ocasionados pela rotatividade da mão-de-obra. A ação sindical circunscrita ao limite dos municípios não se tem mostrado eficaz para dar conta dessa nova realidade, caracterizada por um empresariado que age articuladamente, para além dos limites municipais e até regionais, inovando nas formas e nos locais de aliciamento da mão-de-obra.

A desmunicipalização dos sindicatos criaria melhores condições para o enfrentamento das novas estratégias colocadas em prática pela classe patronal, não só porque contornaria em parte a existência de um grande número de dirigentes sindicais acomodados que dificultam articulações inter-municipais, mas principalmente porque atingiria toda a área das grandes empresas que, geralmente, envolvem vários municípios vizinhos.

Readequar a ação sindical a novas circunstâncias do mercado de trabalho implica encontrar respostas às novas formas utilizadas para ampliar o controle e a dominação sobre os trabalhadores. Tal readequação deveria levar em conta a intensificação da segmentação dos trabalhadores do complexo agroindustrial, inclusive entre os trabalhadores rurais, que se faz pelas formas de contrato de trabalho, pela arregimentação da mão-de-obra, pelo local de morada, pelo sexo, pela idade e outros(65). Essa segmentação dificulta o trabalho de mobilização dos trabalhadores e as paralisações da unidade de produção, porque multiplica condições de trabalho, formas de remuneração, e formas de complementariedade entre casa e trabalho.

O movimento sindical se depara ainda com o desemprego na zona canavieira nordestina, onde existe um contingente de trabalhadores famintos que perambulam pelos canaviais, dispostos a trabalhar em troca de comida. A crise econômica e o saturamento do mercado informal nos grandes centros têm ampliado o número de trabalhadores desempregados e a margem de manobra dos patrões, dificultando o trabalho sindical. O medo do desemprego inibe a mobilização e a organização da categoria.

Nessas circunstâncias, as mudanças na estrutura sindical, para enfrentar um patronato mais "racional e nacional", são indispensáveis, para que os trabalhadores se organizem, em busca de melhores remunerações e condições de trabalho. Sindicatos de assalariados rurais, sindicatos de assalariados, agregando rurais e operadores de máquinas, sindicatos de assalariados, agregando todas as categorias de trabalhadores do complexo agroindustrial, sindicatos de assalariados por empresa são alternativas que têm

65 Como vimos anteriormente, as exageradas dimensões das tarefas na produção impõem ao trabalhador a necessidade do prolongamento da jornada ou a necessidade de incorporar o trabalho da mulher ou da criança à produção como "ajuda" (trabalho gratuito). Este tipo de relação tem causado problemas à ação sindical, pois, diante da dificuldade de melhorar as formas de remuneração, o trabalho na forma de "ajuda" é tido pelo trabalhador como único meio de sobrevivência. Assim, os trabalhadores que contam com a "ajuda" não desejam denunciar esta irregularidade trabalhistas pelo temor de ser impedido a preservar esta relação.

sido discutidas. Algumas delas já implementadas, mesmo que de forma precária, em outras regiões do país. No Nordeste, como já vimos, o que tem funcionado são inovações localizadas, que se dão basicamente através de articulações de correntes sindicais.

Para essa situação, com certeza, não existem respostas definitivas. Aqueles que encarnam o Capital também agem e reagem cotidianamente, criando fatos novos a cada ano, seja no que tange às transformações na organização do processo produtivo, formas de gerenciamento, disciplina, treinamento e submissão da mão-de-obra, seja no que tange à argumentação econômico-política (alimentando a versão eterna da crise do setor). Reage ainda no nível da ação direta, com novas formas de clientelismo, com intimidação e violência.

Do ponto de vista da força de trabalho, ainda dois pontos que têm sido apontados como caminhos para aumentar o poder de barganha daqueles que a encarnam: a busca de condições de negociações diretas, que minimizem a presença e a burocracia do Estado e a ação integrada entre trabalhadores da agroindústria açucareira.

O alto grau de intervencionismo econômico do Estado na promoção do modelo de desenvolvimento na agricultura e a histórica tradição do "sindicalismo de Estado no Brasil"(66) devem ser levados em conta. Para além dos avanços e pontos da velha estrutura mantidos pela Constituição de 1988, ambos sujeitos à revisão por medidas complementares, não é possível que se fale em plena autonomia e liberdade sindical(67). Contudo, nas Campanhas Salariais do Nordeste, ainda que não se possa abrir mão do

66 Para Boito (1991) a tutela do Estado é menos uma imposição conjuntural e mais um sistema articulado, cuja função é moldar a luta dos trabalhadores. Sem concordar totalmente com o determinismo do autor, creio que ele aponta facetas importantes do sindicalismo brasileiro, que acaba escorando-se no Estado, para fazer valer direitos elementares de cidadania burguesa.

67 Antunes (1991).

reconhecimento e legitimação dos órgãos de Estado, há possibilidades reais de explorar mais a vertente da negociação direta e constante com as empresas, seja durante a Campanha Salarial propriamente dita - o que garantiria pautas mais congruentes com as características econômicas dessas unidades - seja nas Campanhas para o cumprimento que, nesse caso, deveriam envolver o conjunto diferenciado dos trabalhadores ali reunidos.

Por outro lado, para atenuar tanto aquele desemprego crônico da região quanto aquele resultante das dispensas motivadas pelo avanço tecnológico, o caminho pode estar na integração efetiva dos pontos de reivindicações e ações sindicais das diferentes categorias que compõem a força de trabalho da agroindústria canavieira.

A luta pela manutenção do emprego e dos direitos conquistados exige também que o movimento sindical acompanhe e reúna informações, para compreender os motivos que têm levado ultimamente ao fechamento de usinas na região. É bem verdade que o processo de concentração da produção e a retirada de alguns programas governamentais para o setor, ou mesmo uma conjuntura desfavorável de mercado podem causar a eliminação de algumas empresas. Mas o argumento patronal de insolvência financeira das empresas, em decorrência de dívidas acumuladas, pode acobertar a diversificação de empreendimentos através de meros artifícios contábeis.

Como vimos anteriormente, ensaios têm sido feitos nas duas direções. Mas há ainda um último ponto a ser examinado. A ação sindical, a meu ver, não deve expressar uma resistência cega às transformações que vêm ocorrendo na agroindústria canavieira da região Nordeste. A nostalgia do passado pode ser um obstáculo para que se leve em conta a superexploração secular dos moradores de engenho, com seus lotes de subsistência. Trata-se, isto sim, de reverter a atual situação, buscando formas de estabilidade no emprego ou condições favoráveis de emprego. Trata-se, ainda, de

sensibilizar outros setores da sociedade, para exigir daqueles que puderam "racionalizar a produção" canavieira que cumpram a legislação trabalhista e os direitos complementares, conquistados nas Contratações Coletivas de Trabalho. Explorar as interconexões entre modernização e cidadania é buscar inscrever na sociedade outras práticas.

Nesse contexto faz-se necessário uma transformação radical nas formas de intervenções do Estado. A ação fiscalizadora do Ministério do Trabalho, nos moldes atuais, é ineficiente. Sua ação deveria estar voltada para a instrumentalização da sociedade civil para que ela, através de suas entidades representativas, exerça a fiscalização e faça o controle sobre as transgressões trabalhistas. A legislação para ser respeitada deve estar sobre controle da sociedade civil e vir acompanhada de poderos mecanismos punitivos: a legislação sem forte sanção é desrespeitada, "é luz que não alumia, é fogo que não queima". Tais sanções devem abarcar medidas relacionadas a: suspensão imediata de liberação de quaisquer recursos públicos, cobrança imediata das dívidas dos usineiros, inviabilização de renegociação das dívidas, retirada de subsídios, desapropriação e confisco de bens.

A modernização da ação sindical neste final de século pode contribuir para o aperfeiçoamento da democracia. Nessa perspectiva, modernizar o sindicalismo é ultrapassar as determinações de um modelo do trabalhismo clássico do início do capitalismo, que esteve baseado na planta da fábrica e num mercado de trabalho com tendência a se homogeneizar. É apreender as especificidades da situação atual num país onde os índices de modernização tecnológica de um setor revelam descontinuidades entre etapas do processo produtivo, entre unidades de produção e entre formas de recrutamento, fixação e especialização da mão-de-obra, e com base nelas, politicamente, construir o agir sindical.

Considerações Finais: Perspectivas da Agroindústria Sucroalcooleira Nordestina.

Para finalizar este trabalho, é necessário delinear as virtualidades futuras da agroindústria sucroalcooleira nordestina.

Inicialmente ampliaremos nosso foco de análise e consideraremos o conjunto das transformações ocorridas na agropecuária e agroindústria nordestina, porque é nesse contexto de diversificação da produção regional que a cana-de-açúcar redefine, ao mesmo tempo, seus movimentos de retração territorial e de expansão qualificada. Em seguida, considerando as especificidades regionais e resgatando as conclusões parciais dos capítulos anteriores, focalizaremos particularmente a produção açucareira, levando em conta as relações entre Capital, Trabalho e Estado.

1) O Mapa Atual da Agricultura Nordestina.

Como se sabe, o peso relativo da agropecuária na estrutura produtiva da região nordestina diminuiu. Contudo, como assinala Carvalho (1989:10), ainda que em taxas menores que as de outros setores de atividades industriais, a produção rural se expandiu com taxas de 4,4% aa. e, em 20 anos, quadriplicou. Nesse sentido, compreende-se - porque apesar das transformações ocorridas terem concentrado ainda mais a terra, destruído relações de trabalho e provocado migrações -, em 1986, a agropecuária ainda detinha 43,6% da mão-de-obra ocupada na região (Carvalho, 1989:14).

Um traço marcante desse cenário foi, sem dúvida, a diversificação e a modernização parcial da produção agrícola no Nordeste, fazendo com que o mapa atual da produção agrícola

nordestina exibisse zonas de produção bem demarcadas. No sul do estado da Bahia, no norte do Espírito Santo e no oeste de Minas Gerais, estão concentradas as agroindústrias de papel e celulose, que controlam milhares de hectares de terra, utilizados para o plantio de eucalipto. Essa atividade foi estimulada por políticas específicas de reflorestamento. No sul da Bahia, além da concentração da produção cacaueteira, nota-se a existência de grandes projetos de reflorestamento com seringueira para extração de látex, de plantações de pimenta-do-reino e de modernas plantações de mamão que abastecem grandes mercados da região Sudeste e Nordeste. Investimentos foram realizados no Nordeste, em projetos de fruticultura nas valorizadas terras irrigadas, localizadas nas margens dos rios perenes, nas vazantes e nas margens de açudes, muitos dos quais articulados com unidades de processamento, como ocorre com o caju, o côco, a laranja, o abacaxi, o maracujá e o tomate, formando grandes complexos agroindustriais().⁶⁸ A especialização das regiões nordestinas também pode ser observada na produção de sisal no semi-árido da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte; na de arroz no Maranhão e nos projetos irrigados no Piauí e no baixo São Francisco; na fruticultura de Arapiraca; na produção de feijão de Irecê na Bahia; na de soja nos serrados de Barreiras-BA, Maranhão e Piauí; na de hortaliças e legumes nas regiões de refrigério como o Brejo Paraibano, a Serra do Mel no Rio Grande do Norte, o Brejo da Madre de Deus em Pernambuco; na produção de café em Vitória da Conquista, nas bacias leiteiras de Alagoas, nos projetos de pecuária espalhados por toda a região. A cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano, nas margens do São Francisco e no litoral de Alagoas, Sergipe, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Durante pesquisa de campo na região, pudemos observar unidades de produção tecnologicamente modernas convivendo com unidades produtivas arcaicas e com grandes estoques de terras inexploradas. Constatamos também que as melhores terras e as áreas passíveis de mecanização e irrigação concentram-se hoje nas mãos de grupos empresariais constituídos como tais nos últimos 20 anos.

As transformações recentes na agricultura nordestina não foram tão generalizadas e rápidas quanto as transformações nas regiões Sul e Sudeste, mas setores das atividades agropecuárias incorporaram novas tecnologias e alteraram a base técnica da produção, nas décadas de 70/80. Em sua heterogeneidade, o Nordeste não ficou à margem do processo de industrialização da agricultura.

Nesse processo de diferenciação da agricultura nordestina, é sempre fundamental destacar o papel do Estado. Sampaio e outros autores (1980) apresentam dois momentos distintos da elaboração de programas de desenvolvimento para a região, a partir da década de 60. Um primeiro momento, correspondente ao período 1961/72, caracteriza-se pela elaboração das políticas econômicas de desenvolvimento no âmbito da SUDENE, expressas nos seus Planos Diretores. Um segundo momento, a partir da década de 70, foi o do planejamento das atividades agrícolas da região, desenvolvido pelo Programa de Integração Nacional-PIN-(1970), pelo Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Nordeste - PROTERRA, pelo Programa de Desenvolvimento das Áreas integradas do Nordeste-POLONORDESTE (1974) e pelo Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Arida do Nordeste-Projeto Sertanejo, Projeto Nordeste (1984).

Porém, os incentivos para a agricultura nordestina não ficaram limitados a esses programas especiais. Como vimos nos Capítulos I e II deste trabalho, a lavoura canavieira já se beneficiava de recursos originários da política traçada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool-IAA. A lavoura cacaueteira, por sua vez, tinha programas especiais elaborados na Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueteira- CEPLAC. O Banco do Brasil e o do Nordeste tornaram-se os principais agentes financiadores da agricultura. Assim, alguns programas estratégicos para o desenvolvimento econômico da região já vinham sendo implantados havia muito tempo, coordenados pela SUDENE e pelo antigo Ministério do Interior.

Um desses programas foi desenvolvido na região do Rio São Francisco, que se tornou uma das rotas de integração comercial do Nordeste com as regiões Sul e Sudeste do Brasil. Em 1948, o governo brasileiro criou a Comissão do Vale do São Francisco, para coordenar o desenvolvimento do Vale. Lembremos que o projeto elaborado adotou como referência o exemplo do Tennessee Valley Authority (T. V. A.), desenvolvido nos Estados Unidos e apresentava os seguintes programas: regularização da descarga do rio (construiu-se a barragem de Três Marias, produção de energia hidroelétrica (construiu-se a barragem de Paulo Afonso), implantação de projetos irrigados (construiu-se Bebedouro, Mandacará e outros), desenvolvimento do sistema de transporte e comunicação, etc. O Estado investiu em pesquisa e em obras de infra-estrutura, e, em seguida, o capital privado correu para a região, controlou a terra e modernizou a produção, tornando o vale um importante centro de produção agrícola do país.

Os programas de desenvolvimento regional estabeleceram as bases de sustentação para a expansão agrícola do Nordeste e favoreceram sua integração no circuito nacional e internacional do mercado de vários produtos agrícolas. As novas rodovias que interligavam as principais cidades nordestinas e outras regiões do país facilitaram a circulação das mercadorias, integraram mercados. A construção das centrais de abastecimento (CEASAS), nas principais cidades nordestinas, favoreceu a integração nacional dos produtos hortifrutigranjeiros e as informações sobre o comportamento dos mercados nas grandes cidades, veiculadas por meio de uma rede de telex de extensão nacional.

Contudo, a transformação da agricultura na década de 70/80 não deve ser creditada somente às condições favoráveis de crédito oficial ou do mercado de produtos. Houve pressões junto aos governos por parte dos empresários ligados às fábricas de equipamentos e máquinas agrícolas, de defensivos agrícolas, de fertilizantes, que buscavam formas alternativas de investimentos

para seus capitais. Também exerceram pressões as próprias empreiteiras que seriam beneficiadas com a construção das obras de infra-estrutura, principalmente para irrigação.

O oeste baiano é um exemplo radical dessas transformações. Com a possibilidade real de ocupação dos serrados para a produção de grãos, especialmente da soja, grandes cooperativas se implantaram na região de Barreiras (Coopergeal, Cotia, Coacereal). Até 1991, existiam na região 182 pivôs de irrigação demandando uma área irrigada de 19.000 ha. Para meados da década de 90, prevê-se a instalação de mais 200 pivôs de irrigação, o que demandaria mais 21.000 ha de terra e ampliaria o potencial de produção da região para 870 mil toneladas de arroz, 700 mil toneladas de milho, 10 milhões de toneladas de mandioca, 1,6 milhões de toneladas de soja. Na safra de 1991/92, produziu-se naquela região 170 mil toneladas de milho, 700 mil toneladas de soja, 30 mil toneladas de feijão e 30 mil toneladas de frutas. A Olvebasa (Óleos Vegetais da Bahia) e a Ceval Alimentos são duas empresas que operam na região com o processamento dos grãos, já a Agronol (Agroindústria Etanol) opera no ramo da fruticultura. (cf. Agrofólia, 10/11/1992)

Assim, pode-se observar hoje os resultados de certas políticas específicas que foram desenvolvidas pelos governos estaduais e federal para melhorar a produção, por exemplo, pela introdução de novas variedades, para garantir a qualidade do produto, visando ao abastecimento de uma restrita faixa de consumidores exigente e de elevado poder aquisitivo. Dessa forma, a modernização da agricultura no Nordeste, como no Brasil, também foi seletiva e altamente subsidiada. Ficou circunscrita às melhores áreas, a determinadas atividades, a certos produtores e produtos.

Também um contingente de pequenos produtores teve acesso aos recursos governamentais, especializou-se em certas culturas, incorporou novas tecnologias, ficando subordinado aos interesses dos grandes grupos empresariais, por suas vinculações com as

cooperativas ou associações, atravessadores, agroindústrias ou mesmo com empresas internacionais de comercialização.

A pequena produção no Nordeste se localizou, principalmente, em regiões de micro-climas, nos altos das serras e nos brejos ou vales úmidos de rios perenes, nos projetos de irrigação e nos projetos de apoio à pequena produção, implantados com recursos governamentais. Os pequenos produtores, quando selecionados pelos programas governamentais ou mesmo pelas empresas de comercialização passaram a receber assistência técnica da EMATER e apoio financeiro para o cultivo de produtos específicos, particularmente hortifrutigranjeiros, especializando-se para atender um mercado mais sofisticado e exigente.

É importante destacar ainda que as relações de parceria reproduzidas no interior e nas proximidades das áreas irrigadas - como se pode observar nos projetos do Polo Juzeiro/Petrolina - PE/BA, em Pirapora - MG, no projeto irrigado de São Gonçalo - Pb, na região do Baixo - Açú - RN (Graziano da Silva et alli, 1988) ou nas agroindústrias processadoras de tomate, concentradas na região de Pesqueira - PE diferenciam-se da parceria tradicional do algodão, pois nelas não estão em jogo as mesmas relações personalizadas de lealdade e proteção entre o dono da terra e aqueles que a cultivam. Com a utilização de vários tipos de "pacotes" tecnológicos pelas agências estatais e pelos empresários, os contratos são feitos fora dos parâmetros da lógica costumeira.

Não há dados estatísticos confiáveis sobre o número de pequenos produtores especializados no Nordeste, mas podemos dizer que se trata de uma minoria, cuja produção é expressiva em termos de abastecimento do mercado interno, do mercado internacional e de fornecimento de matéria-prima para agroindústrias.

É patente, por outro lado, que na região Nordeste predominam produtores que não tiveram acesso às políticas modernizantes do governo. Sem o apoio financeiro dos programas especiais (por não se

enquadrarem nos critérios de eficiência por eles exigidos), com acesso limitado à política agrícola e ao crédito bancário, esses agricultores continuaram dependentes e subordinados à rede tradicional de intermediação e ameaçados pelos grandes proprietários que desejavam adquirir suas terras. Em termos gerais, podemos dizer que eles foram empobrecendo e a intensa exploração lhes impôs progressivamente a necessidade de ganho adicional. Sua reprodução na agricultura tem sido assegurada pelas parcelas do salário que os filhos mandam do Sul (cf. Garcia, 1990), pelo emprego de pessoas da família no comércio local, nas feiras ou mesmo pela posse de um pequeno comércio, de uma "bodega". Sazonalmente, eles se incorporam ao mercado de trabalho, aptos a atenderem as demandas de mão-de-obra das grandes lavouras, em certas etapas do ciclo de produção, sobretudo nos canaviais.

Entretanto, essas formas de complementação de renda nem sempre têm assegurado a reprodução das precárias condições de acesso à terra ou de implementação da produção agrícola. No bojo do processo de modernização ocorrido no Nordeste, em várias situações, a expulsão e a desestruturação dos pequenos produtores foram conseqüências das substituições de atividades no interior das grandes propriedades e da incorporação de tecnologias, propiciada pelo acesso dos grandes proprietários aos recursos subsidiados e aos incentivos fiscais. Essas transformações implicaram novas formas de organização da produção e rupturas nas relações sociais de trabalho.

Como vimos no decorrer deste trabalho, a expansão e a modernização da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste, parte constitutiva da dinâmica que provocou alterações na face agrária da região, além de provocar um reordenamento econômico (pela substituição de atividades e pela concentração da propriedade), provocou também transformações nas relações sociais de produção, intensificando rupturas dos trabalhadores com a terra. Contudo, para apreender essa dinâmica remodeladora da face agrária da região é preciso que levemos em conta as transformações

ocorridas com outros produtos e atividades. Começamos pela pecuária.

Recursos procedentes de programas governamentais como a lei 34/18 da FINOR, do PROTERRA, do Projeto Nordeste e outros foram repassados aos grandes produtores para expandir e modernizar a pecuária. Estimulados pelos incentivos fiscais, pelos subsídios e pela valorização da carne bovina no mercado, eles investiram no melhoramento do plantel, na melhoria da qualidade das pastagens, nas novas práticas de manejo.

Esse reordenamento implicou mudanças nas formas tradicionais dos criatórios, e grandes extensões das propriedades passaram a ser utilizadas para formação de pastagens, originando problemas para os moradores que utilizavam aquelas áreas para produção de alimentos. A melhoria do plantel impôs um reordenamento nas relações de trabalho no interior das propriedades, passando a exigir um profissional mais qualificado que o tradicional vaqueiro, como o tratorista, o administrador, o veterinário (Lira, 1983: 107/112).

Nas áreas litorâneas, agrestinas e de micro-clima, no interior das grandes propriedades, as pastagens foram formadas pelos arrendatários, que recebiam uma área de terra coberta de mato ou capoeira e tinham de efetuar o desmatamento para nelas poder produzir. Exploravam a terra por dois anos, para devolvê-la com o pasto formado. Assim, a pastagem foi sendo formada nas melhores terras, dificultando cada vez mais a reprodução dos arrendatários no interior das propriedades. Os roçados foram deslocados para as piores terras, sua produtividade diminuiu, impondo a necessidade de outro trabalho para complementação da renda familiar. Outras vezes, os proprietários optaram pela formação de pastagem de forma mais rápida, e a destruição dos roçados dos antigos moradores foi realizada de forma violenta, acarretando sua expulsão das propriedades.

Projetos de pecuária foram implantados nas grandes propriedades localizadas no semi-árido (onde a precipitação pluviométrica, escassa e mal distribuída, provoca longos períodos de seca), com o aproveitamento das terras úmidas, das margens e da vazante dos açudes, para o plantio de capineiras e a construção de silos do tipo trincheira, o que melhorou substancialmente a qualidade da alimentação do rebanho nos períodos de seca.

É bom lembrar que nessas propriedades, até então, a pecuária era desenvolvida de forma rústica. No período de seca, o gado tinha como pastagem as folhas e as maçãs do algodão arbóreo, ou as plantas mais resistentes da caatinga. Nas secas mais prolongadas, os rebanhos eram deslocados para áreas de micro-climas na própria região, como montanhas e vales de rios perenes, ou para terras mais distantes. Os animais, criados nessas condições, conviviam com grandes plantações de algodão e com as lavouras de subsistência, conformando um sistema produtivo que não ameaçava a permanência de grande número de parceiros no interior das propriedades. (cf: Novaes, 1981).

Com as novas exigências do criatório, as terras úmidas dos açudes passaram a ser utilizadas para introdução das capineiras. Elas não concorriam com a lavoura algodoeira, complementavam-na enquanto rica pastagem natural, de importância fundamental para alimentação do rebanho durante a seca.

Se, por um lado, as capineiras constituíram um complemento indispensável à lavoura algodoeira, pois viabilizaram a alimentação do rebanho durante a seca, por outro, passaram a concorrer com as lavouras alimentares, plantadas pelos parceiros nas mesmas faixas de terras úmidas, localizadas nas margens e vazantes dos açudes, nos terrenos de baixios, ou mesmo nos leitos dos rios secos.

Hoje, a política de privatização da açudagem e a ocupação das margens e das vazantes dos açudes públicos pelos grandes proprietários com capineiras têm dificultado o acesso da população

às fontes de água, diminuído drasticamente seu poder de resistência para o enfrentamento de secas prolongadas.

Na realidade, a pecuarização das regiões semi-áridas do Nordeste provocou alterações num sistema produtivo cuja produção algodoeira era a atividade de grande valor comercial, pela qualidade de suas fibras e pelo elevado rendimento industrial (cf. Novaes, 1979; Brisolla (1977); Barreira (1979)).

O algodão é outro produto que sofreu modificações no cenário agrícola do Nordeste. O aproveitamento desse algodão pelas indústrias do Sul foi diminuindo a partir da década de 70, com a descoberta de novas variedades que, lá plantadas, "ao lado das fábricas", apresentavam rendimento e qualidade similares àqueles produtos fabricados com a matéria-prima nordestina. O aperfeiçoamento tecnológico da indústria de fiação, a heterogeneidade do comprimento da fibra do algodão procedente do Nordeste e o encarecimento do transporte foram outros fatores responsáveis pela queda de utilização desse produto pela indústria, gerando crises nas zonas de produção nordestinas.

Empresas multinacionais que tradicionalmente adquiriam e beneficiavam a produção algodoeira (SANBRA) e parte expressiva dos grandes proprietários de terra que possuíam usinas de beneficiamento transformaram suas usinas em cooperativas. Nessas operações, recursos públicos foram manipulados, sem que oligarquias locais perdessem o poder e o controle da produção.

A restrição de mercado da produção algodoeira redefiniu também a estrutura produtiva da região. Os empresários encontraram na pecuária uma forma de diversificar seus investimentos, para superar a crise do algodão arbóreo, que agora é produzido, por ser uma rica pastagem, com a qual se faz a torta, alimentação hoje indispensável para o gado, em razão do seu elevado teor proteico.

A produção de algodão como suporte à pecuária e a opção pelo criatório provocaram alterações nas relações de trabalho no interior dessas propriedades, contribuindo para a desorganização da relação de parceria e o deslocamento de grande contingente de trabalhadores para a periferia das pequenas e médias cidades da região (cf. Alves, 1978).

Parcela desse contingente de trabalhadores chegou a reconstituir suas relações com a terra, em condições ainda mais precárias, mas a migração em busca de trabalho em outras regiões e mesmo nas grandes lavouras passou a ser uma alternativa cada vez mais significativa.

Como já vimos neste trabalho, é importante salientar a diferença entre a situação atual e o movimento sazonal dos corumbas ou sertanejos que vinham anualmente para o corte da cana e em seguida regressavam, tornando a reproduzir suas precárias condições de produção no sertão. Segundo dados de entrevistas, inverte-se agora a ordem e o peso relativo das atividades no orçamento doméstico: a remuneração pelo trabalho nos canaviais passa a ser essencial, o acesso precário de membros da família à terra torna-se complementar. Assim, o trabalho nas grandes lavouras, particularmente na cana-de-açúcar, passa a ser indispensável para a reprodução de milhares de famílias que hoje vivem nas pontas de ruas das cidades sertanejas.

Além do clássico binômio gado/algodão, outros produtos mudaram a face agrícola do Nordeste. As transformações ocorridas na lavoura de sisal plantado em grande escala na Bahia e na Paraíba, também contribuíram para a constituição do mercado de trabalho em nível regional. Sabe-se que o sisal é um dos produtos agrícolas de destaque na pauta de exportação do Nordeste. Em 1983, o Brasil foi o maior exportador mundial, exportou 160 mil toneladas, das quais, só a produção da Bahia representou 43%. Sobre as transformações tecnológicas na produção e beneficiamento do sisal (cf. Saraiva, 1981; Moura, 1985; Sousa, 1987; Costa, 1989). A expansão dessa

lavoura pelo Nordeste, na década de 70, esteve relacionada à situação conjuntural favorável dos preços no mercado internacional e à sua utilização na indústria farmacológica.

No final da década de 70, houve pressões dos mercados consumidores sobre os produtores, para melhorar a qualidade e a produtividade, com o emprego de novas variedades e tecnologias, tais como a mecanização na preparação dos terrenos, a mudança no espaçamento entre as plantas, a implantação de novos processos de desfibramento, etc.. Novos equipamentos de desfibramento das plantas foram introduzidos, elevando o rendimento de 1.000 kg. de fibra seca, por semana, para 10.000 kg. e desbloqueando restrições que impediam a expansão da produção.

O sisal, até então, era cultivado nas grandes propriedades pelos moradores, que preparavam e destocavam os terrenos, faziam o plantio, a limpeza, o corte e o desfibramento das folhas. Os moradores plantavam lavouras de subsistência, consorciando-as com o sisal até o segundo ano. Normalmente o replantio do sisal se realizava entre 10 e 12 anos. Estimulados pelos intermediários, pequenos e médios produtores também plantavam sisal.

A introdução da mecanização, de novas variedades que alteraram os espaçamentos e de novos equipamentos desfibradores provocaram um reordenamento na produção e a tornaram menos compatível com a pequena produção. O sisal transferiu-se para os grandes e médios produtores, atraindo, inclusive, investimentos de grandes grupos econômicos, como foi o caso da BRASFIBRA que investiu em terra para plantar 13.000 ha de sisal na Paraíba. Lembro que Saraiva (1981) analisou o reflexo da modernização da produção sisaleira na Paraíba sobre a pequena produção e sobre os proprietários de pequenos motores para desfibrar a folha do sisal. A autora concluiu que houve alijamento dos pequenos produtores, em razão da inviabilidade de expandir e modernizar sua produção, tendendo, desse modo, a terem sua produção absorvida pela grande produção. O pequeno produtor se reproduz em certas circunstâncias,

mas a sua produção passa a ser vendida na folha, em piores condições. As mudanças no setor sisaleiro proletarizaram o pequeno produtor e os proprietários de motor, estes foram sendo deslocados pela introdução da máquina de descorticar automática.

Analisando a produção sisaleira na Bahia, Moura (1985) relata que naquele estado o processo de beneficiamento da produção passou a ser controlado e comandado por painéis eletrônicos. Diz o autor: "no novo processo desaparecem o motorista, o cevador, o tropeiro, o campeiro e o bagaceiro, ao mesmo tempo em que multiplica e desqualifica o trabalhador em geral(...) Nesta agroindústria, a desvinculação do trabalhador dos meios de produção é total, enquanto na usina tradicional alguns trabalhadores ainda detêm parcialmente os meios de produção, no caso o motor".

Essas transformações na estrutura produtiva da lavoura sisaleira alteram as relações de trabalho e desintegram a pequena produção. Uma parcela de trabalhadores, morando nas periferias das cidades da região, é reincorporada na lavoura do sisal, e é remunerada por jornada de trabalho (diária) ou pela execução de tarefas (por produção), enquanto outra parcela migra em busca de trabalho em outras atividades ou em outras regiões. Em tais circunstâncias, a agroindústria canavieira constitui uma opção concreta de trabalho, principalmente porque ela não está presente apenas nos estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas, mas também no Recôncavo Baiano (Saturnino da Silva, 1974), nas áreas irrigadas do São Francisco e no estado do Maranhão (Guedes Pinto, 1980) e outras áreas contíguas.

Como tratamos no capítulo III deste trabalho, o fluxo migratório, antes restrito a certas regiões, é hoje intenso e articula diferentes regiões agrícolas. Seus vários trajetos são produtos da extensão das grandes lavouras agrícolas em áreas novas, como é o caso do crescimento da área canavieira no Mato Grosso do Sul, em Goiás, na Bahia, no Paraná, etc. Nesse sentido, os principais fluxos migratórios, em busca de trabalho no campo, se

diversificam. O Nordeste e Minas Gerais continuam sendo grande celeiro de mão-de-obra para os modernos empresários da agroindústria do Sul e do Sudeste.

As mudanças na agricultura nordestina ganham visibilidade também no cenário urbano. Nas capitais da região, ambulantes que ganhavam a vida, comercializando água-de-coco e outros produtos típicos da região, hoje vendem as uvas produzidas no vale do São Francisco. Nos supermercados das grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, freqüentemente estão expostos os melões, produzidos no vale do Açú-Rio Grande do Norte, no São Francisco, que são comercializados pelas grandes empresas e cooperativas para atender as cadeias de supermercados. O abacaxi do Nordeste também se destaca no abastecimento do mercado interno e na exportação para a Argentina e Europa.

A fluidez dessas frutas no mercado acelerou o processo de transformação do uso da terra na região, implicando novas relações de trabalho, intervenções específicas dos poderes públicos, reestruturação de grupos econômicos. Vejamos a seguir três exemplos.

Trata-se hoje de reunir para a análise vários estudos localizados que podem permitir a composição do novo mapa da agricultura nordestina. Por exemplo, Gonçalves(1984) analisou as inovações tecnológicas na lavoura do abacaxi no município de Sapé, principal produtor da Paraíba. A implantação da agroindústria Maguary na cidade pernambucana de Bonito provocou transformações na estrutura produtiva do abacaxi do Estado vizinho. A empresa para maior rendimento industrial processava o abacaxi das variedades Pérola e Jupy para a produção de sucos e a variedade Smooth Cayenne para a produção de compotas. Em 1958, essa indústria investiu na agricultura, adquiriu 1172 ha de terra, para desenvolver sua própria produção. Pesquisas tecnológicas e de variedades foram desenvolvidas pela empresa, em convênio com o Instituto Agrônomo de Campinas e com o Institut Français de Recherches Fruitières da

França. Os resultados não foram imediatamente e igualmente aproveitados por todos os produtores. Ficaram circunscritos às empresas e a alguns grandes produtores da região, suficientes para estimular novas práticas agrícolas e redefinir os patamares e expectativas de produtividade daquela área.

Antes o trabalho na lavoura de abacaxi era pago por tarefa ou produção e realizado por trabalhadores que residiam no interior das propriedades, onde recebiam uma área para plantar roça de subsistência. As inovações tecnológicas na produção provocaram deslocamento das lavouras de subsistência para áreas mais inóspitas e mais distantes e o abacaxi - por exigir elevados investimentos tecnológicos - passou a ser cultivado diretamente pelos grandes e médios proprietários e pelos arrendatários (cf. Brito, 1981).

No Rio Grande do Norte, com incentivos governamentais, a cultura do cajueiro foi implementada em escala empresarial, nas vilas rurais da Serra do Mel, no município de Touros. Ao mesmo tempo em que o governo, sob a liderança das oligarquias locais, construía estradas e pavimentação em regiões estratégicas em termos de potencialidades econômicas. (cf. Araujo, 1992: 15). Segundo o mesmo estudo, há indicações de que a BR 101 será estendida também ao oeste do estado - fronteira com o Ceará - região que, apesar de situada no semi-árido, é rica em petróleo, minérios, sal, e se tornou a maior produtora de melão, sendo responsável por 40% da produção nacional.

Em artigo publicado na Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, no primeiro semestre de 1991, registra-se que seis empresas, de um mesmo grupo econômico, localizadas no Ceará e no Maranhão, são as maiores produtoras e exportadoras de melão da região. O Brasil - cujo mercado de melão vai do Acre ao Rio Grande do Sul - absorve 2/3 dessa produção, o restante é exportado para os Estados Unidos e Japão.

Neste sentido é bastante significativa a reportagem publicada pela Tribuna do Ceará, em 20 de setembro de 1991. Tratando de uma homenagem ao empresário do ano: Geraldo Rola. A reportagem especifica o faturamento anual do grupo por ele dirigido: US\$ 360 milhões e enumera as empresas que reúne: EIT Construtora S/A, MAISA Indústria e Comércio, Mossoró Agroindustrial S/A (FAISA), Tiungua Agroindustrial S/A (TAISA), Jaguamame Agroindustrial S/A (SAISA), Agroindustrial do Maranhão (TEMASA), Companhia Técnica do Maranhão (COTEMA), Fundação Aproniano de Sá. O grupo encontra-se no 156* lugar no ranking das 500 maiores empresas do Brasil, segundo a revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Entre as suas atividades, estão ainda o beneficiamento da castanha, do caju e a produção de sucos naturais e concentrados de caju, abacaxi, maracujá.

No entanto, ainda hoje é difícil uma avaliação conclusiva do perfil dos grandes produtores agropecuários do Nordeste. Se é verdade que a produção quadriplicou, também o é que as transformações não são sempre visíveis e unívocas.

Segundo Palmeira (1989: 18), ao citar relatório oficial, o FINOR Agropecuário recebeu US\$ 1,3 bilhões, de 1975 a 1985, sendo que US\$ 1,157 bilhões destinados à agropecuária, para modernizar latifúndios. A média de extensão das áreas incentivadas foi de 4.500 ha, enquanto o tamanho médio dos estabelecimentos do Nordeste é de 37 ha. Apesar dos recursos, 60% dos latifúndios continuaram como latifúndios por exploração. Essas informações apresentadas pelo autor podem indicar desvio de créditos recebidos, mas podem também indicar velhas estratégias de declarações para cadastramento no INCRA ou mesmo ritmos diversos de mudanças nas unidades produtivas.

Certas oligarquias tradicionais assimilaram lentamente as transformações, incorporando inovações tecnológicas na produção, de tal forma e em tal ritmo que não chegam a ameaçar a hegemonia do capital comercial. Como registram estudos (cf. Burstyn, 1985),

certos setores dessas oligarquias entraram em confronto com as inovações tecnológicas propostas pela política agrícola do Estado e reagiram à presença de representantes de políticas públicas, em áreas onde exerciam o poder.

Por outro lado, aqueles que diversificaram a aplicação do seu capital não ficaram circunscritos à agricultura, mas lançaram-se a outras atividades da economia. Na agricultura, esses senhores diversificaram a aplicação do capital, associando atividades especulativas e produtivas. Descendentes das tradicionais oligarquias nordestinas, além de latifundiários, eles são hoje industriais, comerciantes, investidores dos mercados financeiro e imobiliário, donos de rádios, canais de televisão, jornais, etc.. Porém, houve o movimento inverso de empresários que acumularam riquezas em outros setores e foram atraídos para a agricultura, sem deixar de diversificar a aplicação do seu capital, que hoje se encontra pulverizado por todos os setores da economia.

A título de ilustração podemos citar o grupo Paes Mendonça, terceira rede de supermercado do país. O grupo Paes Mendonça introduziu o primeiro supermercado em Salvador nos anos 50, ampliou suas atividades e dominou o setor de abastecimento naquela capital e depois expandiu-se para o centro sul. Hoje tem campos de produção agro-pecuária, suas empresas estão integradas verticalmente, e, no setor de abastecimento, já é a terceira rede de supermercados que opera no Brasil. O Diário de Pernambuco (20/10/1991) fornece outro exemplo. Refere-se ao presidente do grupo Armando Monteiro Filho, e o qualifica: proprietário das usinas de açúcar Cucau e Laranjeiras, presidente do banco Mercantil de Pernambuco, presidente da Companhia Geral de Melhoramentos. Também a trajetória do usineiro João Lira foi recentemente destacado nos meios de comunicação: O sogro de Pedro Collor, irmão do ex-Presidente da República, Fernando Collor, é proprietário das usinas Quaxume, Laginha e Uruba em Alagoas e é proprietário de uma das maiores revendas da Volkswagen no país (cf. Araujo). O grupo Brennand é também

conhecido na região pelas usinas, fábricas de azulejo e cimento e rede de hotéis.

Do ponto de vista dos trabalhadores, como vimos no decorrer deste trabalho, a expansão de certas culturas deslocou as lavouras de subsistência, provocou elevada valorização das terras e desestruturação das relações sociais, impulsionando a migração campo/cidade, e a formação de um diferenciado contingente de trabalhadores que se adaptam às novas condições de venda da força de trabalho. Nesse processo, trabalhadores despossuídos de terra passaram a morar nas periferias das cidades interioranas, nas grandes favelas das capitais, nos arruados às margens das rodovias, e trabalhadores com terra insuficiente para garantir a reprodução de sua família são personagens de um tipo específico de mercado de trabalho. Suas condições de reprodução estão relacionadas às velhas e novas demandas sazonais e permanentes, advindas das grandes lavouras, particularmente de cana-de-açúcar, onde se introduzem novas formas de recrutamento e gestão da mão-de-obra.

Novas investigações serão necessárias para aprofundar mais as características e as repercussões da "integração de capitais", hoje já reconhecida. Para o melhor entendimento da questão regional, vale questionar a utilização de oposições estáticas como moderno/atrasado, Nordeste/Sul, rural/urbano, gestão familiar /gestão empresarial, freqüentemente empregada nas reflexões sobre a agricultura, principalmente sobre a agricultura nordestina.

Tendo como perspectiva analítica para o estudo da implantação, desenvolvimento e reprodução da produção canavieira no Nordeste considerar, a um só tempo, a especificidade da dinâmica regional e a sua forma de articulação - em suas semelhanças e diferenças - com a lógica mais ampla de um padrão de desenvolvimento implantado no Brasil, acabamos por focalizar várias combinações entre o "atrasado" e o "moderno".

2) Situação e perspectiva da agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste.

Começamos este trabalho, relacionando a dinâmica da produção da cana-de-açúcar no Brasil, nos diferentes períodos históricos, com as mudanças no mercado internacional do açúcar e com a intervenção do Estado para minimizar posições desvantajosas, seja subsidiando atividades do setor, seja tomando medidas que deveriam resultar em aumento de sua produtividade e competitividade.

A racionalidade do Estado protecionista, no entanto, não é impermeável ao complexo jogo de relações políticas e contradições pré-existentes intra e inter classes. E, se é verdade que os programas governamentais implantados na década de 70 contribuíram para as transformações na base técnica de produção e para a concentração das atividades produtivas do setor, também é fato que tais mudanças exigiram que os organismos e poderes do Estado atuassem, alternada ou simultaneamente, tanto por critérios técnicos que impulsionavam a modernização quanto por critérios políticos que obedeciam apenas às alianças e aos confrontos entre os diferentes segmentos de produtores. Em muitas circunstâncias, essas diferenças se expressaram em problemáticas regionais: o Nordeste "atrasado" contrapondo-se ao Sul "moderno".

Essa visão, em certo sentido, espelha a realidade brasileira e há quem se interesse em torná-la a única possível, absoluta e incontestável. Se nos detivermos na análise do desempenho econômico e político dos usineiros do Nordeste, podemos perceber uma trama bem mais complexa, composta de diferentes fios em que se entrelaçam interesses econômicos, políticos e regionais.

Na sua relação com os poderes públicos, podemos verificar que os usineiros nordestinos, diante da dupla possibilidade do Estado de acumulação e de legitimação (Mathias e Salamar, 1983), agem na defesa de seus interesses econômicos, exercendo pressões e

apresentando argumentos que possam legitimar a intervenção estatal. Tais argumentos, no entanto, não são sempre os mesmos. Apoiando-se nos argumentos técnicos disponíveis ou contrapondo-se a eles; exagerando ou minimizando a influência das condições naturais de clima ou topografia; criticando a qualidade da mão-de-obra ou "protegendo-a" da possibilidade de desemprego em massa, em caso de inviabilidade e estrangulamento financeiro das unidades de produção; defendendo ora o protecionismo, ora o liberalismo, conforme as circunstâncias desfavoráveis ou propícias do mercado, a partir dos anos 70, os usineiros asseguraram a modernização parcial da agroindústria canavieira do Nordeste.

Buscando fugir do economicismo tradicional, que oculta as lutas travadas no cerne das relações de produção e considera o campo econômico dotado de limites intrínsecos, traçados, de uma vez por todas, por sua pretensa auto-reprodução (Poulantzas, 1981: 13/54), podemos captar, ao mesmo tempo, o ângulo estrutural do planejamento e da ação estatal, no sentido de prover meios para a reprodução e a ampliação da agroindústria sucroalcooleira no país e no Nordeste, e o ângulo de ação coletiva dos agentes sociais concretos, que, nas diferentes correlações de forças, possuem interesses enquanto usineiros, enquanto setor, enquanto região.

Com essa perspectiva, foi possível entender a dimensão econômica na agroindústria sucroalcooleira nordestina, em suas combinações de unidades de produção diferenciadas entre si. Certamente, não teríamos chegado a essa constatação com as análises que se baseiam nas médias regionais de produção e produtividade. Deixando de lado as médias, retomando dados de fontes oficiais, trabalhamos no nível das unidades de produção. Isto é, mesmo tendo de levar em conta suas distorções, foi com base em dados que discriminam usinas, destilarias e propriedades que pudemos dar visibilidade às transformações horizontais e verticais, efetuadas parcialmente nas referidas unidades de produção. Essas transformações foram responsáveis pela implantação das unidades de produção tecnologicamente modernas, na conhecida região atrasada,

interferindo na redefinição dos espaços geográficos, no patamar tecnológico ali utilizado e na composição do mercado de trabalho.

Quanto às relações desse progresso técnico com a força de trabalho lembramos a contribuição de Graziano da Silva (1980: 31) para a reafirmação dos nexos entre progresso técnico e produtividade do trabalho, produtividade essa que não pode ser dissociada das condições de emprego e da busca de eficiência que aperfeiçoa formas de submissão do trabalho ao capital. Evidências empíricas comprovam a alteração nas relações de trabalho em toda a zona canavieira nordestina, atestam a segmentação da força de trabalho e a consolidação do mercado de trabalho na região.

Para a análise desse mercado, recorreremos às contribuições de Casassus, (1980/B1). Aceitando a premissa de que existem vários mercados de trabalho, divididos em setores que oferecem condições de emprego diferentes, buscamos caracterizar o mercado de trabalho dos trabalhadores da cana-de-açúcar, levando em conta diferenças no tempo e no espaço, isto é, considerando, no tempo, as etapas do processo de transformação e modernização da produção, e, no espaço, a coexistência de unidades com patamares de incorporação de progresso técnico bem diferenciados.

Na análise da construção e da dinâmica do mercado de trabalho, pudemos relacionar condições de produção e reprodução, caracterizando diferentes circuitos de mobilidade da mão-de-obra utilizada na agroindústria açucareira, circuitos que variam da imobilização permanente nas agrovilas e nos núcleos residenciais localizados nas periferias das cidades à sazonalidade da imobilização nos alojamentos destinados à mão-de-obra proveniente de vários pontos do território nacional. No âmbito do Nordeste, consideramos também costumes sedimentados que intervêm nas determinações de emprego e salário e se manifestam nos choques entre a lógica dos técnicos - agentes de modernização - e a lógica de recrutamento e gerenciamento dos administradores, cuja relação com os patrões mesclava competência e lealdade personalizada.

As novas formas de arregimentação e de gestão da força de trabalho na agroindústria sucroalcooleira nordestina não só influem na estruturação desse mercado de trabalho específico, como ainda estão na base da diferenciação entre os trabalhadores da cana, para além do lugar que ocupem na produção.

Assim, nas unidades de produção em que se pretendem implantar formas de recrutamento e gestão da mão-de-obra condizentes com os requisitos do sistema racional, torna-se importante romper com as relações costumeiras, distribuindo turmas de trabalho, a fim de "otimizar" o corte, implantando um novo tipo de fiscalização e qualificação de um segmento de trabalhadores para, no plantio e na manutenção do canavial, lidar com nova tecnologia e maquinária.

É interessante notar que nesse processo ressurgem velhas formas com novos conteúdos e finalidades. As agrovilas, na nova situação, articulam casa e trabalho, para reter mão-de-obra que se qualifica. E, formas que podem ser classificadas como parceria, arrendamento ou cessão gratuita de terra reaparecem para a produção de leguminosas, atendendo a necessidade de criar "massa verde", em parcelas onde se devem renovar os talhões de cana.

A modernização redefine também a questão da intermediação do trabalho pelos agenciadores de mão-de-obra, que na região são conhecidos como empreiteiros. Sua autonomia e sua independência diminui com as mudanças no perfil da mão-de-obra requerida pela agroindústria do açúcar e do álcool, não só porque se intensificam os contratos por safra, para garantir a prontidão da mão-de-obra eficiente durante a safra e porque se utilizam as agrovilas para reter os mais especializados, mas também porque os diferentes segmentos (permanentes e temporários, homens e mulheres, adultos e crianças, do plantio e do corte) estão sempre buscando canaviais em melhores condições e pequenos diferenciais de salário, sem se importarem com limites entre usinas, municípios e estados. Tal

"liberdade", efeito perverso da modernização, desestabiliza os bolsões de mão-de-obra que garantiam o recrutamento pelos empreiteiros, após a desestruturação das relações tradicionais entre patrões e trabalhadores.

Paradoxalmente temos situações opostas na região. Por um lado, uma abundância de mão-de-obra, decorrente do nível de desemprego, por outro, os estímulos à produtividade do trabalho, entre outras inovações introduzidas em unidades de produção de açúcar e de álcool no Nordeste. Mas esse aparente paradoxo se desfaz quando o inserimos num contexto em que convivem sistemas "racionais", "mistos" e "atrasados". Em tais circunstâncias, o "renovamento periódico do ato de venda da força de trabalho, pelo contrato livre, pela mudança dos patrões e pelas oscilações de preços" (cf. Marx, 1980: III; 20), apesar da situação de abundância de mão-de-obra, não permite que os patrões se despreocupem do treinamento e dos estímulos a trabalhadores disponíveis, a tempo e a hora, conforme as exigências da nova situação. Introduz-se, assim, uma espécie particular de taylorismo na produção agrícola, na qual não é possível multiplicar a terra como se multiplicam máquinas, nem é possível fugir a variáveis genéticas e climáticas. O que se pode fazer, em termos de técnica social de dominação é selecionar os mais aptos e submetê-los, aos sistemas racionais pelo Brasil afora, enquanto circula entre os sistemas "atrasados", ou entre etapas "atrasadas" do processo de produção, ainda presente nas unidades modernas o restante da mão-de-obra.

Na nossa perspectiva, a estruturação do mercado de trabalho, concebido aqui como espaço socio-econômico, deve levar em conta o comportamento político dos atores com seus condicionantes institucionais e históricos. Neste ponto, voltamos a relacionar, por intermédio do sindicalismo, Estado, Capital e Trabalho.

É impossível analisar os efeitos das mudanças socio-econômicas sobre as concepções e práticas sindicais, sem se voltar para o golpe militar de 1964, que interrompeu tanto movimentos

localizados de negociação direta entre trabalhadores e patrões na agroindústria açucareira nordestina quanto o Acordo estabelecido em Pernambuco, pela iniciativa política do governo de Miguel Arraes. A partir de 1964, o Estado, por meio de Legislação específica e de seus Tribunais Regionais e Nacional do Trabalho, regula e intermedia as relações entre patrões e trabalhadores. Ao mesmo tempo, configura-se uma situação em que o movimento sindical no campo se ampara na tutela do Estado (Boito, 1991), para fazer valer direitos elementares de cidadania e para proteger-se da arbitrariedade e violência patronal.

É nesse contexto que podemos compreender, a partir de 1979, a construção de um modelo de Campanha Salarial de Trabalhadores da cana-de-açúcar que se aperfeiçoa, sobretudo, em explorar "as brechas" da legislação vigente. O chamado "modelo Pernambuco" foi fundamental para transformar a designação canavieiro - referente ao lugar econômico e ao tipo de produto - em uma categoria política.

Contudo, no bojo do processo de mudanças na base econômica, e, paralelamente, numa conjuntura de rearticulação política e delineamento de diferentes correntes sindicais, tal modelo apresentou limitações. Esbarrou na tutela vacilante de um Estado em que juízes proclamam conquistas, mas a burocracia do Ministério do Trabalho não tem empenho algum em torná-las efetivas. Esbarrou ainda no próprio conteúdo das cláusulas dos Dissídios ou Acordos Coletivos, que não contemplam a diversidade e as peculiaridades de uma região onde convivem sistemas "racionais", "mistos" e "atrasados".

Com isso, o processo de modernização parcial e seletivo que tem lugar na região canavieira do Nordeste põe em xeque a eficácia de um sindicalismo de base territorial municipal, diante de unidades de produção que não se circunscrevem elas mesmas a esse limite e cuja arregimentação da força de trabalho ultrapassa não só os limites municipais, mas também os estaduais. O mesmo processo tem criado demandas "modernizantes" para os sindicatos, como

levantamentos de dados, pesquisa de campo e assessorias especializadas para os sindicatos de trabalhadores rurais, com o objetivo de desvendar as particularidades do processo em curso, do ponto de vista do desempenho econômico e político dos patrões dos trabalhadores e do Estado. Por fim, é esse mesmo processo que acentua a necessidade de estreitar e reformular as relações entre os trabalhadores dos segmentos agrícola, industrial e do transporte dessa agroindústria, para fazer face às inovações que mudam ritmos e formas de gestão da mão-de-obra. Certos sindicatos hoje começam a refletir sobre a necessidade de conceber formas de atuação que dêem conta dos efeitos da incorporação seletiva e parcial do progresso técnico sobre as condições de trabalho e de vida dos canavieiros.

Com esta última consideração, não se pretende diluir as especificidades das relações entre Modernização, Trabalho e Poder no Nordeste. Ao contrário, pretende-se evidenciar que mesmo com a alternância de governos, com medidas econômicas mais restritivas, particularmente no que diz respeito aos subsídios, os usineiros do Nordeste continuam assegurando privilégios, mesmo que para tal tivessem que alterar a designação de subsídios para taxas de equalização de custos no governo Collor. A nosso ver, esta mudança, para além do decantado intervencionismo, revela a importância do setor na economia da região e o cacife político de seus representantes.

Assim, para vislumbrar as perspectivas futuras da agroindústria sucroalcooleira do Nordeste, tendo em conta suas transformações recentes, é preciso considerá-la no conjunto de relações que garantem sua existência e reprodução.

Como vimos anteriormente, os usineiros do Nordeste incorporam novas tecnologias na agroindústria sucroalcooleira, simultaneamente às mudanças em outros produtos da agropecuária. Tais transformações alteraram os mecanismos de reprodução do conjunto das oligarquias tradicionais, inclusive a açucareira. Desviando recursos públicos ou aplicando seus próprios capitais

privados, os usineiros ampliaram sua participação em outros setores, diversificando suas atividades. Também a retração dos canaviais nos terrenos impróprios para a modernização tem criado novas opções de investimentos, como o reflorestamento, a pecuária, a fruticultura, a criação de cavalos, etc. A existência de rios e o represamento de água possibilitam investimentos em piscicultura, particularmente para a criação de camarões, para a exportação. O reaproveitamento das terras diferencia esse momento de situações passadas, onde as terras eram arrendadas para lavradores, nos períodos de retração do mercado internacional, para serem, posteriormente, reaproveitadas com cana, nos períodos de preços favoráveis. Hoje, não são as unidades de produção que incorporaram pouco ou nenhum progresso técnico as que podem apontar as perspectivas da agroindústria sucroalcooleira do Nordeste, pois a lavoura cada vez mais se implanta nas terras planas, aptas à mecanização, liberando áreas para outras atividades. No Nordeste, os empresários do açúcar não são mais exclusivamente usineiros e, como usineiros já transpõem fronteiras regionais estabelecendo-se em outras áreas aptas à modernização.

Inserindo a agroindústria sucroalcooleira nordestina no conjunto das mudanças ocorridas no campo, naquela mesma região e caracterizando sua face modernizada, questionamos a idéia de que as concessões feitas pelo Estado paternalista aos empresários nordestinos possam ser atribuídas exclusivamente ao seu desempenho político no interior do aparelho de Estado e também a idéia de que as oligarquias açucareiras nordestinas, ao perderem a hegemonia na produção açucareira e alcooleira para outras regiões, tornaram-se decadentes. Identificando um conjunto de mudanças na região, destacando aquelas ocorridas no âmbito da agroindústria sucroalcooleira, podemos concluir que as pressões políticas exercidas no interior do Estado pelas novas e velhas oligarquias nordestinas não teriam as mesmas repercussões se não estivessem também articuladas com um certo patamar de transformações econômicas pela incorporação do progresso técnico.

Por outro lado, como já sentenciou Francisco de Oliveira, para transformar o Nordeste, é preciso torná-lo parte da questão nacional. Não apenas para fazer o Brasil olhar para o Nordeste, para as carências do povo nordestino. Mas torná-lo questão nacional, porque de fato todo o Brasil se "nordestinizou" pela concentração da renda, pela existência de um vasto contingente - de norte a sul - de trabalhadores no setor informal, pela privatização das políticas públicas, pela queda real e persistente dos salários e rendimentos da população brasileira. Nessa perspectiva, hoje o Nordeste pode ser visto como caso exemplar do desenvolvimento brasileiro. Portanto, sem deixar de perceber as especificidades regionais, em termos de "racionalidades" que predominam cá e lá, podemos dizer que os problemas e perspectivas para os trabalhadores do Nordeste são os mesmos problemas e perspectivas para os trabalhadores do Brasil. O próprio capital os integrou.

BIBLIOGRAFIA.

ADISSI, J. Paulo, et alli

- 1989 "Convenções Coletivas: Quantificando o Roubo dos Patrões", Rev. Proposta, nº 42, FASE, Rio de Janeiro.

ALVES ASSUMPÇÃO, Maria R.

- 1980 "Desenvolvimento dos Polos de Comércio de Algodão na Paraíba", Encontro Realidade Nordestina, UFPB, Campina Grande.

ALVES, Francisco J.C.

- 1978 "Fatores do Crescimento das Cidades do Sertão da Paraíba", Dissertação de Mestrado, mimeo, -COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- 1991 "Modernização da Agricultura e Sindicalismo: Luta dos Trabalhadores Assalariados Rurais da Região Canavieira de Ribeirão Preto", Tese de Doutorado, mimeo, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas.

ALVIM, R. B. Maria

- 1985 "Constituição da Família e Trabalho Industrial.", Tese de Doutorado, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.

AMARAL, Leila

- 1988 "Do Jequitinhonha aos Canaviais: em busca do paraíso mineiro" Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte.

ANDRADE, C. Manuel

- 1980 "A Terra e o Homem do Nordeste", Livraria e Editora de Ciências Humanas, São Paulo.
- 1988 "Área do Sistema Canavieiro", Série Estudos Regionais nº 18, SUDENE, Recife.
- 1989 "História das Usinas de Pernambuco",

ANTUNES, Ricardo

- 1991 "O Novo Sindicalismo", Editora Brasil Urgente, São Paulo.

ASSIS, Cristian

- 1988 "Mercado de Trabalho e Formação da Classe", in Nordeste: o

que há de novo?, CNPQ/FINEPE/ANPOCS, Natal.

BARREIRA, Cesar

- 1979 "A Parceria na Cultura do Algodão", Dissertação de Mestrado em Sociologia, UNEB, Brasília.

BOITO, Armando Jr.

- 1991 "O Sindicalismo de Estado no Brasil", UNICAMP/HUCITEC, São Paulo.

BRESSER PEREIRA, Luiz

- 1986 "Economia Brasileira: Uma Introdução Crítica", Editora Brasiliense, São Paulo.

BRISOLLA, Sandra

- 1977 "Relações Pré Capitalistas na Agricultura Brasileira - um estudo da cultura do algodão arbóreo no Ceará", tese de mestrado, DEPE/UNICAMP, Campinas.

BRITO, Carlos, A.

- 1981 "Análise das Relações de Trabalho e Perfil de Comercialização do Abacaxi em Sapé e Marí", mimeo, João Pessoa.

BOTELHO, R. Moacyr

- 1989 "As Lutas dos Assalariados Agrícolas do Estado de São Paulo", Seminário Sobre Organização Sindical da CUT no Campo, São Paulo.

BURSZTYN, Marcel

- 1985 "O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste.", Editora Vozes, Petrópolis, RJ.

BRUNO, Regina

- 1985 "Liberalismo e Reforma Agrária: O governo Castelo Branco", EMBRAPA/CPDA-URRJ, Rio de Janeiro.

CABRAL, E. Pedro

- 1983 "O Trabalhador da Cana de Açúcar em Pernambuco: da Senzala ao Caminhão", Dissertação de Mestrado, Depto. Economia, UFPE, Recife, Pernambuco.

CANTALICE, Dulce

- 1980 "Penetração do Capitalismo no Campo: Um estudo do caso

Alagamar.", Caderno do CEAS, nº 26, Salvador.

CARDOSO DE MELLO, J. Manuel

- 1982 "O Capitalismo Tardio", Editora Brasiliense, São Paulo.

CARMO

- 1972 "Relatório das Atividades do IAA de 1971", ano LX, vol. LXXIX nº 2, 65-84, Rio de Janeiro.

CASASSUS, M. Cecília

- 1980 "Del Modelo Neoclásico a las Teorías de la Segmentación del Mercado de Trabajo.", Sociologia del Trabajo, 3/4 de 1980, pg.9/22,
- 1981 "Le Marché du Travail comme niveau d'analyse de la structure de classes", Le Sociologie du Travail, pg.230/238, Paris.

CASTRO, E Iná

- 1989 "O Mito da Necessidade- Discurso e prática do regionalismo Nordestino", tese de doutorado, IUPERG, Rio de Janeiro.

CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação)

- 1985 "Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo Cadernos do CEDI nº 14, São Paulo.

CONTAG

- 1980 "Primeiro Encontro Nacional Sobre Assalariados, Carpina, Pernambuco.
- 1981 "Segundo Encontro Nacional sobre os Assalariados, 20 a 25/5/1981, Belo Horizonte.

COPERFLU/APEC

- 1976 "Cana-de-açúcar: Energia e Desenvolvimento para o Brasil", IV Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar de Campos, Campos-RJ.

CRUZ, S. Dalcy et alli

- 1985 "As Greves no Canavial", PIPSA, mimeo, Botucatu, São Paulo.

COSTA, P.

- 1940 "Origens Históricas da Indústria Açucareira em Pernambuco

Revista Brasil Açucareiro, IAA, abril/julho/agosto/
setembro/ outubro, Rio de Janeiro.

COSTA, M. Ramilton

- 1989 "O Capa Verde: Transformações Econômicas e Interesses de Classe no Curimataú Paraibano", Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFPB, Campina Grande.

DE CARLI, Gileno

- 1942 "O Processo Histórico das Usinas em Pernambuco", Irmãos Pogetti Editores, Rio de Janeiro.
- 1942 "Subsídio ao Estudo do Problema das Tabelas de Compra e Venda de Cana", Ed. Pongetti, Rio de Janeiro.

DELGADO, C. Guilherme

- 1985 "Capital Financeiro e Agricultura no Brasil", Editora CONE, São Paulo.

EGLER, A. Cláudio

- 1985 "Os Impactos do PROALCOOL na Paraíba", GEONORDESTE, ano II, nº 1, 1/19, 1985.

EID, Farid

- 1986 "Assalariados de Usinas e Destilarias: um estudo sobre processo de trabalho e nova correlação de força", dissertação de mestrado, Engenharia da Produção, UFPB, João Pessoa.

EISENBERG, Peter L.

- 1977 "Modernização Sem Mudanças: a indústria açucareira de Pernambuco de 1840/1910", Editora Paz e Terra, São Paulo.

FASE

- 1989 "Assalariados Rurais: para onde vai a organização", Revista Proposta, nº 42, 1989, Rio de Janeiro.

FERNANDES, C. Danielle

- 1992 "O Útil e o Agradável: Dominação Patrimonial e Poder Político em Pernambuco", Dissertação Mestrado de Sociologia, UFPE, Recife.

FERREIRA, R. Leo e MOTTA, S. Ronaldo

- 1987 "Reavaliação Econômica e Novos Ajustamentos do PROALCOOL" in Revista Brasileira de Economia, V. 41, nº 1, pg. 117/133, Rio de Janeiro.

FETAPE

- 1983 "Racionalização da Agroindústria Canavieira de Pernambuco com Distribuição das Terras Excedentes para os Trabalhadores Rurais", mimeo, Recife.
- 1987 Relatório de Reunião dos Canavieiros, 13/14 outubro, mimeo, Pernambuco.

FIBGE

- 1987 Boletim Mensal do BACEN, vol. 23, nº 12, Rio de Janeiro.
- 1990 Relatório do BACEN, vol. 26, nº 11, Rio de Janeiro.

FONTES, Romeu

- 1985 "Dissídios Coletivos, Lei de Greve e Luta pelo Cumprimento: aspectos jurídicos." in Canavieiros em Greve, Campanhas Salariais e Sindicalismo, Caderno nº 14, 32/39, CEDI, Rio de Janeiro.

FURTADO, Celso

- 1967 "Formação Econômica do Brasil", Editora Nacional, Rio de Janeiro.

GARCIA, Afraneo

- 1983 "O Sul: Caminho do Roçado", tese de doutorado, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro

GOMES, M. Gustavo

- 1979 " Agroindústria Açucareira: Uma proposta de redefinição da política setorial.", mimeo, Recife.

GONÇALVES, Lúcia

- 1984 " Agroindústria Maguary e sua influência Socio-Econômica na produção de abacaxi no município de Sapé-PB", tese de mestrado em Economia, Campus II, UFPB, Campina Grande.

GRABOIS, José et AGUIAR, Nogueira

- 1980 " Os Sistemas Agrícolas Tradicionais e os Elementos de Modernização do Sertão Ocidental da Paraíba", mimeo, Campina Grande.

GRAHAM et alli

- 1982 " Thirty Years of Agricultural Growth in Brazil: Crop Performance, Regional Profil and Recent Policy Review Economics Development and Cultural Change, 36(1): 1-34, out. 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José

- 1980 " O que é Questão Agrária", Ed. Brasiliense, São Paulo.
- 1981 " Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura", Ed. HUCITEC, São Paulo.
- 1982 " A Modernização Dolorosa - Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil", Ed. Zahar, Rio de Janeiro.

GRAZIANO DA SILVA, José et alli

- 1988 " O Significado da Parceria na Agricultura Irrigada do Nordeste", Coleção Mossoroense, série C, vol. CDLII, Mossoro, RN.

GUEDES, L.C.Pinto

- 1980 "PROALCOOL, Terra, Renda e Poder, in Boletim da ABRA, Jan/fev.de 1980, Campinas.

HEREDIA, M.A.Beatriz

- 1983 "Versões de uma crise: o caso do açúcar no sul de Alagoas", Boletim do Museu Nacional, n* 46, Rio de Janeiro.

IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool)

- 1941 "Estrutura dos Custos da Produção do Açúcar", IAA, Rio de Janeiro.
- 1972/77 Relatórios Anuais.
- 1981 "Identificação das principais variedades de Cana no Brasil", PLANALSUCAR, Rio de Janeiro.
- s/d. "Novas Variedades de Cana-de-açúcar Liberadas em Pernambuco: RB 732577, B49119, RB754645", Coordenadoria Regional Norte.
- Revistas Brasil Açucareiro.

SAMPAIO, Iony, et alli

- 1980 "Desenvolvimento Rural no Nordeste: a experiência do

Polo Nordeste", PIMES, UFPE, Recife

KAGEYAMA, Angela A.

- 1986 "Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura- Uma Análise Regional", Tese de Doutorado, mimeo, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas.

LIPPMANN, E.

- 1942 "A História do Açúcar", Instituto do Açúcar e do Alcool, IAA, Rio de Janeiro.

LIRA, Gitana

- 1983 "O Homem ou o Boi", Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFPB, Campina Grande.

MARX, Karl

- 1971 "O Capital", Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

MARTINE, G.

- 1989 "Fases e Faces da Modernização Brasileira", Instituto de Planejamento-IPLAN, mimeo, Texto para Discussão nº 15, Brasília.

MARTINS, S. José

- 1981 "Os Camponeses e a Política no Brasil", Ed. Vozes, Petrópolis.

MATHIAS, G e SALAMA, P.

- 1983 "O Estado Super Desenvolvido", Editora Brasiliense, São Paulo.

MEDEIROS, Leonilde

- 1982 "A Questão da Reforma Agrária no Brasil-1955/64, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo.

MELO, Mario Lacerda

- 1978 "Regionalização Agrária do Nordeste", SUDENE, Recife.

MOREIRA, F. P. Eduardo

- 1989 "Expansão, Concentração e Concorrência na Agroindústria Canavieira de São Paulo: 1975 a 1987", Dissertação de Mestrado, mimeo, UNICAMP, Campinas.

MOREIRA R. José

- 1985 Revista do Alcool, IAA, nº 7/8, 12, Rio de Janeiro.

MOURA, N.

- 1988 "Os mutilados do sisal", Caderno do CEAS 95, Salvador.

NETO, C. Joaquim

- 1984 "A evolução da Agroindústria Açucareira de Alagoas a partir da Década de 50 (Modernização e Proletarização do Trabalhador rural), dissertação de mestrado, DEpto. Geografia, UFPE, Recife.

NEVES, Elío

- 1989 "A Luta dos Canavieiros", Rev. Tempo e Presença nº 243, CEDI, 24, Rio de Janeiro.

NOVAES, José R.

- 1976 "Planejamento e Realidade: um estudo através do Modelo de programação Linear", Dissertação mestrado, COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro.
- 1981 "Cooperativismo: Acumulação e Mudança Social" in Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil, Editora Cortez, São Paulo.
- 1987 " Programa Nacional de Reforma Agrária: o sonho acabou?" in Caderno do CEAS 109, maio/junho, Salvador.

NOVAES, R. Regina

- 1987 "DE CORPO E ALMA: Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo." Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.
- 1989 "Dissolver a Neblina", Rev. Teoria e Debate, nº 8, São Paulo

NUNBERG, Barbara

- 1985 "Mudança Estrutural e Política do Estado: A Política do Açúcar no Brasil Pós-64.", Rev. Ciências Sociais, vol.28, nº 2, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Francisco

- 1972 "Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista.", Estudo CEBRAP 2, São Paulo.
- 1977 "Elegia para uma Re(li)gião, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

PADRAO, Luciano

- 1990 "Relatório Apresentado no VII Encontro dos Canavieiros do Nordeste"/CUT, mimeo, Alagoa Seca- Paraíba.

PALMEIRA, Moacir

- 1976 "Morar: A Lógica da Plantation Tradicional", in Actes du XLIIè Congrès International des Américanistes, Vol I, pg. 305/315.
- 1979 Desmobilização e Conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana, in Revista de Cultura Política, São Paulo,
- 1989 "Modernização, Estado e Questão Agrária, mimeo, Rio de Janeiro.

PAULILO, Maria I.S.

- 1990 "Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos- O caso de Santa Catarina", Ed. UFSC, Florianópolis.

PEREIRA DA COSTA, F. Augusto

- 1940 "Origens Históricas da Agroindústria Açucareira de Pernambuco, in Brasil Açucareiro, Rio de Janeiro.

PERUCCI, G.

- 1978 "A República das Usinas", Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro."

POLANYI, Karl

- 1983 "La grand Transformation - Aux origenes politiques et économiques de notre temps", Gullimad, Paris

POTENGY, F. Gisélia

- 1984 "Les Plans de Modernization de la Production de la Canne a Sucre et leurs Repercussions Sociales et Politiques dans le Nordeste du Bresil: Le cas du Brejo Paraibano", Thèse de Doctorat en Sociologie Rurale, Nanterre, Paris.

POULANTZAS, Nicos

- 1981 "O Estado, O Poder, o Socialismo.", Editora GRAAL, Rio de Janeiro.

PRADO JUNIOR, Caio

- 1966 "A Revolução Brasileira", Ed. Brasiliense, São Paulo.

PONCE, S.

- 1988 "Agroanalyses", Junho, 18/19, São Paulo.

RIBEIRO, Ana M.

- 1989 "Canavieiros do Norte Fluminense" mimeo, Seminário sobre Organização Sindical da CUT no Campo, 25/6/1989, São Paulo.

SALES, R. José

- 1985 "Canavieiros do Rio de Janeiro: Preparação para a Campanha Salarial, Organização e Mobilização para a Greve e para o Cumprimento", caderno 14, CEDI, Rio de Janeiro.

SALES, Teresa

- 1982 "Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina", Ed. Paz e Terra/CEBRAP, Rio de Janeiro.

SANTOS, H. C. Maria

- 1987 "Fragmentação e Informalismo na Tomada de Decisão: O caso da Política do Alcool Combustível no Brasil Autoritário pós 64", in Revista de Ciências Sociais, nº 1, vol. 30, Rio de Janeiro.

SARAIVA, M. Ivony

- 1981 "Cooperativa de Sisal Sociedade Anônima", Dissertação de Mestrado em Economia, UFPB, Campina Grande.

SATURNINO da SILVA, José

- 1974 "Situações Sociais da zona canavieira do Reconcavo baiano". Caderno do CEAS nº 33, Salvador.

SGRECCIA, Alexandre

- 1985 "Campanhas Salariais dos Trabalhadores Rurais no Sudoeste Mineiros -1981/1985." mimeo, Belo Horizonte.

SIGAUD, Lygia

- 1978 A nação dos homens: uma análise regional de ideologia, in Anuário Antropológico, Rio de Janeiro.

- 1979 "Os Clandestinos e os Direitos. Estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco", Ed. Livraria Duas Cidades, São Paulo.

SILVA, Sérgio

- 1976 "Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil", Ed. Alfa-Omega, São Paulo.

SINGER, Paul

- 1976 "A Crise do Milagre", Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

SIGUEIRA et alli

- 1988 Relatório Final de Pesquisa: "Relações de Trabalho e Relações de Poder", Recife, Pernambuco.

SORJ, B. et alli

- 1982 "Camponeses e Agroindústria: Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira", Ed. Zahar, Rio de Janeiro.

SOUSA, Marta

- 1987 "A Produção de Sisal na Paraíba: O Município de Cuité"., Dissertação de Mestrado em Economia, UFPB, Campina Grande.

SZMRECSANYI, Tamas

- 1979 "O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)", HUCITEC/UNICAMP, São Paulo.

THOMPSON, E. P.

- 1968 "The Making of the English Working Class". Middlessex: Penguin Books.

TRUDA, Leonardo

- 1971 "As Defesa da Produção Açucareira", Coleção Canavieira nº 6, IAA, Rio de Janeiro.

URBANO, Francisco

- 1985 "A CONTAG, as Federações e os Movimentos Grevistas", in Canavieiros em Greve: Campanhas Salariais e Sindicalismo, Cadernos do CEDI nº 14, 18/23, CEDI, Rio de Janeiro.

VELHO, Otávio G.

- 1972 "Frente de Expansão e Estrutura Agrária", Ed. Zahar, Rio de Janeiro.

WANDERLEY, Maria N.

- 1979 "Capital e Propriedade Fundiária", Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

WILLCOX, W.O.

- 1941 "A Economia Dirigida na Indústria Açucareira", IAA, Rio de Janeiro.

ANEXO I

Quadro Comparativo das Conquistas, em relação à legislação,
nas Convenções Coletivas do Nordeste (RN, PB, AL, PE, SE) - 1990 - 1991
(Vigência: outubro de 1990 a outubro de 1991).

Elaboração: Coletivo Assalariados - CUT-NE

CLÁUSULAS ECONÔMICAS

Titulo	Amparo Legal	Legal	Estado	Condições	Comentários
Jornada de Trabalho	Art. 7, XII - CF	44 h	SE AL, RN, PE, PB	Proibição de jornada excedente —	SE - Aparece um ganho em relação aos outros Estados, que é a proibição de jornada excedente a 8 h diária
Domingos, feriados e dias Santos	Art. 7, XV-CF Dec. 27.048 de 12/08/49 Art. 6 Parag. 30 e Art. 8, b	Em dobro	SE AL, RN PE, PB	Acréscimo de 100% — Acréscimo de 58%	SE - Garante o legal AL, RN - Não normatiza essa cláusula PB, PE - Aparece uma perda em relação a Lei de 58%
Horas Extras	Art. 7, XVI - CF	50%	SE, AL, RN PE PB	— 100% 50% nas duas primeiras horas e 100% nas últimas horas	SE, AL, RN - Conseguiram apenas o legal PE - Tem um ganho de 50% superior ao legal PB - Aparece com um ganho significativo de 50% acima do legal, nas duas últimas horas e ainda proibe mais de 4 horas extras diárias
Repouso semanal remunerado	Art. 7, XV - CF	-	SE PE, PB, RN AL	Com base na média da produção semanal Com base na média da produção —	SE - O cálculo será feito com base na média da produção semanal (5,5 diárias) PE, PB, RN - O cálculo será feito também com base na produção, porém, garantindo o mínimo da categoria (salário mínimo + 10%) AL - Não normatiza
Opção pela diária	-	-	PE PB SE, AL, RN	Opção do trabalhador Quando há descumprimento da tabela ou tabela ou trabalho não normatizados —	PE - É um ganho significativo no que tange a vontade do trabalhador em fazer a opção pela diária PB - É confusa a normatização dessa cláusula porque em casos de descumprimento da tabela tem-se outros remédios com mais vantagens para o trabalhador, como ação de cumprimento. No caso do trabalho não normatizado, pode considerar-se um ganho, porque garante ao trabalhador, pelo menos a diária normal. SE, AL, RN - Não normatizaram essa cláusula
Comprovação de pagamento	-	-	SE AL, PE, PB, RN	Obrigatório acima de 3.000 ton. Obrigatório	SE - Aparece uma perda para o trabalhador que seu patrão produz menos de 3 mil ton. de cana. O comprovante de pagamento deve conter discriminação de parcelas correspondentes e frequência AL, PE, PB, RN - A obrigatoriedade é para todos os patrões, com mais um elemento novo, que é a especificação dos descontos
13º Salário	Art. 7, VIII - CF	Entre fev. e nov., adiantamento 50%	SE, AL, PE PB RN	— — —	SE, AL, PE - Conforme a lei PB - Possibilita perda em relação a lei e aos outros Estados. Adiantamento de 5/12 (cinco doze avos) até 20/06 e o restante até 20/12 RN - Não normatiza
Atraso no pagamento de verbas rescisórias	—	—	SE, AL, PE, PB RN	* Prazo até o 10º dia da demissão * Multa - 1 salário/dia - * Prazo até o 15º dia da demissão. * multa - 1/3 do salário/dia, acrescido de juros 1% ao mes + correção monetária.	Nesta cláusula aparece um elemento unificado, que é a multa pelo atraso no pagamento de 1 salário/dia, exceto RN que é de 1/3 do salário/dia, o que representa perda para o trabalhador, mesmo com o pagamento de juros

Título	Amparo Legal	Legal	Estado	Conquistas	Comentários
Adicional de insalubridade e periculosidade	Art. 192 - CLT; Art. 7, XXIII-CF	40%, 20% e 10%, segundo a classificação dos graus	AL, PE, PB, RN SE	40%, 20% e 10%, segundo a classificação dos graus 20%	SE - Aparece uma perda em relação a Lei porque garante apenas 20% sob a tarefa ou diária, independente da classificação
Meia-diária para insalubridade	Art. 193, Parag. 1º - CLT	Adicional 30%	SE	Meia-diária para os trabalhadores que já fizeram jus a adicional de insalubridade	SE - Um ganho superior à legislação que determina apenas 30% sobre o salário
Tempo a disposição do empregador	—	—	AL, PE, PB, RN	Tempo de efetivo serviço, o período em que o empregado esteja aguardando ou executando ordens	Esse é um ganho importante para todos os trabalhadores da cana, porque garante a remuneração de todo o tempo que, muitas vezes, eles ficam esperando ordens para pegar o esto
Remuneração do tempo de percurso	—	—	AL	Tempo de ida e volta em transporte e o tempo de espera do mesmo	RN - O que representa uma perda em relação aos outros Estados, por só prever remuneração a partir de 1 hora de espera do transporte SE - Não normatiza
			PE	Como AL, com acréscimo: "as horas que excederem a jornada de 8 h serão acrescida de 1 hora e computadas como extraordinárias"	
			PB	Como AL com o acréscimo: "Período de ida e volta superior a 15 dias, o trabalhador fará jus ao acréscimo de 30% sobre a hora normal."	
			RN	Efetivo serviço o tempo de ida e volta, que ultrapassar a uma hora, bem como a espera do transporte superior a uma hora	
Trabalho do menor	Art. 7, XXXIII CF	—	AL	Remuneração nas mesmas condições do adulto, desde que as tarefas sejam iguais	A situação do trabalho de menor merece um aprofundamento da discussão nos estados, com vistas a tirar ações concretas
Escape	—	—	AL e RN	Pagamento efetuado com cópia de recibo sob a rubrica de escape	—
			PE	Como AL e RN com acréscimo: "O pagamento será em dobro, na semana seguinte"	
Apuração de frequência	Art. 74, Parag. 2º da CLT	Cartão de ponto	PE	—	—
Indenização	Art. 478 - CLT	—	PE	Adicional de 40%, calculado na forma da Lei	—
Abrigos	—	—	PE e PB	O empregador construirá abrigos em pontos estratégicos da propriedade	—
Refeição	—	—	PE	Obrigatoriedade de uma refeição diária	PE - Resulta em ganho em relação aos outros estados
Legalidade da greve	—	—	PE e PB	Declarada legal a greve, o empregador se obriga a cumprir com todas as obrigações sociais, durante os dias parados	—

Título	Amparo Legal	Legal	Estados	Conquistas	Comentários
Indenização por falecimento ou aposentadoria	—	—	PB	Indenização por tempo de serviço, aos dependentes, em caso de morte ou invalidez permanente por acidente de trabalho	O RN difere da PB no que tange ao tempo e valor da indenização
			RN	Indenização de 2 salários	
Multa por atraso no pagamento do salário	Art. 120 - CLT	—	PE	10% até 30 dias de atraso e 20% pelos meses restantes	—
			RN	5 BTN's mensais por cada 30 dias, acrescidos de juros e correção	
			PB	20% por cada 30 dias de atraso ou fração de 15 dias, com correção monetária	
Pagamento de diferença salarial ao trabalhador acidentado	—	—	PB	O empregador é obrigado pagar a diferença entre o salário da categoria e o valor pago pela Previdência, até 45 dias	PB - Apresenta um ganho em relação a legislação e aos outros estados

CLÁUSULAS SOCIAIS

Título	Amparo Legal	Legal	Estados	Conquistas	Comentários
Carteira de trabalho	Art. 29, CLT	48 h para devolução	SE, AL, PE, PB, RN	24 h para devolução	Aqui aparece uma unificação tanto no que tange a obrigatoriedade, como ao prazo para devolução de 24h, que é um ganho em relação a Lei
Prioridade de contratação	—	—	SE, AL, PE	Trabalhadores residentes no município onde se localiza a propriedade ou fundo agrícola	SE, AL, PE - Obrigatoriedade é para os trabalhadores residentes no município onde fica a propriedade ou fundo agrícola
			PB	É assegurado aos filhos e esposas residentes no fundo agrícola	—
			RN	—	RN - Não normatiza
Aviso prévio	Art. 7, XXI cl	30 DIAS	SE, AL	30 dias	SE, AL - Se unificam apenas com o legal (30 dias)
			PE	60 dias para os demitidos sem justa causa	PE - Aparece como um ganho significativo (60 dias) para os demitidos sem justa causa e para os trabalhadores a partir de 7 anos de serviço na mesma empresa (45 dias)
			PB	45 dias para os trabalhadores a partir de 7 anos de serviço	PB - Aparece um ganho de 45 dias apenas para os trabalhadores a partir de 7 anos de serviço
			RN	40 dias para os trabalhadores acima de 55 anos ou com mais de 08 anos de trabalho na mesma firma. 45 dias para os que trabalham mais de 10 anos	RN - Garante o direito de 40 dias para os trabalhadores de 55 anos de idade ou com mais de 8 anos de trabalho, 45 dias para os trabalhadores com mais de 10 anos de casa, que são ganhos em relação à legislação
Porte de arma	Dec. Lei 3.688-03/10/41 - Art. 19	Porte legal	SE, PE, PB	—	SE, PE, PB - Proíbem o porte legal de arma no local de trabalho, o que não representa ganho nenhum em relação a legislação
			AL e RN	—	AL, RN - Não normatizam

Título	Amparo Legal	Legal	Estado	Conquistas	Comentários
Salário doença	Dec. 83.080 24/01/78	15 dias pagos pelo empregador	AL, SE, PE	Conforme a Lei	SE - A cláusula "salário doença" da Convenção de SE, versa sobre acidente trabalho (cl.: 22)
			PB	30 dias pagos pela empresa	PB - Aparece um ganho de 100% sobre o legal, pois o empregador é obrigado pagar 30 dias
			RN	20 dias pagos pela empresa	RN - Também aparece um ganho no pagamento de 13 dias acima do obrigatório pela legislação
Horário e local de pagamento	Art. 485 CLT	No local de trabalho, dentro do horário de serviço, em dia útil	SE	Semanalmente e em dinheiro	SE - Não conseguiu ganho nenhum em relação à Lei, pelo contrato, fala que será feito o pagamento segundo os costumes da região
			AL e PE	Até as 18 h de 6ª feira	AL, PB, PE, RN - Aparece um ganho comum, que é a eliminação dos barraqueiros ou prepostos
			PB	Semanal até 14h do sábado	
			RN	Semanal e em dinheiro, até sábado às 12h ou véspera da feira. O tempo que ultrapassar às 12h do sábado será considerado hora extra	RN - Aparece ainda outro ganho significativo em relação à legislação, que é a punição para o patrão que não cumprir esta cláusula
Ferramenta	—	—	SE, AL, PE, PB, RN	Fornecidas pelos empregadores	Nesta cláusula aparece um elemento unificado, que é a obrigatoriedade das ferramentas serem fornecidas pelos empregadores
Forma de pagamento na doença	—	—	SE, PE, AL, PB	O empregado indicará pessoa de sua confiança para receber	SE, PE, AL, PB - A unificação se dá no elemento "pessoa de sua confiança", mas em relação a prova de credenciamento da pessoa, os objetos são diversos
			RN	Pai, filho, irmão ou cônjuge	SE - Atestado médico, carteira de trabalho ou outro documento de identificação AL, RN, PB - Carteira de trabalho ou outro documento
Dispensa injusta do chefe da família	—	—	SE, RN, AL	Podem estender-se aos demais membros da família, mediante opção destes	Para todos os estados o elemento unificado é "mediante opção destes"
			PE	Estenderá aos filhos menores de 21 anos e filhas solteiras, mediante opção destes	SE, RN, AL - Aparece um ganho importante, que é o estender a opção de dispensa aos demais membros da família, enquanto que em PE e PB o direito é assegurado aos filhos menores de 21 e 20 anos e filhas solteiras
			PB	Estenderá aos filhos menores de 20 anos e filhas solteiras, mediante opção destes	
Morte do chefe da família	—	—	SE, PE, PB, AL	Manutenção do emprego para os outros membros da família	SE, PE, PB, AL - O elemento unificado é a garantia de ficar no emprego, para os outros membros da família SE - Aparece outro ganho que é o direito também de permanecer na moradia e sítio já possuído
			RN		RN - Retira este direito, dando ao empregado a opção de dispensar a família ou não
Uso de lenha	—	—	SE, AL, PE, PB, RN	Uso gratuito	Cláusula totalmente unificada
Comunicação da rescisão	Art. 477, Parag. 1º - CLT	Com. expressa e assistência do Sindicato	SE, PE, PB	Comunicação expressa	SE, PE, PB - O elemento unificado é a comunicação expressa. PB - Aparece um outro elemento que é o abandono de emprego e, neste caso, o empregado precisa apresentar comprovação judicial

Titulos	Ampero Legal	Legal	Estado	Conquistas	Comentários
Férias	Art. 7, XVII - CF	30 dias acrescidos de 1/3 do salário	SE AL, PE PB, RN	Garantia de férias proporcionais aos trabalhadores com menos de 01 ano, conforme legislação Conforme legislação Não convencionaram	SE, AL, PE - Se unificam no direito garantido pela legislação, ao passo que PB e RN não normatizam
Afastamento motivado por internamento de pessoa da família	—	—	SE, PE, PB, RN RN AL	Garantia da diária Para internamento de cônjuge ou filho, devidamente comprovado, limitando em 4 diárias por mês	SE, PE, PB, RN - O elemento unificado entre os 4 estados e a garantia da diária SE - A garantia se dá no caso de internação ser da esposa, companheira, filho(a), pai, mãe, não limitando a quantidade de diárias PE - Só é garantido para filho menor, não limitando a quantidade de diárias PB - Faia do filho menor, cônjuge ou companheiro(a). Diferi de SE só na questão do filho que deve ser menor. A PB garante esse direito em 10 diárias por ano AL - Não normatiza
Transporte em caso de doença, acidente ou parto	—	—	SE, AL, PE, PB, RN	Obrigatoriedade do empregador, o transporte gratuito	O elemento unificado entre os 5 estados e a gratuidade do transporte e obrigatoriedade do empregador SE, AL - Se unificam quanto as pessoas: cônjuge, companheira(o), não limitando o direito quanto ao local PE, PB, RN - O direito é garantido só para quem mora na propriedade ou se o acidente ocorrer dentro da propriedade
Licença gestante	Art. 7, VIII CF	120 dias	SE AL, PE PB RN	Conforme legislação Estabilidade provisória de 5 meses depois do parto Estabilidade de até 150 dias após a licença Estabilidade de 140 dias após a licença médica	PB, RN - Conseguem um ganho importante que é a estabilidade provisória depois da licença
Modificação de cultura	—	—	SE	O empregador que durante a vigência da Convenção, modificar sua cultura, fica obrigado a cumprir a Convenção	
Local de trabalho	—	—	AL, PE, PB RN, SE	Proibido ao empregador fornecer serviço fora da propriedade onde o trabalhador reside	AL, PE - Garantem a proibição, mas faz uma ressalva nos casos fortuito ou força maior e as hipóteses de término de plantio PB - Garante a proibição e dá ao trabalhador o direito de optar pelo trabalho em outra fazenda ou permanecer na propriedade de residência, executando outros serviços AL - Aparece um ganho importante, que é o adicional de 30% sobre os vencimentos em caso de descumprimento desta cláusula RN, SE - Não normatizam
Moradia	—	—	AL, PE, PB, RN SE	Obrigatoriedade do empregador a dar moradia com requisitos mínimos de insalubridade, higiene e segurança, bem como sua restauração	SE - Não normatiza
Escolas	—	—	AL, PE, PB, RN SE	Escola primária, em toda propriedade com mais de 50 famílias	SE - Não normatiza

Título	Amparo Legal	Legal	Estado	Conquistas	Comentários
Proteção coletiva e individual ao trabalho com agrotóxicos	Art. 7, XXII e XXIII-CF Art. 166-CLF	—	SE	—	SE - A lei proíbe menor de 18 anos e em SE podem trabalhar com 16 anos, o que resulta em perda
			PB	Aos maiores de 50 anos é proibido aplicar. Exames médicos mensais. Vedada a aplicação em hora extra.	PB - A lei garante apenas exames de 6 em 6 meses. O ganho da PB é que garante o exame mensal
			PB, RN	Obrigatoriedade de 1/2 litro de leite por dia, para quem aplica agrotóxicos	
Segurança do transporte	Art. 87-RCNT	Ferramentas, defensivos agrícolas e adubos separados dos trabalhadores	RN, PB, PE, AL, SE SE	Transporte gratuito Na ausência de transporte, os trabalhadores serão considerados como em efetivo serviço	Em todos os estados está garantido o transporte gratuito
Primeiros socorros	Art. 162-CLT	Obrigatoriedade do serviço	SE, PE, PB AL RN	— — —	Todos os estados, exceto AL, se unificam, obrigando apenas o que determina a Lei AL - Não normatiza RN - Não confirma a necessidade de pessoa habilitada p/ orientação e aplicação dos medicamentos

CLÁUSULAS SINDICAIS

Título	Amparo Legal	Legal	Estado	Conquistas	Comentários
Delegados Sindicais	Art. 8, VIII-CF	—	AL, PB, PE, RN	Proibição de transferência do delegado Liberação uma vez por mês para tratar de assuntos sindicais Proibição de alteração do contrato de trabalho	PE - Fala da estabilidade durante a vigência do dissídio RN - Fala da proibição de transferência, da não alteração do contrato de trabalho, mas acrescenta um elemento perigoso: "salvo por motivo justo".
Livre acesso dos Sindicatos aos locais de trabalho	—	—	SE, AL PE PB, RN	Livre acesso nos horários de descanso Livre acesso mediante comunicação prévia	SE, PE - Se unificam garantindo o cumprimento da legislação PB, RN - Garantem o livre acesso com a condição de comunicar ao empregador
CIPATR	Portaria nº 3067 de 12/04/88	—	SE, PE AL, PB, RN	Conforme legislação	SE, PE - Se unificam garantindo o cumprimento da legislação AL, PB, RN - Não convencionam esta cláusula
Contribuição social	—	—	SE AL PE, PB RN	Desconto em Folha mediante autorização do trabalhador Desconto 2% em Folha Desconto em Folha Desconto 1% salário mínimo, em Folha	Em todos os estados se garante o desconto em Folha AL, PE, PB - Dão ao trabalhador o direito de suspender o desconto, enquanto que em SE só pode ser descontado com autorização expressa do trabalhador, representando perda em relação aos outros estados. SE - Aplica-se uma multa de 50% ao mês, ao empregador que infringir essa norma, enquanto que no RN a multa é apenas de 1%, na PB de 40% e PE de 30%

Título	Amparo Legal	Legal	Estado	Conquistas	Comentários
Taxa Assistencial	—	—	SE, AL PE, RN PB	Desconto de todos os trabalhadores de 1 diária Desconto de 1/2 diária Desconto 1 diária	No que tange ao desconto se unifica entre os estados essa cláusula. O que difere de um para outro é a forma do desconto e o valor da multa pelo descumprimento SE, PE, PB - Asseguram o direito do trabalhador não sindicalizado à manifestação contrária ao desconto
Punição - Greve	Art. 9-CF	garantia	SE, PE, AL, PB, RN	Vedada punição	SE, PE, PB, RN, AL - Garantem a não punição do trabalhador que participar de greve. Na PB e RN esse direito só é garantido durante a campanha salarial, o que resulta em perda
Fiscalização da DRT	—	—	SE AL, PE PB RN	— Multa de 10 BTN's Multa 50% do valor referência, por infração revertida em favor do empregado 4 BTN's (multa)	SE - Não normatiza Exceto SE, todos os Estados garantem a fiscalização da DRT, que pode ser acompanhada pelo Sindicato. A novidade significativa aparece na PB, AL e PE que destina a multa em favor do empregado
Quadro de aviso	—	—	AL, PE	Será fixado na empresa para comunicação dos Sindicatos	—
Dias Parados	—	—	PB	Se comprovado o descumprimento pela DRT, o empregador não poderá efetuar nenhum desconto salarial	—
Comunicação ao Sindicato	—	—	PB	Quando solicitado pelo Sindicato, os empregadores se obrigam a fornecer por escrito, informações sobre admissão e demissão de trabalhadores sob pena de arcar com uma multa de 3 BTN's	—
Comissão de Negociação	—	—	PB	Garantia salarial para dois trabalhadores, por sindicato, que participarem de negociação, quando devidamente comprovada	—